



**Epistemologia  
da Comunicação  
no Brasil:  
trajetórias  
autorreflexivas**

**Maria Immacolata Vassallo de Lopes**  
(organizadora)

**USP eca**



**Maria Immacolata Vassallo de Lopes**  
(organizadora)

---

# **Epistemologia da Comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas**

---

1ª edição

São Paulo

2016

**eca USP**

**Copyright © AssIBERCOM • Todos os Direitos Reservados**

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em: <<http://www.assibercom.org/>>

**Maria Immacolata Vassallo de Lopes**

Organizadora

**Richard Romancini**

Edição Científica

**Tony Rodrigues**

Projeto Gráfico e Diagramação

**André Drumond Ortega**

**Giulia Bonfiglioli**

Revisão

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

---

E64L

Epistemologia da comunicação no Brasil : trajetórias autorreflexivas / Maria Immacolata Vassallo de Lopes (organizadora) – São Paulo: ECA-USP, 2016. 248 p.

ISBN: 978-85-7205-148-4

1. Teoria da comunicação 2. Pesquisa em comunicação 3. Epistemologia  
I. Lopes, Maria Immacolata Vassallo de

CDD 21.ed. – 301.16

---

# Sumário

---

<b>Apresentação</b> .....	VII
Maria Immacolata Vassallo de Lopes	

<b>Introdução</b> .....	IX
Elizabeth Saad, Eneus Trindade e Roseli Figaro	

## PARTE I

### **PERCURSOS EPISTEMOLÓGICOS NAS NOVAS MÍDIAS**

<b>Da Engenharia à Comunicação. Traduções e Mediações para compreender a Técnica e a Comunicação na Cultura Contemporânea</b> .....	I
André Lemos	

<b>Ciência, reflexão e crítica nos estudos de mídia</b> .....	21
Francisco Rüdiger	

<b>Por uma epistemologia antidualista</b> .....	35
Lucia Santaella	

## PARTE 2

### **TRADIÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DO CAMPO DA COMUNICAÇÃO: TRÊS PERCURSOS**

<b>Trajeto de pensar em companhia</b> .....	51
Antonio Fausto Neto	

<b>Circunstâncias que marcaram o percurso de um Jornalista / Pesquisador pelo Campo das Ciências da Comunicação no Brasil (1965/2015)</b> .....	69
José Marques de Melo	

<b>Um trajeto literário e conceitual</b> .....	101
Muniz Sodré	

PARTE 3  
**PERCURSOS EPISTEMOLÓGICOS  
CONTEMPORÂNEOS NA COMUNICAÇÃO**

<b>Pelas trilhas do indecifrável da comunicabilidade.....</b>	<b>113</b>
Ciro Marcondes Filho	
<b>Perspectivas para um conhecimento comunicacional.....</b>	<b>123</b>
José Luiz Braga	
<b>Epistemologia da comunicação: asserção e indecisão.....</b>	<b>143</b>
Lucrécia D'Alessio Ferrara	

PARTE 4  
**PERCURSOS EPISTEMOLÓGICOS DA PESQUISA  
EMPÍRICA NA COMUNICAÇÃO**

<b>Epistemologia da Comunicação: um percurso intelectual.....</b>	<b>159</b>
Luiz C. Martino	
<b>Um percurso epistemológico para a pesquisa empírica de comunicação.....</b>	<b>185</b>
Maria Immacolata Vassallo de Lopes	
<b>Partilhando experiências: a atração e o desafio da comunicação.....</b>	<b>209</b>
Vera Veiga França	

# Apresentação

---

MARIA IMMACOLATA VASSALLO DE LOPES

Organizadora do livro e do II Seminário de Epistemologia da Comunicação

Os doze textos publicados neste livro foram originalmente apresentados no II Seminário Nacional de Epistemologia da Comunicação, ocorrido no dia 30 de março de 2015, na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo, numa realização conjunta da AssIBERCOM – Associação Ibero-Americana de Comunicação, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – ECA-USP, do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo – PPGCOM/USP e da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação – Socicom. O seminário foi um evento prévio ao XIV Congresso Ibero-americano de Comunicação – IBERCOM 2015 e pretendeu ser uma retomada e continuação do seminário realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP, em conjunto com a COMPÓS, em 2002, por ocasião dos 30 anos desse Programa e que marcou época no campo da Comunicação. Respondia, então, a uma demanda ainda embrionária de debates sobre o tema da epistemologia da Comunicação.

Hoje, mais de 10 anos depois, verifica-se ter sido notável o crescimento das análises crítico-reflexivas sobre as práticas da pesquisa e dos estudos na área. Elas têm se mostrado não somente úteis, mas principalmente indispensáveis, pois traduzem a reflexão de uma ciência sobre si própria e contribuem para aclarar seu campo de atuação, seus procedimentos, o valor de seus resultados e o âmbito de suas possibilidades. Se, por um lado, essas análises são sinais de maturidade do campo, por outro, reproduzem-se críticas e insatisfações com o estado atual do campo. Deste modo, este II Seminário criou uma oportunidade de avançar nessas discussões reflexivas propondo a sistematização dos trabalhos de reconhecidos pesquisadores de temas epistemológicos no campo.

O tema central, **A epistemologia da Comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas**, propôs um ângulo específico e inédito que foi o da autorreflexão feita pelo próprio autor sobre seus trabalhos epistemológicos em comunicação. Tal proposição vai ao encontro das abordagens epistêmicas contemporâneas que, na relação Sujeito-Objeto, problematizam, questionam, reveem principalmente a figura do Sujeito: o olhar e o *habitus* intelectual; as decisões, escolhas, valores e subjetividade, entre outros aspectos. Tais premissas conduziram os investigadores convidados à autocrítica e à crítica da ciência aberta às suas condições de produção, que são tanto sociais como científicas e individuais, conforme as apresentações realizadas nas quatro mesas temáticas do evento reproduzidas na estrutura deste volume.



## Introdução

# Os olhares do *Outro* sobre as trajetórias e autorreflexões em comunicação

ELIZABETH SAAD<sup>1</sup>

ENEUS TRINDADE<sup>2</sup>

ROSELI FIGARO<sup>3</sup>

A oportunidade da realização do *II Seminário Nacional de Epistemologia da Comunicação*, como uma sessão prévia ao *XIV Congresso Ibero-americano de Comunicação – IBERCOM 2015*, partiu da constatação necessária sobre a atualização dessa discussão, num espaço reflexivo que considerasse os avanços da área no intervalo de uma década após a realização da primeira edição deste evento em 2005, bem como o resgate do estágio atual dos debates crítico-reflexivos sobre as conformações e os embates do campo comunicacional. A referência para tal empreitada foi a apresentação de 12 trajetórias de docentes destacados do campo e suas autorreflexões, considerando os percursos de formação, as trajetórias profissionais e as opções teórico-metodológicas para a pesquisa de cada convidado.

Nesse sentido, torna-se importante registrar que foi com grande entusiasmo que o Programa de Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Universidade de São Paulo (USP) acolheu, mais uma vez, o *II Seminário Nacional de Epistemologia da Comunicação*, desta vez sob o foco das *trajetórias autorreflexivas*.<sup>4</sup>

1. Professora Titular da ECA-USP, vice-coordenadora do PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP e Coordenadora do COM+ – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Jornalismo e Mídias Digitais – <<http://grupo-ecausp.com/commais/>>.

2. Professor Associado da ECA-USP, coordenador do PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP e Vice-líder do Grupo de Estudos Semióticos em Comunicação, Cultura e Consumo – GESC3/CNPq.

3. Professora Associada da ECA-USP e Chefe do Departamento de Comunicações e Artes. Coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA/USP/CNPq.

4. O seminário anterior ocorreu em 7 e 8 de novembro de 2002, dentro do III Interprogramas

A perspectiva oferecida nesta introdução vai um pouco além do papel de uma mera apresentação e busca introduzir pelos olhares do *Outro*, aqui actorializados por pesquisadores do PPGCOM/USP que coordenaram as mesas deste *II Seminário*, os quais assinam este texto conjuntamente, buscando assim contribuir para um primeiro exercício reflexivo e interpretativo sobre os sentidos derivados do referido seminário. Trata-se de um diálogo intelectual que se estendeu para além das sessões do evento e que ganham corpo nesta publicação.

A primeira mesa do Seminário, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elizabeth Saad, trouxe os pesquisadores Prof. Dr. André Lemos (Universidade Federal da Bahia), Prof. Dr. Francisco Rüdiger (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucia Santaella (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), para situar a temática *Percursos epistemológicos nas novas mídias*. Pode-se afirmar que esta não foi uma tarefa simples, pois não se trata apenas de introduzir a questão da epistemologia da comunicação frente aos novos aparatos midiáticos, mas também requer enfatizar um ponto central – também indicado pelas próprias trajetórias dos diletos pesquisadores aqui representados – acerca da requalificação do termo “novas” vinculado às mídias contemporâneas.

A digitalização que tanto referenciou o termo “novas” nos idos da década de 1990, quando da introdução das tecnologias digitais de informação e comunicação nos dispositivos midiáticos e nos meios de transmissão e distribuição da informação, é hoje, após mais de 20 anos de experiência coletiva e sociabilidade generalizada, um processo integrado e orgânico ao campo comunicacional.

Desta constatação, ao relatarmos sobre os percursos dos professores doutores André Lemos – *Da Engenharia à Comunicação*, Francisco Rüdiger – *Ciência, reflexão e crítica nos estudos de mídia* e Lucia Santaella – *Por uma epistemologia antidualista* – é o mesmo que apresentar aos leitores de seus textos este processo de integração e organicidade que o campo da comunicação assume a partir da irreversibilidade da digitalização das relações sociais, econômicas, artísticas, científicas e, para não dizer do humano como um todo.

Chama a atenção logo de início um ponto em comum entre os três pesquisadores: suas origens de formação multidisciplinar privilegiando um encontro favorável no âmbito de uma matriz de saberes muito típica do

---

da COMPÓS em realização conjunta com o PPGCOM-USP, e cujos textos foram publicados no livro *Epistemologia da Comunicação*, M.I.V.Lopes (org.). São Paulo: Loyola, 2003.

momento – as engenharias em suas diferentes vertentes; as ciências sociais – a filosofia, a sociologia em especial; e as diferentes expressões das ciências da comunicação, a linguagem, a literatura, a semiótica, as artes, entre outras.

Pensar a comunicação a partir do marco da digitalização é incluir em seu espectro de atuação a diversidade de conhecimentos e aportes teórico-metodológicos propiciados por perfis como os de André, Lucia e Francisco. Aqui, encontramos um segundo ponto em comum entre eles: suas escolhas e olhares com relação aos fenômenos comunicacionais – fenômenos estes em reconstrução contínua diante da transformação infundável das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, todos refletindo a tão necessária resiliência epistemológica destes tempos.

André Lemos tem seu olhar direcionado para os diversos fenômenos daquilo que entendemos por Cibercultura, e parafraseando o pesquisador, de forma não essencialista sobre o fenômeno técnico e por uma visão não estruturalista da vida social a partir da sociologia compreensiva e da sociologia das associações. Lucia Santaella avança, imprimindo um olhar em evolução contínua no qual a Ciência verdadeira evolui a partir de um estar permanente de metabolismo e crescimento. Francisco Rüdiger, por sua vez, construiu sua trajetória sob uma visão reflexiva da sociedade que ora vivenciamos, focando numa construção do saber para além do informativo e do burocrático.

Por fim, um terceiro ponto que temos a destacar entre os pesquisadores traz, ao mesmo tempo, aderências e divergências salutares. Hoje, por conta da já citada aceleração tecnológica irreversível, assistimos uma hibridação dos objetos comunicacionais de sujeitos para coisas, constituindo todo um novo cenário de sociabilidades homem-objetos-máquinas-homem-redes que exige mais um salto no embasamento epistemológico nos estudos de comunicação.

André Lemos e Lucia Santaella focam seus avanços a partir da TAR – Teoria Ator-Rede sustentada por Bruno Latour e outros filósofos de corrente de pensamento francês/europeu. Os textos aqui apresentados por eles sustentam os caminhos do não dualismo e do não cartesianismo necessários às bases epistemológicas da comunicação na contemporaneidade. Por outro lado, Rüdiger apresenta-se mais crítico com relação ao tema, posicionando-se como necessária uma visão questionadora acerca dos próprios conceitos de *episteme* e comunicação diante do momento transformador.

Podemos dizer que os percursos epistemológicos de André Lemos, Francisco Rüdiger e Lucia Santaella aqui relatados representam com muita competência e dignidade a necessária expansão de horizontes do campo da comunicação e sua oportuna centralidade na matriz de saberes da contemporaneidade.

A segunda mesa, coordenada pelo Prof. Dr. Eneus Trindade, trouxe a discussão na perspectiva de *Tradições epistemológicas do campo da Comunicação: três percursos*, tem-se em destaque a expressão do pensamento do Prof. Dr. Antonio Fausto Neto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Prof. Dr. José Marques de Melo (Universidade de São Paulo e Universidade Metodista de São Paulo) e Prof. Dr. Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

A autorreflexão é iniciada pelo Prof. Dr. Antonio Fausto Neto com o texto *Trajeto de pensar em companhia*. O autor apresenta seu modo de olhar para o campo da Comunicação, a partir do que ele denominou de “epistemologia da observação”.

Sua formação doutoral pela École de Hautes Études en Sciences Sociales de Paris na França, na área de Ciências da Comunicação e da Informação, a exemplo de outros pesquisadores que fazem parte desta obra, permitiu-lhe a construção de um olhar teórico que pode ser enquadrado pela tríade interdisciplinar da perspectiva sócio-semio-discursiva. É nesta perspectiva teórica que a mediação reguladora dos sentidos das mídias na vida social se faz emergir, na compreensão deste pesquisador sobre a comunicação.

Seus estudos, majoritariamente, filiados aos produtos jornalísticos sobre os acontecimentos e seus modos de presença na vida cotidiana, como também a cobertura de assuntos políticos e da comunicação na religião, possibilitaram, ao longo de cinco décadas, a consolidação de uma bagagem singular à compreensão dos processos midiáticos. Sua herança intelectual dá-se nas leituras e pelo profícuo diálogo com seus mestres e interlocutores, a exemplo do seu orientador e amigo, Prof. Eliseo Verón.

Tal construção teórica, na companhia de nomes que iluminam o seu percurso de conhecimento, centrada nos processos midiáticos, identifica a possibilidade de crítica e do reconhecimento das lógicas das mídias instituídas na vida social de seus sujeitos, por meio da compreensão da gramaticalidade dos processos discursivos midiáticos, considerada em seus recursos sócio-técnicos-discursivos, suas normas e estratégias. Desse

reconhecimento, nasce a “epistemologia da observação”, a partir da qual o autor oferece uma proposição teórica operativa da comunicação em que se identificam os processos inconclusos da midiaticização na vida cultural.

Antonio Fausto Neto se institui como sujeito pesquisador no campo que, ao mesmo tempo em que buscou seus caminhos teóricos para definição do campo comunicacional, também colaborou para a institucionalização política deste ao ser um dos membros fundadores da Compós – Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação e criar o CISECO – Centro Internacional de Semiótica e Comunicação.

O segundo texto *Circunstâncias que marcaram o percurso de um Jornalista/Pesquisador pelo Campo das Ciências da Comunicação no Brasil (1965/2015)* do Professor José Marques de Melo, registra a contribuição de uma das figuras mais entusiastas e preocupadas com a institucionalização do campo da comunicação no país. Seu texto se refere à recuperação de suas memórias e experiências vividas, trabalhos de pesquisa seus e de alunos que, sob a égide do seu protagonismo ou do seu olhar, serviram à consolidação política do campo da comunicação, por suas abordagens teórico-metodológicas e seus objetos.

A autorreflexão deste pesquisador se pauta no sentido dado por Ortega Y Gasset, isto é, da compreensão do homem e suas circunstâncias. No caso de José Marques de Melo isso diz respeito a ele como sujeito agente na construção do campo comunicacional, desde a sua formação em comunicação na Universidade Católica de Pernambuco, quando contou com a orientação do emblemático Prof. Luiz Beltrão, à sua atuação como jornalista e que depois, já com doutoramento na Espanha sobre tema em Jornalismo, consolida-se na sua atuação como docente na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e, por fim, na Universidade Metodista de São Paulo em São Bernardo do Campo.

O foco institucional do campo sempre esteve e está no horizonte deste pesquisador. Seu legado se faz refletir na legitimação dos estudos em comunicação e de seus objetos como área de saber no âmbito de instâncias governamentais de financiamento da pesquisa e na criação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM, há 39 anos em atividade (entidade esta que se configura como a maior da área e que traduz toda a diversidade do campo).

A partir de sua autorreflexão José Marques de Melo representa um perfil de pesquisa em que o olhar emerge das práticas midiáticas em

direção à construção dos saberes da comunicação na cultura, constituindo-se como um dos sujeitos fundantes desta área no Brasil.

Por fim, *Um trajeto literário e conceitual* é o título dado pelo Professor Muniz Sodré para a sua autorreflexão. O pesquisador é autodidata em idiomas, com formação em Direito, Doutorado em Sociologia da Informação e Comunicação pela Université Sorbonne Paris IV, Professor Emérito da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lugar onde construiu sua carreira docente, e ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional. Toda essa trajetória descreve um percurso profissional exemplar. Pode-se afirmar que Muniz Sodré é, sem dúvida, um dos maiores intelectuais do país e, sem demérito aos demais integrantes da obra, trata-se do grande intelectual da comunicação. O seu pensamento na área evolui da crença sobre as teorias das linguagens e discursos como lugar do pensamento comunicacional, em direção ao melhor sentido de compreensão na vida cultural, instituindo, numa perspectiva antropológico-cultural, aquilo que ele chamou de *bios midiático* e que culmina, mais recentemente, no olhar filosófico da comunicação como *Ciência do Comum*.

Este percurso, nada trivial, aponta para a maturidade de um intelectual que talvez tenha dado o melhor caminho de resposta ao que se poderia denominar de filosofia da comunicação. Não se trata de desmerecer outros percursos que também buscam a afirmação da comunicação a partir de um olhar filosófico, a partir do qual se possa instituir teorias, métodos e procedimentos de pesquisas para a área. Trata-se, antes de tudo, de reconhecer que nesta busca Muniz mostra, de forma singular, as conexões de abstrações da primeira manifestação estética de linguagem, que institui o homem na história, à escrita e à escrita como Literatura. Essas conexões, como potencialidade do exercício intelectual para as tentativas de conceitualizações, permitem a compreensão da natureza complexa do problema comunicacional como campo.

A terceira mesa, coordenada pelo Prof. Dr. Massimo Di Felice, discutiu o tema *Percursos epistemológicos contemporâneos na comunicação*, a partir das trajetórias dos professores doutores Ciro Marcondes Filho (Universidade de São Paulo), José Luiz Braga (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucrécia D'Alessio Ferrara (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

*Pelas trilhas do indecifrável da comunicabilidade*, o professor Ciro Marcondes Filho apresenta sua proposta filosófica-crítica na qual defende

o pensamento da comunicação como objeto raramente observável. O autor parte de um questionamento, será que há sempre comunicação? Para Marcondes Filho há uma diferença entre informar e comunicar. *Grosso modo*, informar é um ato de conservação e o comunicar é um ato de transformação, daí sua ocorrência rara, visto que a maioria das ações são informativas. Essa posição filosófico-crítica tem origem na formação alemã deste pesquisador, cuja atuação tem sido demarcada pelo seu trabalho na liderança do FiloCom, grupo que estuda os desafios filosóficos da comunicabilidade contemporânea.

Já o Professor José Luiz Braga, em *Perspectivas para um conhecimento comunicacional*, trata do problema epistêmico da comunicação como campo interdisciplinar e propõe o delineamento de seus objetos a partir da compreensão da “comunicação como contexto das interações”. Nessa demanda haveria lugar para compreensão da comunicação em suas fragilidades e, portanto, como tentativa, algo inconcluso ou inacabado que não permite uma formulação de pensamento definitivo e generalizante da totalidade das suas ocorrências/objetos. Tal perspectiva busca experimentar a possibilidade de uma epistemologia da comunicação a partir do seu caráter indeciso e, portanto, de uma tentativa à construção de um saber comunicacional possível. O Professor José Luiz Braga, ao longo de sua trajetória, demarca uma importante atuação científica e política para a legitimação do campo sendo um dos fundadores da Compós.

Por um caminho distinto e paradoxalmente semelhante ao do Prof. José Luiz Braga, a Professora Lucrécia D’Alessio Ferrara em *Epistemologia da comunicação: asserção e indecisão* também recupera em sua trajetória autorreflexiva a ideia de epistemologia assertiva que confunde o processo comunicacional com seus objetivos empíricos e busca a compreensão de um processo comunicacional indeciso, próximo ao pensamento de José Luiz Braga, em função das fragilidades e dificuldades impostas nos limites da apreensão dos objetos do campo comunicacional e que se referem às questões fundantes do campo, a saber: a comunicação estaria restrita aos fenômenos da mediação dos meios técnicos? É possível comunicar sem transmitir? É possível duvidar a partir de um conhecimento tido como comunicacional? Tais questões, propostas pela autora são complexas e seriam fundantes da conformação científica da Comunicação como campo do saber, pois definem os horizontes políticos, empíricos, éticos/deontológicos do que pode ser objeto deste campo

e da lógica que tal conhecimento pode instituir na vida social como ciência. A Professora Lucrécia Ferrara apresenta sua proposta com olhar interdisciplinar refinado que parte da sua formação em Letras que se acumula à sua experiência na construção de conhecimento na área de arquitetura, mostrando como é possível pensar a epistemologia da comunicação livre da asserção, característica reducionista, que traz limites ao desenvolvimento do campo comunicacional como possibilidade de área de conhecimento.

A última mesa, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Roseli Figaro, apresentou reflexões sobre o tema *Percursos epistemológicos da pesquisa empírica na Comunicação*, tendo como protagonistas o Prof. Dr. Luiz Cláudio Martino (Universidade de Brasília), a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Immacolata Vassallo de Lopes (Universidade de São Paulo) e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vera França (Universidade Federal de Minas Gerais).

Em *Epistemologia da Comunicação: um percurso intelectual*, Luiz Claudio Martino esclarece seu interesse de pesquisa: “Vejo meu trabalho como uma reflexão sobre a singularidade da comunicação moderna, entendida como a intervenção da tecnologia nos processos de comunicação. Um pensamento e um posicionamento sobre a *atualidade mediática*”. A partir dessa afirmação, o autor estabelece a comunicação mediada por técnicas e tecnologias (as mais diversas) como seu objeto de estudo. A discussão e a polêmica dizem respeito a esse objeto científico específico, fundador de um campo científico. Para Martino, estudar a comunicação é estudar as técnicas e as tecnologias e suas características, especificidades e problemáticas.

Fundar uma ciência significa, para Martino, definir seu objeto próprio e com isso seu campo de atuação e de perguntas possíveis de serem respondidas. O autor critica aqueles que fazem da interdisciplinaridade um eixo de definição para o campo da comunicação.

Segundo Martino, na ciência, uma disciplina deve ter sua própria personalidade, objetos e teorias. Tratar da comunicação como um campo interdisciplinar, formado na intersecção de outras disciplinas, a linguística, a sociologia, a psicologia, a antropologia, a filosofia, entre outras, é tergiversar e não esclarecer a questão central a ser problematizada. Nesse sentido, a interação entre sujeitos não é exatamente um problema comunicacional para Martino; poderá sê-lo se a questão for elaborada sobre como os meios de comunicação (as mídias, em seu mais amplo sentido) compõem o comunicacional.



No entanto, é a trajetória intelectual formada na Filosofia e na Psicologia que marca sua abordagem da comunicação. Martino afirma: “Destes estudos de filosofia e psicologia retiro minha compreensão da teoria geral do conhecimento e a base para os conceitos de processo e meio de comunicação”. A Filosofia clássica e o pensamento de Nietzsche vão influenciar sua forma de pensar o objeto comunicacional. Ele analisa, no plano da epistemologia, a insuficiência da teoria Funcionalista e da escola de Frankfurt; propõe a definição de meio de comunicação como objeto técnico cujo produto é a *expressão social da experiência*; e o desenvolvimento do conceito de comunicação no qual o lastro é “*específico e histórico, centrado no avanço tecnológico do século XIX, constituindo um elo social singular*”. Ou seja, o objeto da comunicação são os meios de comunicação e sua condição de produção da expressão social da experiência. Também é a partir dos aportes da Antropologia da técnica, de André Leroi-Gourhan e de Jack Goody, que Martino vai aproximar os meios técnicos da experiência sensível da mente, ou seja, como afirma o autor: a “*formulação do conceito de meio de comunicação como simulação tecnológica da consciência (mente humana)*”. No tocante a essa abordagem, Martino destaca a *reatividade humana* como o que permite a esse meio técnico simular a consciência humana.

Maria Immacolata Vassallo de Lopes em *Um percurso epistemológico para a pesquisa empírica de comunicação* declara o esforço de reflexão e de autoanálise na trajetória teórico-metodológica até então empreendida. A chave de leitura para sua obra é compreender o paradigma que orienta a desconstrução e a reconstrução dos objetos de pesquisa. Sua paixão pela comunicação é dirigida a dois objetos prioritários de estudo: a telenovela e a metodologia. Esse caminho começa a ser traçado nos primeiros momentos do mestrado, com o estudo dos programas de rádio voltados ao público popular e, depois, no doutorado, quando desenvolve sua proposta de um modelo metodológico. Para Lopes, o modelo que propõe: “Persegue o rigor metodológico sem deixar de lado a ‘*imaginação metodológica*’ do ofício de pesquisador”.

Nesse sentido, a pesquisadora faz um esforço para que a reflexão epistemológica esteja articulada ao próprio desenvolvimento dos procedimentos de pesquisa. É no fazer e na reflexão sobre o fazer que se constrói a prática verdadeiramente científica sem que se oblitere o olhar do pesquisador e o contexto de existência e de edificação do objeto científico. O modelo em rede que propõe articula níveis e fases da pesquisa

e dá condições de o pesquisador manter-se em constante “vigilância e autocontrole”. Desse permanente movimento de reflexão epistemológica, segundo a autora, “resulta a *autonomia relativa da pesquisa*”.

Ainda em termos de uma sociologia da ciência, Lopes considera que o conhecimento científico é resultado das condições concretas de sua produção. Aqui a autora nos inspira a problematizar o campo da comunicação a partir do que ela denomina de três contextos de produção: *o discursivo*: “no qual podem ser identificados paradigmas, modelos, instrumentos, temáticas que circulam em determinado campo científico”; *o institucional*: “constituído por mecanismos de mediação entre as variáveis sociológicas globais e o discurso científico e que se realizam como dispositivos organizativos de distribuição de recursos e de poder dentro de uma comunidade científica”; e *o histórico-social*: “onde residem as variáveis sociológicas que incidem sobre a produção científica, com particular interesse pelos modos de inserção da ciência e da comunidade científica dentro de um país ou no âmbito internacional”.

Com esse desenho metodológico, articulado à reflexão epistemológica no quadro mais geral das ciências sociais no Brasil, Lopes volta-se para os estudos da comunicação tendo como objeto privilegiado a telenovela e a ficção televisiva em geral. Suas contribuições para a área são publicações reconhecidas nacionalmente e internacionalmente, sobretudo, na articulação de grupos de pesquisa, configurando redes como o Observatório de Ficção Televisiva Obitel; e o Centro de Estudos de Telenovela (CETVN) da ECA-USP.

A professora e pesquisadora Vera França no artigo *Partilhando experiências: a atração e o desafio da comunicação* declara-se: “fui atraída pelo viés comunicacional, pela maneira como a linguagem, a produção discursiva se insere no âmago das relações, configurando-as, abrindo possibilidades ou afunilando o desafio do encontro com o outro”. É da filosofia da linguagem, a exemplo de Paul Ricoeur, que a autora problematiza a comunicação como *paradoxo* entre a *transgressão* dos limites e a distância *intransponível* entre o eu e o outro. Suas primeiras influências, ainda em um período de desenvolvimento inicial do pensamento comunicativo na América Latina, foram: “o pensamento crítico da Escola de Frankfurt, a Teoria da Dependência, a matriz dialógica de Paulo Freire, aos quais aproximou autores como Armand Mattelart, Luiz Ramiro Beltrán, Antonio Pasquali, Héctor Schmucler, entre outros”.

Mais adiante, num processo de amadurecimento intelectual e de seu perfil de pesquisadora, França depara-se com a dificuldade de entender o que é *comunicação*, para além de uma abordagem dual: ou funcionalista ou “crítica”. E afirma: “Dei-me conta de que o desafio não era apenas buscar formas de estudar o que é a comunicação, mas também de compreender como ela é estudada, e identificar as incidências que diferentes teorizações produzem na apreensão desse objeto de estudo.” Suas escolhas teóricas foram se configurando pelos desafios da pesquisa empírica na medida em que foi se dando conta “dos riscos de ir a campo dotada de convicções fortes e teorias muito definidas”.

Esse aprendizado faz com que Vera França se aproxime de teóricos franceses que se revelarão importantes para direcionar seu olhar aos objetos de pesquisa da comunicação. A obra de Michel Maffesoli permitiu-lhe abrir-se para a “força do relacional e do sensível como elementos centrais na construção da abordagem metodológica”; e, assim como, a colaboração com Maurice Mouillaud lhe permitiu chegar “ao viés do acontecimento” como “um conceito” que se revela “significativo” para a pesquisa. Além deles, Roger Chartier – história cultural – e Patrick Charaudeau – Análise do Discurso –, formam um quadro de referência que lhe permite aprofundar suas reflexões sobre o comunicacional.

Dessa forma, França vai construindo um caminho de pesquisa que lhe possibilita a “crítica epistemológica ao modelo transmissivo” e lhe orienta a “apreender a complexidade da prática, a globalidade dos fenômenos analisados”. Ao apropriar-se de “um paradigma de apreensão da dinâmica comunicacional inscrita no fenômeno”, França traz para suas pesquisas o “conceito de interações comunicativas, ou modelo relacional da comunicação – perspectiva que desde então vem orientando [seus] trabalhos”.

Dessa forma, as problematizações sobre o campo da comunicação e seus objetos de pesquisa estão demarcadas, para Martino, pela especificidade das tecnologias e das mídias e a potencialidade delas de simular a consciência humana. Para Lopes, os contextos de produção de uma ciência e suas especificidades estão relacionados à potencialidade da construção dos objetos científicos, a partir de reflexões epistemológicas que articulam o campo da comunicação, como campo científico, no contexto de produção do discursivo, do institucional e do histórico-social. E, para Vera França, o objeto comunicacional é compreendido por meio da problematização da comunicação como acontecimento e interações a ser estudado por meio de

um modelo relacional. As três abordagens no que têm de distantes, têm de relevância ao nos permitir constatar a maturidade das reflexões e a qualidade do conhecimento produzido sobre as ciências da comunicação.

As trajetórias dos doze pesquisadores e as discussões ocorridas nas mesas do *II Seminário Nacional de Epistemologia da Comunicação* demonstram na *práxis* e pelos recortes e opções teórico-metodológicos que o campo das Ciências da Comunicação no Brasil está em plena evolução, buscando a necessária adequação aos novos tempos em que a comunicação assume um protagonismo multi e transdisciplinar na sociedade.

A área, com base nas autorreflexões apresentadas, parece manifestar dois aspectos importantes de seu estágio atual: a) o campo tem buscado perseguir seus objetos diversos a partir de problematizações de pesquisas que garantam a especificidade da comunicação. Isto é, a natureza do problema é que dá o caráter de pesquisa em comunicação aos seus objetos e não o *corpus* empírico por si mesmo; b) em função disso, percebe-se que a área, entre seus pesquisadores destacados, já apresenta profundos sinais de que as pesquisas no campo não são apenas multidisciplinares (trazendo o conhecimento de outras áreas de saber/disciplinas aplicadas aos objetos da comunicação), assumindo de fato a natureza complexa de seus objetos, por problematizações na perspectiva inter e transdisciplinar, isto é, a comunicação como elemento resignificador de outros saberes, a partir de suas problematizações específicas.

O Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo – PPGCOM-USP espera, com a sistematização do seminário aqui apresentada em livro, contribuir para a multiplicação dos debates e para a contínua evolução e atualização de nosso campo de atuação.

## **Parte I**

---

# **Percursos epistemológicos nas novas mídias**



# Da Engenharia à Comunicação. Traduções e Mediações para compreender a Técnica e a Comunicação na Cultura Contemporânea<sup>1</sup>

ANDRÉ LEMOS<sup>2</sup>

---

## 1. APRESENTAÇÃO

O objetivo desse ensaio é apresentar um resumo do meu percurso acadêmico no campo da comunicação no Brasil<sup>3</sup>. Se há aqui algum interesse, este se situa no processo multidisciplinar, construído sem muita consciência, passando aos poucos da engenharia (graduação) para o estudo da história das ciências e da filosofia da técnica (mestrado), migrando para a sociologia (doutorado), chegando à comunicação após o término da formação doutoral. A construção teórico-epistemológica do meu trabalho se dá no cruzamento de uma formação nas ciências exatas (engenharia mecânica), nas ciências sociais (filosofia e sociologia) e na comunicação.

Desenvolvo pesquisas no campo da cultura digital desde meados dos anos 1990 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da UFBA, com apoio de bolsas de pesquisa do CNPq. Meu percurso epistemológico foi construído por um olhar não essencialista sobre o fenômeno técnico e por uma visão não estruturalista da vida social a partir da sociologia compreensiva e da sociologia das associações. Este viés marca as minhas pesquisas na área da “Cibercultura” no Brasil ao longo dos 20 anos de atuação. Minha linha de pesquisa atual investiga as características infocomunicacionais dos objetos nos recentes fenômenos da “Internet das Coisas”, do “Big Data” e

---

1. Este artigo adapta (amplia e modifica) parte do meu memorial acadêmico apresentado no processo de progressão para a classe de professor titular da FACOM/UFBA em dezembro de 2014, inédito.

2. Professor titular da Faculdade de Comunicação da UFBA e Pesquisador 1A do CNPq. <<http://andrelemos.info>>

3. Agradeço o convite e as orientações da Professora Maria Immacolata Vassalo de Lopes para apresentação desse artigo no IBERCOM 2015 (USP) e para a sua publicação.

das “*Smart Cities*”, adotando a postura epistemológica da Teoria Ator-Rede (TAR) (LATOURE, 2005, 2012).

Neste artigo, em um primeiro momento faço uma discussão sobre a epistemologia da ciência a partir da TAR. Aponto como a ciência institui uma forma específica de acesso ao mundo, sendo que esta não esgota a realidade, mas a constrói, constituindo a *res extensa* como uma *res extensa cogitans* (LATOURE, 2012). Esse é um dos problemas centrais da epistemologia da ciência, seja daquela das coisas (as naturais), seja a dos sujeitos (as humanas). No caso específico da área em questão, ao tratar fenômenos da comunicação não podemos aderir a uma única epistemologia, mas a formas diferenciadas de acesso ao mundo. O meu olhar sobre os fenômenos comunicacionais é devedor desta epistemologia.

Em um segundo momento, descrevo meu percurso da engenharia à comunicação. A migração começa no mestrado na COPPE/UFRJ onde “sofro” forte influência da filosofia crítica frankfurtiana da tecnologia e depois no doutorado na Université René Descartes (Paris V, Sorbonne), no qual adoto a perspectiva da sociologia do cotidiano e da apropriação social da tecnologia para entender a incipiente cultura digital em formação nos anos 1990. Ironicamente, minhas atuais pesquisas no campo das ciências da comunicação me reaproximam, pelo viés dos objetos comunicacionais, da materialidade dos processos e da filosofia da técnica, mais uma vez da engenharia. Saí da engenharia para me tornar filósofo e sociólogo, e hoje retorno e passo a reivindicar o lugar de um “engenheiro analista dos processos sociotécnicos da comunicação”.

## 2. SOBRE EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA

Em seu artigo, “Trazendo as coisas de volta a vida”, Tim Ingold (2012) diz:

Pensar a pipa como um objeto é omitir o vento – esquecer que ela é, antes de tudo, uma pipa-no-ar. E, assim parece, o voo da pipa é resultado da interação entre uma pessoa (quem a empina) e um objeto (a pipa); enquanto tal, ele só pode ser explicado imaginando que a pipa seja dotada de um princípio animador interno, uma agência, que a coloca em movimento, na maioria das vezes contrária a vontade daquele que a empina. De modo mais geral, sugiro que o problema da agência nasce da tentativa de reanimar um mundo de coisas já morto ou tornado inerte pela interrupção dos fluxos de substância que lhe dão vida.



A ciência é uma forma específica de acesso ao mundo. A epistemologia diz sobre a forma desse acesso ou como se pode conhecer algo. O problema é sempre a incapacidade de dizer a verdade sobre uma coisa, já que quando falamos da coisa estamos falando da forma como criamos um específico acesso a ela. A pipa de Ingold é inesgotável pelas ciências do sujeito ou da coisa (as naturais). O mesmo podemos dizer dos objetos comunicacionais. Isso não significa que não possamos produzir boas e eficazes formas de acesso a eles. Sim, podemos. As ciências da comunicação, em suas diferentes disciplinas e ao longo de sua evolução na história das ciências sociais (estudos de efeitos, de mídia, de recepção, dos signos e significados, da economia política...) têm produzido formas eficazes de acesso aos objetos, sujeitos e processos comunicacionais.

No entanto, para um campo disperso, plural e inicialmente híbrido e devedor de construções epistemológicas oriundas da história, da sociologia, da psicologia, da administração e da economia política, produzir um olhar próprio sobre o campo (uma disciplina própria) me parece uma ilusão (epistemológica), assim como seria também pensar que há uma disciplina da sociologia, da filosofia, da história, mesmo que esses campos estejam política e historicamente configurados. Essa ilusão se origina, justamente, por ser a ciência uma forma de acesso ao mundo e não o mundo nele mesmo. Este, o mundo, é irreduzível a uma filosofia do acesso.

No capítulo três do *Enquête sur les Modes d'Existence* (2012), o sociólogo francês Bruno Latour anuncia esta perigosa mudança de correspondência entre o pensamento sobre o mundo e o mundo com o surgimento da ciência moderna. Revelar e discutir esta tensão é um dos pilares para entender e produzir uma antropologia dos modernos e revelar suas formas de ação sobre o mundo, seus modos de existência. A ciência moderna, afirma Latour, diferentemente da forma de conhecimento pré-científico, ou mágico-religioso, no qual o conhecimento se confunde com a coisa, tem a pretensão de esgotar a coisa conhecida revelando-a. Mas, diferente do que poderia se pensar, esta epistemologia científica mais do que desvelar a *res-extensa* acaba por reduzi-la, como forma de domínio, a uma *res-extensa-cogitans* (a coisa pensada pelo sujeito).

Há uma diferença epistemológica importante aqui. Ao dizer que a ciência fala do mundo real e revela suas leis e essências, instituímos um erro epistemológico importante. O que ela faz é esconder de fato o mundo por detrás da criação de um duplo que seria essa *res extensa cogitans*, produzida

por um sujeito que conhece. A ciência, que diz fazer aparecer a natureza pela sua forma de conhecer, de fato a esconde. Mas esse esconder é produtivo, o que faz com que o problema fique ainda mais obscuro. Para Latour, a modernidade tecnocientífica é o sucesso do ocultamento da *res extensa* na produção eficiente de uma *res-extensa cogitans* como o mundo conhecido.

Essa é uma visão interessante para pensarmos qualquer epistemologia e particularmente a do nosso campo, minando qualquer pretensão (epistemológica e não política, econômica, administrativa), de fundar uma disciplina que possa revelar a *res extensa* do campo. Vamos sempre produzir *res extensa cogitans* dos objetos que apontamos (não sem problemas) como “comunicacionais”. Podemos investir nessa busca por uma epistemologia do campo sabendo de antemão que não estamos falando do mundo, mas produzindo uma forma de acesso a ele.

A ciência pretende produzir conhecimento sem pagar pelas cadeias de referências (as mediações que produzem e constroem – e não revelam – o objeto) criadas pelos diversos instrumentos da própria forma de acesso científico ao mundo. Deve-se pagar pelas mediações e entender as redes que se fazem nessa forma de acesso ao mundo. Só um pensamento que produza transformações sem mediação poderia afirmar o contrário. Não se trata da existência de um “sujeito cognoscente” de um lado, e da coisa conhecida (*res extensa*) do outro, pois são cadeias de referência que constroem o conhecimento em uma mistura de sujeito e objeto.

Sempre que ocultamos as mediações e afirmamos a correspondência de um pensamento ao mundo, caímos nas ilusões do demônio moderno, chamado por Bruno Latour de “Duplo Clique” (DC). Cada área do conhecimento deve se esforçar em identificar os seus DC. Quando as cadeias de referência (tudo aquilo, material ou conceitual que nos permite o “acesso” à coisa) são esquecidas, salta-se de um lado para o outro, aniquilam-se as redes, instituem-se caixas-pretas considerando-se apenas as extremidades, produzindo o que Alfred Whitehead (1920) vai chamar da Grande Bifurcação (o sujeito e o mundo). É isto que faz o demônio Moderno, da purificação, do fim das mediações e traduções, o Duplo Clique. É a ação deste “gênio do mal” que vai acusar tudo que necessita de uma rede para existir de falso, tudo que precisa de tradução, de mediação, e de construção de “relativistas”. Todos os que estão atentos às redes, às transformações por saltos e descontinuidades são estigmatizados por Duplo Clique como “relativistas”.

Não se trata de dizer que uma coisa é irracional (relativistas) e a outra é racional (absolutistas), mas de fazer aparecer uma racionalidade que seja menos arbitrária, não podendo ser aplicada de forma absoluta a tudo, sem pagar as transformações e mediações em rede. Devemos então entender essas diversas formas de acesso aos objetos comunicacionais como devedores de suas mediações e esquecer (pelo viés epistemológico) a ilusória vontade de constituição de um campo próprio com fronteiras bem delimitadas.

A modernidade, período no qual surgem as primeiras disciplinas do campo da comunicação, começa justamente com a expansão de uma ciência moderna (no século XVII e XVIII), ancorada em uma epistemologia centrada na razão, na linguagem matemática, na experimentação e no universalismo. Ela vai justamente ser uma alternativa a formas de conhecer centradas nas crenças e nas religiões. As questões dos modernos giram em torno da correspondência entre o mundo e os enunciados do mundo, entre as “palavras e as coisas” (Foucault). O científico é assim um tipo particular de verificação que passa a ser tomado como a verdade da forma de entender a relação entre verdade e realidade. Mas, como afirma Latour (2012, p. 81):

En effet, dès qu'on parle de correspondance entre le monde et les énoncés sur le monde, on ne sait jamais exactement *de quoi* l'on parle, si c'est du monde ou si c'est de la Science. Comme si les deux, par la notion floue de correspondance, s'étaient en fait amalgamés jusqu'à se confondre.

A ciência passa a absorver toda a realidade, deixando aos outros modos de conhecer a possibilidade de serem formas depreciadas de “jogos de linguagem”. Para exemplificar seus argumentos, Latour dá exemplo do seu acesso pessoal ao Monte Agulha<sup>4</sup>, mostrando a correspondência construída entre o mundo (o Monte) e a ciência e sua reprodução (o mapa do monte). O primeiro sendo constantemente desafiado pela inscrição da carta a partir de cadeias de referência (mapa, o monte, o caminho, as balizas). O autor encontra-se assim no interior de uma “rede” que coloca em associação o monte, o mapa, as balizas e forma uma espécie de conduto, de correspondência, de passagem entre seus

---

4. Latour descreve nesse capítulo do *Enquete* seu passeio pelo Monte Agulha, tendo como guia um mapa e as balizas de marcação deixadas ao longo do caminho.

elementos. O mapa não é o território (o que seria a perdição total), mas produtor de cadeias de referência (com o Monte e as balizas). Como afirma Latour (2012, p. 98): “*nous puissions célébrer à la fois le Mont Aiguille et la carte du Mont Aiguille, sans devoir oublier ni l’un ni l’autre, sans devoir réduire l’un à l’autre*”!

O mapa conecta a mobilidade (de quem se desloca pelas referências) e a imobilidade (a carta a ser confrontada) e aí se produz o acesso ao objeto. Não se trata da realidade do objeto, já que esta seria sempre irreduzível ao sujeito. O mapa não se parece nem um pouco com o monte, mas dá a exata localização e o usuário pode ir e vir em segurança pelas cadeias de referências, pelos documentos no qual não há nenhuma semelhança entre eles. É a rede que permite o acesso. Nesse sentido, o espírito conhecedor e a coisa conhecida não são duas extremidades da ação, mas produtos criados pelas cadeias de referências. Podendo reconhecer, nas suas diferenças, um e outro o tempo todo.

Reconhecer ser essa “realidade” uma “construção por cadeias de referência” leva muitos dos modernos a identificá-la como falsa. Sendo construída, ela não revelaria um conhecimento verdadeiro sobre o mundo. No entanto, é justamente por ser operadora de mediações e cadeias de referências que a epistemologia científica é eficiente. Ela acerta errando de modo. Ela quer ser acesso à coisa sem pagar pelas medições criadas por suas próprias cadeias de referências. Ela tenta (nos fazer) esquecer que o conhecimento é o resultado progressivo da extensão das cadeias que montam em determinada situação (uma rede de mediadores). Se pularmos do sujeito ao objeto, matamos a rede por um passe de mágica e entramos na ilusão de que conhecemos o mundo nele mesmo (a *res extensa*). Como explica Latour:

Paradoxalement, ou bien on se concentre sur les extrémités (chose connue et sujet connaissant) et l’on ne voit rien de la chaîne qui ne pourra plus s’étendre; ou bien on se concentre sur la chaîne: la chose connue comme le sujet connaissant disparaissent mais la chaîne, elle, va pouvoir s’étendre. (...) Les chaînes de référence ne sont pas des ponts de liane accrochés d’un côté à l’esprit de l’autre à la réalité, mais des serpents — ne dit-on pas le serpent de la connaissance ! — dont la tête et la queue s’éloignent au fur et à mesure qu’il s’allonge et grossit...

Conseqüentemente, a ciência ao pretender revelar a *res extensa produz, de fato, o seu ocultamento*. As coisas não passam pelos mapas, fórmulas matemáticas, desenhos geométricos para existir, já que o que elas são não tem a mesma propriedade das inscrições, das documentações e das informações cientificamente produzidas (ou suas “qualidades primárias”). O acelerador de partícula é uma forma de acesso ao Bóson de Higgs. Este, pelas cadeias de referências, foi produzido, inventado, construído e descoberto ao mesmo tempo! E não é falso por isso, já que é assim que ele encontra sua condição de veracidade. De forma similar, a teoria do Big Bang é uma forma de acesso a uma cosmogonia (científica) por cadeias de referências, assim como a explicação dos Astecas (mágico-religiosa) sobre a origem do universo (outra forma particular de acesso ao mundo). Estes são, portanto, modos de existência que precisam conviver.

Pergunta então Latour: como não ser injusto com o mundo (não o reduzindo à coisa conhecida) ou com o sujeito (não o reduzindo ao espírito que conhece)? Qual seria o modo que poderíamos apontar aqui que considere, ao mesmo tempo, as coisas que existem e os instrumentos de criação de correspondência entre o espírito e a coisa? Podemos fazer surgir, ao mesmo tempo, o mundo (que paradoxalmente a ciência apaga) e o mapa do mundo sem fusioná-los na noção rápida de correspondência linear sem mediação? Aparece aqui o problema do sujeito e do objeto no cerne da modernidade e um problema que devemos pensar na discussão sobre epistemologias da comunicação.

Não podemos mais continuar nesta confusão entre as coisas e os instrumentos das cadeias de referências. Não se trata de fazer aqui uma crítica ao conhecimento científico (já que ele é muito eficiente em sua forma de acesso ao mundo), mas pensar em uma correção do seu posicionamento (devedor de cadeias de referência). Acedemos às coisas pelos encadeamentos de referências, já que as coisas são inacessíveis nelas mesmas. Mas não pode vir daí a crítica, já que esta é a forma de acesso a ela. A ciência é uma forma poderosa de acessar a coisa, mas não pode reduzi-la à correspondência. A crítica não pode ser que o conhecimento com os “truques” da rede não é conhecimento. Ou que o conhecimento construído é falso. Ele só é conhecimento justamente por ser construído, entendendo que acedemos às coisas por encadeamentos.

Dada esta rápida introdução centrada nos objetivos precípuos deste Seminário (“Epistemologia da Comunicação”), volto ao que me foi

solicitado e falo um pouco sobre o meu percurso acadêmico e as minhas escolhas epistemológicas para compreensão do meu objeto de estudo: a comunicação e a cultura digital.

### **3. DA ENGENHARIA À COMUNICAÇÃO**

Sem muita consciência, fui da engenharia à comunicação. Este percurso, embora pareça tortuoso, tem certa linearidade e lógica: a busca pela compreensão do fenômeno técnico na cultura, na sociedade, na comunicação, unindo fazer e saber, migrando das ciências exatas para as ciências humanas e aplicadas. Em muitos momentos e lugares, fui questionado sobre ser engenheiro e querer estudar filosofia, ou sobre ser engenheiro e ir fazer um doutorado em sociologia, ou mesmo ser professor em uma escola de Comunicação<sup>5</sup>.

Formei-me em Engenharia Mecânica pela UFBA em 1984. Fiz engenharia pois me interessava pelo funcionamento e pelo papel dos objetos e máquinas. Ainda muito cedo, na graduação, emerge o gosto pela leitura e a necessidade de compreensão mais ampla do fenômeno tecnológico. Aos poucos vou descobrindo um desejo de entender melhor a ciência e a cultura técnica por um viés que não fosse apenas o da prática da engenharia. Este entendimento, infelizmente, a escola de engenharia, na época, não me dava. Ela prepara o estudante para o fazer prático e não para o entendimento das questões correlatas à prática da engenharia. Precisava, portanto, de instrumentos teóricos para pensar uma sociologia e filosofia da técnica que a escola não me oferecia. Mas queria entender o funcionamento das coisas, instrumentos, máquinas e processos. Por isso fui até o fim da formação.

Comecei de forma autodidata a ler tudo que podia sobre esse tema. E isso em uma época sem internet e em Salvador, onde as ofertas em bibliotecas e livrarias eram mínimas. Não havia disciplinas sobre tecnologia e sociedade, ou sobre história das ciências e tecnologias. Nenhuma destas questões era discutidas na Faculdade. A formação era totalmente voltada para os aspectos técnicos da prática. Consequentemente, aos poucos fui me distanciando da ideia de ser um engenheiro (prático) e me aproximando do sonho de ser um engenheiro-sociólogo ou filósofo. Meu interesse era estudar os aspectos sociais, culturais e políticos do desenvolvimento da

---

5. No entanto, este questionamento me foi feito por pessoas e instituições de outras áreas, nunca por pesquisadores, alunos ou instituição da área de Comunicação no Brasil.

tecnologia. Me aproximava do sentido etimológico da tecnologia como uma “*tecné + logos*” ou seja, de uma filosofia da técnica.

### 3.1. Filosofia Crítica da Tecnologia

Descobri no final da graduação o curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ, com uma linha de pesquisa voltada para “política de ciência e tecnologia” (hoje chama-se “Gestão de Iniciativas Sociais”), com forte ênfase na filosofia e sociologia da técnica e história da ciência. O curso visa (ainda hoje) dar uma formação humanista aos engenheiros e preparar futuros gestores de Ciência e Tecnologia (C&T). Achei à época que seria uma boa transição.

Em 1986 sou aceito no curso de mestrado, começando meu caminho para as ciências humanas. O Prof. Roberto dos Santos Bartholo Jr., doutor em filosofia da técnica por uma universidade alemã, me aceitou na condição de orientador e me deu “régua e compasso”, ensinando-me a pensar e a produzir textos mais rigorosamente vinculados ao exercício analítico e exploratório. Mergulhei, sem muito conhecimento prévio, no estudo da sociologia e da filosofia da técnica. No meu incipiente projeto de pesquisa tinha o objetivo de fazer uma crítica da modernidade científica e tecnológica e encontrar formas concretas de resistências. Minhas referências naquele momento foram as obras de autores como Lewis Mumford, Oswald Spengler, Hans Freyer, Michel Foucault, Daniel Bell, Alvin Tofler, Karl Polanyi, Max Weber, Jürgen Habermas e Walter Benjamin.

Por sugestão do próprio prof. Bartholo Jr., tomei como contraponto (resistências) uma expressão da cultura negra baiana (os grupos de “Afoxés da Bahia”) que misturavam elementos religiosos e lúdicos, entendido então como contrapontos à racionalidade científico e tecnológica. Este objeto de pesquisa me permitiu entender os “modos de existência” (LATOUR, 2012) dos modernos, a filosofia da técnica, a história e a sociologia da ciência e a dimensão sociocultural do povo brasileiro. Estudei a formação da cultura brasileira, africana e baiana com Darcy Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Antônio Risério, Muniz Sodré, Roger Bastide, Pierre Verger, bem como as dimensões religiosas e lúdicas com Jackob Needleman, Rubem Alves, Mircea Eliade, Edgar Morin, Johan Huizinga, Roger Caillois, entre outros. Defendo, e sou aprovado, em março de 1991 com a dissertação intitulada “Tempos e Movimentos. Sobre a modernidade vivida e resistências”.

Sem saber, estava entrando já nesse momento em uma dimensão de análise de um produto comunicacional importante ao tratar de um grupo vinculado ao carnaval, produto cultural forte e amplamente estudado na área. O objeto era comunicacional, mas a epistemologia não. Não fiz análise do processo midiático do carnaval, ou das formas de inter-relação no interior do bloco ou nas suas dimensões institucionais. Não analisei suas semioses ou produção discursiva, nem me interessei pelo viés da recepção. Com entrevistas e imersão etnográfica, tentei entender, de forma muito simples, seus elementos constitutivos e compará-los com os “modos de existência” dos modernos<sup>6</sup>. Fiz uma “antropologia dos modernos” por contraste a dimensões naquele momento vistas como “não modernas”. O objetivo foi apontar, a partir de uma perspectiva filosófica e antropológica, as formas de resistência lúdico-religiosas a uma modernidade científica e tecnológica globalizante.

A formação no mestrado foi de base crítica, fortemente marcada pelo estudo dos pensadores da escola de Frankfurt. Esta epistemologia me deu elementos cruciais para o desenvolvimento de um pensamento futuro sobre a cultura digital. Pensar a modernidade tecnocientífica e as dimensões de suas redes sociotécnicas constituídas historicamente passava, naquele momento, por uma abordagem histórico-filosófica ancorada na denúncia dos mecanismos que solapavam as dimensões comunitárias, religiosas, simbólicas e plurais não vinculadas ao mercado ou a uma racionalidade instrumental. Só depois percebi que nesse quadro faltava algo e que, de fato, “jamais tínhamos sido modernos” (LATOUR, 1994). O quadro estava, portanto, incompleto. Mas só percebi isso muito tempo depois.

No que se refere a influências do campo da comunicação, os professores da Escola de Comunicação da UFRJ foram decisivos naquele momento, principalmente aqueles voltados para uma perspectiva filosófica do fenômeno técnico. A revista “Tempo Brasileiro” era uma companheira permanente nas minhas leituras. Conheço e sou influenciado pela leitura de autores como Muniz Sodré, Marcio Tavares do Amaral, Emanuel Carneiro Leão, Eduardo Portella, Henrique Lima Vaz, e do meu orientador Roberto Bartholo Jr. Junto a eles estavam J. Habermas, T. Adorno, M. Horkheimer,

---

6. Naquela época tive contato apenas com o *Jamais Fomos Modernos* de Bruno Latour. Não havia a noção de “modos de existência”. Essa é uma reflexão posterior. A perspectiva de uma “antropologia dos modernos” ainda não me influenciava diretamente. O seu impacto no meu trabalho só vai aparecer mais recentemente, a partir dos anos 2000.



H. Marcuse, Eric Fromm, W. Benjamin, assim como M. Heidegger e F. Nietzsche. Sem ter consciência clara, professores do campo da comunicação apareciam me dando bases teóricas para compreender a “questão da técnica”. Uma epistemologia de base marxista era importante para entender o surgimento e constituição da era moderna, elemento fundamental para o acontecimento de uma sociedade da comunicação. O surgimento da informática e a convergência com as telecomunicações deveriam ser analisadas tendo em vista o legado frankfurtiano, mas indo além dele.

### 3.2. Sociologia do Quotidiano e Apropriação social da Tecnologia

O surgimento da microinformática, mostrando formas interessantes de criação e apropriação das novas tecnologias de base microeletrônica a partir de relação inusitada entre vida social e desenvolvimento tecnológico me levou a reconhecer incompletudes no pensamento crítico, exigindo uma outra epistemologia que desse conta da cultura digital que então emergia. A minha hipótese de trabalho era então (e ainda é) a de que a relação homem-tecnologia-sociedade é um contínuo e não pode ser definido por essências imutáveis de quaisquer umas dessas dimensões. Não é possível definir o homem sem a dimensão da técnica. Cada época da história aponta para redes sociotécnicas específicas que devem ser analisadas por olhares múltiplos.

A relação entre a sociabilidade e as novas tecnologias de base microeletrônica criavam, nos anos 1970, uma incipiente cultura digital com traços de forte dimensão vitalista. Assim sendo, na minha visão, ela exigia novos instrumentos teóricos para a sua compreensão, ampliando e apontando os limites da escola crítica adotada até então nas minhas pesquisas. As análises críticas me pareciam por demais estruturalistas, cegas para as dinâmicas sociais que então apareciam como motor das transformações tecnológicas. Precisava de uma epistemologia que olhasse para os movimentos da vida social sem grandes enquadramentos prévios com o intuito de compreender o novo fenômeno sem engessá-lo de antemão.

Me interessei pela “revolução” dos microinformática e as novas redes sociotécnicas criadas com a telemática, tendo na incipiente internet a sua figura emblemática. Escolho analisá-la a partir de uma sociologia que fosse atenta à vida quotidiana, às formas de sociabilidade e aos desvios, apropriações e produção de sentidos que não estivessem congelados por um sistema total, fechado, estruturando de uma vez por todas as formas

de relação entre sociedade, tecnologia e cultura. Muitos noticiavam uma guerrilha surgindo de baixo contra a grande informática, um movimento de jovens que se associavam, de maneira criativa e lúdica, aos objetos técnicos, criando novos usos para a informática de origem militar, governamental e empresarial.

Esta conjunção de rebelião da informática e de uma cultura “pós-moderna” me encantou já que parecia haver vida querendo se infiltrar na “razão tecnológica”. Senti um choque entre a visão crítica (da minha formação frankfurtiana) e o vitalismo social que se apropriava dos computadores, criando a microinformática e expandido a internet para fora do círculo militar. Ainda no mestrado conheci a obra do sociólogo francês Michel Maffesoli (principalmente *A conquista do Presente* e *O tempo das Tribos*) que parecia oferecer uma postura epistemológica interessante para compreender esta nova realidade sociotécnica. A forma de conhecer da sua sociologia (pós-moderna, vitalista, empática, tribal) caía como uma luva para a compreensão da cibercultura nascente.

O pensamento maffesoliniano é herdeiro de uma linhagem que vem da sociologia compreensiva de Weber, do olhar atento aos fenômenos de sociabilidade urbana de G. Simmel, da psicossociologia de Gabriel Tarde, da microeconomia de W. Pareto, mostrando como a ação social baseia-se em aspectos não racionais, das formas de ligações comunitárias de M. Bolle de Bal, da força do imaginário de G. Durham e das noções de efervescência de E. Durkheim. A sua obra, e a leitura dos autores que constituem o cerne das suas principais influências teóricas, me dava fundamentos sociológicos importantes para compreender a “tecnosociabilidade” emergente em contraponto com a crítica frankfurtiana da cultura tecnológica e das mídias de massa.

A sociologia que me interessava à época reforçava aspectos do “mundo da vida” e não do “sistema”, mostrando como a partilha de sentimentos, o fazer junto, a estética da existência, o tribalismo são elementos importantes a serem considerados para compreender a vida social no final do século XX, particularmente a emergente cultura digital. Este instrumental conceitual e metodológico (ver o social se fazendo, dar atenção às formas formantes, deixar o objeto falar) da sociologia maffesoliniana me pareceu muito apropriado para analisar a cultura digital como uma nova sinergia entre a técnica e a vida social. Terminei o mestrado e decidi que iria estudar com ele na França.

Em 1991 sou aceito para o doutorado pleno na França com Michel Maffesoli na Université René Descartes, Paris V, Sorbonne, com uma bolsa do CNPq. O objetivo, em um primeiro momento, era estudar o *underground* da informática, a revolução dos microcomputadores, a cultura “cyberpunk” que se formava no final dos anos 1980 e início dos 1990. No entanto, em 1992 a cultura digital ganhava contornos muito maiores, revelando aspectos sociais, comunicacionais, cognitivos, políticos globais. Resolvo então, por ainda haver poucos estudos mais amplos sobre o tema (havia muitos para aspectos particulares desta cultura emergente – como sobre games, realidade virtual, ciberespaço, comunidades virtuais...), ampliar o escopo da pesquisa.

Proponho na pesquisa de tese investigar a cultura digital tendo como hipótese ser ela o resultado, não de um macrodeterminismo tecnológico, nem de um microdeterminismo social, mas de uma relação específica entre a sociabilidade dita “pós-moderna” e as tecnologias de base microeletrônica. A cibercultura nascente é fruto de uma relação específica criada por redes sociotécnicas que, naquele momento, apontava para uma nova relação entre a tecnologia e a vida social contemporânea em sua dimensão quotidiana.

Conheci mais de perto o trabalho de Jean Baudrillard, Paul Virilio e Edgar Morin, com que tive o prazer e a oportunidade de contatos pessoais durante o doutoramento. Baudrillard participou de uma conversa com pesquisadores do grupo de pesquisa criado por mim na Sorbonne, o GRETECH<sup>7</sup>, fiz um curso com Paul Virilio no Collège International de Philosophie e entrevistei Edgar Morin (publicada na revista *Sociétés*). Pude entender os mecanismos complexos, dos simulacros e da hiper-realidade ampliados pelas novas tecnologias digitais, a dinâmica feroz da dromologia. Viajei pela Europa na busca de um contato mais próximo de *hackers* e pensadores da cultura digital. Pierre Lévy, Edmond Couchot, Leo Scheer, Derrick de Kerckhove, Michel Benedikt, Michel Heim, Nicholas Negroponte, Brenda Laurel, entre outros, apontavam para dimensões específicas da cultura das “novas mídias virtuais”.

---

7. Criei, em 1994, o Groupe de Recherche sur la Technique et le Quotidien (GRETECH), no Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien (CEAQ) da Paris V, dirigido por Maffesoli, justamente para discutir a cultura digital pelo olhar de uma sociologia do quotidiano. Esse grupo existe até hoje. Comecei, portanto, com os pioneiros da área na Europa, a estudar a incipiente cultura digital que se formava no início dos anos 1990.

No que concerne às bases do meu pensamento, a influência francesa foi muito forte, embora tenha estabelecido diálogos com uma bibliografia anglófona que tratava dos diversos aspectos da cultura digital pelos autores citados acima. A minha relação mais próxima com a comunicação se deu na leitura dos frankfurtianos no mestrado e de McLuhan no doutorado, além dos autores citados que fazem bem a interface entre sociologia, filosofia e comunicação. O pensamento de McLuhan foi muito importante, principalmente o seu *Galáxia Gutenberg*.

Estudei os diversos aspectos da cultura digital constatando ser esta uma cultura de base tecnológica não mais industrial, no sentido de conversão de matéria prima e energia, mas de produção, consumo e circulação de informações eletrônicas, de máquinas semióticas, de máquinas de comunicação. A técnica em questão não era mais (apenas) aquela da transformação energética e material do mundo (o *Gestell* heideggeriano), mas a de um outro tipo, comunicacional, das máquinas semióticas, os computadores, criando uma nova forma de provocação da natureza: a tradução do mundo em informação, um “*Gestell Digital*”, como provocação informacional do mundo.

Defendi a tese “*Cyberculture. Technologie et Vie Sociale dans la Culture Contemporaine*” em novembro de 1995 e, segundo Pierre Lévy, que fez parte da banca e depois tornou-se um amigo (escrevemos um livro juntos em 2010), esta teria sido a primeira tese sobre a cibercultura na Europa. Duvido, mas realmente tinha um certo pioneirismo. Com certeza, ela foi a primeira sobre o tema na Université René Descartes, Paris V, Sorbonne. E que ela tenha sido feito por um brasileiro, era ainda mais interessante e me deu muito orgulho.

A tese virou (depois de ser atualizada e traduzida para o português) o meu livro *Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*, que hoje caminha para a sua sétima edição pela Editora Sulina de Porto Alegre. Como apontei acima, a tese teve como viés epistemológico uma sociologia do cotidiano e uma filosofia não essencialista da técnica, reconhecendo as críticas frankfurtianas, mas indo além do que ela permitia compreender dessa relação: o sistema e suas relações de poder estruturantes, certamente, mas a vida social e suas dinâmicas imprevisíveis, sensíveis, nas quais os usos e apropriações invertem as regras do jogo.

Devo a Michel Maffesoli a oportunidade de frequentar um rico ambiente de pesquisa, de liberdade e de efervescência acadêmica, bem como o de

trabalhar com uma postura voltada à atenção à vida que se faz no dia a dia. Ele nos apresentava uma bibliografia rica para compreender o social e nos incitava a adotar um procedimento metodológico aberto ao objeto. Trabalhei com esse olhar teórico e postura metodológica na pesquisa de doutorado e são eles ainda que dirigem o meu olhar para a cultura digital.

Maffesoli, ao ter contato e receber muitos pesquisadores da área de comunicação, fez a ponte para a minha entrada nela, que só acontece, de fato, com o meu retorno ao Brasil e entrada no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFBA em 1996. A maioria dos meus colegas vinha da comunicação e hoje são atuantes e reconhecidos na área. Entre eles posso citar: Sérgio Porto, Muniz Sodré, Vera França, Luís Martino, Juremir Machado da Silva, Ricardo Freitas, Nízia Vilaça, Claudio Paiva, para citar alguns. Uma nova “safra” de pesquisadores de escolas de comunicação continua a chegar vindo de uma formação no CEAQ, mostrando a atualidade e o interesse por esse tipo de compreensão do social para a área de comunicação.

#### **4. PESQUISAS NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO**

Na volta ao Brasil, me integro à Faculdade de Comunicação da UFBA (Maffesoli me havia sugerido esta Faculdade, se eu fosse voltar para Salvador), primeiro sendo convidado a solicitar uma bolsa recém-doutor (devo esse convite aos professores Wilson Gomes, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas na época, e Marcos Palacios, interessado na temática das novas tecnologias e jornalismo) e depois como professor concursado para a disciplina “Comunicação e Tecnologia” em 1997.

Hoje posso afirmar que “comunicação e tecnologia” é o meu campo de atuação, tanto nas pesquisas, na orientação e nas disciplinas de graduação e pós-graduação. Meu trabalho é entender, pesquisar, ensinar sobre a relação entre “comunicação e tecnologia” pela perspectiva da sociologia do cotidiano, das teorias da comunicação, da filosofia e sociologia da técnica e mais recentemente, a partir da perspectiva formulada pela Teoria Ator-Rede. Hoje sou professor titular nessa matéria. Sou também pesquisador PQ desde 1996 e hoje atingi o mais alto patamar na carreira de pesquisador no Brasil, sendo PQ 1A.

Desde então, sou convidado como pesquisador, professor e palestrante nas mais importantes Universidades e faculdades de comunicação do

Brasil e em algumas no exterior como Portugal, Espanha, Reino Unido, Canadá e França. Em 2007-2008 fui *Visiting Scholar*, com bolsa de pós-doutoramento pelo CNPq, em duas universidades canadenses, uma no departamento de sociologia (University of Alberta) e outra no departamento de comunicação (McGill University). Nestas universidades estudei os processos de espacialização midiáticos (mídias locativas e território informacional foram conceitos que desenvolvi de forma pioneira no país) fazendo relação e aproximação com áreas como a geografia, a arquitetura e o urbanismo. Recentemente (agosto de 2014), fui professor convidado na Pontifícia Universidade Católica do Paraná no Programa de Gestão e Planejamento Urbano da Faculdade de Arquitetura para discutir e ensinar sobre os processos comunicacionais em ação nos atuais projetos de “cidades inteligentes”.

Nesses 20 anos de atuação na área de comunicação, posso dizer que ajudei a desenvolver conceitos e pesquisa que criaram, com outros colegas, o campo da cibercultura no Brasil. Investiguei os principais temas desta área de pesquisa, publicando artigos, capítulos de livros e livros, dando palestras e participando de bancas de mestrado e doutorado. Propus e proponho conceitos que ajudam outros pesquisadores a pensarem problemas específicos de pesquisa na área. Em muitos deles, fui pioneiro.

Defini no doutorado a **cibercultura**, como a cultura emergente da relação entre os dispositivos comunicacionais de base digital e telemática e as formas sociais de uso e apropriação dessas novas tecnologias. Sugeri o conceito de **mídias de função pós-massiva** e de **liberação do polo da emissão** para entender a mudança em relação às mídias de massa. Apontei, na análise de **comunidades virtuais**, as formas de **cibersocialidade** emergentes. Fiz uma radiografia dos **hackers** e **cyberpunks** brasileiros e fui um dos primeiros a discutir o tema do “**ciborgue**” na área, ressaltando a relação entre comunicação, mídias eletrônicas e corpo. Minha pesquisa sobre tecnologias móveis (com a ideia do celular como um **DHMC** – Dispositivos híbridos móveis de conexão multirrede), e **mídias locativas** (um campo em expansão, com o surgimento de novos processos de controle informacional sobre o espaço urbano – os **territórios informacionais**) foi pioneira no país. A questão sobre mídia e processo de espacialização é ainda hoje o centro das minhas investigações. O mesmo posso dizer em relação às análises das **cibercidades**, e agora das **smart cities**. Por fim, estou hoje dedicando esforços de pesquisa para a compreensão do que

chamei de “**comunicação das coisas**” (com a internet das coisas, o *big data* e a computação nas nuvens) a partir da Teoria Ator-Rede, sendo um dos primeiros no país a se interessar e a trazer esta teoria para a área de comunicação no Brasil, insistindo em ser ela um interessante aporte para a discussão sobre epistemologias da comunicação<sup>8</sup>.

#### 4.1. Pesquisa Atual

Talvez pela formação híbrida, sempre busco aproximações com outras áreas de pesquisa, tentando ressaltar uma preocupação comunicacional (que processos comunicacionais estão em jogo?), como a sociologia, a geografia e o planejamento urbano. A minha abordagem epistemológica é hoje realizada tentando colocar a TAR para dialogar com outras teorias da comunicação e de áreas vizinhas nas ciências sociais e na filosofia (como a “Ontologia Orientada a Objeto” da recente corrente filosófica conhecida como “realismo especulativo”<sup>9</sup>). Acredito que a TAR, junto com teorias do campo como a cibernética, a semiótica, a teoria matemática da informação, a teoria das materialidades da comunicação poderão apontar pistas interessantes de pesquisa para compreender o atual fenômeno comunicacional e, no meu caso, particularmente a internet das coisas, as cidades inteligentes e o big data.

Minha pesquisa atual tem por objetivo discutir a Teoria Ator-Rede (TAR) e a Filosofia ou Ontologia Orientada a Objetos (OOO) no campo das mídias digitais em particular, e das teorias da comunicação em geral. Este corpus teórico, ainda pouco conhecido e utilizado na área de comunicação no Brasil, é fundamental para compreender o que estou chamando de “Comunicação das Coisas”. Essa comunicação pela mediação de objetos torna-se mais visível com a emergência de projetos de troca automática de informação entre objetos reais e virtuais conhecidos sob o rótulo de Internet das Coisas (*Internet of Things – IoT*) e com o papel cada vez mais ativo dos dados no que se tem chamado da nova Ciência dos Dados ou *Big Data*.

Objetos transformam-se em “coisas inteligentes”, perdem objetividade, criam demandas relacionais e transformações na sociabilidade humana e não humana. É isto que Knorr-Cetina (2001) chama de “post-social”.

---

8. Apresentei recentemente no encontro anual da COMPÓS um artigo sobre esse tema no GT de Epistemologia da Comunicação. Para mais sobre os conceitos apontados ver meus livros: LEMOS, 2002a, 2002b, 2004, 2005, 2007, 2010, 2013; LEMOS e PALACIOS, 2000; LEMOS e CUNHA, 2003; LEMOS e JOSGRILBERG, 2009; LEMOS e LÉVY, 2010.

9. Sobre realismo especulativo e ontologia orientada a objeto ver Levi, B. e Harman, G. (2011).

O objetivo epistemológico mais amplo é investigar as capacidades comunicacionais pela TAR e OOO a partir de projetos de IoT, Big Data e Smart Cities. O que é comum a todos esses projetos é o papel autônomo dos objetos a partir das novas funções infocomunicacionais adquiridas. Nunca objetos e dados tiveram tamanha independência, performatividade, comunicabilidade e agência, como na sociedade contemporânea. Sensores, algoritmos, bases de dados, redes telemáticas, tudo isso cria um ambiente infocomunicacional no qual os objetos sentem o seu contexto, sabem do seu status, processam informações, tomam decisões e as distribuem mediando outros objetos.

O campo da comunicação é centrado no sujeito, na perspectiva da afetação direta. No entanto, os objetos colocam hoje, com capacidades infocomunicacional (mídias) em jogo, novos desafios para pensar essa interação comunicacional. Sem eles, falta algo no balanço dos processos sociocomunicacionais. Seja na cidade, na mineração dos dados nas redes sociais ou no processamento industrial de produtos e serviços. O que estamos assistindo é a expansão vertiginosa da ação dos objetos na vida social. A hipótese que sustenta a pesquisa é que a teoria ator-rede e a ontologia orientada a objetos podem ampliar o debate epistemológico sobre os objetos da comunicação que ganham, com o desenvolvimento da cultura digital, novas funções infocomunicacionais.

## 5. CONCLUSÃO

No caminho da engenharia à sociologia encontrei a comunicação. Hoje me sinto um artífice (SENNETT, 2009), um pesquisador que alia frutos de uma formação técnica com uma perspectiva humanista e crítica (da filosofia frankfurtiana, adquirida no mestrado) e das ciências sociais “compreensivas” (trabalhada no doutorado). Migro, aos poucos, da posição de um construtor de artefatos, àquela de um estudioso da técnica pelas vias da filosofia, da sociologia e da comunicação. Hoje me interesso pela “Teoria Ator-Rede (TAR)”, conhecida como uma sociologia das associações que tem em um dos seus mais importantes postulados a relação simétrica entre humanos e não-humanos.

A TAR coloca em sinergia a visão do engenheiro e o olhar do sociólogo e do comunicólogo. Tudo parece se encaixar agora, mas foi construído ao acaso. A formação em engenharia, que em determinado momento refutei, hoje auxilia na compreensão do fenômeno midiático e comunicacional.



Passo a reivindicar esta formação, a valorizá-la e me considerar um “engenheiro-sociólogo” que se interessa pelos aspectos sociais, filosóficos e, principalmente, comunicacionais das novas TIC. Tenho a impressão que se tivesse feito uma graduação em ciências sociais, talvez fosse hoje um engenheiro.

Devemos estar abertos aos desafios e às formas de pensamento que perturbem maneiras cristalizadas de pensar e de agir. Tenho tentado fazer isso, buscando novas vertentes teóricas, explorando novos objetos (dentro da minha área de pesquisa) e tentando inovar nas formas de passar o conhecimento, ensinar e orientar. Acredito que esta inquietação é uma marca do meu percurso: inquietação para com os objetos empíricos de pesquisa, inquietação em relação a filiações teóricas, inquietação em relação aos métodos de ensino. Precisamos, definitivamente, ampliar as perspectivas epistemológicas no campo da comunicação, muito preocupado em achar uma “epistemologia própria”.

## REFERÊNCIAS

- HEIDEGGER, M. (1958). *Essais et conférences*. Paris: Gallimard.
- INGOLD, T. (2012). Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, 18(37), 25-44.
- KNORR-CETINA, K. (2001). Postsocial Relations: Theorizing Sociality in a Postsocial Environment. In Ritzer, G. & Smart, B. (Eds.), *Handbook of Social Theory*. London: Sage Publications
- LATOUR, B. (2005). *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory*. Oxford: Oxford University Press.
- LATOUR, B. (2012). *Enquête sur les modes d'existence: une anthropologie des modernes*. Paris: La Découverte.
- LEVI, B., Harman, G. & Srnicek, N. (2011). *The Speculative Turn: Continental Materialism and Realism*. Melbourne: Re.Press. Retrieved from [http://www.re-press.org/book-files/OA\\_Version\\_Speculative\\_Turn\\_9780980668346.pdf](http://www.re-press.org/book-files/OA_Version_Speculative_Turn_9780980668346.pdf)
- LEMOS, A. & Palacios, M. (2000). *Janelas do Ciberespaço: Comunicação e Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina.
- LEMOS, A. (2002a). *Cibercultura: tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea*. Porto Alegre: Sulina.
- LEMOS, A. (2002b). *Cultura das Redes: ciberensaios para o século XXI*. Salvador: EDUFBA.

- LEMOS, A & Cunha, P. (2003). *Olhares sobre a Cibercultura*. Porto Alegre: Sulina.
- LEMOS, A. (Ed.) (2004). *Cibercidade: as cidades na cibercultura*. Rio de Janeiro: E-papers.
- LEMOS, A. (Ed.) (2005). *Cibercidade II Ciberurbe: a cidade na sociedade da informação*. Rio de Janeiro: E-Papers.
- LEMOS, A. (Ed.) (2007). *Cidade Digital: portais, inclusão e redes no Brasil*. Salvador: EDUFBA.
- LEMOS, A., & Josgrillberg, F. (2009). *Comunicação e Mobilidade*. Salvador: EDUFBA, 2009
- LEMOS, A. (2010). *Caderno de Viagem. Comunicação, Lugares e Tecnologias*. Porto Alegre: Editora Plus.
- LEMOS, A. Lévy, P (2010). *O futuro da Internet.*, São Paulo: Paulus.
- LEMOS, A. (2013). *A Comunicação das Coisas*. Teoria Ator-Rede e Cibercultura. São Paulo: Annablume.
- SENNETT, R. (2009). *O artífice*. Rio de Janeiro: Record.
- WHITEHEAD, A. (1920). *The Concept of Nature*. Cambridge: Cambridge University Press.

# Ciência, reflexão e crítica nos estudos de mídia

FRANCISCO RÜDIGER<sup>1</sup>

---

**T**alvez se avance no esclarecimento do estatuto epistemológico do termo comunicação fazendo notar a linha que, desde seu aparecimento, separa, a respeito, uma consciência essencialmente acadêmica, ainda que muito influenciada pelos interesses profissionais e mercadológicos, de outra, aberta à reflexão política e histórica, ainda que, pelas circunstâncias, seja cada vez mais restrita aos circuitos da vida universitária. Apesar das interferências recíprocas e eventuais diálogos, estas abordagens formam duas ramificações que, em última análise, são radicalmente heterogêneas em seu entendimento quanto à estrutura e sentido dos estudos da mídia que, na prática, de fato, fornecem ou definem as tarefas do chamado campo acadêmico da comunicação.

O ponto muitas vezes esquecido é que elas também divergem em entendimento no tocante ao que significa este último termo desde o ponto de vista epistêmico e filosófico. A erudição presente na área até admite ou reconhece o contraste entre pesquisa crítica e integrada. A pressa que a marca em geral passa por alto, contudo, os distintos modos como elas interpelam não apenas a atividade de pesquisa mas, em potência, a figura mesma que constitui a comunicação, chegando ao ponto de, em anos recentes e entre nós, os prosélitos da segunda vertente reivindicarem para este último termo a condição de ciência nova, especializada e autônoma.

Resumindo, pode-se dizer que a segunda tendência se caracteriza por operar ingenuamente com a figura, endossa acriticamente o termo

---

1. Professor da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em filosofia e doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo. Dedico este texto a José Marques de Melo (USP/Umesp), Iara Bendatti († Pucrs), Jorge Campos da Costa (Pucrs) e Ciro Marcondes Filho (USP).

comunicação, ao se entregar às discussões a respeito da forma de proceder a seu tratamento científico e desenvolver seus devidos trabalhos, sem pensar se e como a categoria pode, como tal, ser objeto de estudo; a primeira, em vez disso, preserva certo distanciamento em relação ao termo, ao desenvolver a consciência ou trabalhar com o entendimento de que, com a figura da comunicação, não se avança nem no saber, nem na práxis vital, já que a mesma deve ser, sobretudo, objeto de crítica.

Uma rápida recapitulação das origens desta bifurcação, coincidente com a gênese da própria área de estudo, nos ajudará a entender melhor o ponto, embora não se deva ignorar que a distinção acima, além de analítica, onde aparece de forma mais clara, nem sempre se faça acompanhar do abandono do dito termo, como será o caso de notar mais para o final.

Paul Lazarsfeld, personagem de proa no movimento que levaria à fundação do campo acadêmico que, entre os anglo-saxões, ficou conhecido pelo nome de *communication research* por obra de Wilbur Schramm, colaborou decisivamente para apontar-lhe as tarefas e limites, ao estabelecer uma distinção entre estudos críticos e administrativos de comunicação [de massas]. Em texto programático de 1941, este sociólogo austríaco que se radicara em solo norte-americano refere-se ao segundo tipo, observando que:

Por trás deste tipo de pesquisa está a ideia de que os modernos meios de comunicação são instrumentos manejados por pessoas e instituições com dados objetivos. O propósito pode ser vender alguns bens, elevar os padrões intelectuais da população ou assegurar um dado entendimento das políticas governamentais. Qualquer que seja ele, a tarefa da pesquisa consiste em tornar o meio mais conhecido, a fim de facilitar seu emprego para aquele que o usa com algum objetivo (Lazarsfeld, 1941, p. 2-3).

Deixa muito claro o autor no texto que, em geral, a tendência é a pesquisa sobre os meios de comunicação carecer de referencial teórico próprio. A atividade prima por um cunho essencialmente estratégico, seja de cunho privado e empresarial, seja de cunho público e governamental (p. 8). As ciências humanas se limitam a emprestar-lhe os meios de trabalho. A reflexão a respeito do contexto e a justificativa do trabalho inexistem ou são consideradas secundárias, residindo o principal no fornecimento de informações sobre a estruturação de suas atividades, as circunstâncias de seu agenciamento, as reações do público e o melhor meio de empregá-los.

Apesar disso, Lazarsfeld observa que, em contraponto a esta abordagem, surgia outra, de acordo com a qual as comunicações se tornaram um complexo que impacta nas pessoas de um modo que ultrapassa a maneira que os interessados neste tipo de pesquisa o subentendem. As comunicações “possuem um momentum próprio que deixa às agências administrativas muito menos escolhas do que elas pensam ter nas mãos” (p. 9). Por isso, a pesquisa precisa partir da consideração da situação mais ampla em que os meios se encontram em nosso sistema social. As comunicações se desenvolvem em meio à economia de mercado e são uma forma através do qual as atividades empresariais vão passando a permear a totalidade da cultura.

Sucumbimos em e apoiamos com tanto um sistema de promoção [mercantil] que se expande por todas as áreas da vida e, assim, nos coloca numa crescente dependência em relação a este sistema; ele nos disponibiliza um número sempre crescente de equipamentos, mas ao mesmo tempo nos priva dos valores com os quais poderiam ser usados propositalmente (p. 10).

Lazarsfeld advoga no artigo em favor de uma assimilação entre os dois pontos de vista. Arguindo que o último não exclui a pesquisa empírica, prega o autor que esta última, em relação aos fenômenos de mídia, aprenda a ser mais hospitaleira em relação à reflexão crítica. A convergência entre estes enfoques, reconhece, não é fácil de obter, mas seria benéfico para ambos se um esforço de cooperação pudesse se desenvolver (Lazarsfeld, [1969] 2001, p. 275-276).

O trabalho de pesquisa só nos conduz a resultados significativos amparando-se em um entendimento ecumênico de suas tarefas que não feche as portas à sinergia de seus pontos de vista. A convergência da capacidade de formular problemas desafiadores e elaborar conceitos interpretativos da pesquisa crítica e os métodos de coleta e processamento de dados em que se baseia a pesquisa administrativa pode vir a constituir um enfoque influente na corrente mais ampla da pesquisa em comunicação (Lazarsfeld, 1941, p. 16).

Theodor Adorno, também emigrado alemão, viveu de perto as circunstâncias em que a comunicação passou a ser denominação de um campo de pesquisa. Prócer da Escola de Frankfurt e expoente da teoria crítica, ele foi convidado e, durante algum tempo, colaborou nos projetos de estudo

do rádio coordenados por Lazarsfield. Ainda que tenha, no curso dos trabalhos, entrado em conflito com o austríaco, o autor convergiu com seu entendimento a respeito da pesquisa social.

Adorno contestou a pesquisa administrativa, mas não negou a possibilidade de se apropriar de seus métodos. “Contrapôs-se o conceito de administrative social research em seu sentido mais amplo ao de critical research. No entanto, estes conceitos não são absolutamente opostos” (Adorno, 2001, p. 57), visto que os juízos da segunda só podem reivindicar legitimidade na medida em que “confrontam ininterruptamente a concepção [que as estrutura] com a realidade social” (p. 57).

A pesquisa administrativa é científica no método, mas não nos provê de verdadeiro conhecimento, porque “os projetos sobre os meios de comunicação velam para que as pesquisas se limitem a constatar reações dentro do commercial system dominante e, assim, não analisem a estrutura e as implicações do próprio sistema” (p. 22). O problema da pesquisa crítica, em compensação, é que não é fácil passar do plano da reflexão teórica abrangente para o do estudo e análise de problemas específicos, seja pela influência muito grande que nela exerce a teoria, seja pela sua falta de investimento em metodologia.

Para o autor, a separação entre pesquisa crítica e empírica estimulada pelas circunstâncias não deve ser lida como uma obrigação de nos formarmos a ela. A vinculação dos métodos empíricos à pesquisa administrativa e seus interesses estratégicos não significa que seus métodos não possam ter serventia para a reflexão sociológica. Apesar do fracasso das tentativas de conectar a pesquisa empírica com problemas teóricos de alcance, o pesquisador deve buscá-la.

A investigação social empírica é capaz de corrigir [...] não apenas porque impede cegas construções teóricas realizadas por alto, mas tem desde o ponto de vista da relação entre essência e fenômeno. Se a teoria crítica deve relativizar criticamente o valor cognitivo do fenômeno, a pesquisa empírica, por sua vez, deve impedir a mitologização do conceito de lei essencial (p. 35).

A pesquisa social empírica se converte em ideologia, na medida em que absolutiza seus resultados achados e os põem à disposição das forças interessadas em sua exploração, mas assim como estas devem ser

criticadas por uma reflexão que não perde de vista a causa da liberdade e justiça, esta reflexão só se agencia como matriz de pesquisa se evitar o dogmatismo delirante que reside na absolutização da teoria. A reflexão teórica e o trabalho de interpretação, sempre que se desprende do contexto histórico e das relações concretas com o material de estudo se convertem em fetiches e, portanto, instrumentos do obscurantismo (p. 47).

“Assim como sem teoria não é possível comprovar nada, toda comprovação culmina na teoria”, conquanto se entenda que, pesquisa, a passagem para a captura da essência ou sentido de um fenômeno, não se realiza arbitrariamente, partindo de ideias pré-estabelecidas ou extrínsecas aos dados, “mas levando em conta os fenômenos mesmos” (p. 51).

Lazarsfeld e Adorno, pensadores antípodas que, no entanto, vislumbravam conexões e possibilidades de sínteses entre suas concepções, intervieram na pesquisa sobre o que, na conjuntura, começava ser chamado de comunicação (mediada) com consciência de que estava surgindo um novo campo de estudo para as ciências sociais. A possibilidade que ele viesse a se constituir em base para um novo setor acadêmico e, com base nisso, passasse a reivindicar autonomia, mesmo que apenas administrativa, lhes era, contudo, desconhecida e, provavelmente, soaria absurda desde o ponto de vista epistemológico.

Os métodos e conceitos de estudo, tinham claro, não lhe eram próprios – e isso bastava para retirar-lhe a pretensão. O fato de que acadêmicos estivessem passando a se ocupar do assunto não tirava do mercado e da política o comando sobre seus interesses de conhecimento.

De todo modo, origina-se desta cena primitiva, todavia montada na era do escritório de pesquisa e em meio à empresa acadêmica, a distinção, dialeticamente transacionável, entre pesquisa científico-administrativa e pesquisa crítico-reflexiva em comunicação com base na qual os estudos de mídia vêm, desde então, fazendo sua carreira e se desenvolvendo institucionalmente em todos os continentes.

A primeira vertente se tornou, por razões que não é preciso explicar, dominante, organizando-se como indústria cujos produtos hoje se despeja em massa numa infinidade de publicações e eventos de significado, em geral, muito pouco relevante, inclusive dentro da Universidade. A segunda pretendeu, se não se sustentar nos, manter abertos os canais de comunicação com os movimentos sociais e desenvolver-se em entrelaçamento dialético com eles, mas, pelas mesmas razões, se resigna agora com

destino essencialmente semelhante, limitando-se, sem dele poder sair, a tensionar o contexto em que se aprisionou.

Situo minha trajetória acadêmica, no que tem de mais próprio e singular, nesta última frente, cujo perfil eventualmente possui, entre outros diferenciais, o questionamento das conexões e compromissos do saber comunicacional com os sistemas de poder vigentes em nossa sociedade mas, também, a disposição para uma reflexão crítica sobre a propriedade e limites da figura mesma que a comunicação passou a representar em nosso tempo. Que nos estudos críticos se examine os problemas, implicações e prejuízos que, para o sujeito social, podem estar contidos ou nos trazer os fenômenos de mídia já dá sinal de o quanto, considerando aqueles aspectos, o trabalho de pesquisa leva em conta o que faz seu respectivo saber, e não apenas estes fenômenos mesmos, ser portador de reflexão moral e política.

Neste tipo de estudo, detalhemos um pouco, à curiosidade intelectual não é, com efeito, estranha, antes é essencial o interesse, evidentemente mediado pelo conhecimento metódico da pesquisa, que podemos ter pela liberdade e justiça (Mills, [1959] 1961), senão pela pura e simples virtude (MacIntyre, 1984). Vivemos era em que esses bens veem seu destino se entrelaçar com formas de sujeição que, onde imperam o capital, a tecnologia e o regime democrático, se agenciam, por hipótese e ainda que complementarmente, via a instituição planetária que se tornou a mídia.

A pesquisa acadêmica mais rotineira serve a este processo, na medida em que, em vez de lhe questionar os termos, tende, de um ou outro modo, a endossar burocraticamente as tarefas do saber conveniente à sua articulação com o sistema. Apesar da crescente dificuldade em manter tudo isso à distância, a pesquisa crítica, em vez disso, idealmente procura tensionar-lhe os termos, nem que seja para salvar a consciência moral e a independência individual dos seus sujeitos.

Minha maneira de entender a pesquisa e o ensino a respeito da cultura e da mídia se opõe à sua prática como rotina mecânica e burocrática, que bloqueia seu potencial reflexivo e libertador, se não seu potencial de ajuda para desenvolver uma boa vida, com a exploração de fórmulas obscurantistas, chavões sem vida, pragmatismo oportunista e teorias esterilizantes. Apesar de a atividade acadêmica, em nossa área, ter se convertido em indústria e, com isso, se consolidado um padrão intelectual do qual o espírito se vai ausentando, ainda há espaço para, no trabalho



cotidiano, enfrentar o mal-estar que tudo isso não deixa de gerar entre seus próprios sujeitos.

Disso tive intuição já ao despertar minha curiosidade para com os fenômenos de mídia e cultura contemporânea, ao final do curso de graduação, por volta de 1980. Havia, então, duas alternativas para quem desejava pensá-los fora do senso comum: a semiótica do discurso e a crítica cultural, esta última muito presente, para mim, via os trabalhos de Roland Barthes, Edgar Morin e Jean Baudrillard. Entre os brasileiros, foi forte e exige menção, nessa mesma perspectiva, o impacto, entre outras obras do autor, de *O monopólio da fala*, de Muniz Sodré.

Deixei-me influenciar, de início, pelo cientificismo que insinuava a primeira alternativa, a da semiótica do discurso, mas foi pela leitura historicista e metódica da segunda, sustentada nas obras de Marx, Weber, Foucault e da Escola de Frankfurt, que se consolidaram minhas perspectivas de estudo mais contínuas e promissoras na área. Desde que foi traduzida para o português em 1984, tornou-se, nesse sentido, para mim ao menos, referência e trabalho exemplar, no tocante ao que entendo por estudos de mídia, a obra de Habermas *Mudança estrutural da esfera pública*, publicada originalmente em 1962. Associável ao tipo de pesquisa que a perspectiva weberiano-foucauldiana endossa, igualmente exemplar e importante passou, bem cedo, a ser também o estudo de Stuart Ewen sobre as origens da cultura de mercado norte-americana *Captains of consciousness*, de 1976 (cf. Rüdiger, 2002a).

Apesar desta referência, a contribuição norte-americana, que não era, portanto, desconhecida, limitava-se, vendo retrospectivamente, ao fornecimento da senha que já se tornara o termo comunicação, o qual jamais considereí viés analítico pertinente para entender os fenômenos de mídia, muito menos admiti que poderia ser objeto de ciência (cf. Rüdiger, 1995/2010). Para mim, a problemática que entrara em voga e no proscênio permaneceria em pauta era, em vez dela, a da ideologia, mais tarde substituída pela problemática que representa a conexão poder-saber-sujeito, já se vislumbrando o potencial crítico, reflexivo e hermenêutico que possui em relação a todo o assunto o conceito marxista de mercadoria.

Relativamente à primeira problemática, a da ideologia, representou leitura seminal e influente, ainda que, devido ao título, responsável pela associação entre os conceitos críticos com os do senso comum, a obra *Sociologia da comunicação* (Cohn, 1973). No tocante à descoberta e adoção

da segunda, a da conexão do sujeito e com os sistemas de poder, é fácil identificar a influência que teve o estudo sistemático das pesquisas e métodos desenvolvidas por Max Weber e Michel Foucault (Rüdiger, 1987).

O pano de fundo das discussões intelectuais que interessavam, entre-vê-se nisso tudo, era, de início, o que estendia o pensamento marxista, balizado inicialmente pelos extremos representados por Althusser e Marcuse; mas, no final das contas, presença mais duradoura em meu trabalho, desde o ponto de vista filosófico, provocou a leitura daquele pensamento feita por Adorno (cf. Rüdiger 1998/2004).

Após termos pesquisado de modo histórico-sociológico a forma como o fenômeno de cultura de massa que é a literatura de autoajuda articula, em sua especificidade, o processo mais amplo e genérico representado pelo individualismo (Rüdiger, 1996), foi, para nós, o caso de estudar, através da análise de casos específicos, como os referidos fenômenos, em sua variedade, agenciam as relações entre homens e mulheres instituídas na era do simbolismo romântico (Rüdiger, 2013). Entre uma e outra tarefa, situa-se a reunião de artigo feita em *Cibercultura e Pós-humanismo* (Rüdiger, 2008), cuja parte mais rica e expressiva reside, justamente, nos ensaios que seguem seu método, ao mesmo tempo documental e ensaístico, para revelar e comentar alguns estratos arqueológicos do futurismo cibernético surgido no final do século XX.

Em todos estes projetos, objetivo primeiro não é apenas fornecer conhecimento sobre temas marginais ou pouco frequentados pelos acadêmicos da área de comunicação, desde o ponto de vista da pesquisa histórica e análise documental informada pelo método dialético e os conceitos de sujeito, poder e indústria cultural. Trata-se também de pensar como os fenômenos subsumíveis neste último conceito articulam e, assim, ajudam a determinar as relações consigo mesmos, com os outros e de todos nós com nosso futuro possível. Quer-se provocar um saber que, indo além do registro meramente informativo e burocrático, enseje uma reflexão moral sobre as práticas, discursos e sistemas de poder que condicionam aquelas relações em meio à vida cotidiana.

Desses trabalhos todos, note-se, uma espécie de discurso do método, baseado na análise objetiva de exemplos, foi apresentada em *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação* (Rüdiger, 2002a). Para nós, fórmulas metodológicas e discussões abstratas a seu respeito costumam ser perda de tempo, para quem se interessa em fazer pesquisa relevante. O método, de

fato, não se aprende em manuais, mas através da prática de investigação informada por bons exemplos. Os relatos de pesquisa que acrescentam e seduzem são os que o permitem, através de análises ricas e bem documentadas, ilustrar problema de ampla significação social e histórica, como ensina Wright Mills ([1959] 1961).

Costuma-se opor o trabalho ensaístico, mais livre, polêmico e engajado, ao de pesquisa, mais metódico, sistemático e objetivo. Desde a ótica crítica e reflexiva, não seria esta a distinção a ser defendida mas, sempre que o rigor e a responsabilidade se impõem, a que se pode fazer entre o bom e o mau relato de estudo. Nossa aposta sempre foi a de que uma síntese dialética entre as duas propostas representa o caminho mais promissor para o saber, mas isso, a exemplo do ajuizamento entre o bom e o mau, se decide diante da propriedade e resultados do trabalho concluído.

Em termos teóricos e metodológicos, observaremos que, em todas as investigações mencionadas, pretendeu-se problematizar não o discurso, como fora bem no princípio, muito menos seus meios técnicos, mas a coisa mesma que estava em foco, através da análise de o que suas manifestações, escoradas em determinados suportes técnicos e materiais, representa reflexivamente: isto é, mediações particulares e específicas da vida social e do processo histórico em que estamos inseridos. Convicção formada durante nossos estudos e leituras é a de que, embora os conceitos de sujeito e poder valham mais do que o de ideologia para dar conta dos fenômenos de mídia, estes se explicam, por hipótese, sobretudo em termos históricos e sociológicos pelo de mercadoria, como ensinariam a crítica do capital e a teoria do fetichismo de Marx.

Deste último ponto, em seu aspecto mais geral, procurou-se dar conta em nossas monografias sobre os fundamentos e proposições da crítica à indústria cultural proposta por Theodor Adorno (Rüdiger, 1998/2004) e, numa segunda etapa, mas já indo além da problemática do fetichismo, sobre a maneira em que se põe a questão da técnica na obra de Martin Heidegger (Rüdiger, 2006/2014). Nestes trabalhos, trata-se de proceder ao esclarecimento e sistematização das ideias que, com o passar do tempo, revelaram-se a nós as matrizes mais fecundas e questionadoras para se pensar a mídia, a cultura e a tecnologia. Aqui não será o caso de se mostrar que, passar da primeira para segunda referência, importa em um salto intelectual do qual não se sai incólume, na medida em que desloca nosso modo de pensar do plano ôntico, no caso histórico e sociológico, para o

ontológico, mas não no sentido metafísico, e sim histórico-ontológico (“historial”, de acordo com a terminologia heideggeriana).

Conservar uma perspectiva histórica no tratamento dos temas que interessam ao campo acadêmico dos estudos de mídia foi marca que, colocada no princípio, em um relato de pesquisa sobre a trajetória do jornalismo em nosso estado de origem (Rüdiger, 1993/2003), tornou-se, por influência familiar, gosto e exemplo dado por quem foi mais longe, imperativo a ser seguido em todos os nossos trabalhos. Carente dela, a atividade crítica até pode passar por atitude, mas fácil degenera em contestação vazia ou oposicionismo arbitrário.

O saber histórico e a erudição historiográfica regram o sentimento de revolta e o anseio por justiça sem o qual, entretanto, não desperta o trabalho de reflexão e análise crítica do que quer que seja. A prova disso o experimentamos em um projeto há pouco concluído, no qual se indica a precariedade das pretensões dos que desejam fazer da comunicação categoria instituinte de uma ciência autônoma, estudando com riqueza e variedade de detalhes, nós, o que chamamos de era da propaganda (Rüdiger, 2015).

Da reflexão epistemológica sobre esta trajetória de trabalhos, a que haveria de acrescentar uma série de estudos sobre a crítica cultural conservadora, populista e pós-moderna (Rüdiger, 2002, 2003), fica, para nós, a convicção, entre tantas, de que, como outros autores sugeriram, o trabalho crítico e emancipatório, na área acadêmica de estudos de mídia, passa pelo distanciamento ou relativização do termo comunicação.

Lazarsfeld, cujos trabalhos ajudaram a fundar o campo, é certo, não contestou a categoria e chegou a desenvolver teoria sociológica da propaganda. Todavia, sempre teve claro que o fenômeno era apenas um entre outros no qual os métodos de pesquisa social empírica poderiam ser testados ([1969] 2001, p. 266). Como disse o autor, após se afastar dele, o tempo teria confirmado que “o novo campo pertence a outras ciências sociais, incluindo a sociologia” (p. 278).

Já Adorno foi muito mais radical, concluindo que o termo comunicação não apenas carece das credenciais que lhe forneceria legitimidade epistemológica (Adorno, 1973, p. 114), mas deveria ser trabalhado como categoria ideológica, que mascara o regime de poder e o estado de sujeição que se desenvolve na era do que chamou de indústria cultural (Adorno, 1998, p. 41). Para ele, com efeito, comunicação seria um termo que se faria

bem evitar discursar a respeito, muito menos tornar base para desenvolver um conhecimento, já que sua emergência não poder ser separada e, portanto, compreendida fora do contexto da economia de mercado e do desenvolvimento do individualismo.

A figura é uma emanção de suas circunstâncias e se constitui em objeto de conhecimento de um modo por elas determinado; não se define por nenhuma ruptura com o senso comum, antes se desenvolve sob sua impulsão mistificadora; e assim, mesmo quando se torna objeto de uma fala negativa, tende a ensejar a engabelação intelectual, senão o puro e simples discurso ideológico. A composição do diferente que ela, utopicamente, poderia ser é confirmada em sua supressão, no momento em que socialmente se desfralda a bandeira a comunicação como tábua de salvação que à humanidade cabe conhecer para, com ela, se integrar universalmente em um mundo cada vez mais atomizado e privado de humanitarismo.

Conforme os interesses acadêmicos foram convergindo com as demandas sociais de uma era dominada por uma vontade de poder articulada em termos mercantis e estruturada por maquinismos sistêmicos, ocorreu de a comunicação se transformar não apenas em dado inquestionável para a experiência cotidiana de vastos setores da população, mas base com que se passou a especular sobre uma nova forma de conhecimento. Houve o surgimento de um campo acadêmico que, tocado pelas circunstâncias, não para de se expandir e estimula a multiplicação de associações científicas, formando massas de profissionais e estudiosos da comunicação cujos trabalhos, polêmicos no mercado e na sociedade, revelam-se extremamente pobres, senão duvidosos inclusive no âmbito universitário.

Deste campo, vamos concluir, a crítica, cremos, não se afastou por completo mas, em geral e aos poucos, acabou assimilada, porque a comunicação, episteme de nosso tempo (Rüdiger, 2002b), é como um redemoinho, que engole tudo e seu contrário, para semear a cacofonia no discurso e prender a práxis a um sistema de cunho cada vez mais maquinístico. A relativização da coisa mesma que esta crítica almejava, embora não tenha desaparecido, foi prevenida e, em seu lugar, verificou-se a criação contínua e aparentemente incansável de dicotomias separando entre comunicação e incomunicação, comunicação democrática e autoritária, vertical e horizontal, linear e reticular, em meio às quais até a própria crítica tende a se tornar prisioneira da categoria.

Disso nos dá prova contemporânea e local, o movimento que, entre acadêmicos, empolga a causa da epistemologia para, de maneira variada, é certo, tentar conferir à comunicação o status de ciência especializada e autônoma, derradeiro rebento do saber, ou então a caracteriza como experiência singular e única, para justificar a constituição voluntarista de uma espécie de ciência extraordinária. Antes de seguirmos com o esclarecimento do conceito de tecnologia que se iniciou em nosso livro sobre Heidegger (Rüdiger 2006/2014), será este o fenômeno que teremos a oportunidade de comentar criticamente no tocante à gênese e problemas na obra intitulada *Epistemologia e criticismo nos estudos de comunicação: as propostas e equívocos da reflexão brasileira*, a sair em 2016.

## REFERÊNCIAS

### a) genéricas

- ADORNO, Theodor. *Epistemologia y ciencias sociales*. Madri: Cátedra, 2001.
- ADORNO, Theodor. *Consígnas*. Buenos Aires: Amorrurtu, [1969] 1973.
- COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- EWEN, Stuart. *Captains of consciousness*. Nova York: McGraw-Hill, 1976.
- EWEN, Stuart. *PR! A social history of spin*. Nova York: Basic Books, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. *A genealogia do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. *Ciência e técnica como ideologia*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- LAZARFELD, Paul. Remarks on administrative and critical communications research. In *Studies in philosophy and social science* 9 (2-16) 1941.
- LAZARFELD, Paul. Memoria de un episodio en la historia de la investigación social. In *Revista española de investigaciones sociológicas* 96, n. 01 (235-296). 2001
- MACINTYRE, Alasdair. *After virtue*. 2a. ed. Durham: Notre Dame University Press, 1984.
- MILLS, Wright. *La imaginación sociológica*. México: FCE, 1961.
- MORROW, Raymond. *Critical theory and methodology*. Thousand Oaks: Sage, 1994.
- SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Petrópolis: Vozes, 1976.

b) autorais

RÜDIGER, F. *A armação de ferro: história e filosofia da história em Michel Foucault*.

Porto Alegre: UFRGS, 1987. Dissertação de Mestrado de Filosofia.

RÜDIGER, F. *Paradigmas do estudo da história*. Porto Alegre: IEL, 1991.

RÜDIGER, F. *Tendências do Jornalismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:

Editora da Ufrgs, 1993/2003.

RÜDIGER, F. *Literatura de autoajuda e individualismo*. Porto Alegre: Editora da

Ufrgs, 1996.

RÜDIGER, F. *As teorias da comunicação*. Porto Alegre: Artmed/Penso, 1995/2010.

RÜDIGER, F. *Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural*. Porto Alegre: Editora

da Pucrs, 1998/2003.

RÜDIGER, F. *Civilização e barbárie na crítica da cultura contemporânea*. Porto

Alegre: Editora da Pucrs, 2002.

RÜDIGER, F. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação*. São Leopoldo:

Editora da Unisinos, 2002a.

RÜDIGER, F. *Elementos para a crítica da cibercultura*. São Paulo: Hackers, 2002b.

RÜDIGER, F. *Crítica da razão antimoderna*. São Paulo: Edicon, 2003.

RÜDIGER, F. *As teorias da cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003/2013.

RÜDIGER, F. *Cibercultura e pós-humanismo*. Porto Alegre: Editora da Pucrs,

2008.

RÜDIGER, F. *Martin Heidegger e a questão da técnica*. Porto Alegre: Sulina,

2006/2014.

RÜDIGER, F. *A mídia e o amor*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

RÜDIGER, F. *O mito da agulha hipodérmica e a era da propaganda*. Porto Alegre:

Sulina 2015.





# Por uma epistemologia antidualista

LUCIA SANTAELLA<sup>1</sup>

---

**M**inha trajetória intelectual e acadêmica teve início em 1968, quando muito jovem já assumi o cargo de assistente na área de literatura brasileira e portuguesa na Faculdade Sedes Sapientiae. Dessa trajetória que, desde então, se espraiou pelos campos da literatura, artes, música, semiótica, psicanálise, comunicação, filosofia e filosofia da ciência, para atender ao tema proposto, deverei me restringir aqui às faces que dizem respeito à epistemologia, em especial à epistemologia da comunicação.

## 1. PINCELADAS SOBRE O QUE É EPISTEMOLOGIA

Antes de perfilar o modo como esse tema tem sido tratado em meu trabalho tanto teórico quanto prático, meu apreço cada vez mais acentuado pela ética da terminologia me leva a deslindar as diferenças entre as principais disciplinas constitutivas da metaciência: a saber, a ontologia, a epistemologia, a lógica e a metodologia. Embora interligadas, essas disciplinas são irreduzíveis, não podendo, portanto, ser confundidas. Infelizmente, muitas vezes, confusões ocorrem e, pior do que isso, até acontece de a epistemologia ser identificada com as teorias constitutivas de uma regionalidade científica.

Cada região da ciência, que se constitui em uma dada ciência particular, como a física, a geologia, a sociologia, a linguística etc., desenvolve redes conceituais que levam à obtenção de hipóteses, teorias e leis que permitem, por meio de sistematizações, explicações e previsões, compreender o setor da realidade que cada ciência constrói como território de suas

---

1. Professora doutora titular do Programa de estudos pós-graduados em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil. Pesquisadora 1A do CNPq.

investigações. As disciplinas da metaciência, por sua vez, são ainda mais abstratas do que as teorias disciplinares ou multi e transdisciplinares. Como se definem as disciplinas metacientíficas?

Com brevidade pode-se dizer que a ontologia é a ciência da realidade que tem como missão a determinação daquilo em que os entes consistem e mesmo daquilo em que consiste o ser em si. É por isso considerada como uma ciência de essências, ou ainda como uma doutrina dos objetos.

Para Newton da Costa (1997, p. 40), “conhecimento científico é crença verdadeira e justificada”. Conforme já discutir em outra ocasião (SANTAELLA, 2001, p. 106-108), falar em verdade e justificação é tocar nas questões mais discutidas pela epistemologia. Do grego *episteme*, conhecimento, e *logos*, explicação, a epistemologia é o estudo da natureza do conhecimento e da justificação, especificamente, o estudo dos traços definidores, das condições substantivas e dos limites do conhecimento e da justificação. Os problemas, de que a epistemologia trata, alicerçam-se em fundamentos filosóficos desenvolvidos especialmente a partir do século XVII, quando se deu o nascimento da ciência moderna. Mas foi o impulso no desenvolvimento da ciência a partir do século XIX que veio trazer, como uma de suas consequências, o surgimento de filosofias especificamente voltadas para a ciência e, com elas, a consolidação dessa área da filosofia dedicada especificamente às questões do conhecimento. Além do debate tradicional sobre a justificação, temas fundamentais da epistemologia são:

- (a) a natureza do conhecimento, questão esta ligada principalmente às escolas filosóficas idealista e realista;
- (b) a origem do conhecimento e sua localização na razão ou na experiência, conforme se apresenta na controvérsia do racionalismo *versus* empirismo,
- (c) os tipos de conhecimento (proposicional, não proposicional, isto é, conhecimento por familiaridade, proposicional empírico *a posteriori*, proposicional não-empírico *a priori*);
- (d) as formas do conhecimento (demonstrativas, discursivas, intuitivas, perceptivas);
- (e) as condições das crenças;
- (f) as condições da verdade;
- (g) as condições da justificação;
- (f) fundacionalismo;
- (g) ceticismo etc. (ver ANDERSON, 1996; AUDI ed., 1995).

Com o prodigioso desenvolvimento das ciências no século XX, o positivismo de Comte, que marcou a filosofia da ciência do século XIX, foi seguido por uma série de epistemologias científicas, entre as quais se destacam o neopositivismo ou positivismo lógico, com sua teoria verificacionista da justificação (ver AYER, 1975) e as amplamente discutidas posições epistemológicas e teorias da ciência expressas no falsificacionismo de Popper, no historicismo de Kuhn, no anarquismo de Feyerabend e no refutacionismo de Lakatos (ver sobre isso OLIVA, org., 1990) de cujos confrontos originaram-se os debates sobre objetivismo versus relativismo, como, por exemplo, em Richard Rorty (1988, 1991).

A lógica, por sua vez, é o estudo das formas de argumentação válidas, tendo por tarefa sistematizar a validade ou invalidade da argumentação. A metodologia é a disciplina metacientífica mais difundida. A relação inseparável entre uma base universal para todas as ciências e as variações históricas e particulares de cada ciência explica porque, apesar da diversidade nos métodos das ciências, há sempre constantes, regularidades, possibilidades de adaptações criativas do método de uma ciência para outra. Essa distinção entre dois níveis metodológicos – o nível lógico geral e o nível das variações particulares no seio das ciências específicas – foi desenvolvida, entre outros, por Lakatos e Marconi (1992, p. 106, ver também 1982a e b). As autoras chamaram de método de abordagem o nível de abstração mais elevada, dando como exemplos desses níveis o método indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo e o método dialético. Chamaram, então, de métodos de procedimento os métodos menos abstratos, tais como o histórico, comparativo, funcionalista, estruturalista etc.

Tendo isso posto, posso passar aos comentários sobre minha trajetória acerca desses grandes pilares da filosofia da ciência, com atenção especial aos modos mais específicos com que comparecem no campo da comunicação. Não me deterei aqui, como creio que já me detive em outras ocasiões, a discutir a unidade, pluralidade, dispersão, diversidade, positividade, certezas ou incertezas desse campo de produção do conhecimento: a comunicação (ver, por exemplo, SANTAELLA, 2010, p. 339-368). Com todo o respeito por aqueles que ainda o fazem, cada vez mais sou levada a aceitar a concepção peirciana de que uma ciência se define por aquilo que os cientistas vivos estão efetivamente fazendo. Ciência não se limita ao conhecimento que está sistematizado nas prateleiras e nos arquivos digitais, mas está, isto sim, em estado de

permanente metabolismo e crescimento. Essa abertura de horizontes, sem delimitações prévias, é o que nos permite perceber como e por que as ciências evoluem de acordo com os caminhos que nelas vão abrindo os cientistas engajados com vocação, rigor, comprometimento, honestidade, sinceridade e mesmo devoção.

Infelizmente, desde a dominação do modo de produção capitalista que tem se acelerado pelo menos desde o século XX com consequências crescentemente visíveis no século XX, o que importa na ciência não é fundamentalmente a pesquisa de que ela se alimenta. O que importa é sua atividade produtiva, no sentido de produção e critérios de validação de um tipo de conhecimento cujos resultados possam ser aptos a criar produtos tecnológicos ou não voltados para o incremento do próprio modo de produção dominante. Nesta era de *Big Science*, é esse espírito que norteia os administradores, gerenciadores e legitimadores de pesquisa, de modo que reivindicar a verdade primeira e última da ciência, que reside na paixão dos pesquisadores por aquilo que fazem, certamente soa como uma patética ilusão romântica, muito embora tudo indique que é dessa paixão, por vezes inelutável, que brota a grande maioria das descobertas transformadoras da ciência.

## 2. QUAL EPISTEMOLOGIA?

Entre outras variadas atenções que tenho dado ao meu labor intelectual tanto teórico quanto prático, publiquei três obras especificamente sobre método. Duas delas, *O método anti-cartesiano de C. S. Peirce* e *Metaciência* (2004a, 2008), voltadas para o nível de abstração mais elevada. Já no livro *Comunicação e pesquisa* (2001[2010]), tomando como fonte imprescindível a obra de Lopes (1990) pioneira no Brasil no tratamento das questões epistemológicas que afetam a comunicação, a par da discussão sobre epistemologia, lógica e metodologia, dediquei-me ao nível menos abstrato dos procedimentos relativos especificamente ao percurso de elaboração de um projeto de pesquisa na área de comunicação. Questões epistemológicas gerais e específicas respectivamente tiveram de ser necessariamente tratadas nesses livros. Contudo, não é isso que importa neste momento, uma vez que o compromisso aqui assumido é apresentar qual tratamento da epistemologia da comunicação é aquele que tenho elegido. Já publiquei variadas versões sobre isso, versões das quais se segue tão só e apenas um breve aceno.

A concepção de epistemologia que tenho professado é uma epistemologia semiótica, extraída da filosofia peirciana. Infelizmente, os conceitos semióticos de Peirce costumam ser simplificados e repetidamente reduzidos à famosa tríade dos ícones, índices e símbolos até o limite da esterilidade. Isso se dá porque são comumente ignorados os propósitos filosóficos e cognitivos desses e outros conceitos, assim como de suas inseparáveis interrelações. Já em 1978 (p. 3), Buczyńska-Garewicz dizia que

a utilização moderna da semiótica peirceana deve considerar e estar alerta a todo o conteúdo filosófico dessa teoria, caso contrário, ficaria reduzida a uma interpretação muito superficial e equivocada. Infelizmente, tornou-se moda aludir à semiótica de Peirce genericamente, ou a muitas de suas categorias semióticas, sem uma apreensão de seus sentidos profundos e multidimensionais.

Garewicz continua:

as classificações de signos não são classificações em sentido estrito, mas fornecem um padrão para a análise compreensiva dos signos que inclui todos os aspectos epistemológicos e ontológicos do universo dos signos, o problema da referência, da realidade e ficção, a questão da objetividade, a análise lógica do significado e o problema da verdade (BUCZYŃSKA-GAREWICZ, 1983, p. 27).

Aí estão elencadas as questões cruciais com que lida a epistemologia, no seu sentido mais legítimo. Oehler (1979) também discutiu, no seu seminal artigo sobre “As fundações cognitivas da teoria dos signos”, que Peirce não apenas criou uma teoria dos mais diversos tipos de signos, mas plantou essa teoria em um solo fenomenológico original de modo que dela resultam implicações epistemológicas não menos originais, um verdadeiro giro copernicano na tradição que exige de quem delas se aproxima, entre outras coisas, o abandono cabal das ilusões de que a cognição e o conhecimento se dão na relação dual entre um objeto que se dá a conhecer e um sujeito conhecedor. Com base nessas considerações, passo a seguir a apresentar uma síntese baseada em um trabalho mais extenso já publicado sob o título de “Uma epistemologia semiótica” (SANTAELLA & VIEIRA, 2008, p. 55-76).

De fato, ou se abandona esse preconceito dualista e qualquer um de seus inumeráveis disfarces, ou apenas se escorrega em torno da radicalidade do giro triádico, sem conseguir na verdade penetrá-lo. Embora as relações diádicas sejam onipresentes no universo e na experiência humana, elas estão sempre subsumidas em relações triádicas, isto é, relações mediadas, relações sígnicas, pois o signo, para Peirce, é sinônimo de mediação. Nesse contexto, quando se faz a afirmação de que tudo é signo, o que se quer dizer é que não há relações – e não apenas no universo humano – que possam escapar dos processos mediadores. Evidentemente o mundo está prenhe de efetividades que se manifestam em ações e reações, afecções, resistências, polaridades, confrontos, conflitos. Essas efetividades, entretanto, seriam cegas e brutas, caso não houvesse princípios guias, isto é, princípios gerais ativos para cumprir a função mediadora exercida pelas intenções, propósitos, discursos, leis. Tudo isso já começa no pensamento, estende-se para a percepção, obviamente para os signos externos (sons, palavras, formas visuais e todos os seus híbridos), alcança o mundo biológico e pode-se cogitar que avança pelo mundo puramente físico.

Todo pensamento se dá em signos. Para bem compreender essa afirmação, necessário se faz abandonar quaisquer noções de signo herdadas do estruturalismo ou pós-estruturalismo, cuja base é, com ou sem subversões, linguística. Aquilo que outros chamam vagamente de ideias, reações mentais, emoções ou coisa parecida, Peirce chamou de signos. Por quê? Pelo simples fato de que, qualquer coisa que esteja presente à mente está no lugar de alguma outra coisa, que pode ser um pensamento anterior, a reação a um estímulo exterior (que é o caso da percepção), ou um mero sentimento como predicação rudimentar, e assim por diante. Além disso, todo pensamento chama pela presença de outro pensamento. Tem-se aí, como se pode ver, o esboço de uma relação triádica, em que um pensamento faz a mediação entre um pensamento anterior e um pensamento subsequente. Por isso, para Peirce, tanto quanto para Platão, todo pensamento é dialógico, um diálogo entre diferentes fases do eu (CP 4.6). “Seu eu, de um instante, apela ao seu eu mais profundo pelo seu assentimento” (CP 6.338). Ou ainda, o eu presente apresenta-se ao eu futuro no fluxo do tempo. Apresenta-se como? Sempre com a mediação de signos, sejam estes ideias, reações, expectativas, frustrações ou, em suma, emoções de quaisquer espécies, todos eles da natureza de signos ou quase-signos.

Entretanto, embora a mente seja o lócus do pensamento, este não existe de maneira isolada, mas ligado, de modo inseparável, à percepção, à sua tradução em signos externos e à ação deliberada, que é o propósito do pensamento, como reza o pragmaticismo: todo pensamento lógico entra pela porta da percepção e sai pela porta da ação deliberada (PEIRCE, 1998 [1903], p. 241).

A consequência epistemológica que se extrai disso é que, apesar de termos contato direto, físico com o mundo exterior, não há acesso cognitivo sem mediação – e isso começa na percepção. Mesmo nos processos perceptivos mais rudimentares, quando nossa reação ao percepto fica no nível de uma simples ação reflexa, essa ação funciona como um quase-signo, pois trata-se aí de uma forma muito frágil de predicação. Ainda aquém da ação reflexa, quando nossa reação ao percepto fica suspensa em uma mera, vaga e indiscernível qualidade de sentimento, como pode acontecer quando descansadamente – com o pensamento sem eira nem beira – ouvimos música, o sentimento também já funciona como o modo mais precário de predicação. Se os pensamentos já são signos, se os julgamentos de percepção, mesmo nas suas formas pré-cognitivas mais frágeis e incertas, também são signos ou quase-signos, o que se pode dizer dos signos externalizados, que assim o são para permitirem a comunicação entre as mentes ou quase-mentes? Foi M. Bahktin (1995), no seu seminal ensaio semiótico, que figura como introdução do livro *Marxismo e filosofia da linguagem*, quem declarou que a única entidade, que pode passar livremente do interior da nossa mente para o exterior comunicativo – é o signo.

A rigor, pensamentos-signos, que realmente importam, são aqueles que são externalizados, pois, ao se corporificarem, ao se materializarem externamente, adquirem mais permanência, livrando-se do caráter evanescente dos signos mentais. Além disso, permitem a transação do pensamento entre as pessoas. Nesse caso, o processo mediador também se torna mais evidente, de modo que se tem aí um modelo processual do conhecimento inalienavelmente triádico. É por isso que nenhuma cognição pode ser descrita como uma relação a dois termos, ou diádica, entre uma mente que conhece e um objeto conhecível. Toda cognição é sumamente complexa, mas em sua base, ela é uma relação triádica, mediada pela ação do signo. Essa ação não é nunca individual, mas social, pois essa é a natureza do signo. Cada ato individual de entendimento ou assentimento é uma resposta a signos através de outros signos, ocasião em

que as redes infinitas de signos se manifestam e prosseguem nos seus destinos nunca acabados. “Nenhuma cognição é como tal ou tem uma significação em si mesma, mas apenas pelo que ela é nos seus efeitos sobre outros pensamentos” (CP 7357). Por isso, o tempo é um fator importante para a interpretação, tanto aquela que se dá como resposta imediata em situações determinadas, quanto aquelas outras que vão se desenrolando no longo curso do tempo, como é o caso do conhecimento científico cujas interpretações permanecem sempre em condição de devir.

Nesse modelo, signos são termos mediadores, meios para o conhecimento cujo destino é crescer. Todo conhecimento, portanto, é mediado, ocorrendo por meio de representações de quaisquer espécies que sejam – visuais, sonoras ou verbais e suas misturas. Nesse modelo, não há lugar para dualismos. Sua complexidade também expulsa de cena o tradicional defrontamento agônico ou intercâmbio idílico entre um sujeito e um objeto do conhecimento. Ainda bem, pois se trata aí de dois conceitos, objeto e sujeito, que foram fortemente abalados e minados ao longo do século XX.

### **3. A CRISE DO MODELO DIÁDICO DO CONHECIMENTO**

Entre aquele que vê e aquilo que é visto interpõe-se a mediação tanto do nosso equipamento sensório, quanto dos esquemas interpretativos que brotam das estruturas mentais e das convenções culturais. É essa mediação que denuncia quão imaginária é a pretensa relação direta entre um sujeito e um objeto do conhecimento, como se este fosse uma mera presença inocente. Não menos imaginária é a concepção de sujeito que está por trás dessa pretendida díada.

Soberana durante séculos, a concepção diádica herdada de Descartes, que tanta robustez dá ao ego, entrou decididamente em crise, a partir de meados do século XIX, acentuando-se do final do século XX para cá. Trata-se de uma desconstrução que hoje transborda por todos os lados, em discursos que proclamam a morte do sujeito, no lugar do qual surgem novas imagens de multiplicidade, heterogeneidade, flexibilidade e fragmentação da subjetividade humana (ver SANTAELLA, 2004b: 13-26).

Se Jacques Lacan ainda sustentou a figura do sujeito, como foi competentemente discutido por Safatle (2006), ele a livrou de um pensamento da identidade. Trata-se, portanto, de uma figura anticartesiana. Em vez de assumir o discurso da morte do sujeito ou do retorno à imanência do ser, ao arcaico, ao inefável, Lacan sustentou o princípio de subjetividade,



mas numa articulação fundamental entre sujeito e negação.

Assim também, em uma epistemologia semiótica, a ideia de um sujeito do conhecimento é sumariamente abandonada pela introdução da função mediadora do signo, em cujo processo indivíduos particulares não deixam de encontrar um lugar, mas trata-se de um lugar dentro de uma trama complexa que expande a tríade do signo-objeto-interpretante em sub-componentes capazes de nos levar a entender as minúcias dos processos interpretativos e cognitivos que as mediações instauram.

É nessa medida que assumir uma epistemologia triádica funciona para mim como uma atração irresistível por pensadores que colocaram e vêm colocando em crise todas e quaisquer formas de dualismos que, a meu ver, não passam de pragas que infestaram e, infelizmente, ainda infestam o pensamento ocidental. Essa crise das dicotomias, da visão da realidade em branco e preto, já começou com aqueles que Paul Ricoeur chamou de mestres da suspeita: Marx, Freud e Nietzsche. Acentuou-se em Heidegger no seu abandono da noção de sujeito em prol da reflexão ontológica do *Dasein* lançado à sua facticidade. Nas palavras de Agamben (2015, p. 258), “Antes que algo como um sujeito ou um objeto possa se constituir, o *Dasein*, esta é uma das teses centrais de *Sein und Zeit* – está já aberto ao mundo”. Para Heidegger, “o conhecer em si mesmo se funda previamente em um já-ser-junto-ao-mundo”.

Assim, a crise do binômio sujeito-objeto e a infinidade de seus sucedâneos, que não são poucos, sedimentou-se em todos os herdeiros pós-estruturalistas de Heidegger. No último parágrafo de *As palavras e as coisas*, Foucault (1968, p. 502) preconizou que “o homem é uma invenção, e uma invenção recente, tal como a arqueologia do nosso pensamento o mostra facilmente. E talvez ela nos indique também o seu próximo fim”.

Na esteira dessa tradição e tributário do pensamento de Foucault, no seu texto sobre *O que é o dispositivo*, Agamben (2014, p. 39-40) expande esse conceito foucaultiano para conceber o dispositivo como

qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é, num certo sentido, evidente, mas também a caneta, a escritura,

a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar.

Diante da proliferação contemporânea dos dispositivos, de que o primeiro exemplar encontra-se na própria linguagem, Agamben “procura desativar a proposta metafísica que vê o sujeito como essência” (SCRAMIM, 2011, p. 19). Na fase atual do capitalismo, os dispositivos não dão mais entrada a processos de subjetivação que resultariam em sujeitos reais, mas tão somente a espectros de sujeito. Não se trata simplesmente aí de que a categoria da subjetividade vacila e perde consistência, mas se trata, isto sim, “de uma disseminação que leva ao extremo o aspecto de mascaramento que sempre acompanhou a identidade pessoal” (AGAMBEN, 2014, p. 13).

Em Deleuze, por seu lado, conforme Pelbart (2010) “não se ouvirão lamúrias ou profecias sobre o fim do sujeito ou da História, da Metafísica ou da Filosofia, da totalidade ou das metanarrativas, do social, do político, do real ou mesmo das artes (‘Jamais me preocupou a superação da Metafísica ou a morte da Filosofia’ diz Deleuze [1992, p. 111], ‘e quanto à renúncia ao Todo, ao Uno, ao sujeito, nunca fiz disso um drama.’)”. “Cada um dos conceitos de que a teorização contemporânea faz o luto pomposo”, continua Pelbart, “uma vez lançados no plano que Deleuze ajudou a criar, rodopiam, alegremente, em favor daquilo que pedia passagem e que cabe à Filosofia experimentar, a partir das forças do presente”. Foram esses rodopios que Bruno Latour herdou para a sua ontologia plana, uma ontologia em prol dos híbridos e implacavelmente avessa à proliferação dos dualismos denunciados em *Jamais fomos modernos* (1994). A teoria do ator-rede – de que Latour é um dos principais mentores e que, de forma contundente e por meio de conceitos tais como actante, tradução, humano/não humano etc., dá continuidade ao seu alerta sobre os híbridos – é indicadora de caminhos de superação da ideia de mente cartesiana e todos os seus decorrentes dualismos (ver LATOUR, 2005; LEMOS, 2013; BRUNO, 2013; SANTAELLA e CARDOSO, 2015).

Não por acaso, tudo isso desemboca hoje no mais recente movimento filosófico batizado de realismo especulativo ou ontologia orientada aos

objetos. Uma ontologia que está sendo pensada sem a necessidade de apresentar o salvo conduto da noção abstrata de sujeito, com seu arrogante passaporte de senhor do conhecimento. É nessa ontologia e seus consequentes deslocamentos epistemológicos que, na correria da vida, ando recentemente estagiando meu pensamento.

Para não deixar esse tema no ar, à guisa de brevíssimo panorama, passo a apresentar passagens de discussões que já publiquei sobre o assunto. Essa tendência filosófica tem também sido chamada de virada especulativa porque um dos fatores que une os filósofos, na diversidade de suas propostas, é sua oposição à virada linguística que eles identificam com o pós-estruturalismo criticado como idealista.

Tradicionalmente, a filosofia especulativa referia-se às reivindicações metafísicas que não podem ser verificadas por meio da experiência ou da ciência. Para Bogost (2012: 31), hoje o realismo especulativo refere-se não apenas a filosofia especulativa que considera a existência separada do pensamento, mas também uma filosofia que reivindica que as coisas especulam e, além disso, uma filosofia que especula sobre como as coisas especulam.

Agrupados sob o guarda chuva de pensadores mais consagrados como A. Badiou, S. Zizek e B. Latour, o movimento segue a chamada realista professada por M. De Landa, no seu livro *Intensive science and virtual philosophy* (2002) e por G. Harman no seu livro *Tool being* (2002). O livro *Après la finitude* (2006), de Q. Meillassoux e os trabalhos de R. Brassier, I. H. Grant, Harman e A. Toscano levou à constituição dessa nova tendência filosófica que tem como característica peculiar que esses jovens filósofos estão ativos na blogosfera e fazem uso das novas políticas editoriais de editoras também jovens, o que vem contribuindo para a divulgação rápida de seus pensamentos.

O debate tem ido longe, hoje reconhecido internacionalmente, e há outros autores envolvidos, mas a breve menção acima já é suficiente para indicar que é no centro desse debate contemporâneo, ontológica e epistemologicamente fundamentado em bases inéditas, que devemos buscar os meios para compreender as transmutações que as tecnologias da inteligência estão trazendo para os nossos tradicionais entendimentos sobre o que é o sujeito e o que são os objetos. A literatura que já surgiu sob a rubrica do realismo especulativo parece apresentar um potencial para construir pontes entre oposições que, até recentemente, a filosofia teria

considerado insuperáveis, na medida em que, por estar prioritariamente dirigida a objetos, lança luzes sobre as transmutações do humano face à sua mescla com os novos seres e ambientes sensorializados e inteligentes que estão emergindo.

Enfim, para repetir o que interoguei em outra ocasião, será que, com a emergência já em curso da internet das coisas, da robótica evolutiva, dos ambientes e cidades inteligentes e responsivos, as últimas trincheiras das velhas relações epistemológicas entre sujeito e objeto irão, por fim, desabar?

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O amigo & o que é um dispositivo*, Vinicius Nicastro Honesko (trad.). Chapecó: Argos, 2014.
- . *A potência do pensamento*, Antonio Guerreiro (trad.). São Paulo/Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- ANDERSON, J. *Communication theory: Epistemological foundations*. New York: Guilford Press, 1996.
- AUDI, R. (ed.) *The Cambridge dictionary of philosophy*. Cambridge University Press, 1995.
- AYER, A. J. *El positivismo lógico*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1965.
- BAHKTIN, M. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira (trads.). São Paulo Hucitec, 1995.
- BOGOST, Ian. *Alien phenomenology, or What it is like to be a thing*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.
- BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser. Vigilância, tecnología e subjetividade*. Porto Alegre: Sulinas, 2013.
- BUCZYNSKA-GAREWICZ, H. Sign and Continuity. *Ars Semiotica* 2, 1978, p. 3-15.
- . Sign and Dialogue. *American Journal of Semiotics*, volume 2, number 1-2, 1983, p. 27-43.
- COSTA, Newton C. A. da. *O conhecimento científico*. São Paulo: FAPESP/ Discurso Editorial, 1977.
- DE LANDA, Manuel. *Intensive Science and Virtual Philosophy*. London & New York: Continuum, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- HARMAN, G. *Tool being*. Chicago: Open Court, 2002.

- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1982a.
- \_\_\_\_\_. e \_\_\_\_\_. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982b.
- \_\_\_\_\_. e \_\_\_\_\_. *Metodologia do trabalho científico*, 4a. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*, Carlos Irineu da Costa (trad.). Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Reassembling the social. An introduction to actor-network-theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LEMONS, André. *A comunicação das coisas. Teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.
- LOPES, M. Immacolata V. *Pesquisa em comunicação. Formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Ed. Loyola, 1990.
- MEILLASSOUX, Q. *Après la finitude*. NY: Continuum, 2006.
- OEHLER, Klaus. Peirce's foundation of a semiotic theory of cognition. *Peirce studies* 1. Lubbock, Texas: Institute for Studies in Pragmaticism, 1979, p. 67-76.
- OLIVA, A. (org.). *Epistemologia: a cientificidade em questão*. Campinas: Papirus, 1990.
- PELBART, Peter Pal. A utopia imanente. *Revista Cult*, 108. Em <<http://revista-cult.uol.com.br/home/2010/03/a-utopia-imanente/>>. Acesso: 10/02/2015.
- PEIRCE, C. S. Pragmatism and the logic of abduction. In *Essential Peirce 2*, Houser, N. (ed.). 1998 [1903], p. 227-241.
- RORTY, R. (1988). *A filosofia e o espelho da natureza*, Jorge Pires (trad.). Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Objectivity, relativism, and truth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- SAFATLE, Vladimir. *A paixão do negativo. Lacan e a dialética*. São Paulo: Fapesp/Unesp, 2006.
- SANTAELLA, Lucia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001. 2a. edição, São José do Rio Preto: Bluecom, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O método anticartesiano de C. S. Peirce*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004a.
- \_\_\_\_\_. *Corpo e comunicação. Sintoma da cultura*. São Paulo: Paulus, 2004b.
- \_\_\_\_\_. As incertezas da comunicação. In *A ecologia pluralista da comunicação. Conectividade, mobilidade, ubiquidade*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 339-368.
- \_\_\_\_\_. *Uma proposta semiótica e sistêmica*. São Paulo: Mérito, 2008.
- \_\_\_\_\_. & Cardoso, Tarcísio. O desconcertante conceito de mediação técnica

em Bruno Latour. *MATRIZes*, v. 9, n. 1, p. 167-185, jan./jun. 2015. DOI:  
<<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p167-185>>  
SCRAMIM, Susanna. Apresentação. In *O amigo & o que é um dispositivo*.  
Chapecó: Argos, 2014, p. 9-19.

## **Parte 2**

---

# **Tradições epistemológicas do campo da Comunicação: três percursos**





# Trajetos de pensar em companhia

ANTONIO FAUSTO NETO<sup>1</sup>

---

## 1. INTRODUÇÃO

**P**ropõe-se aqui reflexões relacionadas com trajetos de produção de conhecimento sobre manifestações comunicacionais de natureza midiática. De alguma forma, trata-se de uma fala memorialística que diz respeito a um pensar em companhia, enquanto diálogos com referências que se fazem presentes nas minhas décadas de trabalho com objetos comunicacionais. Pretende ser uma manifestação que se afasta da dimensão autorreferente pois esta deixa de fora outras referências que nomeiam o mundo que conhecemos, fixando apenas na certeza do observador, enquanto um ponto de vista parcial que não inclui o que circula fora, não levando em conta reconhecimento de “metapontos de vistas” (Morin, 1996), que envolvem tecidos mais complexos.

Meu trajeto se dá ao longo de cinco décadas de formação e de trabalho nos ambientes profissional e universitário da comunicação, incluindo também atividades de assessoramento de agências públicas, de participação em atividades de instituições científicas da área; da produção editorial; além de estudos junto a círculos psicanalíticos, onde recebi valiosos ensinamentos para a pesquisa sobre dimensões interpretativas das linguagens. Meus primeiros bancos de formação, onde comecei a tecer os ensinamentos epistemológicos sobre o jornalismo, foram as redações de

---

1. Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); ex-professor nas: UFRJ, UFPb, UnB e PUC-Minas. Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB Campus João Pessoa. Presidente do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO). Cofundador da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós. Autor, entre outros, dos livros *Mortes em derrapagem* (1991); *Desconstruindo os sentidos* (2001) e *Lula Presidente – Televisão e política na campanha eleitoral* (2003).

meios de comunicação onde brota, possivelmente, minha sensibilidade e os andaimes de uma “epistemologia da observação”. O final dos anos 60 do século passado marcou, por diferentes fatores, uma geração de jovens que se viram diante de experiências migratórias. E, na que coube a mim, fui fazer meus estudos universitários na França, em 1968, ainda sob os ecos da “primavera de maio”, em duas instituições. No Institut Français de Presse cujo ensinamento girava em torno das epistemologias do jornalismo, enquanto um fazer, conforme as matrizes de orientação das escolas de formação jornalística da Europa e dos Estados Unidos. E na Escola Prática de Altos Estudos, através do Centro de Estudos de Comunicação de Massa, CECMAS, espécie de laboratório criado por Edgar Morin e Georges Friedmann, que sob inspiração de epistemologias estruturalistas oferecia uma atividade de ensino e de pesquisa tendo como objeto a cultura de massa e sua “constelação” sócio-semio-discursiva. Ali travo meus primeiros contatos com a semiologia, uma dama que gerou muitas admirações, mas também, relutâncias. Sua trajetória, da origem literária à semiologia dos meios de comunicação, se atribui largamente ao prestígio e à reputabilidade dos seus inspiradores, como Barthes, Morin, e alguns que lhes sucedem, como as figuras de Maurice Mouillaud, Sofia Fischer e de Eliseo Verón, personagens centrais na minha formação acadêmica.

## 2. REMINISCÊNCIAS

Maurice Mouillaud, da primeira geração dos semiólogos franceses, foi um dos impulsionadores da pesquisa sobre a “semiologia dos media”. Contribuí para a formação semiológica nos meios de comunicação de vários alunos brasileiros. Particularmente, através de sua obra científica aqui está referida, em língua portuguesa, através do seu livro *O Jornal: da forma ao sentido*, preparada pelo professor Sergio Dayrel Porto, docente da UnB (Universidade de Brasília). Suas preocupações epistemológicas já acentuavam em anos distantes, a especificidade do jornal como um dispositivo que não era apenas um instrumento, enquanto um meio qualquer, mas um produtor de operações que se encaixavam umas nas outras, em suma o dispositivo preparando sentidos (Mouillaud, 1992). Inspirou-me através de sua investigação sobre as folhas volantes que circularam na França, durante na primavera de maio – *Des Tracts du mai* – na elaboração, anos depois, da minha dissertação de mestrado na UnB sobre os folhetos da literatura de cordel. No estudo das “folhas volantes de maio”

despontava não só a “semiologia do acontecimento”, mas o que viria os preceitos epistemológicos caros ao meu trabalho de pesquisa. Valorizava o fato de o analista constituir um objeto nas condições sistemáticas de sua própria existência (Mouillaud, 1975). E ao perseguir o acontecimento em construção, não visava a sua estrutura por inteiro, mas os segmentos de sua gênese e marcas da sua temporalidade.

Reencontro-me, nos anos 70, no mestrado da UnB com as pistas das “patas do estruturalismo”. As ideias dos mestres da literatura da suspeita – Marx, Freud, Saussure e seus discípulos mais contemporâneos – circulam no trânsito de leituras e nos cursos de vários mestres como Juan Diaz Bordenave, Antonio Pascuali, Flavio Kothe, José Guilherme Merquior, Fernando Correa Dias, Lauro Campos, Maurice Mouillaud, Milton Cabral Viana e Eliseo Verón (estes dois últimos meus orientadores nos estudos de mestrado e doutorado), além de outros diletos mestres que escapam da memória. Nesta atividade de “fazer em companhia” que é a epistemologia da suspeita, conheço Eliseo Verón, referência central na minha formação de pesquisador. Nunca disputou o status de fundador, mas já no fim dos anos 60 e no início dos anos 70, oferecia seu texto inaugural (Veron, 1971) que viria ser um marco de uma obra do mais importante semiólogo das mídias, e que fica de modo definitivo como patrimônio para humanidade, com a sua morte em 2013. Embora muitos insinuem a “paternidade dos estudos sobre fenômenos de midiaticização”, já em 1977 ministrava na UnB um seminário sobre este tema e cujo conteúdo deixa escrito em uma publicação feita pela Universidade de Buenos Aires. A exemplo de Barthes, Eliseo Verón teve uma relação muito próxima com o Brasil. Se Barthes doou ao país um pedaço de sua biblioteca de semiologia, Verón – a quem reconheço como o mestre de minha formação – deixa-nos, além de livros e artigos escritos em língua portuguesa, uma cooperação muito intensa e que se expressa pela realização, em vida, de seu último projeto intelectual, que é a criação do Centro Internacional de Semiótica da Comunicação, o CISECO, fundado no atlântico sul, na pequena cidade de Japaratinga.

### **3. COMO O SENTIDO É POSSÍVEL?**

Como um princípio segundo o qual a epistemologia da suspeita se funda em torno de interrogações, um dos traços da pesquisa sócio-semiótica vem das perguntas suscitadas por pormenores, mal entendidos,

impressões, etc. Entendemos que, no contexto mais contemporâneo, é uma pergunta feita por Barthes – “Como o sentido é possível” – que desencadeia muitos programas de estudo e de pesquisa sobre os signos e seu trabalho. Ao defender a singularidade do trabalho interpretativo chancelado pelo estruturalismo, Barthes argumentava que

não se trata de negar algo que sempre fez o mundo procurar o sentido do que lhe é dado e do que nele se produz (...) a atividade estruturalista é um pensamento ou uma poética que procura menos atribuir sentidos plenos aos objetos que ela desconhece, do que saber como o sentido é possível, a que preço e segundo que vias (Barthes, 1971: 22).

Ao situar a pesquisa estruturalista como uma atividade, associava o sentido a um trabalho cuja natureza não podia ser resultante da intenção e do âmbito consciencial, conforme a tradição positivista, que pensava o sentido da órbita da ação social. De alguma forma, respondendo a pergunta de Barthes, Verón, seis anos depois, ainda que de um lugar sociológico, colaborava para debater a interrogação barthesiana ao explicar os limites da empreitada funcionalista sobre a produção de sentidos:

O sociólogo não estuda as respostas reflexas, os comportamentos mecânicos. O que ele estuda é essa ação que está orientada para fins. Uma ação para ser social tem que ter um motivo e um fim. Este é o núcleo da problemática sobre o sentido da ação, e em geral a resposta das ciências sociais clássicas ou acadêmicas, tem sido então, constituir conceitos basicamente centrados em enunciados sobre motivos e fins (Verón, 1978: 125).

Pensamos que estas reflexões sinalizam para o lançamento de uma gigantesca obra que contesta a visada funcionalista sobre as condições unidimensionais em torno das quais se faria o trabalho de produção de sentido. Elegendo-se a linguagem não apenas como instrumento, mas como um território de trabalho, defende-se a ideia segundo a qual tanto a linguagem como um comportamento se constituiriam em fenômeno discursivo, enquanto matéria significante. E as proposições que deslocam o status da linguagem da órbita representacional para a de natureza gerativa, serão pautas dos estudos destes semiólogos que se tornam também legados epistemológicos para seus interlocutores, em diferentes gerações.

#### **4. O SENTIDO É UM FEIXE DE RELAÇÕES**

Dialogo com estas proposições na elaboração do meu trabalho de mestrado, ao estudar o funcionamento das ideologias (matéria cara na disputa entre positivistas e marxistas) no corpo da matéria significante, através de pesquisa sobre os folhetos de cordel, enquanto sistema de produção social da significação. Neles estudávamos os processos de engendramentos das ideologias que atualizavam segundo dimensões diversas, as relações de poder na sociedade rural e dependente do Nordeste (Fausto Neto, 1979). Particularmente, discutindo com as hipóteses veronianas sobre a linguagem não como um dispositivo que espelharia valores e ideias, mas como instância que operaria um sistema de regras a inspirar a estruturação dos discursos e, como consequência, a produção de sentidos. Implicava no deslocamento da linguagem de uma perspectiva linear, causalista e de comutação do significante em significado e de situar o status do seu trabalho – o de produção de sentido – a partir da operação de “conjunto de regras de produção (...) [designando] uma competência social e não um pacote de performances” (Verón, 1977: 52). Ou seja, o sentido se faz em um feixe de relações e não como resultante de um ato de doação.

#### **5. APROPRIAR PARA SER RECONHECIDO**

A epistemologia da suspeita não se trata apenas de formulações interrogantes, mas também de exercícios de observações e de descrição de “corpus” de discursos extraídos a partir da matéria e dos sistemas significantes. Também, de um quadro conceitual que permitia conduzir o trabalho analítico em torno da ideia, segundo a qual o sentido se faz em torno de operações sobre a materialidade discursiva. A elaboração de minha tese de doutorado (1982) se dá em um momento em que se cristalizam hipóteses sobre a análise dos sistemas discursivos, especialmente aquelas que destacavam a importância do trabalho das “gramáticas em produção”. O deslocamento do trabalho da enunciação da esfera da língua para linguagens em funcionamento, afastando o discurso da órbita da semântica e da sintaxe – é um dos efeitos das ideias de Benveniste, ao recuperar a existência do sujeito na maquinaria linguística. Mas esta dimensão é posteriormente problematizada pela semiótica veroniana, que retirava do sujeito linguístico a centralidade da produção de sentidos, situando-a desta feita no território da rede semiótica, proposição que trazia à tona, no seu limiar, a presença da contribuição peirceana aos estudos discursivos da

comunicação midiática. Segundo estas circunstâncias, os polos produção/recepção seriam, apenas, lugar de passagem do funcionamento dos discursos. Desponta o conceito de interdiscursividades cuja complexidade vem para explicar dinâmicas de novos processos de funcionamento de estratégias discursivas. Tal perspectiva nos remete à minha tese de doutorado, um encontro com outros folhetos produzidos no Nordeste por instituições que se apropriam, através de operações intertextuais, dos “modos de ser” dos folhetos de cordel a fim de fazer reconhecer suas ideologias instrumentais, em termos de conhecimentos agrícolas, associativos, educativos, religiosos, etc. Os folhetos populares (F1) são tomados como condição de produção para geração de outro tipo de folheto (F2), segundo operações que não realizam apenas uma simples adaptação de um sistema discursivo a outro, mas de um processo de apropriação que passa por operações complexas em termos enunciativos. Na perspectiva da semiótica trata-se da transformação de um determinado objeto imediato (folheto de cordel) em objeto dinâmico (folheto instrumental). Dialoga-se com perspectivas da semiologia translinguística, partindo-se da premissa, segundo a qual no âmbito da complexidade das heterogeneidades discursivas todo “texto é susceptível de uma multiplicidade de leituras, [pois ele] é um objeto plural, ele é um objeto de passagem de vários sistemas diferentes, heterógenos” (Verón: 1978:12). Tal perspectiva que explora a análise de dois conjuntos significantes gera de alguma forma, uma outra resposta à pergunta barthesiana, ao enfatizar que o sentido situa-se em um feixe de relações de textos que se articulam em torno de lógicas e racionalidades distintas. Daí a perspectiva que propõe que um discurso “é condição de produção para outros discursos” (Verón, 1978: 7). E que “a noção de relações interdiscursivas é essencial em todos os níveis do funcionamento do sistema produtivo do sentido” (Verón, 2004: 69).

## **6. RASTREANDO ENUNCIÇÕES DO “CORPO-SIGNIFICANTE”**

A companhia de reflexões psicanalíticas, desenvolvidas em grupos denominados por “carteis de estudo”, contribui para minhas análises em torno de “corpus” de discursos sociais, já no momento posterior aos estudos de pós-graduação. Ocupo-me em dois momentos diferentes, a partir de arquivos jornalísticos, com as “formas de contato” que dois presidentes – Figueiredo, o último do ciclo militar; e Lula, o terceiro presidente eleito no contexto da redemocratização – estabelecem com a sociedade.

O primeiro busca uma modalidade de contato que se organiza em torno do dispositivo enunciativo da denegação, se valendo da mediação de um porta-voz, cuja atividade enunciativa estaria a serviço de um discurso do desmentido: “um dia eu digo que sim, outro eu digo que não” (Fausto Neto, 1988). Inicialmente, autoriza a um porta-voz (em algumas vezes o oficial) a declarar algo em seu nome, afirmação esta que em momento posterior é desmentida por um segundo porta-voz, igualmente autorizado pelo presidente em questão. Um terceiro desmente o que fora afirmado pelo anterior, estabelecendo-se complexa cadeia discursiva fundada na repetição, que trata de instituir e cristalizar uma modalidade de discurso denegativo. Falas presidenciais sempre foram mediatizadas por falas intermediárias – porta-vozes ou assessores de imprensa. Mas o que chama atenção desta estratégia é o fato dela produzir, como efeito de sentido, um discurso procrastinante. Se há falas presidenciais que se fundam em torno destas lógicas e operações, outras como a de Lula chamam atenção por sua incontinência enunciativa. Jornais criticam o ex-mandatário por proferir discursos sobre os temas mais diversos. E ao fazê-lo, agrega no momento mesmo de sua enunciação, ao script dos textos desenhados por seus redatores outras camadas discursivas, contendo referências e alusões a pessoas que faziam parte da sua comunidade de ouvintes. Por esta performance Lula é acusado de “presidente língua solta” (Fausto Neto, 2012). Para descrever estas modalidades de discursos presidenciais buscamos uma referência já longínqua no cenário dos estudos de enunciação:

a enunciação de um enunciado não saberia ser compreendida se nos limitarmos somente a ela. Para descrever corretamente o processo da enunciação não é suficiente notar as circunstâncias presentes do ato da palavra, é necessário também reconstituir a história do ato de enunciação, pois cada enunciado é consequência de uma série de transformações de uma enunciação primeira; cada enunciação possui, assim, sua história transformacional (TODOROV, 1969:35).

Lendo os discursos de Figueiredo e de Lula fomos levados a situar suas biografias. Mostramos as relações entre a biografia do presidente Figueiredo e o desempenho de sua função política, as incidências delas sobre a produção e conservação de uma modalidade de discurso (político). Este, não podendo ser sustentado, é delegado aos porta-vozes que são os

operadores da estratégia da denegação. No discurso de Lula encontramos marcas que tinham a ver com a sua performance enunciativa, especialmente aquela que o caracterizava como grande orador das assembleias sindicais. Dos observáveis sobre o funcionamento destes dois modelos de enunciação de comunicação política, “desmentido” e da “língua solta”, pode-se dizer que apresentam marcas que presentificam aspectos de histórias de sujeitos, segundo sintomatologias, na forma de linguagens.

## 7. O CORPO VIRA CORPUS

Desloco-me para uma atividade observacional voltada mais especificamente para o campo midiático, diante da profusão de acontecimentos que envolvem trabalho discursivo desde o momento da redemocratização a períodos mais recentes. Situo-me diante de objetos que envolvem pelo menos, dois níveis de observação: a leitura do analista sobre a leitura dos jornais a respeito de acontecimentos complexos. Face a peculiaridade do papel do campo midiático como instância central na “sociedade dos meios”, me defronto com acontecimentos que, associados a diversos campos sociais – como os da política, saúde e religião, dentre outros – se constituíam na matéria prima do trabalho do discursivo do jornalismo. Desde acontecimentos situados em conjunturas específicas, aqueles que emergiam e que ganhavam temporalidades longas e muitos deles envolvidos em complexas discursividades, como foi o caso do funcionamento do discurso político emergente no fim dos anos 1980, após tantos anos de reclusão da política. No período de 1988 a 2006, dedico-me a análise da relação do jornalismo com “acontecimentos choque”, como coberturas que envolvem a doença e morte de um presidente, as vésperas de sua posse; as eleições presidenciais de 1989; 1994; 2002; o impeachment de um presidente. Também, dentre os “acontecimentos-choque”, a eclosão da AIDS e as mortes de celebridades por ela provocadas. A AIDS dissemina-se no corpo social brasileiro através das páginas dos jornais que tratam de, inicialmente, privatizá-la no corpo das secções de opinião – artigos, colunas, editoriais, e nas reportagens dedicadas às relações entre a enfermidade e as celebridades (Fausto Neto, 1999). Possivelmente, a natureza destes procedimentos de tematização da enfermidade, realizada pelo campo jornalístico, tenha levado Verón a afirmar em suas pesquisas sobre a AIDS, feitas na França, que “a AIDS é uma doença da atualidade midiática”. Trata-se de um intenso momento analítico, porque além da



complexidade dos próprios acontecimentos em análise, vivemos o papel dos processos midiáticos ocupando um lugar de centralidade na dinâmica social, segundo discursividades que somente eles poderiam produzir em função de suas competências e natureza enunciativas.

Pude submeter um corpo de conceitos, oriundos do arsenal das teorias enunciativas, à análise do funcionamento de determinadas discursividades sociais no âmbito de estratégias midiáticas. Faço ali algumas problematizações sobre as teorias jornalísticas e da atividade da noticiabilidade à luz das teorias da enunciação. Proponho a hipótese segundo a qual o acontecimento é uma resultante de transação de agendas e de um trabalho da enunciação submetido à racionalidade de “regras privadas” de cada sistema midiático.

A leitura sobre a cobertura jornalística dos 40 dias que envolveram a doença e morte do presidente Tancredo Neves, há 30 anos, nos pareceu um primeiro exercício analítico abrangendo o arsenal de conceitos adquirido em nossa formação de pós-graduação. Nunca se falou tanto sobre um “corpo significativo” que, após a sua internação não mais se dirigiu ao mundo externo do ambiente hospitalar, salvo através de um econômico bilhete que teria sido escrito por ele ainda no início de sua enfermidade. A despeito desta interrupção de contato, a “maquinaria significativa” midiática falou intensamente sobre este corpo, segundo operações de sentidos como se as fronteiras entre jornalistas e o mundo das terapias, onde se encontrava instalado o corpo do presidente, tivessem sido anuladas. Esta cobertura mostra um aspecto central para as epistemologias que norteiam o status do trabalho tecno-simbólico das mídias jornalísticas: o de que a referência não lhes pode faltar, pois tal o “desamparo” ensejaria a emergência de outras formações substitutivas ocupando a função simbólica da notícia (Fausto Neto, 1988). Outros acontecimentos complexos, como as eleições presidenciais e o impeachment de Collor, são codeterminados por complexas operações de sentidos feitos no território da realidade midiática, enquanto um singular sistema de observação da sociedade. A despeito do ritual político sobre o qual se organiza o processo do impeachment, a análise da cobertura midiática sobre o mesmo revela que a sentença da mídia chega antes do que a da esfera legislativa (Fausto Neto, 1995). A política, após o ciclo autoritário, volta ao nosso convívio pela mediação das formas e das lógicas midiáticas que, a seu turno, regulam as condições de acesso e de enunciação que devem presidir o contato entre atores políticos

e a sociedade. Tal afirmação pode ser exemplificada através de programas como o Horário Eleitoral Gratuito e os debates eleitorais realizados sob as expensas das lógicas e motivações do campo tele-midiático. Parece-nos que o primeiro contato televisivo sobre a política, na veiculação do Horário Eleitoral Gratuito das primeiras eleições diretas, marca a manifestação de um emergente, mas intenso, processo de midiaticização das instituições e da vida social (Fausto Neto, 1990). A observância das normas dos protocolos organizadores midiáticos é um requisito para que a política possa de fato existir e funcionar, em termos sociais. As proposições de Luhmann sobre tal realidade não frequentam, certamente, os manuais de semiótica. Mas, na única obra em que escreveu sobre a comunicação midiática, sugere preciosidades para o avanço de nossas epistemologias observacionais. Lembra que a interposição da técnica sobre as relações entre falantes (produtores e receptores e mensagens) tem “consequências de longo alcance que definem para nós o conceito de meios de comunicação (...). Por meio da interrupção do contato direto garante-se, por um lado, o alto grau de liberdade de comunicação. Com isso surge um excedente de possibilidades comunicacionais que somente pode ser controlado dentro do sistema [midiático] por meio da auto-organização e reconstruções da realidade que lhes são próprias” (Luhmann, 2005:17).

## **10. A COMPETÊNCIA DA ENUNCIÇÃO MIDIÁTICA**

A centralidade do campo dos meios não se ilustra apenas com a importância que eles têm no trabalho de gestão da vida social, mas também pela competência de suas operações engendradas segundo uma singular atividade de autopoiese da própria realidade midiática. Neste sentido, a afirmação luhmaniana, acima formulada, pode ser exemplificada com a análise da cobertura sobre a enfermidade e morte de “olimpianos” diretamente ligados ao nicho midiático do entretenimento, do qual me ocupei quando estudei o desembarque da AIDS no solo da mídia. Observamos que somente o campo jornalístico pode intervir e enunciar neste tipo de acontecimento, em função da convergência entre as regras de seu trabalho discursivo e fatos que acometem os “olimpianos” sendo transformados em casos, uma vez que são convertidos em grandes sistemas. O corpo vira corpus no sentido de que se constitui em um dos elementos da complexa organização das diversas estratégias de funcionamento dos discursos midiáticos. E, nestas condições, o corpo das celebridades também está a

serviço do trabalho de semantização das estratégias discursivas. As mortes de Corona e de Cazuzza, segundo a enunciação da “imprensa do coração” tornaram-se capítulos seriados e outros produtos gerados segundo inteligibilidades midiáticas. O dispositivo está sempre pronto para produzir sentidos, lembra Mouillaud e o editor de uma revista especializada a vida e o mundo dos “olimpianos” ratifica este ponto de vista: “se o Cazuzza ficar vivo mais um ano, vai bater o recorde de capas da Amiga (...). Até hoje se eu coloco o Cazuzza na capa tenho a venda garantida” (Fausto Neto, 138: 1991).

## **II. INTENTOS OBSERVACIONAIS SOBRE AS AFETAÇÕES DA MUDIATIZAÇÃO**

As manifestações da sociedade em vias de midiatização se fazem em torno da complexificação da matéria significante; da arquitetura comunicacional que atravessa de modo transversal a organização dos diferentes campos sociais; dos processos interacionais que reúnem segundo novos postulados ambientes midiáticos e seus consumidores; da atividade da circulação que dinamiza discursos sociais em torno de novas lógicas de espaço-temporalidade; de novas práticas que resultaram dos processos de tecnologias convertidas em meios; e particularmente, das afetações de práticas sociais várias por parte das lógicas e operações da midiatização. Impõe processos observacionais que mobilizem fundamentos epistêmicos e metodológicos que viessem a ser capazes de ler fenômenos comunicacionais emergentes. Estes “sintomas” me levaram desde o início da década 2000, ao solo da midiatização para pesquisar como as dinâmicas e marcas destes processos afetam diferentes práticas sociais nos âmbitos da política, saúde, religião, ciência, e educação. Há cinco anos examino tais afetações sobre o âmbito do universo jornalístico, pesquisando as transformações que sofre a ambiência do seu sistema produtivo; a identidade dos seus atores, permeada pela presença dos amadores; a complexificação das narrativas e as transformações dos processos interacionais que envolvem produtores e receptores em meio às novas paisagens da circulação de mensagens. Os processos observacionais destes fenômenos envolveram técnicas e metodologias diversas e que foram tensionadas pelas características desta nova ambiência, dos seus processos e, principalmente dos produtos resultantes de suas manifestações tecno-discursivas, especialmente aquelas diretamente relacionadas com a gênese, circulação e recepção dos acontecimentos. Meu interesse observacional fixou-se,

desta feita, em um olhar voltado para a incidência da midiática sobre o próprio campo midiático, especificamente no seu espectro jornalístico. Dimensões epistemológicas são desafiadas pela realização de um trabalho empírico-conceitualizante que se volta para pesquisar objetos em processos. Chamo de objetos em processo, dinâmicas e produtos cujo funcionamento vai dando forma, feição e desenvolvimento a sociedade em vias de midiática, particularmente as dimensões que envolvem a intensificação de tecnologias que enseja a transformação da organização sócio-comunicacional; novos desenhos de contato entre sistemas midiáticos e sistemas sociais, resultante das dinâmicas sócio-técnicas; emergência de narratividades segundo enunciações que envolvem a complexificação da matéria significativa, as mutações que a circulação social produz no processo de comunicação deixando de ser uma zona de tráfego de mensagens para se constituir numa zona de acoplamentos, instituindo novas formas de relações entre sistemas e ambiente, bem como novas práticas de produção e de disputas de sentidos.

Um dos efeitos mais importantes do avanço de um cenário da sociedade dos meios para o da sociedade em vias de midiática é a transformação da atividade comunicacional, com a incorporação progressiva de novos regimes significantes que fazem com que o processo da comunicação e suas tecno-discursividades se submetam às lógicas de uma crescente complexidade, algo que afeta também o trabalho da pesquisa do campo da comunicação. Esta nova realidade por mim estudada, chama atenção para o esmaecimento das estruturas dos campos sociais, como o das mídias, cujas interações se deslocam progressivamente para processos e fluxos onde se engendram disputas e embate de campos e dos atores sociais. Também as mutações que sofrem os polos da interação, produção e recepção, especialmente no cenário da internet, convertida em meio. Se a dimensão enunciativa é também afetada pela circulação como instância de acoplamento de contatos, os discursos sociais – particularmente o de natureza jornalística – se estruturam em torno de novas lógicas e dinâmicas. Uma das consequências mais visíveis desta dinâmica, ainda em processo, é a transformação que vem sofrendo a centralidade dos dispositivos de produção de mensagens, no caso o sistema midiático, e de modo ainda mais específico, o jornalístico como “elo de contato” entre instituições e atores sociais. Muitos destes aspectos são estudados no rol das investigações sobre as afetações da midiática sobre o ofício jornalístico.

Observáveis apontam também vários registros no âmbito destes processos interacionais que envolvem mídia e atores sociais, de modo particular, para o fato de que as lógicas de convergência tecnológica, tão profundamente destacadas, não se efetivam deterministicamente na cadeia interacional. Percebe-se que a oferta comunicacional é cada vez mais geradora de divergências, no que diz respeito ao trabalho da recepção. Revela-se que é impossível “ajustar” o funcionamento de um jogo subjetivo entre produtores e receptores, já que a natureza do novo trabalho de enunciação, neste contexto, suscita mais incompletudes do que determinações e linearidades. Efeitos destes “desajustes” geram tensões no ambiente interno da realidade midiática mostrando que a ambiência da midiaticização não se trata de uma superfície lisa e sem constrangimentos (Fausto Neto, 2008 e 2012).

## **12. RUPTURAS DE RITUAIS E O APARECIMENTO DOS ATORES**

A complexificação da ambiência midiaticizada, estruturada em feedbacks complexos e em processualidades interacionais dinamizadas por um “ir adiante” (Braga, 2013), além de tirar o ator jornalista da condição de “elo de contato”, desloca-o para um novo regime de trânsito discursivo e no qual se constitui o principal ator de uma atividade circulante da enunciação. Por vezes, ele é convertido no acontecimento, e em outras circunstâncias, é a própria dinâmica enunciativa que se converte no acontecimento. Para evitar, ou não deixar que o trabalho de enunciação não se desfigure dos ideais, das rotinas e dos cenários produtivos – e não resvale para a órbita do leitorado – o mediador jornalista ocupa um outro lugar nesta cadeia, segundo um deslocamento imposto pela circulação. Sua função passa a ser a de atorizar o acontecimento e, nestas condições, se transforma em fonte, objeto, narrador, receptor.

Se os jornais pedem para que os leitores os sigam<sup>2</sup>, despacham também os jornalistas não mais empunhar a cobertura, mas para se constituir nos próprios acontecimentos, cuja fonte da intelegibilidade é a sua própria autoperformance. Mergulhado em uma nova “zona de contato” com o leitorado, emerge um novo modo de dizer no qual desaparece o “analista do dia”, surgindo um novo narrador de caráter autorreferente. O objeto (notícia) não resulta mais de transações e lógicas complexas entre

---

2. Siga a Folha: “A folha segue o que eu penso e o que eu não penso. A Folha me segue e eu sigo a Folha” (FSP, DE4, SP, 19/12/2013).

jornalistas e fontes, mas segundo lógicas de muitas outras interfaces. E nestas condições a circulação estaria também eclipsando singularidades como as que caracterizam as posições enunciativas do trabalho jornalístico. Na medida em que os discursos de produtores e de receptores se contatam pela articulação ensejada por esta dinâmica da circulação, resulta a emergência de discursividades sociais que não podem ser contidas unilateralmente, seja pelas instituições jornalísticas ou então, pela comunidade do leitorado... É para o funcionamento desta zona, construída pela interpenetração de atividades discursivas de leitores e produtores, segundo lógicas distintas, que se chama atenção para os novos cenários de pesquisas (Fausto Neto, 2013). Há, por fim, nestas paisagens, outros observáveis que mostram os efeitos da ambiência e das operações tecno-discursivas da midiaticização, sobre as condições de gênese de acontecimentos. Ao ler as manifestações de rua de 2013, engendradas segundo lógicas de “autocomunicação”, mostra-se que uma das suas consequências foi a ausência de mediadores-referentes (sejam campos ou atores sociais). Os acontecimentos tomaram corpo segundo estratégias de coletivos, e isso colocou a apuração midiática em “estado de desamparo”, fazendo perguntar, afinal quem é o mediador? Esta ruptura de protocolo no contato fonte-mídia ocorre no calor das manifestações de 19 e 20 junho de 2013. Neste contexto, em uma das edições do JN, seu âncora principal anuncia ao vivo que “abandona” (a atorização de um acontecimento) seu posto de cobertura, acompanhando a seleção brasileira em Fortaleza durante a copa das confederações, porque há um imperativo compromisso que impõe o seu retorno à bancada física do telejornal, no Rio de Janeiro, aludindo a amplitude das manifestações de rua. A justificativa para uma meia-volta ratifica a importância de outra operação de atorização do âncora, qual seja de resituá-lo na esfera da produção da inteligibilidade midiática sobre as manifestações. Da “rua, volta para casa”, pois é de lá que o contrato de leitura lhe profere a possibilidade de um reconhecimento que não pode ser conferido de um lugar deslocado, o de um corpo de ator, seguindo um acontecimento esportivo, na periferia... da bancada. Ao reassumir o telejornal, no ápice das manifestações, o âncora confessa também e, ao vivo, ser impossível produzir o telejornal segundo o espelho elaborado pela edição, porque a redação não controla o acontecimento. Este lhe e escapa, está indo adiante, nas mãos dos manifestantes. Só lhe resta fazer outra meia-volta, de caráter enunciativo, e fazer um segundo retorno

mergulhando em uma cobertura autorreferente. Organiza em torno dele uma conversação que envolve apenas jornalistas espalhados em pontos distintos no país, onde se passam as manifestações, fazendo emergir uma cobertura de impressões. Uma emissão coenunciada apenas pelos peritos jornalísticos que seguem o acontecimento a distância, deixa de fora vozes das ruas que ali não ingressam; não se deixa emergir pregnâncias, estas evitadas também pelas vozes em off dos jornalistas. Sobrevivem apenas as vozes dos jornalistas, como tentativas do restabelecimento da mediação. Algumas muito parecidas com tom das narrativas de locutores que transmitem emissões esportivas. No meio deste diálogo de interpares emerge em certo momento, uma pergunta, possivelmente, em off: “Bonner com quem a gente vai conversar agora?”. De modo mais imediato, o repórter pergunta quem seria o próximo interlocutor (colega) com quem ele deveria se dirigir? Porém, o contexto da enunciação permite inferir que a fala do jornalista lembra a existência de um outro interlocutor ausente na cadeia e a quem certamente, uma palavra interrogativa lhe poderia ser dirigida. Ou seja, o que fazer com estas palavras que estão aqui na beira das câmeras e dos microfones? (Fausto Neto, 2014).

Estas questões resituam a problemática da recepção, especialmente como os sistemas sócio individuais, através dos seus atores, estão se transformando em gestores e enunciadore de acontecimento, bem como atores na transformação de muitos outros. Promovem rupturas “em ato” em muitos deles, segundo outras lógicas que se impõem às próprias gramáticas de acontecimentos complexos. Foi o caso da “subversão” do ritual de uma das maiores cerimônias religiosas católicas mundiais, a procissão do Círio de Nazaré, em Belém do Pará. Promesseiros que participam deste circuito de mais de três milhões de pessoas, roubam dos campos religioso e midiático a protagonização ritualística de sua produção e realização. Quebram o protocolo de corte da corda que abrigaria o cinturão humano de mais 40 mil pessoas, que serve de proteção ao andor da imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Ao invés de romper a corda ao final da procissão, quando o bispo local saudaria os fieis, resolvem subitamente antecipar o ato estilhaçando a corda no meio do cortejo, e distribuindo seus fios e pedaços que são disputados freneticamente pelas multidões de fiéis, sob os olhares midiáticos de celebridades e autoridades atônitas (Fausto Neto, 2014). Gera-se aí uma nova narrativa: a aclamação ao evento é substituída por leituras de condenação à quebra do ritual. A ruptura do ritual não é

capturada segundo a complexidade de sua operação de sentido, mas pelas matrizes de outras inteligibilidades e que são cúmplices, apenas, com as lógicas aclamatórias que presidiriam o acontecimento. A emergência, ali, de um ato do “homem ordinário” não estava prevista segundo a expectativa dos dispositivos institucionais da celebração que, diante da ruptura, se viram desamparados e ofendidos. Não soube certamente, lidar com o micro, mas complexo acontecimento que emergiu no próprio corpo da majestuosidade da celebração sócio-antropológica-religiosa e que ao atravessá-la sombreia os efeitos desenhados por suas “gramáticas produtivas”.

### **Uma nota em conclusão: fazendo da epistemologia um zigue zague**

Não posso ainda apresentar inferências conclusivas deste imenso e intenso processo observacional. Os resultados de cada observação me levam a conclusões e a envios para a realização de outros processos, que vão gerando hipóteses de trabalhos, compartilhamentos de suas formulações, retorno a alguns problemas mapeados mais atrás, sistematização provisória de algumas observações, e um ir adiante. Em suma, faço uma associação destes movimentos com a dinâmica de uma “epistemologia do zigue zague” formulada por Gregory Bateson, a qual, segundo ele, se faz em meio a vários atos: dos processos de coletas ao deslocamento para as classificações; a ida para novos processos de interrogações e/ou de elaboração de sistematizações; preparação de novos cenários para novos passos, em suma atividade circulatória, mas relacional, porque se faz em companhia.

### **REFERÊNCIAS**

- BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. São Paulo: Martins Fontes, 1971.
- BOUTAUD, Jean-Jacques; VÉRON, Eliseo. *Sémiotique ouverte*. Itinéraires sémiotiques en communication. Paris: Hermès Science, 2007.
- CULIOLI, A. *Escritos*. Buenos Aires: Santiago Arcos editor, 2010.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Cordel e a ideologia da punição*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- FAUSTO NETO, Antônio. *O corpo falado: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras*. João Pessoa: UFPb/PROEDMEC, 1988.
- FAUSTO NETO, Antônio. O porta-voz. In: *Humanidades*, ano 5, n.16, p.6-12, 1988.



- FAUSTO NETO, Antônio. O presidente da televisão: A construção do sujeito e do discurso políticos no guia eleitoral. In: *Comunicação e política*, ano 9, n. 11, São Paulo: CBELA, 1990.
- FAUSTO NETO, Antônio. *O impeachment da televisão*. Como se cassa um presidente. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hacker, 1999.
- FAUSTO NETO, Antônio; RUBIM, Antônio Albino Canelas; VERÓN, Eliseo. *Lula Presidente: televisão e política na campanha eleitoral*. São Paulo: Hacker, São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- FAUSTO NETO, Antônio. Lula, el presidente “lengua-floja”. In: *La trama de lá comunicacion*. Volumen 16, año XVI, Rosário: Argentina, 2012.
- FAUSTO NETO, Antônio. Círio de Nazaré: celebrações, divergências e rupturas. In: SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; COSTA, Alda Cristina; COSTA, Luciana Miranda. *Comunicação: visualidades e diversidades na Amazônia*. Belém: FADESP, 2013.
- FAUSTO NETO, Antônio. Reflexividade jornalística e as manifestações de junho/2013. In: FREIRE FILHO, João; PINTO COELHO, Maria das Graças. *Jornalismo, cultura e sociedade: visões do Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *A antropologia diante dos problemas do mundo moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARI, Hugo; RODRIGUES, Ivan; PINTO, Julio. *Estruturalismo: Memória e repercussões*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1999.
- MORIN, Edgar. *Communications (L'événement)*, n. 18, Paris: Seuil, 1972.
- MORIN, Edgar; VIVERET, Patrick. *Como viver em tempo de crise?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MOUILLAUD, Maurice (org). *Des tracts en mai 68*. Paris: Éditions Champ Libre, 1978.
- PRIGOGINE, Ilya. *O Fim das Certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: UNESP, 1996.
- QUIROGA, Tiago. *Pensando a episteme comunicacional*. Campina Grande: Eduepb, 2013.
- TODOROV, Tzvetan. Sur l'énonciation. In: *Analyse de discours. Langages*. N° 19. Paris: Hachette, 1969.

- VERÓN, Eliseo. *Fragments de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- VERÓN, Eliseo. Psicología social e ideologia. In: SUÁREZ, Armando (org). *Razón, locura y sociedad*. 1. ed. México: Siglo XXI editores, 1978.
- VERÓN, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.
- VERON, Eliseo. *Lenguajes y comunicacion social*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1971.
- VERON, Eliseo. *Semiosis Social 2*. Buenos Aires: Paidos, 2013.

# Circunstâncias que marcaram o percurso de um Jornalista / Pesquisador pelo Campo das Ciências da Comunicação no Brasil (1965/2015)

JOSÉ MARQUES DE MELO<sup>1</sup>

Completo 50 anos de vida acadêmica, em 2015. Diplomado em Jornalismo (dezembro de 1964) aceitei o desafio de Luiz Beltrão para criar o Departamento de Pesquisas do ICINFORM, capitalizando a experiência demonstrada na Iniciação Científica. O convite, imprevisto e irrecusável, significava uma mudança radical na carreira de Jornalista que tanto ambicionara.

Embora envaidecido pelo reconhecimento profissional (pois fui incluído precocemente no seletto clube dos detentores do Premio Esso de Jornalismo/1964), desisti do sonho de ser Repórter investigativo para me converter em investigador da Reportagem e de outros formatos ou gêneros jornalísticos.

Minha primeira aventura foi escrever um Artigo científico sobre o Jornalismo Policial na imprensa do Recife. Resultante do trabalho de Iniciação Científica, realizado no Curso de Jornalismo da UNICAP, esse artigo foi publicado em 1965, na revista *Comunicações & Problemas*, em coautoria com meu orientador.

Desde então, a marca da imprevisibilidade tem sido uma constante na minha trajetória acadêmica. Ou melhor, minha agenda como pesquisador foi sempre determinada pelas conjunturas e minhas decisões investigativas foram sempre plasmadas pelas circunstâncias.

Nesse sentido é que me considero um Pesquisador Ortegaiano e como tal pretendo reconstituir meu itinerário científico, repleto de situações cuja natureza foi sendo perfilada por decisões atípicas e inadiáveis.

---

1. Professor Titular e Diretor da Cátedra UNESCO de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Doutor e Livre Docente em Jornalismo pela Universidade de São Paulo (USP), integrou a equipe de docentes fundadores da Escola de Comunicações Culturais (atual Escola de Comunicações e Artes).

Quem acompanha minha vida acadêmica percebe com nitidez a predileção que tenho pelos objetos situados em espaços transfronteiras, sobretudo nas bordas do Jornalismo e da Folkcomunicação.

Confesso que se trata de oportunidade singular para compreender as trajetórias intelectuais de pessoas de uma mesma geração, através de exercícios de autorreflexão necessários para melhor compreender nossas opções teóricas e metodológicas, acionando mecanismos de cooperação, mesmo em situações conflitivas.

O mais importante é compreender as diferenças para instaurar ambiente de respeito humano e coexistência profissional.

A revisão do espaço ocupado pelo Brasil na comunidade acadêmica da comunicação faz-se oportuna no momento em que celebramos 50 anos de fundação das Ciências da Comunicação, resgatando o papel vanguardista desempenhado nesse contexto pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares

O campo das ciências da comunicação (Marques de Melo, 1999) existe na sociedade brasileira há mais de 60 anos, desde que foram criados os pioneiros institutos de pesquisa de audiência da mídia e instalados os primeiros cursos superiores de jornalismo. Os principais marcos são: a fundação do IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (1942) e o início das atividades didáticas da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero (1947).

Sua ampliação, para incorporar novos segmentos comunicacionais (cinema, editoração, relações públicas, rádio-teledifusão, lazer, divulgação científica, extensão rural), somente ocorreu a partir dos anos 60, quando se fortalece a indústria midiática em território nacional.

Verifica-se ao mesmo tempo uma mudança nos espaços de geração de conhecimentos novos: as emergentes escolas de comunicação iniciam atividades regulares de pesquisa. A instituição pioneira foi a Universidade Católica de Pernambuco, onde Luiz Beltrão funda o ICINFORM – Instituto de Ciências da Informação (1963), vindo logo a seguir a Universidade de Brasília (1965) e a Universidade de São Paulo (1967), cujas faculdades de comunicação instituem programas de doutorado na área.

Nesse momento uma comunidade acadêmica constituída por professores-pesquisadores começa a se configurar. Os cursos de pós-graduação em comunicação, enclavados nas universidades, absorvem os primeiros doutores diplomados em instituições estrangeiras ou titulados no próprio país.

Constitui-se, portanto, uma rede de cientistas da comunicação, dotada de perfil híbrido. Alguns pertencem aos diferentes setores da comunicação de massa (com hegemonia do jornalismo), outros procedem das disciplinas conexas (humanidades e ciências sociais). Pouco a pouco, essa comunidade vai adquirindo visibilidade social (Lopes, 2000).

## **METAMORFOSE**

Os perfis existenciais dos cidadãos, sendo produto das circunstâncias em que eles vivem, só podem ser compreendidos em consonância com a herança cultural assimilada pela geração a que pertence cada um.

É bem verdade que metamorfoses vão se dando no curso da vida em sociedade, mas dificilmente nos libertamos das nossas raízes, nem das matrizes que retroalimentam, no tempo e no espaço, as nossas preferências, hábitos e aspirações.

Reconheço que me nutri cognitivamente numa comunidade regida pela cultura popular oral, mas me formei sob o desafio da inserção compulsória na cultura letrada, pois o ingresso na sua vanguarda erudita depende das habilidades de ler, escrever, contar, narrar.

Crescendo na civilização da palavra impressa, senti-me como se fosse “peixe fora d’água” ao trabalhar com o referencial da geração fornida pela civilização da imagem e do movimento. Primeiro, convivi com o **cinema**, que passou a fazer parte do meu referencial compreensivo sem necessariamente interferir na minha agenda investigativa. Depois, presenciei a inserção cada vez mais intensiva, na vida cotidiana do planeta, da linguagem peculiar à **televisão**. Logo percebi como é difícil assimilar valores e rotinas que rompem com a linearidade.

Isso talvez explique a razão de, nos meus estudos empíricos, haver privilegiado a imprensa, objeto com o qual estava familiarizado e cujo território me inspirava segurança. A televisão foi se impondo na minha trajetória de pesquisador mais em função das circunstâncias do que em consequência de motivações intrínsecas.

Fazendo um balanço crítico da minha produção acadêmica verifico que as explorações feitas no território audiovisual, particularmente televisivo, são eminentemente conjunturais, denotando intervalos periódicos, descontinuidades temáticas e algumas vezes ajustes analíticos. Tais estudos abrangem pelo menos 50 anos, período que corresponde à minha própria convivência com o fenômeno, seja como telespectador, seja como

observador das suas manifestações emblemáticas.

Inaugurada em 1950, a televisão operou inicialmente nas duas metrópoles nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro. Expandiu-se posteriormente para Minas Gerais, chegando ao Nordeste no início dos anos 60. A cidade do Recife foi o cenário de uma corrida pela liderança empresarial, quando entram no ar, simultânea e competitivamente, as duas emissoras pioneiras, a TV Rádio Clube de Pernambuco e a TV Jornal do Comércio. Só então comecei a vislumbrar esse labirinto simbólico, inicialmente como usuário, mesmo assim na condição de televizinho. A posse de televisores era restrita às famílias de alta renda, de modo que, na condição de estudante, só participava da audiência dos programas televisivos a convite de parentes e amigos bem de vida. Mas preservo na memória as cenas e as personagens resgatadas por Jorge José B. Santana no livro *A Televisão Pernambucana por quem a viu nascer* (Recife, Facform, 2007).

Da mesma forma, guardo com nitidez os escassos relatos que escutei durante o curso de jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco. Obtive aprendizado zero na área de telejornalismo. Esta sequer fazia parte da grade curricular. Assim como o estudo da História do Brasil terminava na Revolução de 30, o ensino do jornalismo esbarrava na era do rádio. As poucas informações foram repassadas transversalmente na cadeira de Publicidade. Seu regente, o publicitário Beroaldo Lucena e Melo, contava episódios sobre a produção de comerciais para a televisão. Era uma caixa de surpresas, pois o êxito dos anúncios dependia em grande parte do talento e da capacidade de improvisação das “garotas-propaganda”, porque transmitidos “ao vivo” e portanto sujeitos a variáveis imprevisíveis.

Apesar dessa carência curricular, dois jornalistas formados nas primeiras turmas da UNICAP demonstraram interesse pelo novo veículo. Quem dá notícia dessa tendência é Luiz Beltrão, ao fazer uma resenha da “Aprendizagem das Ciências da Comunicação em Pernambuco”, na edição inaugural de *Comunicações & Problemas* (1965, p. 6-8). Ele registra que, dentre os formandos das duas primeiras turmas, Luiz de Alencar Bezerra obteve colocação como “redator de notícias do Canal 6 (TV Rádio Clube de Pernambuco)” e Roberto Benjamin foi contratado como “produtor de programas informativos” na mesma empresa.

Se não encontrou ambiente favorável junto às autoridades universitárias para introduzir o estudo do telejornalismo no currículo do curso inovador implantado em Recife, a partir de 1961, Luiz Beltrão detinha

conhecimento suficiente sobre a problemática da televisão. Ele dá demonstração disso no seu livro clássico *Iniciação à Filosofia do Jornalismo* (Rio, Agir, 1960, p. 54-59), incluindo elucidativo tópico sobre o assunto.

Pouco depois, ao proferir, no auditório da Biblioteca Mário de Andrade, a aula inaugural do ciclo de extensão universitária, promovido pela Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo, Beltrão evidenciaria seu aprofundamento no estudo da televisão. É o que se depreende da leitura daquela alocução, integralmente publicada, sob o título “Jornalismo pela Televisão e pelo Rádio: perspectivas”, na *Revista da Escola de Comunicações Culturais* (n.1, São Paulo, 1967, p. 101-119). Recentemente incluído na coletânea “Comunicação no Brasil: as ideias pioneiras de Luiz Beltrão”, *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional* (n. 10, São Bernardo do Campo, UMESP, 1997, p. 133-150), esse texto permite o acesso aos leitores de hoje.

Ali, o mestre nordestino conota o papel revolucionário da televisão como artefato gerador da *iconosfera*.

Para consolidar o seu império, a Tecnologia necessitava do seu meio ideal de comunicação. Esbarrava, porém, em dois sérios obstáculos: o *analfabetismo* de mais da metade da população mundial e a *babel das línguas*. Nenhum desses obstáculos poderia ser superado a curto prazo, e o ritmo da civilização nuclear e espacial exigia a participação global da humanidade sob pena de perdurarem o germe da ignorância e da incompreensão, que agravam o problema social e conduzem à política exterminadora das guerras. Era preciso tornar a informação instantânea e universal. A Televisão foi o veículo dessa instantaneidade e desse universalismo porque é a apresentação do acontecimento no justo momento em que ocorre, através da imagem, o signo mais acessível à compreensão humana. (*Anuário Unesco/Metodista*, n.10, p. 134)

Aliás, por influência de Luiz Beltrão, despontam no cenário nacional três pesquisadores que vão acrescentar conhecimento novo ao solitário livro de Péricles Leal – *Iniciação à Televisão* (Belém, Falangola, 1964). Roberto Benjamin realiza, em Recife, a primeira pesquisa comparativa sobre a programação da televisão comercial, publicada na *Revista da Escola de Comunicações Culturais*, n. 2, São Paulo, 1968, p. 151-165. Dedicou também ao tema a tese de livre-docência que defendeu na Universidade

Federal Rural de Pernambuco, no início dos anos 70, focalizando as relações entre *Televisão e Política*. Por sua vez, Wilson Aguiar, integrante da equipe docente liderada por Beltrão na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, foi por ele impulsionado para produzir os estudos posteriormente difundidos sob a forma de livro *Introdução à TV* (Brasília, Habitat, 1967) e *TV Didática* (Brasília, Ebrasa, 1968). Da mesma forma, Thereza Catharina de Goes Campos Universidade de Brasília/ Universidade Federal de Pernambuco – escreveu *A TV nos tornou mais humanos?* (Recife, UFPE, 1970).

Quando circularam tais publicações, de certo modo eu já havia preenchido a lacuna da minha graduação em Jornalismo. Fiz pós-graduação no Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para América Latina, frequentando a disciplina ministrada pelo jornalista Maurice Hankard, diretor da RTV Belga. Com ele adquiri conhecimentos essenciais para entender a rotina da televisão europeia, em comparação com o modelo norte-americano. Mantive frequente intercâmbio com o professor Hankard. Tive a oportunidade de visitá-lo em Bruxelas, em 1970, conhecendo a dinâmica informativa de uma emissora pública, como era comum na Europa, naquela conjuntura.

Mas antes dessa incursão europeia, tivera a chance de trabalhar como pesquisador profissional no Instituto de Estudos Econômicos – INESE, onde supervisionei vários estudos sobre a veiculação de anúncios na televisão. Procurei compreender as implicações persuasivas da TV e o impacto de campanhas patrocinadas por grandes anunciantes na formação dos hábitos de consumo da população nacional.

A premissa consensual na corporação dos estudiosos do mercado consumidor era a de que as telenovelas constituíam uma categoria de programa cuja eficácia persuasiva limitava-se ao contingente feminino da população. A explicação era plausível: só as mulheres acompanham diariamente as telenovelas.

Entretanto, evidências não suficientemente documentadas me levavam a duvidar dessa generalização corrente, em parte calcada na realidade norte-americana, onde imperavam as *soap operas*, excluindo os homens da audiência dos folhetins eletrônicos. Verbalizei tal dissonância aos meus alunos de Teoria da Comunicação na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, surgindo a ideia de realizarmos uma pesquisa de campo para testar a hipótese. Esta foi a minha primeira aventura acadêmica no espaço



televisivo. Os resultados demonstraram que não passava de falácia a tese de que só mulher assistia telenovela, até mesmo porque integrava a programação do “horário nobre”, quando toda a família era aglutinada pelo ritual do “jantar”.

Aplicando testes projetivos verificamos que havia uma contradição flagrante entre o discurso explícito e as revelações implícitas das fãs das telenovelas. Elas admitiam que seus maridos, genitores, filhos, genros e outros agregados masculinos também seguiam os capítulos das narrativas ficcionais veiculadas pelas emissoras de televisão, mas vacilavam em confessar essa preferência por se tratar de hábito considerado politicamente incorreto. Contribui desta maneira para quebrar o *tabu* socialmente reconhecido, divulgando amplamente essa constatação em meu livro de estreia *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa* (Petrópolis, Vozes, 1970).

Tais conhecimentos foram decisivos para embasar o meu desempenho didático no recém criado curso de jornalismo na Universidade de São Paulo. Assumi a regência das disciplinas referentes aos gêneros do jornalismo impresso, mas por motivos supervenientes acabei por lecionar também o conteúdo teórico da disciplina de telejornalismo.

Mesmo tendo consciência da minha formação precária nesse campo, limitada ao conhecimento livresco e às noções assimiladas em sala de aula, vi-me na contingência de nele atuar didaticamente. Com a ajuda de um aluno-monitor dotado de competência técnica, assumi a regência da disciplina, ministrando as aulas teóricas, ficando Walter Sampaio encarregado da prática em telejornalismo.

Dessa parceria nasceu o primeiro livro de introdução ao campo no Brasil – *Jornalismo Audiovisual*, na coleção que então me foi confiada pela Editora Vozes de Petrópolis. Coeditada com o selo da EDUSP, em 1971, a obra teve muito boa acolhida, sendo reeditada imediatamente para suprir a carência de textos nacionais sobre telejornalismo.

Tais explorações pelas sendas do telejornal e da telenovela aguçaram meu apetite cognitivo. Contribuíram para manter o interesse pelo fenômeno, projetando-se nas observações críticas que fiz durante os anos 60. Suas evidências estão contidas em duas publicações: *Comunicação, Opinião, Desenvolvimento* (Petrópolis, Vozes, 1971) e *Reflexões sobre temas de comunicação* (São Paulo, ECA-USP, 1972). Esse exercício de *television criticism* prosseguiu nos anos 70, explicitado através de palestras proferidas no circuito universitário ou dos comentários que publiquei em jornais e

revistas, como pode ser conferido no livro *Telemania, anestésico social* (São Paulo, Loyola, 1981).

Ao realizar meu programa de pós-doutorado nos EUA, revisei boa parte da bibliografia histórica sobre televisão na América Latina, na tentativa de compreender a simultaneidade dos processos de difusão desse novo canal de comunicação de massa ao sul do rio Grande. Examinei também a nascente literatura brasileira sobre televisão, escrevendo um *paper*, que serviu de roteiro às palestras proferidas em universidades do consórcio do meio-oeste norte-americano (Wisconsin, Minnesota, Indiana, Michigan e Urbana-Champaign). A versão em inglês foi lida e anotada por colegas *Brazilianists*. Mas sua tradução em português, devidamente atualizada, só veio a ser difundida em 1993, na revista *Comunicação & Sociedade*, n. 19.

Nesse ínterim, o *paper* circulou entre os colegas brasileiros que estavam à testa da ABEPEC – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação, o que certamente motivou o presidente da entidade, Prof. Antonio Firmo Gonzalez, a me convocar para integrar, na condição de consultor metodológico, a equipe que fez o primeiro inventário crítico da televisão brasileira. Trata-se de pesquisa desenvolvida em todo o território nacional, com o apoio financeiro do Estado do Rio Grande do Sul. O planejamento foi efetuado de maneira coletiva pela diretoria da ABEPEC, transferindo o trabalho de campo ao centro de pesquisas em comunicação da PUC gaúcha. A coleta de dados foi supervisionada pela dupla de professores Sérgio Caparelli e Alberto Verga, este ocupando cargo de professor-visitante em universidades gaúchas. A eles me agreguei na etapa final, supervisionando a tabulação dos dados, a análise dos resultados e a elaboração do relatório final.

O dossiê dessa pesquisa ficou inédito durante um quinquênio, embora seus resultados principais tenham sido divulgados sumariamente pela *Revista da ABEPEC*, n. 4, datada de junho de 1978. Da mesma forma que Sérgio Caparelli socializou parte dos dados em sua obra *Televisão e Capitalismo* (Porto Alegre, L&PM, 1982), publiquei, em meus livros *Para uma leitura crítica da comunicação* (São Paulo, Paulinas, 1985) e *Comunicação: Teoria e Política* (São Paulo, Summus, 1985), capítulos fundamentados nos textos me coube redigir para a ABEPEC, nessa ocasião já desativada institucionalmente. Um desses textos foi escolhido por Alfredo Bosi para integrar a coletânea *Cultura Brasileira*, que ele publicou pela Editora Ática.

Somente retomei o fenômeno da televisão brasileira em 1987, convidado pela UNESCO para participar do projeto internacional sobre o fluxo mundial dos programas televisivos. Até então, predominava o conhecimento exclusivo dos fluxos norte-sul. Mas os dirigentes da UNESCO estavam curiosos para demonstrar as possibilidades dos contrafluxos sul-sul e sul-norte. Focalizei o caso da Rede Globo de Televisão, principal empresa produtora de ficção seriada para o nosso mercado interno. Seus produtos, dublados e adaptados para audiências forâneas, conquistaram os mercados latino-americanos e europeus, bem como povos de outros continentes.

Aquela pesquisa foi apresentada em produtivo seminário que a UNESCO promoveu em Hilversum (Holanda), coordenado por Peter Larsen, comprovando a validade de uma tese do Relatório MacBride. Posteriormente, organizei uma versão destinada ao público leigo, enfeitada no livro *As telenovelas da Globo – produção e exportação* (São Paulo, Summus, 1988). Contribuí, em certo sentido, para neutralizar o clima de antagonismo que ainda pairava entre a comunidade acadêmica e a indústria cultural. Aquele tom belicoso também foi suavizado pela publicação de obras congêneres, como, por exemplo, a coletânea dirigida por Renato Ortiz – *Telenovela, história e produção* (São Paulo, Brasiliense, 1988) e o estudo realizado por Michele e Armand Mattelart – *O carnaval das imagens* (São Paulo, Brasiliense, 1989).

Resquícios da mentalidade apocalíptica ainda germinavam na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, quando fui sufragado pela comunidade acadêmica para assumir o cargo de Diretor da instituição. Surpreendi-me ao constatar que o currículo do curso de rádio e televisão não contemplava a produção ou até mesmo a crítica das telenovelas, o principal produto de exportação da indústria audiovisual brasileira. Esse gênero ficcional era completamente ignorado pelos professores da área, a não ser em referências fortuitas à adaptação de obras clássicas da literatura brasileira para formatos em série.

A minha proposta de criação do Núcleo de Pesquisas em Telenovelas – NPTN – foi recebida com ceticismo pelo corpo docente da unidade e completa indiferença do alunado. Não encontrei igualmente o respaldo da Reitoria para alocar recursos destinados ao resgate e à preservação da memória da telenovela. Decidi dar início ao processo de constituição do núcleo com recursos da própria escola e a participação de alunos da pós-graduação.

Vale a pena registrar que a temática da televisão passou a ser escolhida como objeto de estudos por alguns estudantes de doutorado. O primeiro a me procurar foi Carlos Eduardo Lins da Silva, buscando orientação para sua pesquisa sobre o impacto do “Jornal Nacional” da TV Globo sobre as comunidades de trabalhadores urbanos, de que resultou o livro *Muito Além do Jardim Botânico* (São Paulo, Summus, 1985). No prefácio a esta obra anotei seu principal mérito: “derrubar o mito de que o homem comum que habita as nossas cidades ou procede da periferia rural padece de uma burrice endêmica, não tendo capacidade para ler nas entrelinhas as mensagens que fluem através do telejornais, como se admite que possuem as elites” (p. 10).

Talvez essa distância entre os postulados teóricos importados acriticamente e as evidências empíricas decorrentes das observações no campo tenham fortalecido as barreiras entre a vanguarda acadêmica e a televisão, naquela conjuntura de derrocada do regime militar pós-64.

Refiro-me naturalmente às resistências cultivadas pela academia brasileira. Pois os *scholars* do chamado “primeiro mundo” vinham dedicando atenção aos fenômenos gerados pelo desenvolvimento da televisão em nosso país, como o atestam os estudos publicados por Nicolas Vink – *The Telenovela Emancipation* (Amsterdam, Royal Tropical Institute, 1988), Conrad Kottak – *Prime Time Society* (Belmont, Wadsworth, 1990) ou Joseph Straubhaar – *Mass Communication and the Elites*, In: Coniff & McCann – *Modern Brazil* (Lincoln, University of Nebraska, 1991), entre outras.

Reiterando o interesse forâneo pelo desenvolvimento da sociedade audiovisual no Brasil, fui desafiado, nessa conjuntura, pelo professor Emile McAnany, da Universidade do Texas, a integrar uma equipe interdisciplinar, patrocinada pela Fundação Rockefeller, cuja meta seria estudar o efeito das telenovelas no declínio da fertilidade da mulher brasileira e consequentemente no tamanho das nossas famílias.

Discuti o projeto que estabelecia a interface demografia-comunicação com a coordenadora do NPTN, Anamaria Fadul, engajando a ECA-USP nesse programa de estudo comparativo da televisão em países periféricos como Índia, Nigéria e México. A pesquisa durou mais de um ano, constituindo um grande incentivo para fortalecer o estudo da telenovela no *campus*.

Assumi pessoalmente uma parte do projeto, justamente vinculando o objeto em estudo com a minha formação intelectual. Quis conhecer o impacto da mídia impressa na legitimação da telenovela brasileira,

analisando amostras de jornais e revistas que faziam a cobertura das produções de maior sucesso nas décadas de 60, 70, 80 e 90.

Esta foi uma excelente oportunidade para verificar como o sistema midiático funciona de maneira integrada, não podendo nenhum segmento desprezar ou refugar o outro. Na era do rádio, Paul Lazarsfeld já havia enunciado a “lei de todos ou nenhum”. Quem ouve rádio, lê jornal, mas também assiste a televisão ou navega pela internet. Por isso mesmo, a televisão não pode prescindir da imprensa, que divulga sua programação e orienta os telespectadores para a escolha de conteúdos e até mesmo para desligar a telinha.

Apresentei, em congressos internacionais, na década passada, os resultados mais consistentes. Desde então, a continuidade dos meus estudos sobre televisão passou a ser intelectualmente mediada. Através da supervisão de teses, tenho incentivado mestrandos e doutorandos a submeter à prova novas hipóteses investigativas, buscando equacionar questões enigmáticas.

Destaco alguns casos significativos. Por exemplo, as interfaces entre mídia impressa e telenovelas foram exploradas pela mestranda Fábria Dejavit e pela doutoranda Ofélia Torres Morales. A primeira focalizou a influência do suplemento dominical do jornal paulista *Diário Popular* nos hábitos e preferências dos consumidores de telenovela. A segunda foi mais longe: internou-se na redação da revista *Contigo* para compreender quem agenda as telenovelas, com que intenções e quais as influências que exercem os jornalistas nas rotinas de produção, por vezes incitando os roteiristas dos folhetins a alterar situações que encontram resistências nos telespectadores. Infelizmente tais pesquisas ainda continuam inéditas, salvo resultados parciais divulgados sob a forma de “comunicações científicas” e inseridas nos anais de congressos nacionais.

Outro ângulo interessante foi explorado pelos doutorandos Guilherme Rezende e Ana Carolina Temer. Ele analisou comparativamente os telejornais de três distintas redes nacionais, concluindo que a cultura gutenberiana ainda se faz presente na estrutura dos telejornais, uma vez que todos eles são montados em cima de roteiros previamente escritos, pouco espaço abrindo para improvisações discursivas no calor da hora. (Rezende, Guilherme – *Telejornalismo no Brasil*, São Paulo, Summus, 2003). Ela acompanhou, durante uma semana, o processo de produção dos telejornais da Rede Globo, comprovando a sua hipótese de que todos eles estão pautados

por um compromisso de serviço público, o que os transforma em veículos a serviço da comunidade, enfraquecendo seu dever de informar autonomamente (Temer, Ana Carolina – *Dicas e Serviços*, Rio, E-paper, 2005).

Trata-se de casos emblemáticos, o que não tira o valor documental de outras teses que tive o ensejo de inspirar teoricamente e de acompanhar metodologicamente. Exemplificam esse conjunto as pesquisas de Walter Gravitz sobre o itinerário histórico da TV Record, de Sebastião Squirra sobre o âncora Boris Casoy, de Vera Toledo sobre os esportes na TV, de Valquiria Kneip sobre a história oral do telejornalismo brasileiro e o desbravador estudo de Paula Casari sobre o pioneirismo de Assis Chateaubriand.

Não posso naturalmente omitir as ações empreendidas no âmbito da divulgação cultural, projetando na sociedade personalidades marcantes para o desenvolvimento da televisão brasileira, como são os casos de Landell de Moura, Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, cujas histórias de vida inclui em obras coletivas de interesse supletivo.

Mais recentemente, tenho sido instado a inventariar minha contribuição para o desvendamento de aspectos relevantes da polifacética televisão verde-amarela. É o caso do ensaio publicado, em 2008, na edição da revista *Chasqui* que me foi dedicada pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina. Também não posso esquecer as entrevistas que tenho concedido a interlocutores privilegiados, incluídas em livros publicados fora do país, entre eles o singular estudo de Mário Nieves – *Televisión bajo palabra: poder, pasión e identidad en la TV brasileña* (Monterrey, Universidad Regiomontana, 2002).

Culminando esse processo, tomei a iniciativa de organizar uma antologia que disponibilizasse, para as novas gerações, o conhecimento referente aos primeiros 60 anos da televisão brasileira, permitindo avaliar seus avanços e carências na fronteira entre a era analógica e a idade digital.

Enquanto aguardamos sua publicação, vale a pena indicar algumas perspectivas. Elas são fruto das incursões bibliográficas feitas recentemente. Seja para organizar o livro *O campo da comunicação no Brasil* (Vozes, Petrópolis, 2008), para o qual estimei minha colega Sandra Reimão a resgatar o estado do conhecimento sobre a pesquisa de televisão na universidade brasileira. Seja para participar do debate promovido pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – em torno das políticas nacionais

de comunicação, cujas notas foram incluídas por Daniel Castro no livro *Reflexão sobre as políticas nacionais de comunicação* (Brasília, IPEA, 2010).

O balanço global do desenvolvimento da TV brasileira é positivo (Fonte: *Mídia Dados 2009*). Faltam, contudo, mecanismos mais eficazes de participação da sociedade no controle de qualidade da programação e na fiscalização dos abusos cometidos contra os direitos dos cidadãos consumidores. Essa tarefa cabe em parte ao Estado, mas também é de responsabilidade da sociedade civil.

Sua efetivação depende, porém, da consolidação da vida democrática num país cuja história recente foi bastante estigmatizada pelo autoritarismo e pelo obscurantismo.

- a) Os agentes do mercado estão otimistas, vaticinando um “novo salto de qualidade” para a TV aberta, considerando o avanço da TV digital. A expectativa era “encerrar 2009 cobrindo 60% dos municípios brasileiros com o novo sistema”, assegurando ao Brasil uma posição de destaque entre os países “onde a digitalização do sinal de TV se expandiu mais rapidamente”. Por sua vez, a TV por assinatura demonstrava vitalidade, crescendo progressivamente, atingindo uma audiência composta por quase seis milhões de pessoas.
- b) Todavia, a esperança de incremento da televisão repousa na própria “modernização do meio”, ou seja, na adoção de tecnologias de ponta, capazes de melhorar a entrega do sinal nos domicílios, mas também na difusão de novos suportes para recepção dos programas das redes – aparelhos portáteis e telefones celulares.
- c) Ao promover a I Conferência Nacional de Comunicação, o Governo Lula demonstra a exata compreensão do problema, como está explícito na declaração do secretário nacional de articulação social da Presidência da República, Gerson Almeida. “Há um certo consenso entre todas as partes de que o processo de convergência tecnológica está exigindo uma atualização do marco regulatório. (...) Os meios de produção e transmissão de informação hoje diversificaram e ampliaram muito.” Mas reconhece também que “há divergências sobre o mérito das questões”, como por exemplo “a propriedade de entidades produtoras de conteúdo”. Sua posição é a de que “se tem que ser nacional”, é interessante considerar a “ideia da competição”.

Poucos são os estudos que analisam cientificamente o impacto provocado pela TV na sociedade brasileira, especialmente seu papel político e educativo. O inventário crítico feito por Sandra Reimão a propósito do conhecimento acumulado no Brasil sobre o fenômeno televisivo conclama os pesquisadores a recorrer a “novos olhares” e “novas formas de abordagem e interpretação”, alertando que estamos imersos num “processo de transformações” provocadas pelas mudanças tecnológicas. Por isso mesmo, a “pesquisa acadêmica não poderá deixar de buscar entender essas mudanças tecnológicas e seus usos sociais”.

### **ENTRE-TEXTO**

Até agora, nesta narrativa factual, procurei ater-me a questões objetivas, de natureza teórico-metodológica, expondo fatos e ocorrências que fazem parte do universo científico. Tenho evitado tratar dos aspectos situados no âmbito das subjetividades porque estas transbordam inevitavelmente para o domínio das ideologias.

Porém este depoimento ficaria incompleto ou faccioso se deixasse de expor claramente minhas aproximações ao marxismo. Se omitisse meu diálogo com os pensadores dessa corrente ideológica. Dela me aproximei na alvorada juvenil, engrossando as fileiras da Juventude Comunista, atraído pelo romântico discurso de Celia Guevara que visitou o Brasil no início da Revolução Cubana, protagonizando cenas ao estilo da revolucionária espanhola Dolores Ibarruri, celebrizada como La Pasionaria, entoando seu emocionante refrão anti-franquista *No pasarán!*

Não demorou muito o fascínio imaginário e fui me distanciando, pouco a pouco, da prática autoritária do PCB, escamoteada através do princípio do *centralismo democrático*, sem contudo renegar sua doutrina pré-leninista ou pós-stalinista, até mesmo pelos postulados humanistas que se identificavam com a Doutrina Social da Igreja Católica (pós-Leão XIII), onde me eduquei e com a qual me reconciliei no período pós-conciliar (Vaticano II), em grande parte pela convivência exemplar que mantive com Romeu Dale, o frade dominicano que dedicou seu ostracismo episcopal (pós JUC/CNBB) a ensinar/aprendendo práticas de comunicação popular que conciliavam as ideias do encarcerado Gramsci com a sabedoria do Patriarca João XXIII.



## **HIPER-TEXTO**

Durante as primeiras décadas do século passado, os estudos de comunicação foram monitorados pelas ciências do comportamento, que buscavam compreender as motivações dos atos interativos através dos quais os indivíduos trocam significados e os grupos humanos cimentam a vida em comunidade. Justamente pelo viés psicossocial, tais pesquisas revelaram-se insuficientes para explicar situações tão complexas, ensejando especulações, suscitando dúvidas, endossando receios, despertando controvérsias.

Mas a segunda metade do século foi próspera em contribuições teóricas e metodológicas provenientes das ciências da sociedade. Tanto a sociologia política quanto a antropologia cultural forneceram contribuições fundamentais, principalmente através das equipes interdisciplinares que analisaram os fenômenos comunicacionais em função de objetivos estratégicos, quer na Europa quer na América (Marques de Melo, 2003a).

Disciplina-fronteira, a Economia Política da Comunicação – EPC – configurou-se academicamente no fim do século XX, embora variáveis econômicas tenham sido focalizadas, pelos cientistas sociais, desde muito antes, na elucidação dos fenômenos midiáticos. Existe, portanto uma defasagem histórica entre o “campo” acadêmico e o “objeto” de pesquisa.

A verdade é que as dimensões econômicas permaneceram opacas até que os arautos da aceleração desenvolvimentista, no período pós-guerra, lançam suas teses, tão polêmicas quanto sedutoras, destinadas a converter as novas tecnologias de comunicação em alavancas da modernização das sociedades periféricas.

Tais ideias embutiam uma espécie de Plano Marshall terceiromundista, merecendo reflexões cautelosas por parte de economistas latino-americanos, como foi o caso de Raúl Prebisch, dirigente da Comissão Econômica da América Latina – CEPAL. Em documento amplamente disseminado pela UNESCO, ele questionou a relação causal entre comunicação e desenvolvimento (Marques de Melo, 1998).

Enquanto campo de estudos, a EPC constitui espaço aberto para incursões das diferentes correntes de pensamento, inclusive o marxismo. Assim sendo, existem outras aproximações econômicas aos fenômenos comunicacionais, fundamentadas em premissas não dialéticas.

Talvez como recurso didático, possamos identificar duas linhas de pensamento no âmbito da EPC – uma “pragmática”, catalizando as abordagens

mais sintonizadas com a preservação do sistema econômico hegemônico na sociedade – e outra “crítica”, mais preocupada em problematizar as estruturas vigentes, quase sempre inspiradas ou influenciadas pelo marxismo.

## **DEBATES EPISTEMOLÓGICOS**

As questões epistemológicas e metodológicas fazem parte da gênese do meu trabalho acadêmico no campo da comunicação. Minha monografia de pós-graduação, apresentada ao Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo para a América Latina (1965) tem como objeto a “classificação” e a “conceituação” das emergentes “ciências da informação”.

Esse exercício de reflexão epistemológica, resgatando as matrizes aristotélicas e as atualizações feitas pelos enciclopedistas franceses, dimensionava o contexto peculiar ao momento em que o novo campo científico adquiria legitimidade.

As questões metodológicas estavam implícitas nos meus primeiros trabalhos empíricos, sendo reconhecíveis nas opções feitas durante a iniciação científica (estudo sobre a cobertura policial da imprensa recifense) e a pós-graduação (estudo comparativo da imprensa diária brasileira). Mas elas ganham fôlego no ensaio que escrevi para o simpósio comemorativo dos 20 anos de fundação da Faculdade Cásper Líbero (1967), inventariando e catalogando as metodologias usuais nas pesquisas de comunicação, tanto na academia quanto no mercado.

Desde então, venho questionando tais aspectos da produção cognitiva em nossa área de conhecimento. Basta fazer uma retrospectiva em minha produção bibliográfica para identificar esse tipo de preocupação, que somente agora começa a conquistar interesse coletivo.

## **IMPASSES TEÓRICOS**

Tais influências estão suficientemente descritas em tópicos anteriores. Contudo, vale a pena destacar que venho explorando arqueologicamente os escritos de Aristóteles e de Quintiliano, sem dúvida as fontes seminais da epistemologia da comunicação. No plano metodológico, tenho procurado, através da releitura dos ensaios de Robert Park, identificar de que forma os métodos do conhecimento jornalístico embasaram as matrizes sedimentadas pela pesquisa em ciências sociais, realimentando hoje a metodologia da pesquisa em comunicação.

Minha percepção é a de que, ao gravitar servilmente em torno dos métodos e técnicas da sociologia e disciplinas conexas, as ciências da comunicação na verdade reproduzem procedimentos de segunda mão, geralmente fora do tempo e do espaço. Por isso mesmo, o nosso campo permanece estacionário, pouco avançando metodologicamente.

Os temas/objetos dos meus trabalhos teóricos são amplos, pela contingência de haver desvendado territórios inexplorados, em tempos que demandavam ousadia e persistência. Ao fazer o inventário da pesquisa em comunicação no Brasil (1883-1983) deparei-me com um universo polifacético, confirmando a sensação anotada em 1976, quando tornei público o manancial cognitivo que a comunidade norte-americana das ciências da comunicação havia acumulado sobre os fenômenos brasileiros de comunicação. Em face disso, procurei delinear e refletir sobre as correntes teóricas existentes em nosso país, confrontando-as com as vigentes em países metropolitanos.

A mudança que vem ocorrendo em minha trajetória é a de haver palmilhado inicialmente aquele universo que Wilbur Schramm não hesitaria em denominar “comunicologia”, como o faz hoje, recorrendo a argumentos distintos, o mexicano Jesus Galindo, para focalizar com maior nitidez o segmento que se convencionou chamar de “midiologia”.

A semente midiológica foi plantada por Tobias Peucer (1690), produzindo uma árvore reconhecida por seus pósteros, como é o caso de Otto Groth (início do século XX), mas que somente passou a ser irrigada pelos fundadores da IAMCR (1957), tendo na linha de frente o francês Jacques Kayser e o norte-americano Raymond Nixon. Para melhor compreender o trânsito de um patamar a outro, vale a pena comparar os ensaios contidos em dois livros de minha autoria: “Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos” (1998) e “A esfinge midiática” (2003).

## **FONTES MARXISTAS**

Tem sido rica e diversificada a contribuição do marxismo às ciências da comunicação. Resgatei essa corrente de pensamento quando discuti no meu livro *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa* (1970) o conceito marxista de comunicação. Demonstrei ali que a compreensão do fenômeno comunicacional, pela ótica do materialismo dialético, fundamenta-se na relação entre trabalho e linguagem, variável essencial para o entendimento dos atos humanos de interação simbólica.

Consultei, nessa ocasião, as fontes disponíveis, particularmente os escritos seminais de Marx e Engels e as exegeses feitas por marxistas de linhas distintas, desde os russos (Lênin e Afanassiev), até os pensadores ocidentais como Adam Schaff e Leôncio Basbaum.

Este último, brasileiro, legou uma instigante reflexão que fundamenta o conceito histórico de comunicação. Em seu livro *História e Consciência Social* (São Paulo, Fulgor, 1967), Basbaum defende a tese de que a comunicação representa um fator de equilíbrio da vida em sociedade, neutralizando o ímpeto bélico dos homens, na medida em que instaura o diálogo e pode conduzir ao entendimento entre comunidades ou nações em conflito.

Mas quem aplicou sistematicamente as categorias do marxismo para compreender os fenômenos comunicacionais no Brasil foi o historiador Nelson Werneck Sodré, como evidenciei inicialmente no meu livro *História Social da Imprensa* (2003) e documentei de modo amplo no recente livro *História Política das Ciências da Comunicação* (2008).

De qualquer maneira, para os interessados em avançar no tratamento que os marxismos vem dando ao processo comunicacional, não existe melhor fonte de referência que o inventário feito por Armand Mattelart e Seth Siegelau – *Communication and class struggle* (New York, IG / Paris, IMMRC, 1979). Trata-se de uma exaustiva e competente revisão da literatura sobre a questão, com a vantagem de incluir excertos dos textos e adotar uma visão sintonizada com a perspectiva mundial do conhecimento, evitando a convencional redução ao “modelo ocidental”. Quero dizer que os autores incluem não apenas obras de pensadores anglófonos, teutos, franco-italianos, mas adicionam textos de outras geografias, não esquecendo as contribuições da periferia, tanto africana quanto latino-americana.

Trata-se de antologia fundamentada no exaustivo inventário das fontes realizado por Seth Siegelau na série *Marxism and the Mass Media: towards a basic bibliography*, 3 vols., publicado sob a forma de fascículos no período 1972-1979, pelo International Media Research Center, em New York. A obra cobre o período de 1842-1974, com propósito nitidamente *político*, considerando a “importância crescente da comunicação na definição dos conteúdos e nos rumos das lutas futuras”.

Outra fonte de estudos, autodenominada “pensamento crítico” (Miége, 2000), é a *Antologia de Comunicación para el Cambio Social* (La Paz, Plural Editores, 2008), originalmente publicada em inglês, tendo como

organizadores intelectuais o boliviano Alfonso Gomúcio e o dinamarquês Thomas Tuft. Foram selecionados textos oriundos principalmente de países de terceiro mundo, entre eles os brasileiros Paulo Freire, Luiz Beltrão, Augusto Boal, José Marques de Melo e Cícilia Peruzzo.

Da bibliografia brasileira, pode também ser útil a consulta ao livro de Albino Rubim – *Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil* (Salvador, UFBA, 1995), onde existem referências às questões comunicacionais no bojo das políticas culturais do histórico PCB – Partido Comunista Brasileiro. Igual consulta pode ser feita também a livro de Leandro Konder – *Intelectuais brasileiros e marxismo* (Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991).

## CAMINHOS CRUZADOS

Quem me introduziu ao marxismo foi um intelectual alagoano que, muito cedo, integrou a diáspora caeté nos centros metropolitanos deste país. Banido do território alagoano por “delito” ideológico, o jovem Octavio Brandão exerceu uma influência inestimável na juventude alagoana da primeira metade do século XX. Sua ausência involuntária estimulava os jovens de então, criando um fascínio pelo seu estoicismo, um interesse inusitado pelas suas ideias progressistas.

Nosso primeiro contato se deu através do seu livro mítico *Canais e Lagoas*, publicado em 1919, no Rio de Janeiro. Esta obra arrebatou corações e mentes dos alagoanos convictos da nossa identidade, cujos brios foram enaltecidos pelo jovem cientista ao comprovar a existência do petróleo em Alagoas.

Sua leitura me deixou com água na boca. Vasculhando alfarrábios, defrontei-me com um exemplar do romance épico *O Caminho*, publicado também no Rio de Janeiro, em 1950. Li sofregamente o itinerário novelesco percorrido pela humanidade até o despertar das massas. Trata-se de uma reconstituição da própria experiência do autor como militante político, que descobre o ideário marxista, abraçando-o de corpo e alma.

Chegando a Recife, em 1960, procurei abastecer-me de conhecimento sobre a matéria nas bibliotecas públicas. Concomitantemente, integrei-me ao movimento estudantil, fonte inesgotável de dados e valores sobre o cenário nacional e internacional.

Não escapei das aulas de doutrinação propiciadas pela juventude comunista, daquela época, valendo-me dos manuais de filosofia de Georges Politzer e de economia da Academia de Ciências da URSS.

Mas me senti gratificado, logo a seguir, com os cursos de introdução ao marxismo ministrados pelo militante Apolônio de Carvalho e pelo teórico Jacob Gorender. Comecei a desvendar melhor o cipoal cognitivo tecido pelos exegetas de Karl Marx.

Mas foi na universidade que avalei melhor os conteúdos – imanente e transcendente – do marxismo. Quem me deu pistas essenciais para suprir minhas lacunas teóricas foi Vamireh Chacon, meu professor de Economia Política na Faculdade de Direito, cujas aulas acompanhei com interesse durante todo o ano de 1961.

As portas da Economia Política me foram abertas por outro alagoano, menos emblemático do que Octávio Brandão, mas figura lendária da Faculdade de Direito da então Universidade do Recife, o cientista social Arnóbio Graça.

Catedrático dessa disciplina fundada no Recife por Alfredo Freyre, pai de Gilberto, mais conhecido como o “solitário de Apipucos”, Arnóbio Graça ficou aureolado por sua entrada na Faculdade de Direito. Nela, Arnóbio ingressou pelo mérito. Então, persistia na universidade brasileira o instituto do nepotismo. Seu concurso de cátedra repercutiu intensamente na universidade, destacando-o com um dos poucos professores aberto ao diálogo na faculdade, sendo incluído entre os raros docentes alinhados à esquerda, no período pós-guerra.

Não cheguei a assistir suas aulas, mas comprei e li seu manual de Economia Política, a bíblia da matéria, segundo meus colegas de turma. Afastado da cátedra por motivos de saúde, suas aulas vinham sendo ministradas por jovens doutores, recém chegados da Europa, entre eles Germano Coelho e Vamireh Chacon. A leitura do livro eu a fiz na conturbação do primeiro mês de aulas, em certo sentido atormentado pela sua vacilação entre dois humanismos: o marxista e o cristão.

Quando Vamireh assumiu as aulas, depois de retornar de viagem de estudos ao país dos ianques, o ambiente se desanuviou. Jovem e ambicioso intelectual pertencente à elite pernambucana compensava sua inabilidade retórica com seminários, trabalhos de campo, sobretudo com o estímulo às polêmicas. Essa última característica ele a herdou do catedrático enfermo.

Em seu livro de memórias precoces *O poço do passado* (1984), Vamireh destaca essa prática pedagógica de Arnóbio Graça.

*“Arnóbio gostava de incentivar o debate. Certa vez, acabou em pugilato, diante dele, impassível e sarcástico. Mas habitualmente afável e acessível.”* (p. 130)

Chacon, aliás, é bastante evasivo a propósito da influência recebida de Arnóbio Graça, durante sua formação acadêmica, limitando-se a registrar o itinerário heterodoxo que ele percorreu com seus companheiros de geração.

*“As ciências sociais vinham a nós primeiro por Arnóbio Graça, querendo compatibilizar, no dilema da sua época, o neocorporativismo dollfussiano de Otmar Spann (...) com Werner Sombart, fronteiro do socialismo porém condescendentes com as direitas alemãs.”* (p. 134)

Explicando as circunstâncias, acrescenta:

*“Arnóbio fora integralista (...) em companhia de colegas estudantes. Todos jornalistas, alguns depois convertidos às esquerdas.”* (p. 134)

Com a morte de Arnóbio Graça, seu assistente Vamireh Chacon assume a regência da cátedra de Economia Política. Foi justamente por seu intermédio que me informei amplamente sobre as variantes do marxismo, entrando em contato com as ideias de Gramsci e Adorno, então praticamente desconhecidas no Brasil.

Vamireh também me apresentou a dois economistas situados no universo marxista – Paul Baran e Paul Sweezy –, motivando-me, quando me iniciava na pesquisa em comunicação para traduzir o clássico ensaio *Comentários sobre o tema da propaganda*, publicado na revista *Comunicações & Problemas* (1968).

## **PENSAMENTO CRÍTICO**

Nesse período, influenciado pelos economistas da SUDENE e da CEPAL defronto-me com as teorias da dependência, que ofereceram bom pretexto para o estudo da comunicação no contexto socioeconômico, hoje reconhecido como “pensamento crítico”, para a constituição do qual a INTERCOM jogou papel decisivo no Brasil.

A conjuntura posterior à Revolução Cubana (1959) foi marcada pela circulação das ideias desenvolvimentistas patrocinadas pela Aliança para o Progresso, contra as quais se insurgiu a teoria da dependência inspirada por Raul Prebisch (CEPAL). Tal corrente de pensamento motivava reflexões perplexas, como as enfeixadas no meu livro *Comunicação, Opinião, Desenvolvimento* (1971), posteriormente aprofundadas na obra *Subdesenvolvimento, Urbanização e Comunicação* (1976) e sistematizadas no ensaio sobre comunicação, desenvolvimento e crise na América Latina, escrito a pedido de Fred Casmir (1991), organizador da antologia *Communication in Development* (New Jersey, Ablex).

Mas, o terreno propício para desocultar o lado econômico da comunicação foi indiscutivelmente cultivado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM. Nesse ambiente pluralista e solidário vai germinar o grupo que se aglutinaria em torno da “economia política”, gerando a corrente intelectual hoje conhecida pela sigla EPTIC. A *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, publicada semestralmente pela INTERCOM, serviu como câmara de eco para as teses embrionárias de César Bolaño, cuja primeira aparição está consubstanciada no artigo “A questão da publicidade de televisão no Brasil” (Bolaño, 1987), precedente ao já citado artigo sobre o “enfoque neo-shumpeteriano” (1991).

Na sequência, a revista da INTERCOM abriu suas páginas para divulgar as ideias do seu parceiro intelectual Alain Hercovici – “Televisão brasileira e realidade inacabada” (Hercovici, 1992) –, bem como o estudo conjunto destinado a comparar os “agentes comunicacionais da Europa ocidental e da América do Sul” (Bolaño & Hercovici, 1993).

A essa dupla se agregariam oportunamente Valério Brittos, Edgard Rebouças, Marcio Wholers, Sergio Caparelli, Murilo César Ramos, Suzy dos Santos, Fernando Matos e outros pesquisadores nacionais, formando o coletivo EPTIC, que adotou cidadania latina e pretende dialogar com os grupos similares atuantes em outros países.

O marco teórico desse movimento intelectual encontra-se documentado no ensaio recém escrito por Bolaño (2008), onde procura explicitar uma “taxonomia das indústrias culturais”. Situando historicamente os “pais fundadores” da Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC) – Baran e Sweezy, Smythe e Schiller – e resgatando as contribuições de Raymond Williams, ele faz referência aos quadros de análise propostos em *Economia Política da Internet* (Bolaño, Herscovici, Castañeda, Vasconcelos, 2007), “para considerar a situação atual, de convergência tecnológica e organização em rede da produção, distribuição, troca e consumo de bens culturais e de comunicação”.

## **MATRIZES FORÂNEAS**

Esse rico filão de estudo, valorizando a importância da Economia para a compreensão e a gestão dos processos comunicacionais, não configura entretanto um campo acadêmico com a mesma identidade que assume a linha de pesquisa aglutinada sob a liderança de Dallas Smythe no âmbito da International Association for Media and Communication Research



– IAMCR. Esse grupo lança uma plataforma investigativa a partir da crítica de Karl Marx à economia política no capitalismo, formulando hipóteses e desvendando problemas vigentes na promissora indústria de bens simbólicos, cujo traço mais evidente é a face transnacional e cujo enigma desafiador continua a ser a vocação imperialista.

Trata-se de questões exploradas de forma paradigmática pelo belga Armand Mattelart e pelo estadunidense Herbert Schiller, cujas teses chegam cedo ao Brasil, ainda nos anos 70-80, mas que só iriam motivar pesquisas avançadas na década de 90, quando César Bolaño funda o Grupo de Trabalho de Economia Política da Comunicação no âmbito da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM.

Mesmo ainda não reivindicando o monopólio da “crítica”, a Economia Política da Comunicação começa a despontar entre nós naquele exato momento em que circulou o clássico ensaio de Paul Baran e Paul Sweezy – “Comentários sobre o tema da propaganda” – traduzido e publicado na revista *Comunicações & Problemas* (Recife, ICINFORM). Essas teses seriam retomadas mais tarde e discutidas, na essência, por César Bolaño, em artigo sobre “A questão da publicidade de televisão no Brasil” (Revista Brasileira de Comunicação, 1987).

O campo só germina com a matriz marxista, quando aparece no mercado o livro de Herbert Schiller – *O império norte-americano das comunicações* (Petrópolis, Vozes, 1976), onde o autor deu sequência às ideias esboçadas por Dallas Smythe, com quem conviveu durante breve período na Universidade de Illinois, nos anos 60. Tanto assim que o canadense foi convidado a prefaciar essa obra de estreia do autor, lançada em inglês em 1971 e depois traduzida concomitantemente para o português e o espanhol. Aqui, sua tradução foi feita competentemente por Tereza Lucia Halliday, professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, recentemente falecida, que se especializou em análise de discurso, naquela época realizando estudos de mestrado na Universidade de Wisconsin.

Marco mais abrangente seria fincado por Armand Mattelart, que começou a despontar no cenário internacional, no início dos anos 70, quando trabalhou em universidades chilenas, na conjuntura marcada pela ascensão e queda de Salvador Allende. Ele adquire notoriedade através do livro escrito em parceria com Ariel Dorfman – *Para ler o Pato Donald* – uma denúncia vibrante do “colonialismo cultural” praticado pelos EUA na América Latina.

Logo após o golpe militar liderado por Pinochet ele retorna à Europa, radicando-se na França. Depois da profícua jornada latino-americana, ainda sob inspiração althusseriana, ele realiza instigante observação sobre a ideologia do imperialismo cultural.

Mas, no retorno ao espaço europeu, desenvolve ampla investigação sobre as entranhas do capitalismo midiático, revisando e aprofundando algumas premissas sugeridas por Smythe e Schiller. Evidências dessa inserção no território da economia política da comunicação, na idade da mundialização, estão contidas nos livros sobre a internacional publicitária, que precedem seu diálogo com a vanguarda acadêmica brasileira, iniciado em 1981, durante o ciclo de estudos sobre “hegemonia e contra-informação”.

### **AGENTE DA HISTÓRIA**

Existe, em minha obra, uma clara preocupação em discutir o sentido do sujeito como agente da História, e não como um mero objeto passivo diante dos meios de comunicação.

Paradoxalmente, essa preocupação emerge da leitura de um filósofo como Ortega y Gasset, considerado apocalíptico por uns e profeta por outros.

Desafiou-me sempre sua ideia de que é impossível compreender o “homem” sem entender sua “circunstância”. Trata-se de discernir o mundo que o homem constrói para viver cotidianamente. Isso corresponde a reconhecer que o homem é sujeito da sua história. Redimensionei posteriormente essa questão através da dialética marxista-leninista, que edifica uma espécie de “homem coletivo”.

Deformado na versão stalinista e em edições sucedâneas, o “homem sem rosto” protagonizava aquele tipo de personagem que tanto amedrontara Gasset e seus contemporâneos. O homem-massa, presa fácil das artimanhas engendradas por “vanguardas” que usurparam sua legítima “representação”.

Recuperando a premissa ortegiana de que o homem faz a sua circunstância, sempre admiti que os meios de comunicação desempenham papel crucial nas sociedades democráticas, atuando como espelhos denotadores do meio ambiente. Mas entendendo que eles funcionam, ao mesmo tempo, como alavancas para gerar ações coletivas.

Sempre que seus produtos tenham sido gerados pela consciência individual, alimentados por conotações institucionais e oxigenados pelos

filtros comunitários que os assimilam ou refugam. É nesse sentido que os agentes populares participam ativamente da comunicação social, ainda que pareçam alienados, dentro dos limites da “consciência possível” em “circunstâncias” determinadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ABEPEC

1978 – Pesquisa sobre a televisão brasileira, *Revista Abepec*, n. 4, Porto Alegre, p. 4-33.

### Academia de Ciências da URSS. Instituto de Economia

1961 – *Manual de Economia Política* (Tradução de Jacob Gorender e Josué Almeida), Rio de Janeiro, Vitória.

### Aguiar, Wilson

1967 – *Introdução à TV*, Brasília, Habitast.

1968 – *TV Didática*, Brasília, Ebrasa.

### Baran, Paul & Sweezy, Paul

1968 – Comentários sobre o tema da propaganda, *Comunicações & Problemas*, vol. II, n. 2/3, Recife, ICINFORM, p. 67-76.

### Basbaum, Leôncio

1967 – *História e Consciência Social*, São Paulo, Fulgor.

### Barbosa Lima Sobrinho

1923 – *O problema da imprensa*, Rio, José Álvaro Editor.

1984 – Imprensa, nacionalismo e desenvolvimento, In: Marques de Melo, org. – *Imprensa & Desenvolvimento*, São Paulo, ECA-USP, p. 181-193.

### Beltrão, Luiz

1960 – *Iniciação à Filosofia do Jornalismo* Rio, Agir.

1965 – Aprendizagem das ciências da comunicação em Pernambuco, *Comunicações e Problemas*, n. 1, ICINFORM, p. 6-8.

1967 – Jornalismo pela Televisão e pelo Rádio, *Revista da Escola de Comunicações Culturais*, 1, São Paulo, ECA-USP, p. 101-120.

1997 – Comunicação no Brasil: as ideias de Luiz Beltrão, *Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional*, 10, São Bernardo do Campo, UMESP.

### Benjamin, Roberto

1968 – A TV Comercial em Pernambuco: estudo da programação, *Revista da Escola de Comunicações Culturais*, 2, São Paulo, ECA-USP, p. 151-166.

1968<sup>a</sup> – *Televisão e Política* (tese de live docência), Recife, UFRPE.

**Bolaño, César**

- 1987 – “A questão da publicidade de televisão no Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, ano X, n. 56, São Paulo, INTERCOM, p. 52-68.
- 1991 – “O enfoque neo-schumpeteriano da concorrência e o mercado da televisão”, que o autor publicou na *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, ano XIV, n. 65, São Paulo, INTERCOM, p. 38-48.
- 2004 – *Indústria Cultural, Informação e Capitalismo*, São Paulo, Hucitec/Polis, 2ª ed., revista.
- 2004 – Apresentação – *Mercado Brasileiro de Televisão*, (São Paulo/Aracaju, Educ / Editora UFS, p. 19-27.
- 2007 – *Desafios da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura frente às inovações tecnológicas e à mudança social: a atual batalha epistemológica do pensamento crítico latino-americano*, México, VI Congresso da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC).
- 2008 – *Taxonomia das indústrias culturais: notas sobre a gênese e a história da Economia Política da Comunicação e da Cultura*, Brasília (inédito).

**Bolaño & Herscovici**

- 1993 – Estratégias comparadas dos agentes da comunicação na Europa Ocidental e no sul da América latina, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, ano XVI, n. 1, São Paulo, INTERCOM, p. 112-119.

**Bolaño, César, org.**

- 1995 – *Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação*, São Paulo, INTERCOM.
- 1997 – *Privatização das Telecomunicações na Europa e na América Latina*, Aracaju, EDUFS.
- 1999 – *Globalização e Regionalização das Comunicações*, São Paulo, EDUC.
- 2007 – *Economia política da internet*, Aracaju, EDUFS.

**Bolaño & Mastrini, org.**

- 1999 – *Globalización y monopolios de la comunicación en América Latina*, Buenos Aires, Biblos.

**Bolaño, Mastrini & Sierra, orgs.**

- 2005 – *Economia Política, Comunicación y Conocimiento*, Buenos Aires, La Crujia.

**Bosi, Alfredo**

- 1987 – *Cultura Brasileira*, São Paulo, Ática.

**Brandão, Octavio**

2007 – *O Caminho*, 2ª. Ed., Maceió, EDUFAL.

2001 – *Canais e lagoas*, 3ª. Ed., Maceió, EDUFAL.

1956 – *Os intelectuais progressistas*, Rio, Simões.

**Brittos, Valério**

2004 – Prefácio, In: Bolaños, Cesar – *Mercado Brasileiro de Televisão* (São Paulo/Aracaju, Educ/Editora UFS, p. 9-14

2010 – *TV digital, economia política e democracia*, São Leopoldo, Editora Unisinos.

**Brittos & Bolaños**

2005 – *Rede Globo, 40 anos de poder*, São Paulo, Paulus.

**Camargo, Vera Regina Toledo de**

1998 – *O telejornalismo e o esporte espetáculo* (tese de doutorado), São Bernardo do Campo, UMESP.

**Caparelli, Sergio**

1982 – *Televisão e capitalismo no Brasil*, Porto Alegre, L&PM.

**Chacon, Vamireh**

1984 – *O poço do passado*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

**Cohn, Gabriel**

1971 – *Comunicação e Indústria Cultural*, São Paulo, Nacional.

**Costa Rego, Pedro**

1929 – Como foi que persegui a imprensa, Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, posteriormente incluída na coletânea *Águas passadas*, Rio, José Olympio, 1952, p. 174-193.

**Campos, Thereza Catharina de Goes**

1970 – *A TV nos tornou mais humanos?*, Recife, Editora da UFPE.

**Castro, Daniel**

2010 – *Reflexões sobre políticas nacionais de comunicação*, Brasília, IPEA.

**Casari, Paula**

1984 – *Assis Chateaubriand e a implantação da televisão no Brasil* (dissertação de mestrado), São Bernardo do Campo, UMESP.

**Dejavite, Flavia**

1996 – O relacionamento do Jornalista com a Fonte: Um Jogo de Sedução? (Dissertação de Mestrado), S.B.Campo, UMESP.

**Fadul, Anamaria**

1993 – *Ficção seriada na TV – as telenovelas latino-americanas*, São Paulo, ECA-USP.

**Freire, Paulo**

2001 – *Educação e atualidade brasileira*, 3ª. Ed., São Paulo, Cortez.

**Garnham, Nicholas**

1994 – Contribución a una economía política de la comunicación de masas, In: Moragas, Miquel de – *Sociología de la comunicación de masas – V. I – Escuelas y Autores*, Barcelona, Gustavo Gili, p. 108-140.

**Gomuncio, Alfonso & Tufte Thiomias**

2008 – *Antología de Comunicación para el cambio social*, La Paz, Plural Editores.

**Graça, Arnóbio**

1949 – *Princípios de economia política*, São Paulo, Saraiva.

1953 – *Ciências econômicas e sociais*, São Paulo, Saraiva.

**Herscovici, Alain**

1992 – Televisão Brasileira: a realidade inacabada, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, ano XV, n. 2, São Paulo, INTERCOM, p. 46-55.

**Hankard, Maurice**

1967 – *La radio y la televisión en Europa*, Ciespal.

**Jambeiro, Othon; Bolaño, César e Brittos, Valério**

2004 – *Comunicação, Informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder*, Salvador, Edufba

**Konder, Leandro**

1991 – *Intelectuais brasileiros & marxismo*, Belo Horizonte, Oficina de Livros.

**Kneip, Valquíria Aparecida**

2007 – *História oral do telejornalista brasileiro* (tese de doutorado), São Paulo, ECA-USP.

**Kotak, Conrad**

1990 – *Prime Time Society*, Belmont, Wadsworth.

**Lazarsfeld, Paul**

1964 – Os meios de comunicação e a influência pessoal, In: SCHRAMM, Wilbur, ed. – *Panorama da Comunicação Coletiva*, Rio, Fundo de Cultura, p. 87-96.

**Leal, Péricles**

1964 – *Iniciação à Televisão*, Belém, Falangola.

**Lins da Silva, Carlos Eduardo**

1985 – *Muito além do Jardim Botânico – um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores*, São Paulo, Summus.

**Marques de Melo, José**

1970 – *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa*, Petrópolis, Vozes.

1971 – *Comunicação, Opinião, Desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes.

1972 – *Reflexões sobre temas de comunicação*, São Paulo, ECA-USP.

- 1981 – *Telemania, anestésico social*, São Paulo, Loyola.
- 1985 a – *Comunicação: Teoria e Política*, São Paulo, Summus.
- 1985 b – *Para uma leitura crítica da comunicação*, São Paulo, Paulinas
- 1988 – *As telenovelas da Globo*, São Paulo, Summus.
- 1992 – Los programas televisados de ficción en el Brasil: el caso de TV Globo, In: LARSEN, Peter, Ed. – *Importación/Exportación: circulación internacional de programas televisados de ficción*, Paris, UNESCO, p. 97-100.
- 1993 – Televisão Brasileira: desenvolvimento e perspectivas, *Comunicação & Sociedade*, n. 19, São Bernardo do Campo, UMESP, p. 79-94.
- 1994 – Religion and Television in Latin America. In: Shayon and Cox Religion television and the information superhighway, 1994, Philadelphia, Waymark Press, p. 27-29.
- 2001 – La Telenovela Brasileña: de Gata Cinicienta a Reina Mediatca. Estudios Sobre Las Culturas Contemporáneas Programa Cultura Universidad de Colima, Colima, México, v. VII, n. 13, p. 41-74.
- 2003 – O diálogo entre produção e recepção na telenovela brasileira. *Comunicação. Veredas (UNIMAR)*, Marília, v. 01, p. 51-70.
- 2008a – José, org. – *O campo da comunicação no Brasil*, Petrópolis, Vozes.
- 2008b – Telenovela: folletín de mis des/reencuentros. *Chasqui*, v. 104, p. 40-47.
- 2010 – O debate público sobre as políticas nacionais de comunicação, In: CASTRO, Daniel – *Reflexão sobre as políticas nacionais de comunicação*, Brasília, IPEA, p. 37-38.
- Marques de Melo, José, org**
- 1970 – *Comunicação Social: Teoria e Pesquisa*, Petrópolis, Vozes.
- 1980 – *Comunicação e classes subalternas*, São Paulo, Cortez.
- 1981 – *Populismo e comunicação*, São Paulo, Cortez.
- 1983 – *Teoria e pesquisa em comunicação, panorama latino-americano*, São Paulo, Cortez.
- 1985 – *Para uma leitura crítica da comunicação*, São Paulo, Paulinas.
- 1989 – *Comunicação na América Latina, desenvolvimento e crise*, Campinas, Papirus.
- 1990 – Communication, development and crisis in Latin América, In: Casmir, Fred, ed. – *Communication in development*, Norwood, Ablex, p.203-226.
- 1998 – *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*, Petrópolis, Vozes.
- 2003a – *História do pensamento comunicacional*, São Paulo, Paulus.
- 2003b – *História social da imprensa*, Porto Alegre, Edipucrs.

2010 – *Os caminhos cruzados da comunicação: Política, Economia e Cultura*, Sao Paulo, Paulus.

**Marques de Melo, José; Fadul & Lins da Silva, orgs.**

1979 – *Ideologia e poder no ensino de comunicação*, São Paulo, Cortez & Moraes.

**Mattelart, Armand e Michele**

2000 – *História das teorias da comunicação*, São Paulo, Loyola.

**Mattelart, Armand e Siegelau, Seth**

1979 – *Communication and Class Struggle*, New York, IG.

**Miége, Bernard**

2000 – *O pensamento comunicacional*, Petrópolis, Vozes.

2000 – *Les industries du contenu face à l'ordre informationnel*, Grenoble, PUG.

2004 – *L'information – communication, objet de connaissance*, Bruxelles, De Boeck.

**Mattelart, Michelle & Aramand**

1989 – *O Carnaval das Imagens: a ficção na TV*, São Paulo, Brasiliense.

**Morales, Ofélia**

1999 – *Nos bastidores da telenovela: a produção do noticiário sobre a telenovela "O Rei do Gado" na revista "Contigo!"* (tese de doutorado), São Paulo, ECA-USP.

**Nieves, Mario**

2002 – *Televisión bajo palabra: poder, pasión e identidad em la TV brasileña*, Monterrey, Universidad Regiomantana.

**Nixon, Raymond**

1963 – *Periodismo*; Quito, Ciespal.

**Ortega & Gasset, José**

1946 – *Meditaciones del Quijote, Obras Completas*, v. I, Madrid, Revista del Occidente, p. 322.

**Ortiz, Renato**

1988 – *Telenovela, história e produção*, São Paulo, Brasiliense.

**Reimão, Sandra**

2008 – *Televisão*, In: MARQUES DE MELO, José, org. – *O campo da comunicação no Brasil*, Petrópolis, Vozes, p. 137-146.

**Rezende, Guilherme**

2000 – *Tejornalismo no Brasil*, São Paulo, Summus.

**Rubim, Albino**

1995 – *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*, Salvador, EDUFBA.

**Schiller, Herbert**

1976 – *O império norte-americano das comunicações*, Petrópolis, Vozes.



**Siegelaub, Seth**

1978 – *Marxism and the Mass Media: towards a basic bibliography*, n. 1-3, revised edition, New York, IMMRC.

1979 – *Marxism and the Mass Media: towards a basic bibliography*, n. 4-5, New York, IMMRC.

1980 – *Marxism and the Mass Media: towards a basic bibliography*, n. 6-7, New York, IMMRC.

**Sampaio, Walter**

1971 – *Jornalismo Audiovisual*, Vozes, Petrópolis / São Paulo, EDUSP.

**Santana, Jorge José B.**

2007 – *A televisão em Pernambuco por quem a viu nascer*, Recife, Facform.

**Squirra, Sebastião**

1990 – *Aprender Telejornalismo*, São Paulo, Brasiliense

1993 – *Boris Casoy, o âncora no telejornalismo brasileiro*, Petrópolis, Vozes

**Straubhaar, Joseph**

1991 – Mass communication and the elites, In: Coniff & McCann – *Modern Brazil*, Lincoln, University of Nebraska.

**Temer, Ana Carolina**

1998 – *Colhendo notícias, plantando imagens*, Fascículos UMESP de Ciências da Comunicação, 4, São Bernardo do Campo, UMESP.

2002 – *Notícias & Serviços nos telejornais da Rede Globo*, Rio, Sotese.

**Tufte, Thomas**

1995 – Como as telenovelas servem para articular culturas híbridas no Brasil contemporâneo, *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. XVIII, n. 2, São Paulo, p. 34-53.

**Vink, Nico**

1988 – *The Telenovela and Emancipation*, Amsterdam, Royal Tropical Institute.



# Um trajeto literário e conceitual

MUNIZ SODRÉ<sup>1</sup>

---

Uma das literaturas mais instigantes para o pensamento conceitual é, para mim, a literatura de Clarice Lispector. Em *A Maçã no Escuro*, por exemplo, eu destaco uma frase pertinente para aqui e agora:

“Os olhos veem mais do que nós”.

Na verdade, acho que Clarice reescreve aí um fragmento de Heráclito: “Os olhos são testemunhas mais fiéis do que os ouvidos” (Frag. 15). Mas, como Heráclito, ela está convidando para o voo da reflexão, manifestando aqui algo que Walter Benjamin, detendo o voo, fixa no conceito: o inconsciente ótico. É o conceito de que vemos mais do que pensamos ver, portanto, de algo que se apreende, mas ao mesmo tempo subtrai-se, no campo de visão.

O que os olhos veem é muito mais do que a consciência – esse “nós” entronizado por Clarice – é capaz de enunciar. A consciência nos dá o tamanho que temos ou que somos, mas os olhos nos apontam para a nossa potência, ou seja, para aquilo que podemos até o fim de nós mesmos, até a exaustão de nosso empenho.

Esse transbordamento da consciência registra-se em vários outros campos. Penso, por exemplo, no chamado “efeito Zeigarnik”, noção proposta por um psicólogo russo para dar conta das tarefas mentais inconclusas, ou seja, dos problemas psíquicos inconscientes que não encontram uma resposta emocional satisfatória, mas permanecem como um fundo de apresentação e representação, continuamente disponíveis. Ou seja, um fundo irredutível ao conceito.

---

1. Professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador 1-A do CNPq.

Hegel vê no conceito (Begriff) o visgo passarinho, isto é, o visgo ou a fixação que impede o voo do passarinho, mas funda a ciência. Pensando hegelianamente sobre Clarice, poderíamos dizer que a sua literatura é análoga ao sábio que gera a ciência. O sábio, como explica Kojève, é “o homem de carne e osso que realiza, por sua ação, a sabedoria ou a ciência” – é uma forma do Espírito (Gestalt des Geistes), uma forma– concreta.

Aqui ainda há uma diferença entre uma pessoa real, uma subjetividade particular, um indivíduo humano, e uma realidade objetiva (Wirklichkeit), diferente da realidade subjetiva. Alcançado o conceito, entretanto, a verdade (Wahrheit) coincide com a certeza subjetiva (Gewissheit), e a totalidade do real é revelada pelo saber.

Clarice é posta aqui na posição do sábio que não está comprometido com nenhum saber absoluto, com nenhuma ciência.

Eu gostaria de poder seguir a trilha de Clarice, infelizmente sem o brilho de sua literatura, para atender ao que me é solicitado, isto é, traçar uma espécie de mapa de minha trajetória pessoal na direção de conceitos que tenho proposto ao campo de estudos da Comunicação.

O primeiro obstáculo que encontro é também literário: o conhecido conto de Borges em que o rei pede ao cartógrafo real para desenhar um mapa de seus domínios, com a exigência de uma réplica exata da realidade. A tarefa se revela impossível, porque no momento em que eu tente me incluir como parte do mapa (ou seja, eu mesmo como um objeto na realidade), não poderei mais representar-me como autor do mapa. Em outras palavras, a dualidade da natureza humana como objeto empírico no mundo da natureza e como sujeito no domínio humano não pode ser reproduzida em um “mapa” objetivo.

Aqui, eu começo a adentrar a linha de pensamento popperiana, porque de fato Karl Popper está debruçado sobre o conhecimento científico e empenhado em rebater a clássica epistemologia convencionalista, segundo a qual a ciência é um mundo de conceitos definidos pelas leis naturais que construímos logicamente. Epistemologicamente, Popper diz “não” a essa perspectiva, que ele, no entanto, vê como um sistema autônomo e defensável, sem incoerências.

Ora, Popper não vê o conhecimento científico fundado em alicerces ou em certezas definitivos. Ele opta pelo “falsificacionismo” ou pela refutabilidade como critério para decidir a cientificidade um sistema teórico qualquer. Não há conhecimento definitivo, apenas conjecturas e saberes provisórios,

mesmo quando um deles pode ser verificado no confronto com os fatos. Científica é a teoria capaz de ser refutada ou falseada. Assim sendo, o debate crítico de uma teoria consistiria simplesmente nas tentativas de refutá-la.

Daí, as suas críticas esparsas à psicanálise – que ele classifica como uma “metafísica psicológica interessante”, com alguma verdade dentro dela – em razão principalmente ao que ele chama de “imunização” à refutabilidade: O que impede as teorias de Freud de serem científicas seria simplesmente o fato de que elas não excluem nenhuma conduta humana fisicamente possível. Qualquer coisa que alguém faça é explicável, em princípio, em termos freudianos. Não se pode sequer tentar refutá-las.

As teorias da comunicação correntes são refutáveis, o que, na perspectiva de Popper, abre caminho para a cientificidade. Mas o meu atual interesse pelo conceito no campo comunicacional advém da percepção de que há muito tempo as teorias da comunicação correntes na escola sociológica da comunicação massiva se mostram refutáveis sem que o campo acadêmico pareça se dar conta ou mesmo se importar com isso. O campo reproduz-se tal e qual, acadêmica e burocraticamente.

Mas, como eu disse antes, na trilha de Clarice, eu gostaria de trocar o posicionamento epistemológico (no sentido “duro” do termo) pelo hermenêutico, colocando-me mais próximo dos questionamentos filosóficos do que das medições científicas. Reescrevendo Clarice: Os olhos da filosofia podem não ter serventia social nenhuma, mas às vezes podem ver mais do que os olhos da ciência. Esse “mais ver” equivale à suspeita de que a verdadeira natureza das coisas não está na pura racionalidade da ciência.

Por isso, mesmo reconhecendo o caráter mais místico que científico da psicanálise, vislumbro o “mais ver” em ideias psicanalíticas aparentemente obscuras como a do *coletivo anônimo*, o objeto complexo que seria a fonte de todas as significações, sinalizado por Wilfred Bion como “O”. Posto que é objeto sem substância (evocativo da coisa-em-si kantiana) existente apenas numa interação, só se poderia apreendê-lo num processo de produção de sentido pela interpretação.

A interpretação avulta, assim, como o ato por excelência de apreensão metafórica do processo de constituição de experiências. Esse processo é o que eu gostaria de chamar de transbordamento enigmático do conceito, dentro da ideia de que o pensamento pode anteceder o pensador na espera de uma realização, desde que uma concepção particular seja psiquicamente satisfatória.

Vem daí, acho, uma abertura pessoal para o significado e para as interpretações da comunicação dentro de jogos de linguagem que transbordam o modelo da comunicação construído pelos linguistas (Jakobson, por exemplo) a partir da ideia saussuriana de língua como uma entidade formal ou abstrata.

Nesse quadro, não há como evitar a própria história de vida, balizada por algumas marcas.

Minha primeira marca: a língua. Nascido no interior da Bahia, de família pobre, mas com grande valoração da escola em todos os seus níveis, as línguas estrangeiras sempre representaram para mim um recurso de comunicação – portanto, de conexão – com mundos a que eu não pertencia, porém desejava aceder. Fui autodidata em vários idiomas, inclusive em latim (na época, obrigatório no curso secundário), tendo dado cursos particulares sobre essa língua morta e adquirindo a convicção de que a gramática seria a chave para a compreensão da estrutura linguística. Em meu autodidatismo a gramática sempre fez as vezes de professor. A gramática é uma máquina de conexões, assim como um *medium*. Na televisão e na rede eletrônica, importa mais a gramática do que a semântica.

Daí o meu interesse por linguística, que antecedeu o meu interesse pelo fenômeno da comunicação generalizada. Na segunda vez que residi em Paris (79-80), acompanhei cursos de Linguística e fiz contato com a teoria da enunciação. Ao mesmo tempo, li Saussure, assisti a aulas de Eliseo Verón, de Roland Barthes, de Jean Baudrillard, de Michel Foucault e me iniciei nas leituras da semiologia estrutural, que embasava metodologicamente os estudos de Comunicação.

Aliás, nesse meu último livro, eu me arrisco a caracterizar o discurso teórico da Comunicação como uma “língua bem feita”, na trilha do filósofo sensualista francês Condillac, para quem “a arte de raciocinar reduz-se a uma língua bem feita”. E digo que ele entende as línguas como “métodos analíticos, que o raciocínio só se aperfeiçoa se elas se aperfeiçoarem, e a arte de raciocinar, reduzida à sua maior simplicidade, só pode ser uma língua bem feita”.<sup>2</sup> Assim, a álgebra é uma espécie de língua por ser um método analítico. A análise, portanto, com o seu inerente poder de abstrair e de generalizar, é a geradora das línguas, das ideias exatas de todas as espécies: “É por ela que nos tornamos capazes de criar as artes e as ciências.

---

2. Condillac, 1989, p. 123.

Ou melhor, é ela que as criou. Fez todas as descobertas e tivemos apenas que segui-la. A imaginação, pela qual atribuímos todos os talentos, não seria nada sem a análise”.<sup>3</sup>

Durante algum tempo, a teoria do discurso pareceu-me a Comunicação por excelência.

Depois, porém, comecei a prestar atenção a críticas como aquela realizada por Herman Parret, que visa de forma bastante consistente a redução metodológica das ciências da linguagem operada pelo paradigma epistemológico vigente, cujo valor semântico é a busca do valor de verdade das enunciações.<sup>4</sup> Faço menção a isso em *A Ciência do Comum*, meu livro mais recente (Vozes, 2014): Assim, na teoria dos atos de fala (desde Austin e Searle), atravessada pelo que Parret chama de perspectiva “verifuncional”, o sujeito falante aparece só como “um falante da verdade, esvaziado de suas próprias motivações”, produzindo uma “redução do sujeito social e comunitário a um comunicador, e em seguida a um informador, como se a intersubjetividade (ou cossubjetividade) fosse equivalente à comunicabilidade e toda comunicação, a uma transferência de informação”.

Com efeito, o paradigma vigente caracteriza-se por uma articulação entre *veridicção/comunicação-informação/jogo econômico*. Desta maneira, o paradigma “eleva a comunicação ao status de princípio último da estrutura interna da intersubjetividade e do ser-em-comunidade para, em seguida, reduzi-la a uma transmissão de informações”.<sup>5</sup> Está latente no interior deste sujeito *veridictor-comunicador-informador* um *homo economicus*, pretensamente “autossuficiente, átomo a-social, livre de toda determinação comunitária”, já que se autodetermina pela “maximização de seus fins”, dentro de um ser-em-comunidade reconstruído como “um sistema de interações e de transações submetidas às regras da racionalidade econômica”.

Este modelo verifuncional, que reprime o *pathos* em favor do *logos*, passa a maior parte da pesquisa e do ensino correntes em Comunicação, seja no nível da transmissão das práticas técnicas, seja das práticas teóricas. Dele decorre a concepção de espaço público como “espelho” tecnologicamente ampliado da vida social, recalçando a exigência ético-política de se inscrever no reflexo o horizonte autoeducativo da sociedade, para além da mera repetição técnica do existente.

3. Ibidem, p. 113.

4. Parret, 1997.

5. Ibidem, passim.

Daí, a crítica necessária à metáfora do espelho: “Quando alguém se olha no espelho não vê o outro de si mesmo, nem mesmo o outro do outro, mas apenas a si mesmo”.<sup>6</sup> Essa reduplicação de si mesmo é uma circularidade vazia, porque prescinde da mediação necessária a todo ato de conhecer. É a visão que se tem do puro espetáculo – a lógica do funcionamento midiático até agora – capaz de emocionar sem produzir a lucidez sensível ou o sentimento.

Bem, primeiro a minha iniciação em linguística e depois em filosofia, acompanhada de minha visão política do mundo, levou-me a uma insatisfação intelectual com a confusão entre a episteme comunicacional e a própria experiência prática disso que a Academia vinha chamando de “comunicação”, isto é, a realidade industrial já concretizada por um formidável aparato tecnológico sustentado pelo mercado.

Como bem sabemos, nos Estados Unidos, desde a época posterior à Segunda Guerra Mundial, esse aparato é descrito como “comunicações de massa” que, provavelmente devido às influências tanto da propaganda nazista quanto da propaganda de mobilização norte-americana durante o conflito, faziam crer que as “massas” seriam conduzidas pela retórica competente dos emissores. Assim, da força de espelhamento da realidade tecnocultural norte-americana sobre o saber acadêmico da comunicação, decorre o duradouro paradigma sociológico dos efeitos.

Enquanto as demandas de conhecimento sociológico, antropológico e psicológico provinham originariamente de organismos ligados direta ou indiretamente ao Estado (órgãos de planejamento, de administração de territórios, de controle de comportamentos e atitudes etc.), ou então do próprio campo acadêmico, o saber comunicacional sempre foi priorizado pelo mercado. No interior da *mass communication research*, esse conhecimento, tanto empírico-funcionalista quanto às vezes empírico-crítico, provém de pesquisadores e pensadores sociais europeus (Paul Lazarsfeld, Bernard Berelson e outros) que emigraram para os Estados Unidos na primeira metade do século passado.

Na Academia, predominou a tradição empírica embutida no pragmatismo norte-americano, por sua maior adequação gerencial às pesquisas das agências de publicidade, das corporações de mídia e das agências governamentais, militares na maioria. Os conceitos da *mass communication*

---

6. Cf. Emmanuel Carneiro Leão em curso na ECO/UFRJ, em 25/10/1997.



*research* procedem de estudos empíricos, tanto sociológicos como psicológicos, realizados por pioneiros de renome como Harold Lasswell, Bernard Berelson, Robert K. Merton, Wilbur Schramm, J. Klapper, M. Janowitz, C.I. Hovland, Charles Osgood, Elihu Katz e, claro, Lazarsfeld.

Esses conceitos costumam passar ao largo da questão epistemológica da comunicação, mas também do tom filosófico da crítica cultural, característico da Escola de Frankfurt. Em termos esquemáticos, a preferência americana não é Adorno, mas Lazarsfeld. A tônica recai sobre os achados empíricos, que partem de um viés acadêmico (sociológico ou psicológico, basicamente) já socialmente legitimado sobre o processo comunicativo visado, que se apoia num modelo interativo (informacional) em que dois polos (emissor e receptor) trocam mensagens com um pano de fundo necessário, o canal ou *medium*.

Esse modelo linear, típico do positivismo-funcionalista, foi incorporado pelos pesquisadores. Propulsionado pelo prestígio acadêmico do conceito de cálculo informacional apresentado no final dos anos 40 pelos matemáticos Claude Shannon e Warren Weaver, esse modelo lastreia pesquisas de opinião, *panels*, *surveys*, análises de conteúdo e avaliação de efeitos.

Por ele se orientam as escolas de comunicação, em busca de conhecimento dos efeitos.

A perspectiva dos efeitos é, em termos esquemáticos, a busca de instrumentos de avaliação das mudanças operadas pela mídia sobre os laços de coesão tradicionais, portanto, sobre a especificidade comunitária. De maneira geral, os estudos de comunicação são afetados pelo contexto sociocultural em que se desenvolvem, de modo que eles próprios são também um meio de se conhecer a evolução histórica do mundo.<sup>7</sup> Foi assim, por exemplo, com os estudos norte-americanos, que refletiam sociologicamente a intensificação capitalista dos dispositivos de informação e influenciavam, graças ao seu prestígio acadêmico, o ensino e a pesquisa em outros países. Em contrapartida, a influência da semiologia estrutural – um capítulo da antifenomenologia – tinha a ver com o prestígio acadêmico francês.

Mas a questão da tecnologia comunicativa cresceu em tal magnitude e envolveu de tal modo a vida social corrente que a esfera acadêmica

---

7. Cf. Moragas, Miguel de. In comunicação apresentada no VIII Congresso da *Sopcom*, Lisboa, 18/10/2013.

terminou perdendo de vista os limites entre o fenômeno, a especificidade comunitária e a sua conceituação.

É algo de certo modo análogo ao que se depreende da leitura de um famoso poema sobre o Monte Lu, composto por Su Shi, tido como um dos poetas e ensaístas chineses mais influentes durante a Dinastia Song, no século XI. “Nós não conhecemos a verdadeira face do Monte Lu porque estamos todos dentro”, diz um dos versos. A montanha é uma metáfora para a especificidade geográfica dos locais em que acontecem os fatos históricos. O poema pretende indicar que a mera descrição do Monte Lu é insuficiente para compreendê-lo, sendo imperioso abrir-se para os diferentes ângulos, para a aceitação de diferentes perspectivas.<sup>8</sup>

Mas principalmente abrir-se para uma *exterioridade*, de onde possam provir vozes críticas, não meramente descritivas.

Aconteceu-me buscar essa exterioridade nos conceitos opositivos de comunidade e midiaticização. Não se trata aqui da transmissão de acontecimentos por meios de comunicação (como se primeiro se desse o fato social temporalizado e depois o midiático, transtemporal, de algum modo), nem é o trabalho das mediações simbólicas sobre a mídia (como pode dar a entender a expressão “o meio e suas mediações”) e sim um *conceito* que descreve o funcionamento articulado das tradicionais instituições sociais e dos indivíduos com a mídia.

Uma comparação simplificadora: na mediação, uma imagem é algo que se interpõe entre o indivíduo e o mundo para construir o conhecimento; na midiaticização, desaparece a ontologia substancialista dessa correlação, e o indivíduo (ou o mundo) é descrito, ele próprio, como imagem gerida por um código tecnológico.

Mas é forçoso atentar para o fato de que essa midiaticização não é a metáfora para uma totalidade substancial, e sim um conceito (assim como mídia também é conceito) descritivo de um processo de mudanças qualitativas em termos de configuração social por efeito da articulação da tecnologia eletrônica com a vida humana. Não é uma metaestrutura composta por *sistemas de mídia*, supostamente autônomos e autoajustáveis, como possam dar a entender os arraoados funcionalistas de origem tanto sociológica quanto cibernética.

---

8. Cf. Zang Longxi, professor da City University of Hong Kong e conhecido especialista em estudos culturais, citado em *O Globo* (25/5/2012).

De fato, até mesmo nas grandes tecnodemocracias ocidentais (Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha etc.), onde a mídia constrói uma realidade segunda ou paralela, não se pode falar da diversidade de meios (jornais, revistas, rádios, televisão e internet) como um todo coerente e autonomamente sistêmico.

A midiaticização é, portanto, uma elaboração conceitual para dar conta de uma nova instância de orientação da realidade capaz de permear as relações sociais por meio da mídia e constituindo – por meio do desenvolvimento acelerado dos processos de convergência midiática – uma forma virtual ou simulativa de vida, a que damos o nome de *bios* midiático (ou *bios* virtual).<sup>9</sup>

Este conceito provém da filosofia, da “Ética a Nicômaco”, de Aristóteles. Eu não o inventei, eu o encontrei. Como? Por acaso, diriam uns; por abdução, diriam outros, como no *lumen naturale*, de Peirce.

O bios midiático é, no fundo, um novo tipo de gramática, uma nova máquina conectiva que tenta redefinir o comum. Os olhos dessa máquina parecem hoje estar vendo mais do que nós. Acredito que, do reconhecimento de uma instância desta natureza, procede a ideia de se pesquisar uma “ecologia da mídia” no contexto científico da comunicação.<sup>10</sup>

## REFERÊNCIAS

- CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Tratado das sensações (resumo selecionado)*. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1989. (Col. Os Pensadores).
- PARRRET, Herman. *A Estética da Comunicação – além da pragmática*. Campinas-SP, Unicamp, 1997.
- SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum*. Petrópolis-RJ, Vozes, 2014.
- SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho – uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis-RJ, Vozes, 2002.

9. Cf. Sodré, 2002.

10. Foi fundada em 1998, nos Estados Unidos, a *Media Ecology Association*.



## **Parte 3**

---

# **Percursos epistemológicos contemporâneos na Comunicação**



# Pelas trilhas do indecifrável da comunicabilidade

CIRO MARCONDES FILHO<sup>1</sup>

---

## A DESCOBERTA DA EPISTEMOLOGIA, O INTERESSE PELA COMUNICAÇÃO

A vida se constrói aos tropeços. Eu não escolho o que eu quero, nem meu futuro, nem minhas inquietações, eles cruzam meu caminho. Como dizia Klages, com seu conceito de *Widerfahrnis*, eu não realizo nada mas participo de um mundo onde as coisas acontecem e me atravessam. Pois assim me vi conduzido à comunicação, sendo atravessado por coisas e fatos que me desestabilizaram, que me provocaram, que me tiraram da paz...

Comunicação não é qualquer coisa, me disseram os fatos, não é qualquer ocorrência ou qualquer manifestação. Passamos pelo mundo sofrendo a ação de incontáveis sinais, os feixes de luz, som, energias e intensidades. Nem todos nos incomodam, nem todos nos despertam, passamos bem sem eles. Mas o fascínio da vida está exatamente nas coisas que nos desarranjam, que nos retiram da indiferença, que nos obrigam a pensar e a rever nossas posições. Na comunicação.

Assim como na teoria, na vida prática os feixes atravessaram este objeto, o meu corpo, para fazerem notar que, afinal de contas, comunicação é um episódio incomum, especial, um tranco produzido pela contingência do próprio existir. Somos, enquanto objetos, abalados continuamente por outros seres que nos observam, “nos fotografam”, como dizia Bergson, pois, afinal de contas, tudo percepçiona...

---

1. Professor titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, autor de mais de 40 livros de Comunicação, curador da coleção “Filosofia da Comunicação” (Ed. Paulus), coordenador do FiloCom (ECA/USP), detentor da Cátedra UNESCO José Reis de Divulgação Científica.

Como alguém se torna um estudioso de comunicação? Talvez pela vontade conhecer as artimanhas do poder, os expedientes de manipulação, a ação subterrânea dos poderosos. Mas talvez, também, objetivo bem mais modesto, movido pela angústia, pela frustração, pela necessidade iminente de se diluir num conjunto maior em que os demais possam visitar sua interioridade, conhecer um pouco de suas perplexidades. De qualquer forma, por não tolerar a violência ou a indiferença do outro e fazer algo para provocá-lo...

No colegial eu alimentava um sonho de ser jornalista, viajar pelo mundo, conhecer outras realidades, saber das coisas antes dos demais... Sonhava algo mágico ao mesmo tempo solidário com aqueles que precisavam de ajuda. Eram anos 1960, a política estava em todos os encontros, em todas as conversas, falava-se da revolução brasileira... Um gigante espreguiçava-se e esboçava mexer-se finalmente... Quando assumi o jornal mural no colégio, achava que poderia "ilustrar" meus coleguinhas trazendo Millôr, Eliachar, algumas poesias, coisas incomuns para a maioria. O jornalismo me fez liquidar de vez com a ideia de fazer arquitetura para imergir num mundo desconhecido mas ao mesmo tempo empolgante de fazer repercutir ideias.

A ECA, na minha época, decepcionou meus sonhos. Não me parecia séria. Jamais iria encontrar lá a discussão que me arrastava, o estudo da comunicação. Vamos para a filosofia. Na Fefelech me invadiu, pela primeira vez, a percepção do que é uma universidade, do que é um estudo sério, uma disciplina no ler e no escrever. Eu era cobrado. Eu não poderia produzir qualquer coisa. Autodidaticamente aprofundei-me na filosofia da época: a dialética, Goldmann, Kosik, Nietzsche, Gorz, Lukács, Marx...

Mas o Brasil não colaborava. Herzog foi assassinado, o clima sinistro do período Médici nos transformava a todos em masoquistas acovardados. Vamos para a Alemanha, quem sabe investigar lá as formas de continuar a luta por aqui: pesquisar a contracomunicação. Não obstante, esse era um objeto datado, que operava com discursos (politicamente) sufocados. O que havia de mais recente era o movimento das rádios livres na Europa e o surgimento das TVs a cabo, uma promessa que ainda estava muito longe do cenário brasileiro. A orientação de pesquisa que me ocupava acabou por subexplorar um diálogo com Dieter Prokop, meu orientador, que, períodos depois, me teria sido mais produtivo: a questão do fascínio e do tédio na comunicação de massa, a engenharia de produzir imersão do telespectador ou de sua total apatia através dos meios.



O Brasil dos anos 1980 já era outro mas eu estava fora de compasso: estudava ideologias, violência política, psicanálise da comunicação quando o que era de real importância, para a época, estava em outro lugar. O mundo não gira conforme nossa determinação. Eu precisava ir atrás da mudança. Umberto Eco já o havia anunciado: as teorias da comunicação estão em ruínas. É preciso repensá-las ou estudar seriamente essa coisa chamada “comunicação”. O primeiro sinal viria de um orientando meu, Arim Soares do Bem, que, influenciado por Prokop e Wolfgang Haug, que eu havia trazido ao Brasil, se interessou em estudar etnograficamente a ocorrência da comunicação (das telenovelas) em empregadas domésticas, assistindo suas emanações espontâneas, capítulo após capítulo. Ele inaugurava o metáforo sem o saber.

O final dos anos 1980 foi também o da crise das ideologias. O Fim do Muro e a emergência do discurso pós-moderno viraram a mesa dos estudiosos da comunicação. Estava instalada a crise. Os paradigmas não servem mais. A velha dualidade burguesia/proletariado, esquerda/direita, reacionários/progressistas perdia sentido. Tínhamos que abrir mão das dualidades metafísicas que tanto povoaram o pensamento marxista e as estratégias de ação. O mundo era outro. Agora a tecnologia avançava. Estávamos em outro barco.

Era preciso uma nova teoria da comunicação. Esquecer o modelo dominante/dominado, as velhas rixas ideológicas, pois a computação generalizada, a digitalização, a expansão do virtual, a popularização da internet haviam criado um novo planeta. Tábula rasa na academia. Os velhos pensadores se aposentaram. O NTC, criado para pensar as novas tecnologias, começou a desencadear discussões sucessivas em torno dos novos temas. Eram chamados especialistas, pensadores independentes, gente de fora do circuito convencional para dialogar com a equipe. Mas o que aqui, de fato, interessa era o *como* as coisas eram discutidas...

Se Arim tinha feito, mesmo que inconsciente, uma provocação para mudança das metodologias para pesquisar a comunicação, outros estudantes instigaram novas ideias na direção de esquadrinhamento do fenômeno da comunicação. Isso porque, desde sua origem, no início do século 20, a comunicação (de massa mas também a interpessoal) foi detectada como um das grandes temas da política, da sociologia, da psiquiatria, da antropologia, mas era, sempre foi, uma entidade obscura, filha bastarda das ciências sociais mais ou menos perplexas diante da nova realidade

medial. Comunicação? O que é isso? Discutia-se sua influência, seus efeitos, seu caráter violento e virulento mas a própria coisa era tomada como óbvia, dispensando ser definida. Terra de ninguém.

Ora, um campo científico não progride se seu objeto permanecer assim: indefinido, difuso, indeterminado. Outro episódio que nos atravessou fez expressivas indicações do que se tratava quando se falava em comunicação. Numa das pausas para o café, na ECA, por volta do final da década de 1980, Jair Marcatti e Wilson Vieira, meus orientandos na época, discutiam comigo algum conceito de comunicação quando, de repente e desavisadamente, fruto da evolução de nossa discussão e de nosso tema, uma nova ideia aparece, uma luz, um insight brilhante se coloca, um verdadeiro tranco em nossa trivialidade. Esse pequeno incidente foi, para mim, como a iluminação, um acontecimento que me fez ver que o novo surge daí, desse encontro inesperado e não programado, desse jogo de falas e de contribuições que, em espiral, produzem o novo, aquilo que não estava na cabeça de ninguém mas que se impunha a nós. Um ato comunicacional.

Começou-se a trabalhar intensamente essa ideia. Foram realizados workshops com coletivos de 5 a 8 pessoas, que se dispunham a discutir livremente um tema, sem preparação anterior, sem hierarquias, sem qualquer intenção de ensinar ou de fazer prevalecer a opinião. O material, uma vez editado, era impresso e enviado gratuitamente a colegas de todo o país. Iniciava-se a prática de oficina para dar condições para o surgimento de insights, novas ideias, proposições criativas. O livro *Pensar-Pulsar*, de 1996, foi escrito a oito mãos, seguindo esse princípio.

Mas a caminhada atrás dessa luminosidade ainda opaca teria outros vieses. O NTC, apesar da alta produtividade, da reunião de cabeças pensantes que depois de tornaram referências no país, ia ao encontro das próprias novidades tecnológicas e a discussão de sua interferência na qualidade do processo comunicacional estava ficando em segundo plano. Perigo à vista. Estava também se tornando uma máquina com filiais em vários estados brasileiros e com sérias tendências à burocratização e ao assassinato da criatividade intelectual. É quando meu estágio na França me leva a outras trilhas. Releio o que os franceses estão pensando da comunicação, dialogo com colegas, e me deparo com uma forte influência do Colégio Invisível, trazida para lá por Yves Winkin. Ocorre todo um reposicionamento das teorias. Bateson acha que tudo é comunicação,

que não dá para não comunicar e eu trago essa discussão para o Brasil, reformulando-a: o que ele quer dizer com *comunicar* é o que nós aqui chamamos de *signalizar*.

Na França, nossa tentativa é a de pensar num novo modelo de *apresentar* a comunicação. O texto *Viagem na irrealidade da comunicação*, lá produzido e nunca publicado em sua íntegra no Brasil, vai propor que se estude a comunicação com recursos que incluem a ficção, a explicação básica e o aprofundamento teórico. Três planos expondo o mesmo tema: o que é isso que as pessoas chamam de comunicação?

A intriga permanece no Brasil. Dissolve-se o NTC e se cria o FiloCom, em 2000. É preciso voltar à reflexão de fundo sobre o conceito de comunicação. Em 2004, um livreto provocativo se perguntava *Até que ponto, de fato, nos comunicamos?*, pois uma questão, originalmente partida de Górgias, encontra seguidores respeitados como um Niklas Luhmann, que fala que a comunicação é algo muito improvável.

Esta afirmação põe em xeque toda uma cultura acadêmica que estava apoiada na obviedade do comunicar. Se eu tenho um telefone, um jornal, se eu faço um filme ou uma peça de televisão, ora, eu comunico... Mas não. Chegou-se à constatação que a maioria desses procedimentos apenas mantém o que já existe, confirma, assegura, oficializa. Nada muda. Os meios de comunicação são máquinas de confirmação do existente, formas de propagar em escalas fantásticas o mesmo, o sempre igual. Monólogo coletivo, como diz Anders.

Primeiro resultado de nossos empenhos: quebrar um paradigma estabelecido, segundo o qual (1) há sempre comunicação e (2) ela é tanto consequente quanto inconsequente. Era preciso, adicionalmente, separar dois conceitos que se misturavam mas que, em realidade, realizavam funções absolutamente opostas: o informar e o comunicar. Informar-se passa a ser visto como um ato de conservação. Eu preciso tomar conhecimento das coisas que acontecem ao meu redor e no mundo muito além de mim para me precaver. Mas também para agir, para defender minhas ideias, para me articular com mais bases. Informar-se é reforçar-se. Assegurar o que tenho e o que penso. Quanto à comunicação, lhe resta o oposto: aquilo que rompe, que quebra, que altera. É a pesquisa de Arim, é o efeito do diálogo com Jair e Wilson, é o choque de afirmações do tipo: “a comunicação é um evento raro”.

O ano de 2008 foi emblemático. Tanto interna quanto externamente às nossas pesquisas. No interior do Núcleo de Pesquisa realizaram-se os seminários que iriam fechar, pelo menos provisoriamente, a questão do conceito de comunicação e de seu procedimento de pesquisa. A disciplina “A comunicação, o acontecimento e o sentido” amarrou as três categorias do processo comunicacional – sinalizar, informar, comunicar – numa armação lógico-conceitual tornando-se, talvez, a primeira proposição unificadora dos termos na área de Comunicação (aqui como lá fora). Em discussão com Marco Bastos encontrou-se aquele que seria o termo para caracterizar o momento (social) da comunicabilidade: o contínuo mediático atmosférico. A outra disciplina, “Koinós, metáporo e Alice” chegou à exposição do metáporo ou quase-método, fruto de outro produtivo diálogo, dessa vez com Danielle Naves de Oliveira.

Mas foi externamente, no diálogo com colegas pesquisadores de pós-graduação de todo o país, no V InterProgramas da Compós, que foi colocado publicamente o grande desafio, o de que, “até hoje ainda não começamos a estudar a comunicação neste país”. Daí para frente, a empreitada do FiloCom caminhou para o corpo a corpo com colegas de todo o Brasil para discutir sua proposta e interferir nos rumos da Área. O encontro “10 Anos do FiloCom: a Nova Teoria nos 44 Anos de ECA”, de 2010, convidou importantes pensadores nacionais para debater a proposta recém concluída e até hoje a participação de estudiosos do FiloCom mantém presença nos encontros acadêmicos para continuar o debate e expandir seus resultados acadêmicos e intelectuais.

## **AS INFLUÊNCIAS INTELLECTUAIS, SITUAÇÃO DE VIDA, LINHA DO TEMPO.**

Fui objeto de uma primeira revolução teórica em meados dos anos 1960 – época das “reformas de base”, das lutas sindicais, do congresso proibido da UNE – como uma espécie de revelação profana, tipo de epifania leiga em que, pela primeira vez, o mundo se mostrava como diferente do que havia sido ensinado nas escolas e na televisão. Havia outras explicações, uma realidade distinta que precisaria ser inteiramente relida, agora com o olhar crítico da política. O mundo inverteu-se totalmente após essa revelação. Foi como adentrar um novo mundo.

Na época, circulava o Manifesto Comunista, pululavam sinais da revolução social brasileira que estaria sendo engendrada de Norte a Sul.

A sedução da transgressão era incontrolável. Durante anos, não se falava de outra coisa. Em seguida, na universidade, 1968, o primeiro objeto de investimento foram os livros de filosofia, particularmente o materialismo dialético, o estruturalismo genético. Este último exercendo sobre mim um fascínio tanto pelo brilhantismo das constatações como pela sedução linguística. Uma paixão que se estendeu por anos. A isso se juntava a leitura acadêmica compulsória do movimento estudantil, consolidada das bíblias *O capital*, *As teses sobre Feuerbach*, a onda althusseriana e Gramsci.

A ocasião do mestrado, 1973, coincide com o agravamento da repressão e da censura. Parafraseando Brecht, “falava-se de árvores para silenciar tantas barbaridades”. Ou, então, estudavam-se períodos longínquos, como a obra de Lima Barreto na virada para o século 20, meu trabalho de mestrado. O enfoque teórico agora era a estética sociológica apoiada em Hegel, Lukács, Wölfflin e os autores materialistas.

O fato de ter ido fazer doutoramento em Frankfurt levou a que eu fosse enquadrado nas classificações acadêmicas como um “frankfurtiano”, o que dificilmente pode ser afirmado dos meus textos. Certamente, as primeiras traduções de textos jornalísticos incluíam a *Mudança estrutural da esfera pública* mas apenas o capítulo relativo ao surgimento da imprensa. O fato de ter traduzido, publicado e trazido ao Brasil o pensador Dieter Prokop mistura-se com a promoção da obra de Wolfgang Haug e diversos outros autores alemães sem identificação com Adorno e Horkheimer.

Fato é que na década de 1980 iniciou-se uma forte convergência para a produção teórica francesa, especialmente Georges Bataille, Jean Baudrillard, Jean-François Lyotard, Gilles Deleuze e Jacques Derrida. Trouxe ao Brasil, nessa época, Jean Baudrillard, Marc Guillaume, Tibon-Cornillot, Lucien Sfez, buscando a abertura do leque teórico e crítico na área de comunicação.

A pesquisa para a constituição da Nova Teoria da Comunicação levou à ampliação extensiva desse leque, investindo desta vez no estudo dos antigos (especialmente Heráclito, os estoicos), da fenomenologia (Husserl, Merleau-Ponty, Lyotard, Levinas) e do bergsonismo. Das fontes alemãs, foi ampliada a leitura e o uso de Martin Heidegger, Martin Buber, Ludwig Klages, Alfred Lorenzer, e daqueles que denominei “nova crítica alemã”, a saber, Anders, Flusser, Kamper, Kittler, além também de Frank Hartmann.

Mas as coisas não pararam por aí. As andanças pela pesquisa cibernética norte-americana apontaram os vetores de um novo olhar para a comunicação,

distinto da primeira geração de Wiener e Shannon, tendo descortinado duas correntes muito importantes para a constituição de uma teoria da comunicação, no interior do que chamei de Círculo Cibernético: a de Heinz von Foerster e Humberto Maturana, de um lado, e a de Gregory Bateson, de outro. Na primeira, a afirmação contundente de que não existe comunicação, nada pode ser comunicado, já que cada lado possui uma estruturação própria de decodificação de sinais e um insondável aproveitamento dos mesmos. Na segunda, a negação da proposição de “sistemas fechados” e a rejeição às formas “digitais” da comunicabilidade ao se afirmar que a comunicação, enquanto jogo, só se realiza amplamente através dos usos analógicos.

A Nova Teoria da Comunicação, assim, não está organicamente encaixada em nenhuma das opções epistemológicas correntes. Aposta, como Bergson e Whitehead, no contínuo movimento dos seres e das coisas e na indeterminação como princípio. Não se assenta nem se consolida mas incorpora continuamente novas possibilidades e movimentos. Rejeita velhas fórmulas e posições cristalizadas, apostando na importância do extralinguístico, do “entre-dois”, da insubstancialidade tanto da comunicação como da informação. Inspirando-se na metáfora do jato d’água, que, em si, não tem consistência alguma mas em sua aparição fenomenal demonstra ter existência real, aposta na imanência e na contingência. Tudo acontece e é investigado “no durante”.

Acredita que comunicação é um acontecimento, isto é, uma quebra sutil, um sinal discreto de que algo mudou a partir do envolvimento com – e da abertura para – a alteridade, que, em verdade, a constitui. O problema das outras áreas do conhecimento que se pretenderam comunicacionais foi o de perder esse momento sutil, essa passagem sensível que, em outras palavras, efetua a produção de sentido.

## **O DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO BRASILEIRA**

O primeiro grande debate sobre a proposta epistemológica do FiloCom ocorreu em 2010 com o evento “Dez Anos FiloCom: A Nova Teoria nos 44 Anos de ECA”. Importantes pensadores brasileiros foram chamados para criticar, apontar insuficiências, avanços ou retrocessos na proposta comunicacional apresentada: Maria Immacolata Vassalo Lopes, Juremir Machado da Silva, Eugênio Trivinho, Rose Rocha, Jairo Ferreira, Luiz Martino, Paula Sibilia, Liv Sovik, Mayra Gomes, Gustavo Castro e Silva, entre outros.

Posteriormente, membros do FiloCom compareceram com regularidade aos encontros da Compós (Porto Alegre, Juiz de Fora, Salvador, Belém) continuando a repercutir os impactos da proposta ontológica e epistemológica do Princípio da Razão Durante. Da mesma forma, as publicações como ensaios ou livros comprovam a precedência do debate permanente e da busca interminável de correções.

O FiloCom sugeriu, em 2011, a constituição da Rede Nacional de Grupos de Pesquisa em Comunicação, órgão cuja finalidade não é a de promover grandes congressos ou seminários, com exposições gerais e caráter basicamente informativo. Operando pelo sentido inverso, o do apoio ao pesquisador ou ao estudioso iniciante, a iniciativa foi a de agregar diferentes grupos do país e promover o debate dentro do ideário da própria comunicação, a saber, abertura geral para a discussão, para a troca de experiências de pesquisa, para o conhecimento recíproco de objetos e dificuldades de realização, esperando, a partir daí, a emergência de insights e novas proposições.

Em 2014, propôs-se a Quinta Essencial, oportunidade em que estudiosos de epistemologia se reuniram durante cinco sessões de 4 horas para expor suas inquietações atuais e debater com os demais, ao estilo dos workshops acadêmicos. A experiência retoma a ideia dos encontros do *Atrator estranho*, do NTC, onde a crítica livre pôde produzir resultados qualitativos expressivos. O primeiro encontro, realizado na Faculdade Cásper Líbero e presidido pelo prof. Luís Mauro Sá Martino, reuniu os pesquisadores da epistemologia da comunicação Lucrécia D'Aléssio Ferrara, Norval Baitello Jr., José Luiz Braga, Muniz Sodré e eu. Os resultados foram tão marcantes e importantes que o encontro, que deveria ser único, deverá ser repetido em 2015.

## **O TRABALHO ATUAL**

Sente-se que a Comunidade Acadêmica encarou como razoável a proposta de tradução do conceito de comunicação como o jogo entre os termos sinalização, informação e comunicação. Há ainda a necessidade de maior investimento nos processos não presenciais de comunicação, especialmente um reforço nas pesquisas e nos debates em torno do contínuo mediático atmosférico, como espaço equivalente à atmosfera (da interação) presencial, indispensável à comunicabilidade.

O calcanhar de Aquiles continua a ser o procedimento de pesquisa que, como apontado acima, busca distanciar-se da visão de águia das leituras sociológicas, bem como dos trabalhos interpretativos, que vão desde as bastante discutíveis análises de conteúdo até as proposições de leitura semiótica do objeto, passando pela abordagem hermenêutica e psicanalítica. Basicamente aceita-se a atual postura especialmente norte-americana na área, que busca atuar num campo pós-semiótico, pós-linguístico e pós-psicanalítico.

Sabe-se que a comunicação tem um *timing* para acontecer. Em qualquer processo comunicacional, seja presencial, eletrônico ou por irradiação, a comunicação ocorre sempre no lado daquele que dela frui, seja como participante de um evento artístico, de uma ficção ou de uma narrativa jornalística. Não vem ao caso as intenções de quem produz a matéria potencialmente comunicativa; tampouco, o que sucede após a incorporação do novo que acompanha o objeto comunicacional. O primeiro diz respeito à política, às intenções de sedução, manipulação e de controle. O segundo, às mediações, a saber, os feitos sociológicos maiores vinculados à experiência comunicacional.

Nosso ponto é o momento sutil, o ponto de virada, o lance em que algo que quebra, se rompe, se altera e cria uma reordenação de sentido. Para isso, a investigação atual está centrando seu foco nesse click mágico, observando, como os colegas norte-americanos e franceses dialogam com esse momento, o *punctum* da comunicabilidade, que nós, no Brasil, continuamos, da mesma forma, a investigar e a aprimorar nas pesquisas da pós-graduação, dos próprios membros do Núcleo e dos interessados em caminhar por esse terreno inóspito dos acontecimentos indecifráveis.

Neste momento, por fim, acredita-se ter encontrado o caminho que irá consolidar a validade “científica” da proposta metapórica, visto que se chegou à constatação de que os relatos de pesquisa vivenciais – o verdadeiro filé mignon da proposta – divorciam-se das meras opiniões a partir do momento em que o pesquisador dê o salto para a construção de conceitos que o distanciarão das abordagens precárias, pessoais e subjetivas.



# Perspectivas para um conhecimento comunicacional

JOSÉ LUIZ BRAGA<sup>1</sup>

---

## 1. INTRODUÇÃO: PRINCIPAIS CONTEXTOS

**A** credito que os contextos significativos de uma formação são comunicacionais: correspondem às oportunidades de interação e ao que nestas se produz.

Uma formação universitária com deslocamentos de direção me forneceu uma variedade de interesses e de sistemas reflexivos: graduação em Direito, com uma especialização em Ciências Políticas (Université de Toulouse) e outra em Análise de Sistemas (INPE); mestrado em Educação (Florida State University) e finalmente doutorado em Comunicação (Institut Français de Presse). Desses ambientes, trago a convicção de que o debate e o tensionamento reflexivo são produtores de conhecimento.

Venho trabalhando com comunicação desde o início dos anos 70. Posso perceber três períodos diferenciados no modo de enfrentar esse objeto. O terceiro, iniciado em 2000, corresponde diretamente ao tema deste livro. Os dois outros, porém, forneceram aprendizagens e práticas para reflexões sobre o conhecimento comunicacional.

De 1970 a 1974, trabalhei diretamente em produção comunicacional midiática – rádio e televisão – participando do Projeto SACI, desenvolvido pelo INPE. Voltado para professores de ensino básico e para as próprias séries iniciais, foi um espaço de atividades experimentais. Tínhamos o desafio prático de produzir alguma coisa que nos parecesse fazer sentido – as discussões sobre o que estávamos fazendo, com colegas muito competentes e críticos, me forneceram as primeiras matérias de

---

1. Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio do Sinos (Unisinos). Doutor em Comunicação pelo Institut Français de Presse. Pesquisador 1A do CNPq. Pós-Doutorado no PPG em Comunicação da UFMG.

reflexão. Particpei também, como docente, de Mestrado em Tecnologias Educacionais do INPE, que acionou uma articulação produtiva entre a experiência de produção dos participantes do Projeto e uma formação teórica.

O segundo período, de 1974 aos anos 90, me encontrou como professor universitário de disciplinas relacionadas à Comunicação – o que me deu uma sistematização necessária de leituras, mas também a diversidade de temas surgentes, além da experiência prática de pesquisador. Na UnB, na Faculdade de Educação, trabalhei em uma linha de pesquisa sobre educação a distância. Demitido da UnB nas circunstâncias políticas da época, pude participar de uma experiência universitária renovadora, na UFPB, como professor do Curso de Jornalismo, em João Pessoa. Fui reintegrado na UnB em 1987, agora já na Comunicação.

Minha entrada no campo se fez, assim, através de trabalhos na interface Comunicação & Educação. Mesmo depois de estar trabalhando em departamentos de Comunicação, os desafios postos pela interface se mantiveram. Em 2001, publiquei, com Regina Calazans, *Comunicação & Educação – questões delicadas na interface*. Outras interfaces tinham também sido estimulantes. Minha tese de doutoramento (Universidade de Paris II, I.F.P., 1984), sobre o Pasquim foi um estudo de relações entre jornalismo e política – depois publicado no Brasil com o título *O Pasquim e os anos 70* (Braga, 1991).

Na UnB desde 1987, fui responsável pela disciplina de Metodologias de Pesquisa, no PPG de Comunicação. O desafio de lidar com projetos dos estudantes, com problemas, enfoques, abordagens e bases teóricas muito variadas, exigiu o reconhecimento de uma diversidade não redutível a um ângulo preferencial prévio.

No início dos anos 90, a criação da Compós pelos sete PPGs então existentes foi um processo com incidências sobre todos os pesquisadores que dele participaram. A rápida ampliação de intercâmbio, a grande diversidade de ângulos sobre os quais se evidenciou, em contato direto e ativo, o fazer pesquisa na área, no país, o processo agonístico programaticamente inscrito nas atividades dos GTs – tudo isso modificou muito positivamente o ambiente intelectual de todos nós.

Tendo participado de perto das ações e procedimentos da Compós recebi muito fortemente o impacto desse novo contexto. As sérias discussões promovidas pela entidade sobre o perfil do campo, sobre o que é e o

que não é comunicação e seu estudo, ofereceram a evidência do horizonte diversificado em que as pesquisas se desenvolviam. Paralelamente, seminários Interprogramas promovidos pela Compós ajudavam a configurar os principais ângulos, assim como mostravam a questão da diversidade e o problema da dispersão.

Finalmente, como terceira fase, passei a integrar, em 1999, a pós-graduação em Comunicação da Unisinos, que neste ano iniciava seu curso de Doutorado em Ciências da Comunicação (o mestrado existia desde 1994). Um ambiente muito bom para a pesquisa se implantava aí, com forte valorização do trabalho de conhecimento. A reflexão sobre o fenômeno comunicacional é um de seus eixos principais. Encontrei colegas direcionados por um propósito de aprofundamento, processos de equipe voltados para a composição agonística das diferenças, tanto nas angulações teóricas como no direcionamento metodológico. Aprende-se muito em tal ambiente; encontra-se, também, espaço favorável para fazer funcionar a variedade de aportes anteriores.

Essas inserções e esse percurso me forneceram questões, ambientes de debate, leituras e objetivos que estão na base de minhas ideias, dúvidas e propostas. Ofereceram também as interlocuções estimuladoras. Se agora selecionei essas referências pessoais e de contexto, é justamente porque as percebo presentes, como aportes e desafios no que tenho refletido sobre a área de conhecimento que estamos construindo, todos nós pesquisadores em comunicação.

\*

Duas questões se põem quando pensamos em propostas sobre o conhecimento comunicacional: Que fenômeno é este? Como encaminhar e fundamentar seu conhecimento?

Como é evidente, as duas questões são imbricadas: falar sobre o fenômeno já implica propor algum modo de conhecimento. Mas podemos, reflexivamente, distinguir os dois tipos de propostas – o que farei apresentando perspectivas, mais adiante, em dois itens: um programa para o conhecimento; e características do fenômeno.

## **2. TOMADAS PRÉVIAS DE POSIÇÃO**

Antes, porém, é preciso um esclarecimento sobre posições que assumo em minha pesquisa. Embora essas posições já decorram de comparações e ponderações, e de um trabalho investigativo – que devem ter contribuído

para sua formação – são prévias a meus encaminhamentos sobre o fenômeno comunicacional, pois estes só fazem sentido no contexto das posições assumidas. Três questões direcionam as decisões tomadas.

*a) A comunicação é ou não um conhecimento interdisciplinar?*

O fenômeno comunicacional começou a interessar, através do século XX, a todas as áreas do conhecimento humano e social. Por isso mesmo, todas as CHS começaram a fazer perguntas e hipóteses sobre esse fenômeno – no que se refere aos ângulos de interesse próprio de cada uma delas. Uma parte significativa do que hoje podemos chamar de Teorias da Comunicação foi produzida, no século XX, justamente por desse processo.

Isso corresponde, talvez, à principal defesa de “comunicação conhecimento interdisciplinar”. Entretanto, essa conclusão seria precoce. O fenômeno da comunicação, em sua abrangência, se encontra retalhado entre conhecimentos dispersos, não articuláveis, uma vez que se encontram distribuídos entre disciplinas diferentes, que não têm interesse nos aspectos observados pelas demais disciplinas.

Há uma *oferta interdisciplinar* – mas reduzir o conhecimento do campo a essa oferta incompleta e dispersa significa aceitar o fenômeno comunicacional como não constituído por um corpo integrado de processos, arriscando um imobilismo epistemológico da área.

Quando temos, no Brasil, uma área acadêmica operacionalmente constituída, a proposta de um “interdisciplinarismo” caracterizador do campo pareceria se aceitar parasitária com relação às demais áreas de produção de conhecimento. Ao contrário, estou convencido de que a área está produzindo um conhecimento diversificado, com contribuições que podem vir a ser relevantes *como oferta às demais CHS*. Justifica-se assim a defesa da constituição, em curso, de uma efetiva especialidade de conhecimentos.

Os trabalhos interdisciplinares são certamente bem-vindos – como ocorre hoje, aliás, entre todas as disciplinas de conhecimento – como processo de estimulação, tensionamento e exigência de rigor para a ciência. Mas o verdadeiro trabalho interdisciplinar só faz sentido se, de nossa parte, pudemos trazer as contribuições específicas que constituirão o acervo de um conhecimento comunicacional não dependente das demais CHS.

***b) Dependemos de teorias fundadoras para pesquisar o fenômeno comunicacional?***

Uma impressão recorrente que as ciências estabelecidas oferecem é a de que precisamos de grandes teorias, que dão fundamentação e direcionamento à pesquisa. Isso é efetivamente verdade para conhecimentos em estado de ciência normal – um corpo relativamente estabilizado de conhecimentos, teorias e métodos que permitem manter um compasso de descobertas e de avanço do conhecimento dentro de seus padrões (Kuhn, 2011).

O conhecimento comunicacional não se organiza ainda como ciência normal – dado que não dispõe de tais macroteorias fundadoras. É necessário aguardar teorias fundadoras; ou podemos pesquisar comunicação ainda na ausência desse gesto epistemológico?

Embora as disciplinas estabelecidas ofereçam, como ponto de partida, uma ou várias grandes teorias que se tornaram direcionadoras, essas teorias não surgiram do nada. Encontramos, antes delas, perguntas, observações exploratórias, conjecturas sobre algo que já preocupava os estudiosos para a compreensão do mundo.

Auguste Comte observa que as primeiras perguntas e hipóteses a respeito de questões que depois se tornaram centrais para uma disciplina ainda não constituída sempre foram feitas no âmbito de outra ciência, já estabelecida. Ele oferece uma sequência de ciências que ofereceram as primeiras perguntas e hipóteses para disciplinas posteriores: Matemática > Cosmologia > Física > Química > Biologia > Sociologia – as primeiras perguntas de cada uma tendo sido feitas na disciplina anterior (Alain, 1947). Entretanto essas perguntas e hipóteses vão apenas até o ponto em que se conformam aos objetivos e interesses próprios da disciplina constituída. O avanço do conhecimento dependerá, então, da nova disciplina em constituição, que não aceita aquele limite.

Esse parece ser, justamente, o caso do conhecimento comunicacional – com a peculiaridade, entretanto, de que perguntas e hipóteses são oferecidas no campo de cada uma das ciências humanas e sociais (CHS) estabelecidas.

Duas alternativas são, então, possíveis: ou nos dedicamos a produzir macro teorias, lastreados nesse conhecimento disponível e disperso, tentando gerar fundamentos abrangentes; ou começamos a partir dos diferentes aspectos já propostos (hipóteses parcelares, características

pontuais diversas) buscando conexões, transversalidades, elementos básicos comuns, processos de articulação.

Nada impede que, no futuro, aportes de ambas as posições venham a se compor produtivamente. Mas no estado atual de área, parece-me mais produtivo trabalhar sobre características diferenciadas articulando conhecimentos “de baixo para cima”.

*c) Que relações entre conhecimento comunicacional e o estudo das mídias?*

Na verdade, essa pergunta poderia ser feita substituindo a expressão “mídias” por várias outras: os signos; as relações de poder; a opinião pública; a informação; processos jurídico-políticos; a atualidade... Há pesquisas, ensaios e teorizações que “pensam a comunicação” como centralizada em cada uma dessas ideias-força. Para a maioria delas, entretanto, a associação é feita diretamente com uma disciplina de conhecimento constituída, tornando inaceitável uma relação biunívoca entre “comunicação” e um desses ângulos. Embora os aportes aí recebidos sejam válidos, não se pode *reduzir* a comunicação a nenhuma delas, como decorre do tópico anterior sobre interdisciplinarismo.

Por outro lado, a questão “estudo das mídias” tem a seu favor dois fortes argumentos: o “objeto” mídias parece não pertencer a nenhuma disciplina constituída; e um número majoritário das pesquisas da área se organiza em torno das mídias e seus processos.

Embora esse ângulo apareça assim como uma espécie de zona de conforto, devemos reconhecer que as mídias são objeto possível de todas as CHS – e são assim frequentemente tratadas, em perspectiva comunicacional ou não. E há questões claramente comunicacionais que entretanto não incluem as mídias como horizonte de observação e reflexão.

Preferimos então uma aproximação mais abrangente do fenômeno comunicacional. Vemos a comunicação como um trabalho de compartilhamento entre diferenças humanas e sociais. Os motivos, os objetivos e os procedimentos podem variar indefinidamente; mas o processo de compartilhamento aparece sempre como modo de enfrentar, resolver ou fazer agir as diferenças – para um fim prático qualquer, para objetivos de criação ou de conhecimento, ou pelo simples jogo da interação.

Isso corresponde a considerar a interação social (em sentido abrangente e diversificado) como o contexto principal da comunicação – e não apenas o que ocorre através nas mídias (Braga, 2011 [2001]).

Dito isso, é preciso ainda justificar o interesse da área por questões referentes aos processos midiáticos. Entendo que o desenvolvimento das mídias aportou modificações significativas nos modos pelos quais a sociedade interage com a sociedade (Braga 2006; 2007). As possibilidades de interação se ampliam e diversificam; trazem questões novas, dúvidas, desafios – incidindo sobre toda a organização social *pelos vias da interação*.

Nesse aspecto, encontramos aí um objeto de escolha para observar interações sociais. Mais exatamente do que “as mídias”, são os processos interacionais mediados que alimentam uma forte variedade de alternativas de pesquisa e de produção de conhecimentos. O estudo desses processos é o eixo da linha de pesquisa de que participo, na Unisinos – *Midiatização e Processos Sociais*. Assim, quando concordo que o estudo das mídias é relevante para o conhecimento comunicacional; assumo que não nos interessa observar *qualquer questão* sobre os *media*, em qualquer de seus aspectos; mas que estaremos observando (direta ou indiretamente) *as comunicações* mediáticas.

\*

Que fundamento assegura a validade de tais tomadas de posição – considerando que justamente não temos critérios de “ciência normal” que as garantam?

Estas posições – como aliás quaisquer outras que se assumam sobre conhecimento comunicacional – são conjecturas: hipóteses heurísticas para investigação. São apostas a se verificarem por sua produtividade possível. Embora lastreadas em conhecimentos estabelecidos e em experiência de pesquisa, deve-se admitir que tal lastro não é suficiente para assegurar uma validade geral. Mas isso é igualmente verdadeiro para outras posições adotadas na área: são todas “hipóteses concorrentes” (Campbell, 2005).

Além disso, há uma decisão de participar da construção de um conhecimento propriamente comunicacional. Outras posições podem ser fundamentadas em proposições e conhecimentos assegurados por uma das demais CHS. Terão nesse aspecto a força de uma fundamentação teorizada em uma ciência estabelecida, com argumentos de ciência normal – paradigmas testados e produtivos. Mas junto com a segurança epistemológica obtida, isso implica aceitar a manutenção dos conhecimentos sobre comunicação como parte subsidiária, limitada ao âmbito desta ou daquela ciência já constituída.

### 3. UM PROGRAMA DE AÇÃO PARA O CONHECIMENTO

Para uma disciplina em vias de constituição, sem teorias fundadoras, não faz sentido examinar e debater o que sustenta seus conhecimentos. Uma primeira linha de reflexão sobre o conhecimento disponível é justamente reconhecer que ele aparece, disperso e lacunar, como oferta de questões e hipóteses nas teorias e nas pesquisas desenvolvidas.

Como não temos os critérios oferecidos por uma fundamentação “de ciência normal” – que distinguiria e daria sentido conjunto aos componentes caracterizadores do fenômeno geral em estudo – não podemos assegurar epistemologicamente a plena validade, os relacionamentos “internos” ou os sentidos fundamentais do que sabemos. Podemos, entretanto, observar o estado dos conhecimentos amalhados, os desafios postos por estes, e refletir sobre como gerar sentidos a partir daí. Se não temos critérios prévios para fundamentar, podemos ter planos de ação para o avanço do conhecimento.

Um objetivo que venho propondo e acionando sistematicamente desde 2004, é a necessidade de desentranhar o conhecimento comunicacional dos âmbitos em que este se encontra. Observava, então, os espaços de interface em que a comunicação se articula com perspectivas de outras disciplinas, acionando a questão: “o que há aí de comunicacional”? Essa pergunta direciona uma proposta de desentranhamento (Braga, 2004).

Percebemos que perspectivas sobre comunicação fazem sentido bem fundamentado no corpo da CHS em que foram desenvolvidas. Como esse sentido é determinado pelas estruturas significativas próprias do contexto teórico de engaste, que é o corpo de conhecimentos da disciplina propositora, as diferentes características espalhadas entre várias disciplinas não fazem conjunto articulado entre si.

O trabalho de desentranhamento implica o esforço de perceber as características observadas indo além de seu engaste na CHS propositora – viabilizando o trabalho subsequente de articular diferentes âmbitos de oferta – articulação esta que, por definição, não caberia em nenhuma das disciplinas constituídas.

Com base nessa reflexão e lastreado nos estudos até então elaborados, propus o que chamei de “um programa tentativo” para encaminhar o trabalho de produção de conhecimento em pesquisas (Braga, 2010a). Apresento a seguir uma versão sumária desse programa, que tenho seguido em minhas pesquisas e ensaios subsequentes.



***a) Assumir que sabemos o que é Comunicação***

Um primeiro ponto é a constatação da existência de um conhecimento real sobre os fenômenos comunicacionais, largamente compartilhado no nível do senso comum. Entendemos, todos, o que significa “nós nos comunicamos”.

Para além desse nível mais raso de compreensão, ainda informe e intuitivo, sabemos que as apreensões do fenômeno comunicacional se mostram desenvolvidas por um século de aportes diversificados, vindos das diferentes CHS, que percebem, em suas áreas e para seus objetivos, a existência de uma questão comunicacional.

A área pode construir, então levantamentos mais sistematizados de aspectos e características do fenômeno; e articulações entre estas, para completar o caminho entre o nível de “evidência imediata” do senso comum e o de um conhecimento rigoroso.

***b) Estudar em contexto***

O fenômeno deve ser estudado em contexto. Não vemos mesmo como seria possível abstrair radicalmente este (o que corresponderia a trabalhar com variáveis “de laboratório”) – não saberíamos quais variáveis específicas destacar e extrair do contexto. Em uma mesma situação concreta (em um mesmo contexto de ocorrência), diferentes aspectos do fenômeno são iluminados, em articulação com variáveis assinaladas *por outras áreas de apreensão*: há uma imbricação entre o que é propriamente comunicacional e o que é pertinente a fenômenos outros, enfocados pela área de interface. A comunicação não se realiza em estado puro – mas como processo pertinente e incidente sobre seus contextos, e é aí que tem que ser inferida.

***c) Desentranhar características específicas do fenômeno comunicacional***

A imbricação referida impede, até onde podemos perceber, uma separação prévia de variáveis. Uma parte significativa do trabalho de constituição dos estudos em Comunicação deve ser justamente a realização de um desentranhamento de características comunicacionais.

Assim, sem disputa de “fronteiras”, o que parece pertinente, nas condições atuais do conhecimento, não é definir um âmbito exclusivo, mas sim derivar questões e hipóteses referentes aos processos comunicacionais em ação nos diferentes contextos, para reconstituir o fenômeno em visadas transversais e portanto menos dependentes daquelas inserções.

***d) Inversão programática – a comunicação como um “primeiro”***

Em cada uma das CHS constituídas, os processos comunicacionais aparecem como variável dependente; como epifenômeno; como recurso estratégico a serviço de objetivos praxiológicos ou estratégicos da disciplina estabelecida; ou, finalmente, como variável interveniente (e, portanto, a ser controlada, mais que conhecida em profundidade). O comunicacional é aí observado *de fora*, como modulação de suas questões. Entretanto, as regras, as linguagens e as instituições, que caracterizam os processos sociais, são comunicacionalmente elaborados (Braga, 2010b).

É necessário, então, estabelecer uma *inversão programática*: assumir a centralidade do fenômeno comunicacional, passando-se a considerar as incidências das questões próprias às demais áreas (disciplinares ou práticas) como *modulações*.

***e) Desenvolver novas perguntas***

Assumimos que as perguntas e as hipóteses oferecidas pelas teorias geradas em outras áreas correspondem a uma preparação que viabiliza derivações *através da busca de novas perguntas para além delas*. Uma disciplina da Comunicação se desenvolverá sobretudo pela possibilidade de ir além das perguntas já elaboradas sobre fenômenos comunicacionais. Devemos desenvolver questões mais próximas do fenômeno comunicacional, para além das preocupações que determinam o olhar nas demais disciplinas, estabelecidas.

A geração de novas perguntas, voltadas para observar características a serem extrincadas, favorece a constituição de questões de horizonte e orienta perspectivas para a busca de descobertas, como movimento prévio para desenvolvimentos teóricos pertinentes.

***f) Desenvolver hipóteses prospectivas ou heurísticas***

Complementando a reflexão sobre as perguntas disponíveis e a geração de outras perguntas, é relevante trabalhar pelo desenvolvimento de *hipóteses heurísticas* – e não “explicativas”. Hipóteses heurísticas são prospectivas – sua preocupação é menos a de definir o fenômeno (de modo abrangente ou em aspectos setoriais) ou de cercá-lo teoricamente em formulação rigorosa; e mais de viabilizar direções refletidas para novas pesquisas, para além dos conhecimentos já disponíveis.

**g) *Tensionar internamente ângulos da dispersão***

O último ponto de nosso programa de ação é o enfrentamento da dispersão de propostas, teorias, perguntas, interpretações e conceitos da área. Mais preocupante que a dependência de “teorias alheias” sobre a comunicação, é o fato de que não tenhamos conseguido, até hoje, pôr em contato os elementos dessa dispersão.

Não se trata, é claro, de pensar em uma teoria abrangente que dê conta do disperso – mas sim, de fazer conversar entre si os diferentes ângulos, os diferentes aportes teóricos, as diferentes definições e preferências por objetos, as diferentes experiências metodológicas. Não para obter harmonia e eliminação de atritos, mas para que possam se desafiar e, no enfrentamento dos desafios, desenvolver suas próprias perspectivas para além de mera reiteração das posturas assumidas.

\*

Esse programa, que tem alimentado o encaminhamento de minhas pesquisas, não é uma proposição teórica nem um projeto de pesquisa. Apenas sugere angulações táticas e metodológicas para ampliar a possibilidade de descobertas propriamente comunicacionais nas diferentes investigações em que haja essa preocupação.

#### **4. ASPECTOS E CARACTERÍSTICAS DO FENÔMENO**

Assumimos como produtivo para o conhecimento comunicacional, mais que buscar a essência conceitual do fenômeno, observar características e aspectos deste, conforme ocorrentes na prática cotidiana dos processos. Se não há comunicação sem interação social, as interações são o lugar em que mais produtivamente podemos nos aproximar de seu conhecimento (Braga, 2012b).

Na verdade, é isso mesmo que a área vem fazendo em sua grande diversidade de pesquisas empíricas. Temos assim um bom acervo de processos, características e aspectos da comunicação. Em pesquisa recente, procuramos inferir e destacar algumas características mais elementares – implícitas em diferentes casos empíricos de comunicação.

**a) *A comunicação é tentativa***

O trabalho de compartilhamento pode ter os mais diversos propósitos e funciona ou não, mas *é sempre tentativo* – seja em decorrência dos desafios impostos pela alteridade entre os participantes, seja pela complexidade do mundo e das questões processadas.

A comunicação é tentativa na medida mesmo da dificuldade de exercer um controle rigoroso, de definir padrões fechados para seu desempenho. Alguma coisa relativamente previsível (ou desejada) pode ocorrer ou não ocorrer; e outras coisas não pensadas igualmente ocorrem. Além disso, parece haver sempre alguma imprecisão entre falas e entendimentos, entre objetivos e processos (Braga, 2010c). As diferenças – de perfil dos participantes, de acervo, de objetivos, de táticas e de compreensão – deixam espaços vazios ou sobrecarregados de inferências não coincidentes.

Por outro lado, dizer “tentativo” não é dizer “aleatório”. O aleatório implica inexistência de previsão ou resistência. A comunicação não é aleatória – uma coisa que ocorra ou não ocorra, como total acaso. O fato de ser tentativa implica que é sempre prevista, buscada e ocorrente – mas se realiza em diferentes graus de efetividade ou sucesso.

#### ***b) A sociedade organiza processos tentativos***

Quando afirmamos que a comunicação é tentativa, não estamos nos referindo apenas aos objetivos dos participantes de episódios comunicacionais, embora estes mereçam igualmente estudo. A sociedade desenvolve historicamente processos interacionais de alcance mais largo que o episódio singular – disponibiliza construções organizadoras, oferecendo diretivas a quaisquer participantes para interações em espaços mais ou menos reconhecidos.

Assim, um dos ângulos de investigação relevantes para ampliação do conhecimento comunicacional é, justamente, a observação das diferentes tentativas de processos sociais que se oferecem como base interacional; o estudo de sua criação e desenvolvimento, suas lógicas, seu alcance e seus limites. Ver adiante o tópico sobre *dispositivos interacionais*.

#### ***c) A comunicação é canhestra***

Como a comunicação é imprecisa e tentativa, não cabe caracterizar o fenômeno apenas pelos episódios comunicacionais de alto valor, pelos processos bem sucedidos, igualitários, voltados para a produção de harmonia, articuladores felizes de diferenças a serem necessariamente superadas. A comunicação é frequentemente desconstruída, conflitiva, implicando possíveis intenções rasteiras. Relacionar e fazer compartilhar diferenças não corresponde sempre a busca de harmonia; e certamente

não pretendemos eliminar as diferenças entre os seres humanos: estas fazem parte da riqueza expressiva da espécie.

Valores altos e democráticos devem ser pragmaticamente buscados – mas não fazem parte substantiva da ideia de comunicação. Devemos estudar os processos comunicacionais como estes ocorrem na sociedade, até para poder fazer praxiologicamente, com base nesse conhecimento, distinções axiológicas. Circunscrever o estudo e o conceito de “comunicação” apenas a suas ocorrências valiosas implicaria deixar de lado características importantes do fenômeno, levando a valorizar sem compreender.

Podemos explicitar essa característica diversificada do fenômeno com a proposição de que *a comunicação é canhestra*.

#### *d) Códigos e inferências são componentes elementares*

Observando a diversidade de episódios interacionais ocorrente na sociedade e a variedade de participantes, de objetivos compartilhados ou polêmicos, de táticas acionadas, como organizar o pensamento para não se perder na dispersão infinita dessas possibilidades?

Através do estudo de múltiplos índices dessa grande variedade de processos, em pesquisa na qual estudei uma centena de artigos que faziam observações empíricas diversificadas, fui consolidando a percepção de elementos básicos que parecem estar presentes em todo episódio interacional, aquém de seus enfoques e táticas específicas: as interações acionam necessariamente códigos e processos inferenciais (Braga, 2010c; 2011).

Os aspectos de código são frequentemente enfatizados, conforme os estudos, pelas suas especificidades: linguagens; gramáticas; regras; lógicas institucionais, culturais, políticas, econômicas, linguísticas, éticas, de mídia; etc. Tais tipos de códigos aparecem como se fossem determinadores do processo comunicacional – como variáveis independentes. Mas junto a esse tipo de componentes, encontramos sempre – reforçando aquela ideia da comunicação como tentativa – aspectos não codificados, não pré-compartilhados.

A pragmática da linguagem já observa que os espaços vazios entre as representações da língua e aquilo que realmente se comunica não são preenchidos por mais codificação, e sim por processos inferenciais (Sperber e Wilson, 1997). Nessa perspectiva, o inferencial se mostra a serviço dos códigos, completando lacunas, tornando mais explícitas as referências ao mundo, propiciando ajustes de entendimento entre participantes.

De nossa parte, entendemos que as inferências desenvolvidas nos episódios interacionais vão além desse papel subsidiário: elas são o próprio núcleo da atividade comunicacional. O “código” é o já dado, componente necessário que viabiliza o processo – mas a comunicação se desenvolve para além dos códigos.

Quando ampliamos a perspectiva para além dos episódios, para o conjunto sucessivo destes, podemos perceber que os códigos acionados pelos participantes, recebidos já do ambiente sociocultural, foram comunicacionalmente elaborados em algum momento anterior. Assim, entre esses dois componentes elementares do processo comunicacional, se os códigos viabilizam a interação (e por isso são constantemente gerados, acionados e transformados), as inferências estão na base da produção de todos os códigos sociais – viabilizando não só o exercício de códigos dados, mas também permitindo composições variadas e plurais de códigos disponíveis e, particularmente, permitindo a criação de códigos para interação.

#### *e) A sociedade produz dispositivos interacionais*

Se o processo de redução da ambiguidade interacional, se o ajuste possível entre interpretações não coincidentes e a clareza de percepção dos referentes não podem ser subsumidos a uma regra geral; isso não significa, porém, que a cada episódio interacional os participantes sejam obrigados a inventar e a desenvolver processos *ad-hoc*, inteiramente específicos e originais, a serviço de seus objetivos interacionais.

Constatamos, ao invés, a existência – socialmente produzida e disponível – de uma grande quantidade de táticas-padrão, de modelos reconhecidos que podem ser chamados pelos participantes, a serviço de sua comunicação. Trata-se daqueles processos desenvolvidos pelas sociedades, em suas tentativas constantes de viabilizar sua própria interação.

Denomino a esses modelos, para efeito de referência e conceituação, de “dispositivos interacionais” (Braga, 2011). Trata-se de matrizes socialmente elaboradas e em constante reelaboração – através do processo mesmo de interações tentativas – que geram, por aproximação sucessiva, modos e táticas na busca de uma efetividade comunicacional ampliada, desenvolvendo, na prática, objetivos e critérios indicadores de sucesso. Um dispositivo interacional é um modelo desenvolvido pela prática experimental (tentativa) que estabiliza articulações entre processos “de código” e os espaços não codificados solicitadores da inferência dos participantes.

Trata-se então de refletir e observar os elementos *interacionais* mais pertinentes a nosso tipo de objeto; e sobretudo investigar o sistema de relações que esses elementos organizam. Um primeiro aspecto é justamente uma reunião de aspectos heterogêneos que se articulam em um determinado processo social. Observamos que alguns destes elementos são da ordem da codificação (como a língua, por exemplo); outros são inferenciais. Os elementos articuladores são assim essencialmente comunicacionais.

O conceito é particularmente propício para estudos da mediatização – exatamente porque permite ultrapassar uma referência exclusiva aos “meios” (tecnologias, empresas midiáticas e/ou a forma de seus produtos) ou apenas às circunstâncias muito concretas e imediatas de sua apropriação (a relação “direta” de recepção). Tratar de “dispositivos” permite incluir as incidências institucionais, as mediações que o usuário traz para a interação, as expectativas sobre o usuário, no momento da criação dos produtos – levando à “construção do leitor”, aos modos de endereçamento, às promessas e contratos; permite incluir os processos em geral que cercam a circulação mediática; e aí também os contextos significativos de produção, de apropriação e da “resposta social” (Braga, 2006).

Podemos então considerar que “dispositivos de interação” são espaços e modos de uso, não apenas caracterizados por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas; mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais – em suma – pelos processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais. Fica evidente, ao tratarmos de regras e de agenciamentos táticos, que consideramos os dispositivos interacionais como modelos muito diversamente compostos de códigos e inferências. Isso é, aliás, evidente na medida em que tais dispositivos são comunicacionalmente desenvolvidos e culturalmente acionados para o exercício de episódios interacionais.

O episódio interacional é o próprio dispositivo em momento de realização, caracterizado pela especificidade de seus objetivos e pelo sistema de relações comunicacionais assim constituído, modulado pelas circunstâncias da ocorrência singular.

\*

Essas características, que compõem nossa perspectiva sobre comunicação, podem agora ser sumariadas e relacionadas.

A comunicação é *tentativa* – se realiza probabilisticamente, com graus variados de sucesso. Essa tentativa se refere mais propriamente ao que a *sociedade* tenta viabilizar nas suas interações do que apenas ao esforço de atingir objetivos diferenciados pelos participantes. Em cada modo ou processo social, a sociedade gera, em modo prático, determinados padrões e expectativas inferenciais para seu funcionamento. Tais práticas acabam se organizando em dispositivos variados, que “modelam” o funcionamento comunicacional que aí ocorre. O episódio comunicacional, que é a comunicação concreta, se desenvolve, assim, no âmbito de *dispositivos interacionais*, produzidos nas circunstâncias históricas e acionáveis nos contextos específicos dos participantes.

Com tais características, a comunicação é transformadora (Braga, 2013), acionando os elementos já compartilhados, em um determinado momento, como base para produção de novos compartilhamentos, produzindo assim mudanças de sentido. Esse processo de transformação implica uma transação contínua entre esses dois aspectos da comunicação, “códigos” e “inferências”. O código se completa pela inferência que, na reiteração tentativa, se organiza como elemento estável para futuros compartilhamentos.

## 5. EM CONCLUSÃO

Tenho reiteradamente valorizado a diversidade de pesquisas e perspectivas de nossa área de estudo, pela riqueza de propostas e observações tentativas. No momento atual de constituição de uma disciplina de conhecimento comunicacional, minha resistência à adoção de macroteorias definidoras se reporta a esse valor positivo da diversidade – que as grandes teorias parecem eliminar por não conseguir abrangê-la, levando a posições excludentes.

Como reduzir, entretanto a dispersão? Tenho voltado recorrentemente a essa questão, por diversas perspectivas (Braga, 2011; 2014), valorizando o tensionamento mútuo entre diferentes perspectivas, como processo dialético – não para superar as diferenças (o que reduziria a diversidade); mas para permitir uma percepção clara dos diferentes ângulos, para superar a indiferença mútua e para buscar articulações e composições dos aspectos tratados.

Uma tática possível, nesse estágio, é a geração de teorias de nível intermediário (Braga, 2012a; 2015a). Stig Hjarvard enfatiza também o interesse das teorias intermediárias ou de médio alcance – entre as “respostas



universais” da grande teoria e “o simples acúmulo de conhecimentos sobre a infinidade de pequenas variações da interação situada” (2014: 17). Por outro lado, as perspectivas do autor são justamente um exemplo do que assinalamos no item 3d: a comunicação aparece em Hjarvard apenas como variável dependente de ênfases institucionais, em recorte sociológico.

Na área da comunicação, teorias intermediárias devem se voltar para o trabalho de desentranhamento. Adoto essa perspectiva como definida por dois critérios. Não são teorias excludentes, por não terem a pretensão de abrangência total sobre o fenômeno, mas circunscrita a ângulos promissores de desentranhamento; e correlatamente, não são explicativas – são antes teorizações heurísticas, assumidas como conjecturas articuladas, voltadas para a estimulação de pesquisas direcionadas por suas propostas.

Uma teoria intermediária não se fundamenta como expressão de verdades normatizadas; antes, lastreada em evidências parciais, se justifica por sua probabilidade de produzir novas evidências. Paralelamente, se abre para a inclusão das descobertas obtidas em seu movimento heurístico, buscando seu próprio desenvolvimento qualitativo pelos ajustes continuamente integrados. É por isso que podemos caracterizar teorias intermediárias como “teorias tentativas” (Braga, 2012a).

Tais teorias, como organizadoras de zonas específicas de investigação, viabilizam um tensionamento mútuo, em processo de hipóteses concorrentes (Campbell, 2005). Se elaboradas com tais características, diretamente na área da Comunicação, serão hoje o espaço mais promissor para um efetivo desenvolvimento dos conhecimentos e de uma disciplina em processo de constituição.

Não posso afirmar, ainda, que minhas perspectivas sobre o fenômeno comunicacional e seu conhecimento – aqui apenas sumariadas – se apresentam já como uma teoria de nível intermediário. Mas acredito ter bases mínimas voltadas nessa direção. Minha próxima pesquisa, a ser iniciada em 2016, se voltará justamente, com base nas características e premissas referidas, para a continuidade de um trabalho de sistematização de teoria de nível intermediário – buscando assim outras perguntas e hipóteses de aprofundamento.

## **REFERÊNCIAS**

Além dos aportes autorais referidos no presente artigo, as perspectivas aqui trabalhadas são devedoras de outros autores. Estes aparecem devidamente explicitados nas referências de meus artigos listados.

- ALAIN, (1947 [1939]). *Idées. Introduction à la philosophie – Platon, Descartes, Hegel, Auguste Comte*. Paris: Paul Hartmann.
- BRAGA, José Luiz (1991) *O Pasquim e os anos 70*. Brasília, Editora UnB.
- , (2011 [2001]). Constituição do Campo da Comunicação. *Verso e Reverso*, XXV (58), jan.-abr (edição revista, anotações de atualização). São Leopoldo: UNISINOS, p. 62-77. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/924>>
- , (2004). Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação, *Contracampo*, vol 10/11, fascículo 2004/2, Niterói: UFF, p.219-235.
- , (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia – dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Editora Paulus.
- , (2007). Sobre mediatização como processo interacional de referência. In A. S. Médola, D. C. Araujo & F. Bruno (orgs.). *Imagem, Visibilidade e Cultura Midiática – Livro da XV Compós* (p. 141-167). Porto Alegre: Sulina.
- , (2010a). Disciplina ou Campo? O desafio da consolidação dos estudos em Comunicação. In J. Ferreira, F. J. P. Pimenta & L. Signates (Orgs.). *Estudos da Comunicação: transversalidades epistemológicas* (p. 19-38), São Leopoldo: Editora Unisinos.
- , (2010b). Comunicação é aquilo que transforma linguagens. *Alceu*, PUC-RIO, vol. 10, série 20, Rio de Janeiro: PUC/Rio, p. 41-54.
- , (2010c). Nem rara, nem ausente – tentativa. *Matrizes*, Ano 4, nº 1, jul./dez. São Paulo: ECA/USP, p. 65-81.
- , (2011). Dispositivos Interacionais. *Anais da XX Compós*, GT Epistemologia da Comunicação, Porto Alegre, UFRGS.
- , (2012a). Uma teoria tentativa. *E-Compós*, vol. 15, série 3, Brasília: COMPÓS, p. 1-17.
- , (2012b). Interação como contexto da comunicação. *Matrizes*, vol. 1, série 6, São Paulo: USP, p. 25-41.
- , (2013). O que a comunicação transforma? In J. L. Braga, J. Ferreira, A. Fausto Neto & P. G. Gomes (Orgs.). *Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação* (p. 156-171). São Leopoldo: Editora Unisinos.
- , (2014). Um conhecimento aforístico. *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*, vol. 1, série 2, jan./jul. São Leopoldo: Unisinos, p. 44-53.

- , (2015a). O conhecimento comunicacional – entre a essência e o episódio. Texto apresentado no *III Colóquio em Imagem e Sociabilidade: 20 anos de pesquisa em comunicação*, Belo Horizonte, UFMG (no prelo).
- , (2015b). O grau zero da comunicação. *Anais do XXIV Encontro Anual da Compós*, GT Epistemologia da Comunicação, Brasília, UnB/ UCB.
- BRAGA, José Luiz & CALAZANS, Maria Regina (2001). *Comunicação e Educação – Questões Delicadas na Interface*. São Paulo: Hacker Editores.
- CAMPBELL, Donald T. (2005). Apresentação. In Yin, Robert. *Estudo de Caso, planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HJARVARD, Stig (2014). *A midiatização da cultura e da sociedade*. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- KUHN, Thomas (2011). *A tensão essencial*. São Paulo, Editora Unesp.
- SPERBER, Dan & Deirdre WILSON. La pertinence. In: Ludwig, Pascal. *Le Langage*. Paris: Flammarion, 1997.



# Epistemologia da comunicação: asserção e indecisão

LUCRÉCIA D'ALESSIO FERRARA<sup>1</sup>

## I. UMA EPISTEMOLOGIA INDAGATIVA

**N**a sequência de pesquisas anteriores e fazendo uma avaliação das inferências desenvolvidas tendo em vista contribuir para possível definição epistemológica da comunicação, esse trabalho está voltado para o confronto entre dois eixos que têm marcado aquela definição nas minhas pesquisas. Sempre procurando compreender os processos de produção de conhecimento na área e comparando definições de diversos autores, mas sem optar pela exclusividade de qualquer linha de pensamento ou teoria, procurei, como objetivo geral de investigação, superar polaridades conceituais que, considero, são fatores redutores de elaborações científicas. Nessa linha reflexiva, desenvolvo, de um lado, constantes atividades empíricas que me permitem iluminar, com crescente rigor metodológico, minha observação sobre o modo como ocorre o comunicar; de outro lado, a interlocução com pesquisadores que comparecem às reuniões do GT de Epistemologia da Comunicação da Compós, constitui elemento basilar para a troca de experiências e confronto entre pontos de vista. Considero que o cruzamento entre teorias, conceitos e autores aliado à observação empírica, constitui experiência frutífera para meu trabalho individual e para a orientação de outros pesquisadores e foi fundamental para definir, com o tempo, uma estratégia de trabalho que considero básica para eventual contribuição que possa vir a trazer para a área.

---

1. Professora e pesquisadora do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Semiótica (Pucsp). Lider do Grupo de Pesquisa Espaço/Visualidade-Comunicação/Cultura (ESPACC). Publicou, entre outros, os livros, *A Estratégia dos Signos* (Perspectiva, 1981), *Olhar Periférico: informação, linguagem, percepção ambiental* (Edusp/Fapesp, 1993), *Design em Espaços* (São Paulo: Rosari, 2002), *Comunicação Espaço Cultura* (São Paulo: Annablume, 2008), *Os Nomes da Comunicação* (São Paulo: Annablume, 2012), além de capítulos de livros e artigos em periódicos científicos.

Nesse sentido, o norte desse trabalho estará voltado para a compreensão da diferença que se estabelece entre asserção e incerteza como bases científicas que, parece, constituem dois eixos em torno dos quais se desenvolve a epistemologia da comunicação.

Em primeiro lugar, a epistemologia assertiva ocupa amplo espaço histórico e teórico que, desde as primeiras pesquisas empíricas do século XX, tem respondido a questões que procuram uma identidade ou funcionalidade da comunicação. Nessa vertente, a comunicação estaria basicamente apoiada na mensagem, procurando encontrar veículos para a transmissão da informação e segura base de intervenção junto ao público. Uma comunicação que se volta para a construção assertiva da sua identidade, confundindo-a com seus objetivos. Uma epistemologia programática.

Em confronto com esse eixo, surge uma comunicação indecisa ou incerta que questiona a identidade anterior para se referir, desde os anos 40 do século XX, à natureza do comunicável como base para o desenvolvimento de uma comunicação de natureza mais vinculativa e, sobretudo, indeterminada nos seus objetivos. Uma epistemologia que, à revelia daquilo que se convencionou chamar científico, assume a indeterminação dos seus objetivos e, sobretudo, a indecisão das suas fronteiras. Essa incerteza se estabelece como diferença em relação à anterior definição e apresenta ricas inferências que transformam o vínculo comunicativo em ágil atuação interativa com consequências sociais e políticas. Como indecisão, a epistemologia abre nova dimensão para a ciência da comunicação que surge disposta a enfrentar outros desafios investigativos. Uma epistemologia indagativa.

## **2. POR ONDE COMEÇAR?**

Toda revisão de atividades, todo balanço que verifica perdas e ganhos supõe a coragem de se passar a limpo, de rever passos perseguidos e outros abandonados: a proposta desse seminário nos exige fazer esse trabalho com energia. Vamos a ele.

Para esse balanço, não há como não fazer uma volta no tempo e reler textos produzidos e publicados, entretanto, para não correr o risco de autoplágio, é indispensável que essa volta ao passado seja feita à luz do presente a fim de que seja possível, não só recuperar ideias, mas recondicioná-las em outras óticas a fim de que, através daquela volta, se persiga e possivelmente se alcance aquela objetividade que nos obriga a rever,

para descobrir possíveis evoluções ou retrocessos, avanços ou perdas de um viés crítico indispensável a todas as revisões e balanços. Nessa ótica, volto-me para um texto apresentado na XIII Compós/2004, denominado “Por uma Cultura Epistemológica da Comunicação” e publicado em *A Comunicação Revisitada* (Porto Alegre, Sulina, 2005) onde procurei sintetizar algumas questões que pareciam emergentes e interessar à comunicação enquanto produção de conhecimento.

Para que a reflexão científica fosse possível, superou-se naquele texto, a análise restrita a objetos fenomênicos da comunicação e a tônica de análise das minhas reflexões se debruçou sobre a história e principais teorias da comunicação. Àquela altura, a história e a teoria pareciam apresentar elementos essenciais e, aparentemente, definitivos para estabelecer os fundamentos de uma epistemologia da comunicação que parecia estar fundada em clássicas perguntas que rondam todas as áreas científicas; o que é comunicação e para que serve a comunicação? Pela recursividade dessas perguntas, a epistemologia era domínio de estudos orientado para satisfazer a necessidade de respostas que, subjungando as perguntas, seriam capazes de resolver a questão que dominava todas as investigações, inclusive as minhas.

Como para as demais áreas das Ciências Sociais, a primeira pergunta procurava a identidade da comunicação a fim de que fosse possível estabelecer os limites de um território capaz de, ao identificar a área, situar um campo de atuação que permitisse consolidar pesquisadores e pesquisas em uma redoma que, sendo reconhecida, seria autônoma e segura nas suas apresentações e reivindicações. A procura dessa segurança garantia o alicerce básico de identidade da comunicação como área científica. Procurava-se a asserção que significava a certeza de uma ciência segura para sempre; buscava-se uma verdade capaz de, uma vez por todas, estabelecer como se deve pesquisar, ensinar ou refletir sobre a comunicação. Desejava-se atingir uma epistemologia baseada na cultura da certeza.

Evidentemente, a procura e necessidade dessa segurança encontravam suas bases no iluminismo dos séculos XVII e XVIII e na redução da ciência ao domínio do sujeito que explicava o mundo através de paradigmas imunizadores da investigação, agasalhada no domínio monolítico do sujeito e suas certezas. Suas garantias estavam na crença de um código que, totalizante em todas as suas estratégias, faziam da comunicação um campo estático e imperturbável. Uma epistemologia metafísica cultivada por uma área à procura de uma cultura assertiva.

### 3. PARA QUE SERVE A COMUNICAÇÃO?

Quando, na segunda metade do século XIX e início do XX, os meios técnicos pareciam ter atingido o definitivo ápice do seu desenvolvimento, impunha-se formular outra pergunta: para que serve a comunicação? Ao lado dela e para que fosse possível atingir uma resposta satisfatória, surge uma terceira que se impunha naturalmente, pois era consequência e causa das primeiras: qual é o objeto de estudo da comunicação?

Em meados do século XX e em franca e definitiva expansão, os meios técnicos ultrapassaram os rigores da lógica verbal e, em alvoroço, eram comandados pela sedução visual da imagem que, estimulando o ócio, transformou o meio privado em lócus adequado para uma comunicação vivida e usufruída no anonimato e no silêncio. Com a televisão, estava-se ante a imagem e essa estesia, passou a ocupar o lugar do antigo código que dominara os modos impressos e, agora, era substituído pela imagem, pelo som e pelo movimento. Essa pergunta exige voltar à pergunta inicial: O que é comunicação?

A necessidade desse retorno se reforça quando se observa que as respostas anteriores apontavam para a necessidade de algumas constantes: primeiramente era imprescindível a existência de um código, que transformava o uso dos meios técnicos em prescrição para orientar os caminhos e passos da comunicação, que se transformava em instrumento passivo ao uso que se fazia daqueles meios. Em segundo lugar, a comunicação era destinada ao agenciamento de uma imitação que, como crença de valores, se impunha à adoção dos receptores, naturalmente incautos ante o fascínio da própria natureza técnica dos meios. A decantada recepção era de massa e supunha uma simetria entre o código de valores e os comportamentos do emissor e do receptor. O primeiro ditava as normas que o segundo obedecia sem duvidar. A comunicação ocorria como um efeito orquestrado por um emissor que supunha caber a ela, ensinar como pensar e, sobretudo, como atuar. A fim de alcançar a necessária imunização social, a comunicação era entendida como um instrumento a serviço de múltiplos interesses e seu objeto de estudo se reduzia às atuações e possibilidades produtivas da própria mídia, ao mesmo tempo em que se restringia à capacidade midiática das técnicas e seus polos emissivos e receptivos, mas sempre em compasso de simetria entre as três instancias: emissor, meio e receptor.



Nessa mudança de códigos, aquela segunda pergunta encontrou sua resposta mais simples: cabia à comunicação patrocinar o entretenimento ao mesmo tempo em que se transformava em empresa rentável, articulando todas as atividades empresarias que demandavam convencer o espectador, para fazê-lo dócil ao consumo do desnecessário. Surgia o triângulo que, até hoje, resiste a outras evidências: a comunicação está a serviço do entretenimento, do consumo, satisfação de um desejo e um estilo de vida.

Se a utilidade da comunicação era estar a serviço do entretenimento transformado em instrumental adequado para uma civilização da imagem, impunha-se considerar que o objeto científico da comunicação concentrava-se no estudo da capacidade agenciadora daquela instância que, espetacular, transformava-se em mídia e objetivava alcançar efeitos persuasivos cada vez mais incisivos, porque obedeciam à rigorosa simetria entre emissão e recepção. Apoiada na eficiência da imagem, a pesquisa em comunicação restringia-se à descrição do poder da mídia, entendida como único objeto específico e definidor da identidade científica da área. À epistemologia da comunicação cabia estar alerta para vislumbrar os territórios midiáticos e estudar seus efeitos receptivos que, ao lado da produção, divulgação e circulação da imagem, passou a constituir o grande objeto científico em estudo.

As três perguntas anteriores marcaram o início das minhas investigações em epistemologia da comunicação que, voltada para o estudo das relações humanas, era entendida como Ciência Social e como ação que procurava ou propunha atingir um efeito, uma Ciência Social Aplicada. Supostamente, acreditava-se que os estudos de mídia consagravam a validade das perguntas iniciais de natureza assertiva. Porém, a acelerada rapidez do digital tornou evidente que, atrás daquelas respostas, persistia a urgente necessidade de desconfiar das certezas que protagonizavam. A partir desse momento e para que não nos tornemos reféns das novas tecnologias, as perguntas se multiplicam, mas não são simplesmente apelativas ou fáticas, ao contrário, sob elas, persiste uma dúvida que exige ser enfrentada e as perguntas se multiplicam. Estamos ante a comunicação contemporânea.

#### 4. SUPERAR A ASSERÇÃO?

O estímulo para superar o obstáculo anterior encontrou-se no estudo de dois epistemólogos ilustres: Bourdieu e Boaventura de Sousa Santos. Desde o final da década de 80 do século XX, ambos já apontavam a urgente necessidade de liberar a ciência moderna da asserção a que a havia reduzido a crença iluminista. Sousa Santos é claro:

A época em que vivemos deve ser considerada uma época de transição entre o paradigma da ciência moderna e um novo paradigma, de cuja emergência se vão acumulando os sinais, e a que, à falta de melhor designação, chamo ciência pós-moderna [...] Compreender assim a ciência não é fundá-la dogmaticamente em qualquer dos princípios absolutos ou *a priori* que a filosofia da ciência nos tem vindo a fornecer, desde o *ens cogitans* de Descartes à reflexão transcendental de Kant, ao espírito absoluto de Hegel, à consciência pura e sua intuição das essências de Husserl, à imediação da percepção sensorial do empirismo anglo-saxônico e do sensualismo francês. Ao contrário, trata-se de compreendê-la enquanto prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em diálogo com o mundo [...] (Sousa Santos, 1989. ps 9, 11, 12)

Em linha de pensamento próxima à anterior, mas focalizando as Ciências Sociais, Bourdieu não é menos incisivo e provocante:

Como é possível que a actividade científica, uma actividade histórica, inscrita na História, produza verdades trans-históricas, independentes da História, fora de qualquer relação com o lugar e o momento, portanto eterna e universalmente válidas? [...] Ou, para retomar uma expressão escolar deste problema: a sociologia e a história que relativizam todos os conhecimentos relacionando-os com suas condições históricas, não estarão condenadas a relativizarem-se a si mesmas, condenando-se assim a um relativismo niilista? [...] Contra a idealização da prática científica operada por esta epistemologia normativa, Bachelard já observava que a epistemologia tinha reflectido demais sobre as verdades da ciência estabelecida e não o suficiente sobre os erros da ciência que se faz, sobre a actividade científica tal como se apresenta. (Bourdieu, 2004, ps 11, 12, 13)

Nos dois casos, é surpreendente observar uma concepção de ciência voltada para a explicação de um mundo que nos atinge de modo distinto, mas que precisamos explicar a fim de não sermos tragados por ele ou permaneçamos revoltados ante as suas provocações, embora continuemos submissos aos seus eventos (Santos, 1989, p.12). Aquela inalienável necessidade explicativa levava à consequência que lhe é irmã gêmea. Surgem a metodologia e o método, o roteiro e os passos da pesquisa, o automatismo dos estudos de caso e as eficiências normativas das técnicas etnográficas. Porém, contra esse condicionamento do pensar ou de insistir em pensar a partir de certezas, a hermenêutica da Bachelard se impõe como reflexão indispensável para superar aquela viciosa asserção:

Terá o conceito de limite do conhecimento científico um sentido absoluto? Será mesmo possível traçar as fronteiras do pensamento científico? Estaremos nós verdadeiramente encerrados num domínio objectivável? Será o espírito uma espécie de instrumento orgânico, invariável como a mão, limitado como a vista? [...] Ora, para o espírito científico, *traçar claramente uma fronteira é já ultrapassá-la. A fronteira científica é menos um limite do que uma zona de pensamentos particulares activos, um domínio da assimilação [...].* Devemos adquirir as condições *sine qua non* da experiência científica. Propomos por consequência, que a filosofia científica renuncie ao real imediato e que ajude a ciência na sua luta contra as intuições primeiras. As fronteiras opressoras são fronteiras ilusórias. (Bachelard, s.d., ps 23, 25, 26)

Essa epistemologia propunha a procura da ciência através da experiência que, como sabemos, desde Peirce, consistia na tentativa de tornar claras nossas ideias (CP 5. 388-410) ou conceitos (CP. 5. 412), tendo em vista o possível resultado, os efeitos antidedutivos e não utilitários ou pragmáticos da ação: entendia-se a ciência como experiência pragmaticista, capaz de alterar hábitos e condutas. Na ausência de limites prescritos, a investigação surge como um estímulo para a criação de uma ciência que, sem rumos estabelecidos, procura encontrar-se para oferecer a frágil clareza de uma explicação que é apenas possível.

Conceituar, portanto, pertence a um só tempo à área da lógica e da ética. O que se busca é um hábito de conduta bem fundamentado que cresça na medida em que, testado ao nível da experiência, confira ao conceito um

significado cada vez mais adequado para dirigir a busca do objeto. Em termos estritamente lógicos, a máxima pragmatista constitui-se no método de produzir, ao longo do tempo, um interpretante lógico cada vez mais rigoroso [...]. A essência fenomenológica de nosso conhecimento, que nos leva a adquiri-lo mediante signos e a determinar nossa conduta pela aquisição de hábitos gerais predisponentes, encontra seu fundamento lógico e, quiçá, ontológico no princípio da continuidade, que confere unidade aos fenômenos e, inclusive, à semiose. (Silveira, 2007, ps. 187, 197)

Sem fronteiras ou prescrições, a hermenêutica de Bachelard ou o método contínuo (sinequismo) de Peirce se apresentam como antimétodos que fazem da atividade científica uma procura, uma indagação voltada para saber a origem das asserções, sem que nos induzam a falsas verdades, ingênuas crenças ou hábitos da mente. Para tanto, é necessário duvidar, desconfiar e perguntar. A epistemologia da comunicação já não oferece certezas pois é, sobretudo, uma pergunta, uma indagação.

Ultrapassamos os limites da asserção e nos introduzimos em um território indeterminado e incerto, mas instigante como possibilidade de investigação e descoberta. Essa superação significa profunda mudança nos modos de conhecer e, possivelmente, nos modos como as sociedades se organizam e onde a comunicação atua.

## **5. A COMUNICAÇÃO DECORRE DOS MEIOS TÉCNICOS?**

O definitivo desenvolvimento das tecnologias da informação e seus consequentes efeitos comunicativos evidentes nos últimos anos do século XX e primeiros do atual século, submeteram a mídia à rede que passou a representar outro objeto de estudo, desenvolvido à sombra de uma economia global e de um mundo sem tempo e sem espaço porque, desde então, o tempo era agora e o espaço, aqui. A epistemologia da comunicação voltou-se, com entusiasmo, para o estudo da capacidade do ciberespaço e para as vantagens da cibercultura que, pareciam, haviam chegado para ficar e transformar a comunicação em interatividade para ufanias de alguns, os integrados, ou para vaticínios demolidores de certezas, os apocalípticos.

Em 2013, apresentei no GT de Epistemologia da Comunicação da XXII Compós realizada em Salvador, um texto denominado “Comunicação como Ciência Indecisa”. Entre os textos apresentados em 2004 e 2013, pode-se perceber ponderável mudança de ótica sobre as duas perguntas com as quais iniciei esse trabalho: que é e para que serve a comunicação? O

exame dos textos que tenho apresentado naquele GT revela uma vacilação entre aceitar os paradigmas estabelecidos e a necessidade de perguntar para superar a certeza assertiva e fazer outras indagações. Entre elas, pergunta-se se, em um território epistemológico que tradicionalmente procura conhecer os modos como ocorrem o conhecimento, é lícito duvidar da própria possibilidade do conhecimento?

Essa pergunta levou à dúvida da adequação entre a comunicação e aquela simetria instrumental dos processos de emissão e recepção e sugeriu outra questão: A comunicação é uma ciência aplicada? Sua aplicação é utilitária tendo em vista um plano ou interesse preestabelecido ou é possível admitir que não há metas a atingir e que a comunicação simplesmente acontece? Mas como se dá esse acontecer? Essas perguntas persistem no horizonte da dúvida.

Vimos que, após a emergência das novas tecnologias da comunicação, é possível observar definitiva mudança na vida cotidiana e a comunicação é atingida por grande quantidade de dispositivos que, inicialmente apresentados e usados como formas de controle, passam a se tornar objetos de consumo que, em crivo quantitativo, atingem todas as classes sociais e todas as possibilidades de valor de troca; ou seja, com o digital e seus dispositivos, parece que a comunicação se reduz a possuir o dispositivo e a aprender ou desenvolver a capacidade do seu manuseio: a comunicação parece não estar mais atrelada à sua utilidade ou efeito e, muito menos, a um modo de comunicar, pois o dispositivo comunica sua própria performance tecnológica. Nesse sentido, cabe a pergunta que procura saber se é possível um conhecimento ou se a comunicação é uma área que prescinde de um modo de conhecer, visto que, reduzida aos dispositivos, ela se define pela própria emergência daquela tecnologia.

Vimos que, entendida na linearidade e simetria entre emissão e recepção, a comunicação seria, não propriamente uma forma de conhecimento, mas um modo de transmitir mensagens e/ou modos de atuação. Simétrica, a comunicação tudo transmitiria, mas nada comunicaria. No polo oposto e sem simetrias, a comunicação estaria destinada à incomunicabilidade, tal como previra Gregory Bateson na década de 40 do século XX. O uso condicional desse discurso revela que estamos em estágio de mudança, de transformação que exige entender que as relações sociais mudaram e que é indispensável refazer ou repensar a comunicação, tarefa que submete a sua epistemologia a outras exigências.

## 6. É POSSÍVEL COMUNICAR, SEM TRANSMITIR?

A transmissão está solidamente apoiada na aludida simetria, mas se superarmos essa constante e, ao contrário, nos deixarmos surpreender pelo seu avesso, surge a assimetria entre emissão e recepção e, sobretudo emergem, com vitalidade, as diferenças entre modos de dizer, de pensar, de atuar. A comunicação passa a ser aquilo que, independente ou não dos meios técnicos, assinala ocorrências que evidenciam o estado de estarmos em comunicabilidade assumindo, como propriedade, para não dizer qualidade, o modo comum a todo ser vivo situado em sistemas abertos, interinfluentes e intencionais, que fazem com que estejam em comunicabilidade a natureza, o ambiente, os animais, os vegetais, os objetos e os homens. A comunicação é entendida como território complexo que, sem ser antropocêntrico, promove o aprendizado daquele modo de estar em comunicabilidade que, com dinâmica propriedade, envolve sujeitos e objetos, humanos e não humanos, técnicas, tecnologias, natureza, instituições, pendências políticas, econômicas ou sociais em contínua atuação e associação (Latour, 2006). Estamos em comunicabilidade e em rede comunicante sem aspirações transmissivas e, sobretudo, cada vez mais distantes das poderosas corporações midiáticas que pareciam tudo querer dominar, embora sob o entretenimento, parecessem imunizar e proteger.

Desse modo, a comunicação nada transmite, seus discursos não têm mensagens a serem divulgadas, mas estão em formação que, pela constância do modo como ocorrem, nos permitem entender a história escrita nos rastros daquelas formações discursivas. Sem mensagem, a comunicabilidade só pode ser flagrada como acontecimento que surpreende pelo inusitado e/ou inesperado de manifestações que, difusas, se evidenciam ambientalmente e superam as fronteiras antropocêntricas da comunicação transmissiva. Sem mensagens, a onipotência celebrada dos meios técnicos assume sua real posição, ou seja, a tecnologia ou os meios técnicos não são poderosos, mas também não são neutros, pois atingem as relações sociais, mas não as determinam pois elas só se deixam afetar pelas consequências daquelas tecnologias (McLuhan, 2005, p 272).

Pensadas como determinadas pelos meios técnicos, a mensagem e a transmissão foram ultrapassadas, evaporaram-se ou reduziram seus territórios, porque foram substituídos pela intencionalidade do comunicar como ação reiterativa e recorrente, passível de ser flagrada enquanto acontecimento que se transforma em arquiteto da história.

Porém, para deixar-se atingir pela surpresa do acontecimento, é necessário duvidar e sugere outra questão: como duvidar ou é possível duvidar?

## **7. É POSSÍVEL DUVIDAR?**

A dúvida surge como contraface da certeza que, apoiada em polaridades, transforma o conhecimento em reconhecimento daquilo que cria identidades, em contraposição àquilo que cria indecisões. Se a simetria constrói a identidade transmissiva que, durante décadas, constituiu a credencial da comunicação como área científica, observa-se que, paradoxalmente, a assimetria é oposta à simetria mas também não permite duvidar daquela identidade que, sólida, é simétrica e construída para identificar. Na realidade, a polaridade simetria e assimetria se apresentam com sinais trocados, mas são igualmente identitárias: se a simetria afirma, a assimetria nega, mas só é entendida se confrontada com a primeira. Uma ciência de assimetrias não corresponde a uma ciência difusa, mas é apenas frágil, se confrontada com as decorrências assertivas que identificam as simetrias e, com elas, a própria comunicação.

Sutil e polimorfa, a comunicação que surge como indecisa não é assimétrica e apresenta outra pergunta que se opõe à indagação o que é comunicação? Agora pergunta-se: como é possível estudar a comunicação que surge de modo indeciso e confirma a possibilidade de uma ciência que não nega contradições e ambivalências, abertas ao imponderável comunicativo?

Para entender essa pergunta e tentar atingir uma resposta, é urgente estar atento para o modo como a comunicação se faz comunicante, ou seja, é necessário descobrir uma ciência que nada afirma, porque tudo se apresenta como questão e pergunta. Esse comunicar indeciso se constrói entre as diferenças que fazem da comunicação uma trajetividade (Berque, 2000, ps 128-129) entre os homens e entre eles e a natureza, os objetos e as tecnologias, ou seja, uma diferença que só é entendida se superarmos a totalidade da resposta à pergunta: o que é comunicação? A comunicação nada é, porque seu verbo preferido é estar em comunicação.

Não há métodos para descobrir essa diferença, mas é possível construir estratégias que, coladas àquelas manifestações comunicantes, é capaz de apreender variáveis que identificam o modo de ser do incomum. Para descobrir as diferenças que fazem a diferença de cada atualização daquele estado comunicante, se postula uma exigência que torna positiva a

resposta à indagação que preside esse item: duvidar supõe descobrir/criar diferenças sutis que fazem da comunicação um território indeciso.

## **8. O QUE É DESCOBRIR/CRIAR DIFERENÇAS?**

Duvidar significa identificar fronteiras que, porosas e dialogantes, permitem estabelecer relações que fazem do interesse científico uma constante em desenvolvimento, pois traduzem respostas em perguntas e nos convidam a descobrir respostas que se escondem em perguntas. As diferenças levam a entrar em território movediço mas, estrutural, se quisermos entender aquilo que se esconde nas asserções e o que nos é prometido nas indecisões. Nesse território, abre-se a troca ou o diálogo entre ciência e conhecimento em produção ou entre epistemologia e empiria construídas como espacialidades múltiplas que, sem limites, se encontram em fronteira. A indecisão torna-se uma espacialidade heterogênea, criadora de espaços/lugares entre o que sabemos e o que não sabemos (Peirce, I, § 235).

Esse espaço heterotópico (Foucault, 2013, p. 19) coloca em crise a certeza antropocêntrica que ronda a comunicação assertiva.

Contra ela expõe-se uma ciência que, porosa, não se inibe ante a incerteza, a indecisão, o inexplicável. Surge a comunicação como ciência indecisa que, ante a força das extraordinárias transformações sociais, culturais, tecnológicas e políticas dos nossos dias, não se deixa inibir se, para conhecê-las, for necessário superar certezas, teorias, conceitos e métodos. Ciência que preenche um espaço heterotópico que, talvez, nunca possa ser validado, porque dificilmente a epistemologia o consolidará como certeza do improvável ou do indeciso.

Mas, nesse estranho espaço, também é possível encontrar a necessidade de uma certeza, pois é certo que, ante a indecisão, duvidar é preciso. A ferramenta que nos auxilia nessa tarefa contra a dúvida chama-se empiria. Mas o que é o empírico?

É necessário superar qualquer confusão entre empiria e empiricismo, entendido como estéril experimento que, sem mediações, se reduz às suas próprias estratégias como delimitação de objetos enquanto estudos de caso ou fenômenos discriminados nos seus componentes. Aquela confusão reduz a ciência aos limites de um objeto científico entendido e desejado como estável e, sobretudo, submetido às tendências explicativas e totalizantes de métodos e conceitos pré-estabelecidos.



Sem conceitos, teorias ou métodos predefinidos, o pesquisador não se confunde com a totalidade do sujeito que explica o mundo, explicando-se como essência e substância. Ao contrário, ante a dúvida, emerge o pesquisador sem certezas, mas com coragem empírica que lhe permite duvidar para encontrar outras certezas falíveis, porque momentâneas, visto que a dúvida ronda todas as certezas. Ante a dúvida, é necessário perguntar.

## **9. O QUE É PERGUNTAR?**

Pergunta-se porque se duvida e duvidamos porque não temos certezas. Ante essa ingênua tautologia, a pergunta anterior deve assumir toda sua complexidade.

Se a ferramenta da dúvida é o empírico que não se confunde com o explicativo, pois não remete ao significado redescoberto ou revelado pela hermenêutica, é superficial afirmar que, ante a dúvida, o empírico nada descobre, porque nada está escondido: o empírico é a descoberta permitida ao olhar solitário, mas atento ao mundo (Flusser, 1983, p. 52-53). Se a dúvida é o avesso da certeza, o empírico é o instrumento da pergunta.

A pergunta deve ser produzida pela dúvida que emerge da observação proposta como matriz do próprio objeto e da dúvida que a partir dela se constrói. Observar sugere o perguntar que resgata uma dúvida como decorrência inalienável e transforma o observar em instrumento que deve superar a redundância explicativa.

Essas relações sustentam a afirmativa de uma comunicação indecisa, mas absolutamente real ante a complexidade que ronda as possibilidades comunicativas contemporâneas. Possibilidades que, atualizadas pelos meios técnicos e pelas tecnologias que lhes dão origem ou deles emanam, estão sendo sempre relativizadas pela simultaneidade com que operam no espaço global que as atualizam. Uma comunicação indecisa porque, incertos, são seus tempos e espaços.

Entre sujeito e objeto do conhecimento instala-se a diferença, os traços que, sinuosos, fundam a indecisão, mas que nos permitem descobrir, no objeto, uma alteridade que desafia, mas com a qual se dialoga através da pergunta. Desse modo, a pergunta é metáfora do próprio objeto científico e, da sagacidade dela, decorre o interesse da pesquisa.

A observação, a dúvida e a pergunta em cadeia levam ao raciocínio e à inferência cognitiva, à produção de um conhecimento instável, porque mutável e descolado do poder que caracteriza o sujeito antropocêntrico.

Um conhecimento rebelde e, talvez, proscrito, mas produzido na diversidade e nas indecisões de um mundo em comunicação, mas incerto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACHELARD, G. *A epistemologia*. Lisboa: Ed 70, s. d.
- BERQUE, A. *Écoumène Introduction à l'étude des milieux humains*. Paris: Belin, 2000.
- BOURDIEU, P. *Para uma Sociologia da Ciência*. Lisboa, Ed. 70, 2004.
- FERRARA, L. D. Por uma cultura epistemológica da comunicação, em *A Comunicação Revisitada* (Sérgio Caparelli, Muniz Sodré, Sebastião Squirra orgs). Porto Alegre: Sulina, 2005.
- FERRARA, L. D. Comunicação: uma ciência indecisa, em *Comunicação Mediações Interações*. São Paulo. Paulus (no prelo).
- FOUCAULT, M. *O Corpo Utópico, As Heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.
- FLUSSER, V. *Pós-história: vinte instantâneos de um modo de usar*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- LATOUR, B. *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.
- MCLUHAN, M. Mcluhan por Mcluhan. Conferências e Entrevistas (Stephanie Mcluhan, org). Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- PEIRCE, C.S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. 8 vols. 4<sup>o</sup>ed. Cambridge, Ma: Harvard University Press, 1978.
- SOUSA SANTOS, B. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. 6<sup>o</sup>ed. Porto: Afrontamento, 2002.
- SILVEIRA, L.F.B. da. *Curso de Semiótica Geral*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

## **Parte 4**

---

# **Percursos epistemológicos da pesquisa empírica na Comunicação**



# Epistemologia da Comunicação: um percurso intelectual

LUIZ C. MARTINO<sup>1</sup>

---

## INTRODUÇÃO

**N**as páginas que se seguem procuro dar uma descrição de meu percurso intelectual. Não é uma construção em retrospectiva de temas que se sucedem ao sabor do acaso, mas a descrição de um processo de elaboração e desenvolvimento de um programa de estudo. Reporta-se a cerca de três décadas de reflexão e pesquisa, como um projeto integrado e focado neste tema deslumbrante que é a comunicação.

Vejo meu trabalho como uma reflexão sobre a singularidade da comunicação moderna, entendida como a intervenção da tecnologia nos processos de comunicação. Um pensamento e um posicionamento sobre a *atualidade mediática* (Martino, 2014, 1997). Neste sentido é uma reflexão sobre o mundo que vivemos. De outro lado, é inseparável de uma epistemologia, já que o sistema tecnológico de comunicação produz sentidos, gera valores que atravessam várias instâncias da vida contemporânea e alcançam, inclusive, as condições de produção de conhecimento.

Uma sociedade mediática se constitui em um contexto que interfere na compreensão do que é conhecimento, se instaura na interface de seu exercício e de sua produção. Por conseguinte, a epistemologia da Comunicação se duplica em direções complementares: deve liberar uma forma de pensamento capaz de se desmarcar da experiência direta, constituindo a comunicação como objeto de estudo e, concomitante a isso, deve estar atenta aos obstáculos que nossa época impõe ao pensamento.

---

1. Professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Pesquisador do CNPq. Pesquisador convidado no Gricis, da Universidade do Québec em Montréal. Entre suas publicações estão vários artigos, coorganização de livros, entre eles, *Teorias da comunicação: poucas ou muitas?* (2007).

Esta transitividade entre objeto de estudo e as condições de pensamento é típica da abordagem das ciências sociais, modo como entendo a inserção da Comunicação no quadro dos saberes estabelecidos<sup>2</sup>.

Neste breve texto, seguindo a linha do tempo, procurarei mostrar a gênese do programa de estudo e, paralelamente, apresentar o sistema conceitual<sup>3</sup>.

## **GÊNESE DO PROGRAMA DE ESTUDO**

Não é fácil reconstituir uma história da qual não podemos nos separar. Por onde começar? Certamente seria pelo começo, se não houvesse tantos. Há muitas formas de narrar e nada se dá de maneira isolada: história pessoal, pensamento e percurso institucional formam a unidade da vida. Traçar uma trajetória intelectual nisto tudo não se faz sem um bisturi na mão, é uma operação cirúrgica de algumas poucas páginas.

Mas se nada começa sem começo, comecemos por minha formação. Preparei-me para uma carreira acadêmica desde o segundo semestre da faculdade. Quando comecei meu mestrado em Comunicação em 1990, na ECo-Escola de Comunicação da UFRJ, já tinha passado por outras áreas de estudos. Sabia o que era fazer pesquisa (empírica e teórica) em psicologia e o que era uma reflexão filosófica. Portanto, a primeira questão que me vinha era: o que seria fazer pesquisa *em* Comunicação? Nunca passou pela minha cabeça repetir, adaptar, nem mesmo fazer uma aplicação desses conhecimentos a um novo campo empírico. Tratava-se de produzir teoria *da* comunicação e não de fazer filosofia ou psicologia, de modo que, na área de Comunicação, poderia dizer que comecei pela epistemologia.

Curiosamente, no entanto, a questão da epistemologia não teve um começo para mim, ela sempre esteve presente em minha trajetória acadêmica. De diversas maneiras. Ela transpirava por todos os poros do curso do Instituto de Psicologia da UFRJ – influência do ilustre prof. Antonio Gomes Penna e do prof. Clauze de Abreu. Também aparecia nos cursos informais de filosofia, como aqueles do reputado prof. Claudio Ulpiano, que paralelamente seguia com alguns colegas de faculdade. E mesmo

---

2. Emprego o termo epistemologia em seu sentido latino, como estudo do conhecimento científico. Para outras abordagens do conhecimento (gnosologia, sociologia do conhecimento, etc.), ver Martino, 2003.

3. Para referências pessoais e outras informações sobre, formação e minha abordagem da comunicação podem ser consultadas no memorial preparado para concurso de professor Titular: <[https://www.academia.edu/14534647/Memorial\\_Luiz\\_C.\\_Martino\\_](https://www.academia.edu/14534647/Memorial_Luiz_C._Martino_)>.

depois de terminada a faculdade, em 1988, pois meu primeiro emprego foi como assistente de pesquisa no ISOP-Instituto de Pesquisas Psicossociais da Fundação Getúlio Vargas, com outro grande nome da psicologia no Brasil, prof. Franco Lo Presti Seminero. Sob sua orientação, me iniciei no desenvolvimento da pesquisa empírica, ao mesmo tempo em que discutíamos as teses de Piaget e sua epistemologia genética. Nesta mesma época comecei minha carreira docente no seminário do Instituto Bennett, ministrando as cadeiras de Filosofia e de Introdução à Psicologia, que me permitia seguir na linha de minha formação.

O estudo da história também marcou minha formação e minha maneira de entender a Comunicação. Vinha por linhas diferentes. Dos estudos de Nietzsche, Foucault, Paul Veyne, filosofia antiga, e de outra parte, o estudo da Tragédia Grega e do Mito (mentalidade mítica), com Jean-Pierre Vernant, Marcel Detienne, Mircea Eliade, Georges Gusdorf. Também estava profundamente enraizada no curso de graduação, na constituição da psicologia como disciplina e em uma corrente pouco conhecida, a psicologia histórica de Ignace Meyerson, ligada à linha de Vernant. A ideia de que até mesmo as funções psicológicas eram formadas ao longo da história me levaria a adotar a diretriz de uma historicidade da própria comunicação (e não apenas dos meios ou das instituições sociais). Ela estava em harmonia com a radical historicidade do objeto das ciências sociais, mas se chocava com outra grande influência da época, Ernest Cassirer e sua *Antropologia Filosófica*. Conciliei estas ideias considerando as formas de conhecimento como categorias da cultura (arte, religião, mito, ciência, etc.), ou seja, não como instâncias metafísicas ou trans-históricas, mas como liberações da cultura, dentro de horizontes históricos. Isso resguardava o que me parecia ser o essencial, abordar as formas do conhecimento como atitudes cognitivas, clivagens do espírito: uma sofisticação da capacidade humana mais fundamental – a reatividade.

Já o mestrado na ECo era algo bem diferente, abria um novo panorama de estudos. Exigia um tratamento direto da questão da comunicação, reclamava uma perspectiva diferente daquelas de meu curso de psicologia (psicolinguística, semiologia, desenvolvimento da linguagem, relação desta com o pensamento, análise freudiana, etc.) ou da filosofia (linguagem como instrumento de conhecimento ou como poder). De outra parte, trazia de minha formação um sentido de epistemologia que não existia no curso da ECo – e talvez nem mesmo na área de Comunicação no Brasil daquela

época, acomodada à ideia de interdisciplinaridade (marxismo, linguística, semiologia). Este choque entre minha formação e o novo enfoque necessário à Comunicação marcou minha concepção da área de estudos.

Não detalho estes aspectos simplesmente como dados pessoais, fazer um estudo sobre meios de comunicação foi uma decisão difícil, que passou por questões epistemológicas. Por que passar da Filosofia do conhecimento e da Grécia Antiga para uma questão aparentemente tão antifilosófica e não histórica como a TV? A vulgaridade do tema é de causar repugnância a qualquer filósofo, mas justamente tratava-se de trazer a filosofia para hoje, pensar historicamente o presente, o “não histórico”. O fato de ter trabalhado como uma linha de pensamento voltada para a Antiguidade e outra para o presente produziu o choque necessário para formular a questão da *atualidade mediática*.

Porém, seria possível estudar a atualidade mediática sem tornar-se refém dela? Como contemplar o “milagre” da transubstancialização da comunicação tecnológica em vida social sem entrar no caleidoscópio dos fluxos mediáticos? Sem ser atropelado pelo fluxo incessante de um devir o qual eles próprios ajudam a gerar? Pensar a televisão significava refletir sobre um dos mais representativos elementos da cultura contemporânea sem, contudo, se deixar levar pelos debates sobre seus conteúdos (análise das mensagens, linguística, semiótica), nem reduzir sua significação ao combate de ideologias (política) ou outra determinação exterior. O desafio em jogo era encontrar uma abordagem que não fosse passageira ou ditada pelas circunstâncias imediatas, de modo a fixar-se nos meios e seus fenômenos correlatos (cultura de massa, jornalismo, publicidade, opinião pública...).

Portanto, desde seu início, minha reflexão sobre a comunicação foi equacionada por uma preocupação epistemológica.

## Cronologia

Minha produção pode ser dividida em três fases.

**1) Período de formação (1989-1992).** Os trabalhos realizados entre o final da graduação e o início do doutorado remetem a um núcleo comum, relativo às questões do conhecimento e da linguagem enquanto fundamentação filosófica.

- *Em Torno do Princípio de Não-Contradição* (profa. Maria do Carmo Bittencourt de Faria, Aperfeiçoamento em Filosofia, IFCS-UFRJ, 1989).



Discussão da disputa entre Aristóteles e os Sofistas visando abordar o dogmatismo e o relativismo como duas vertentes que estruturam a tradição filosófica. Duas posições inversas e simétricas em relação à fundamentação do conhecimento. Estabelece algumas dimensões da linguagem: falar *de* (investigação *das* coisas), falar *com* (diálogo), falar *para* (alguém, poder). Foi-me bastante útil para entender a questão da superação da metafísica (os equívocos dos pós-modernistas) e, posteriormente, a especificidade do pensamento científico.

- *Análise do Prólogo de Zarathustra* (1991), ligado ao anterior, foi um trabalho que adaptei para a disciplina do prof. Milton Pinto, no mestrado da ECo. Seu foco é a análise de metáforas referentes às estações do ano e à luz (aurora, manhã, meio dia, crepúsculo, ocaso, meia-noite, noite). Tento mostrar que pensamento e escrita nietzscheana remetem a uma estrutura na qual o sentido se desdobra em quatro oposições, escapando assim de uma lógica binária.
- *Nietzsche e a Psicologia* (dissertação de Mestrado em Psicologia, A. Gomes Penna, FGV/UFRJ, 1992). Tem como ponto de partida a afirmação de que “a psicologia é a rainha das ciências, para cujo serviço e preparação existem as outras ciências. Porque a psicologia tornou a ser a via que conduz aos problemas fundamentais” (*Para Além do Bem e do Mal*, af. 23). Como entender isso? Além da enigmática centralidade dessa disciplina, a afirmação está articulada a uma radical crítica do conhecimento. Nietzsche havia mostrado que a noção de *ser* é uma construção histórica (platonismo) e havia empreendido uma rigorosa análise crítica da “coisa em si” kantiana; tomadas em conjunto elas representariam um verdadeiro *non plus ultra* da crítica ao conhecimento.

Diante disso, a questão que se colocava era: o que resta do conhecimento depois da crítica radical? Ainda teria sentido retomar uma forma do conhecimento (psicologia)? Em meu entendimento a psicologia em Nietzsche não se resume a uma tipologia (*Zarathustra*), formas de reagir e lidar com a questão da impossibilidade de fundamento último e verdadeiro do conhecimento (aspecto trabalhado por Deleuze). Como tentei mostrar, a noção de *vontade de poder* corresponde a um aspecto central, não contemplado na tipologia. No plano epistemológico, ela expressa uma tese metafísica, entendida como a questão nietzscheana de liberar um pensamento hipotético

ou *perspectivismo*. Com isso, Nietzsche retoma seu lugar no jogo (não há fora de jogo): a crítica nietzscheana do conhecimento não é uma negação da metafísica, mas sua superação. A afirmação do perspectivismo epistemológico converge com a ciência moderna, no sentido de um controle da crença, se afastando tanto do dogmatismo quanto do relativismo. No plano psicológico, esta noção explora o fenomenismo da consciência (memória, vontade, prazer, dor...), de onde sai a análise do *ressentimento*, conceito capital na obra nietzscheana que implementa a perspectiva do homem como reatividade.

Destes estudos de filosofia e psicologia retiro minha compreensão da teoria geral do conhecimento e a base para os conceitos de processo e meio de comunicação.

## 2) Período de elaboração da tese de doutorado (1992-1997)

Neste período predominam as ciências sociais, a história da comunicação e a tecnologia<sup>4</sup>. A rigor ele começa com a dissertação *TV e Consciência: elementos de análise* (Muniz Sodré, 1991-1992), desenvolvida na ECo-Escola de Comunicação da UFRJ. Nela esboço a formulação do *meio de comunicação como simulação tecnológica*.

O curso estava estruturado como seminários abertos e era bastante diferente dos que havia participado até então. Pude desfrutar de conhecimentos e abordagens tão variadas quanto as personalidades de grandes professores como Milton Pinto, Carlos Henrique Escobar, Aloizio Trinta e Muniz Sodré. Havia um clima intelectual muito bom, que deixaria saudades.

À medida que o trabalho avançava, ficava claro que um mestrado oferecia pouco tempo, além disso, a pesquisa necessitava de um material bibliográfico que não estava disponível. A percepção dessas limitações fez-me abreviar o mestrado em comunicação e, dois dias depois da defesa, embarcava para fazer meu doutorado na França.

A escolha da tese tinha sido uma decisão difícil, sabia que seria decisiva para minha carreira. Dois caminhos se abriam, continuar os estudos de

---

4. Alguns artigos publicados neste período e que foram integrados à tese de doutorado: *La Télévision* (Revue Sociétés, 1994), *Organisations Collectives et moyens de communication* (Cahiers de l'Imaginaire, 1996), *Télévision et Telenovelas* (Cahiers de l'Imaginaire, 1996), *La Spécificité des Moyens de Communication dans l'Univers de la Technique* (Revue Sociétés, 1996), *Brésil: de la nation comme telenovela* (Les Cahiers de Médiologie, 1997).

filosofia/psicologia ou investir na Comunicação, mas optei por dar continuidade ao mestrado da ECo. O trabalho foi desenvolvido em sociologia, na Université René Descartes, Paris V. Clássicos como Durkheim e Weber abriram meus horizontes para as ciências sociais. O curso, entretanto, estava focado em temas específicos de cada professor, mais úteis foram os seminários e discussões com colegas. Entre eles alguns brasileiros, como André Lemos, Juremir Machado, Cristiane Freitas. Também tive a oportunidade de acompanhar o movimento de implantação da *Médiologie* de Régis Debray (estudo da transmissão cultural). A seu convite escrevi uma pequena nota para o número 2 dos *Les Cahiers de Médiologie* e, no seguinte, o artigo *Brésil: de la nation comme telenovela* (Gallimard, 1997). Foi uma experiência muito rica, com discussões sobre arte, religião, tecnologia, educação<sup>5</sup>.

Sobre a tese haveria muito a dizer, pois ali formulo o programa de estudo que desenvolvo até hoje. Retenho apenas alguns pontos.

- *No plano da epistemologia.*

1) Análise da insuficiência das principais tradições de pesquisa em relação à abordagem dos meios de comunicação (a *Communication Research* tende para a pesquisa da audiência; a Escola de Frankfurt para a investigação da ideologia). 2) Proposição de uma definição genérica: meio de comunicação como *objeto técnico*, cujo produto (comunicação) é a *expressão social da experiência*. 3) Desenvolvimento do conceito de *comunicação* em um sentido histórico, ou seja, jamais visto: a tecnologia intervém nos processos de comunicação social no século XIX, gerando uma esfera de experiência coletiva, que ultrapassa o plano interpessoal, constituindo um elo social singular.

- *No plano da tecnologia*

Afasto-me do pensamento filosófico para me aproximar da antropologia da técnica, particularmente de André Leroi-Gourhan e de Jack Goody. Principais resultados: 1) Proposição da técnica como *equação simbólica*<sup>6</sup>.

5. Posteriormente ajudei a organizar sua visita ao Brasil em 1998 e participei do Colloque de Cérisy-la-Salle que lhe foi consagrado (2000): "Communiquer/Transmettre: autour de Régis Debray".

6. Em *O Gesto e a Palavra* Leroi-Gourhan faz uma valiosa contribuição ao estudo da técnica ao propor uma *decomposição analítica* da técnica (o que chama de ciclo operatório). De minha parte, introduzo novos conceitos (equação simbólica, equivalência simbólica, raciocínio técnico) e a cruzo com minha definição da técnica como *simulação*, permitindo adaptá-la à análise dos meios de comunicação (Martino 2014b, 2000, 1997).

2) Classificação das técnicas, situando os meios de comunicação<sup>7</sup>. 3) Análise da gênese histórica dos meios de comunicação. 4) Definição específica: formulação do conceito de *meio de comunicação* como *simulação tecnológica da consciência* (mente humana).

Este último ponto é a base de minha reflexão da comunicação, por isso me estenderei um pouco mais sobre ele. Antes mesmo de meu mestrado em comunicação, tomando o homem como um ser reativo, comecei a pensar a televisão a partir de questões sobre o isolamento e o contato humano. Quando comunicamos, nossa atenção está sendo negociada; por exemplo, o diálogo é uma situação em que, ora um, ora outro indivíduo, guia o processo. Esta alteração no fluxo da consciência é um caso particular do que Nietzsche chama de *ressentimento* (esquecimento ativo). William James considera a questão quando analisa os *estados transitivos* da consciência (em oposição aos estados substantivos), estes correspondem ao momento (ou à parte do processo) em que o objeto mental é alterado (mudamos de pensamento). Essas observações pareceram-me muito apropriadas para pensar a ação da televisão sobre a mente: a função mental de ressentimento ou de alteração dos estados transitivos passa a ser desempenhada pelo dispositivo técnico. A televisão pode ser entendida, assim, como uma “máquina de reação”, uma maneira de acoplar mente e aparelho técnico, de tal modo que este último substitui os estados transitivos, cumprindo uma função *do* ou *no* pensamento.

De outra parte, a capacidade de “guiar” ou ser “guiado” mostrava-se pertinente para descrever o processo de comunicação, pois significa gerar objetos mentais compartilhados. Uma mente pode servir de guia na medida em que outra possa corresponder-lhe com reações adequadas<sup>8</sup>. Embora sejam independentes em cada indivíduo, os processos mentais passam a ser similares e simultâneos, criando um elo, “algo em comum” entre eles (intersubjetividade).

---

7. Tema negligenciado, os meios de comunicação são um tipo particular de tecnologia. Faço a distinção entre tecnologias que resultam em *ação* sobre o mundo (martelo, automóvel, etc.) e tecnologias que *representam* o mundo. Depois marco a distinção dos meios de comunicação com outras tecnologias do simbólico (relógio, radar...) e com as tecnologias da inteligência (números, gráficos, mnemotécnicas...). Ver Martino, *Philosophie de la Technique et Technologies de la Communication*, 2012 (também Martino, 1996a, 1997, 2011b).

8. A linguagem representa o poder de modelar a reatividade humana, de imprimir formas infinitamente sutis de sensibilidade e de reação a outrem. O universo simbólico, a cultura são expressões diretas dela.

Temos aqui um paradigma para a comunicação baseado na *reatividade humana*, que substitui com vantagens os paradigmas da transmissão e da construção social. Com ele é possível entender o modo como a tecnologia intervém nos processos fundamentais de comunicação (aqueles que fazem de nós seres humanos), gerando as condições para um novo sentido de comunicação, o da comunicação moderna. Os meios estendem as capacidades mentais, confere-lhes novas propriedades, como a possibilidade de participação de uma grande quantidade de indivíduos no mesmo processo ou de comunicar com gerações anteriores. Atingem diretamente as condições de espaço e tempo da mente humana.

Este paradigma proporciona uma definição de meio de comunicação que permite aprofundar a análise da tecnologia e o novo sentido de comunicação, fornecendo um quadro conceitual para abordar a significação dos meios na sociedade e na cultura contemporânea. Outro ponto a se destacar é que, nesta perspectiva, o meio de comunicação não é um aparato tecnológico específico, mas uma *relação* com a mente. A televisão, por exemplo, não é a mesma coisa que o aparelho. Nosso conceito não é o do senso comum, nem o que o engenheiro chama de televisão. O primeiro emprega o termo para vários dispositivos com tecnologias diferentes (válvulas ou transistores, analógico ou digital), o segundo emprega códigos para designar cada configuração tecnológica. Por conseguinte, o termo “televisão” não coincide com nenhum dispositivo tecnológico. O fato que a noção de meio empregada pelo senso comum havia sido adotada pela reflexão acadêmica me pareceu um importante índice sobre o estado dos conhecimentos. A tese da simulação da consciência propõe um conceito de meio que traz à luz e supera este e outros problemas das definições correntes.

Enfim, um meio de comunicação é uma *simulação da mente*, cada meio correspondendo a um determinado acoplamento entre dispositivo técnico e mente humana, uma simulação de uma função mental (é fácil ver isso com a escrita, em relação à memória, a fotografia em relação à percepção visual). Tal é a definição com a qual tenho trabalhado e que serve de base para o programa de pesquisa que desenvolvo.

- *No plano social*

Neste plano os aspectos tecnológicos dos meios passam a ser correlacionados às singularidades da sociedade que os acolhem. Trabalhei com três tipos sociais a fim de marcar a especificidade histórica dos sistemas

comunicação e, assim, melhor compreender o da sociedade que vivemos. Na *comunidade primitiva* não havia, propriamente falando, meios de comunicação. Não correspondiam a critérios técnicos, nem sociais (Martino, 1997, 2014b), por isso elaborei o conceito de *protomeios*. Com a *sociedade tradicional* aparece a *escrita* – que pode ser considerada o primeiro meio de comunicação. Não obstante toda sua importância, ela exerce apenas uma influência *indireta* sobre a sociedade (é empregada pelo Estado e pelo clero). É somente na sociedade complexa (modernidade) que os meios de comunicação alcançam seu sentido pleno, como tecnologia do simbólico e intrinsecamente ligados à organização social.

A relação com a emergência do indivíduo moderno era evidente. Na linha de sociologia compreensiva (Weber) identifiquei várias “razões” próprias aos agentes sociais, mas também postulei outro nível do problema, que designei como a questão do *pathos televisivo* (ou mediático), o afeto ou afinidade que liga o indivíduo ao meio de comunicação. Não bastava entender o acoplamento do meio com a mente, era preciso entrar no elemento afetivo para entender o porquê do interesse pela comunicação mediática. Em linhas gerais, tal atração significa o desenvolvimento do humanismo, um fechamento no universo do homem e o interesse pelo drama humano em todos os detalhes<sup>9</sup>. Uma forma de reencantamento do mundo na qual a tecnologia tem seu lugar.

A questão do *pathos* mergulha a análise da comunicação neste mundo *humano, demasiado humano* (Nietzsche) viabilizado pelas tecnologias do simbólico. Ela fornece um quadro de interpretação para os fenômenos comunicacionais (o jornalismo, a publicidade, os filmes, etc.) como respostas a este intenso interesse pelo drama humano. Daí a contemplação da *paixão* humana (e não mais deuses e santos), em verso e prosa, em tela e papel. Uma irrestrita e infatigável curiosidade, cujo correlato são os fluxos de informação que as notícias, as reportagens, os filmes, as publicidades e produtos da indústria cultural irão incessantemente amalgamar para formar o mundo acessível e comum a todos aqueles que queiram viver o nosso tempo. Os processos de comunicação tecnológica emergem, então, como matriz social, tendo por base o desejo, a participação ativa e o engajamento na atualidade mediática.

---

9. A atividade jornalística e nossa obstinação pela notícia remetem a uma contemplação do espetáculo humano. Cf. o capítulo *Asas do Desejo*, no qual analiso a fixação pelo mundo humano, Martino, 1997.

Matriz social de um tipo diferente daquele trabalhado pela sociologia, pois de uma perspectiva comunicacional, o social está calcado na tecnologia, na informação e em uma gestão do tempo (Martino, 2011b). Não se trata de algo espontâneo, inerente à relação entre indivíduo ou à atividade dos agentes sociais, mas aparece como linguagem, expressão mediática, como instância de visibilidade tecnologicamente construída.

Dessa forma, o conceito de *atualidade mediática* se torna um conceito chave para mim, pois articula as características tecnológicas e sociais dos meios de comunicação. Um vasto domínio de estudos se abre tendo a comunicação como referência: representação do social acessível aos agentes sociais, transformação estrutural do acontecimento, cultura do presente, etc. (Martino, 2009b). E também uma questão epistemológica, na medida em que a atualidade mediática – sendo ela própria uma forma inédita de conhecimento, uma visibilidade do social disponível aos agentes sociais – interfere no conhecimento científico-filosófico, se tornando um obstáculo epistemológico à sua própria compreensão e estudo.

### **3) Período pós-tese (1997-atual)**

A volta ao Brasil e a admissão na Universidade de Brasília, em meados de 1997, também representaram uma mudança de cenário institucional, que passava da Sociologia para a Comunicação, deixando-me mais à vontade para trabalhar as questões epistemológicas e defender a autonomia desta última. O primeiro artigo desse período, *Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação*, dizia isso com todas as letras. Apresentado e publicado nos Anais do XXI congresso da Intercom (Recife, 1998)<sup>10</sup>, ele assumia um posicionamento muito claro, reativando antigas discussões que polarizam o campo (comunicação interpessoal ou mediática?), mas também trazia uma discussão inédita, a *crítica da interdisciplinaridade*, relacionando-a com a questão do objeto de estudo. Questões que não estavam sendo discutidas na época pelos autores brasileiros.

Em 2000 articulei a proposição do GT de Epistemologia da Comunicação da Compós, do qual vim a ser o primeiro coordenador no Encontro seguinte, de 2001 em Brasília. Ele ajudou a disseminar a questão

---

10. Com outro artigo de minha autoria, “Elementos para uma Epistemologia da Comunicação”, ele foi publicado em *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*, pelos professores Fausto Neto, Sérgio Porto e J. Aidar Prado, na forma de coletânea pela editora da UFPB, em 2001. Possivelmente o primeiro livro de epistemologia da Comunicação no Brasil, ou que inaugura as discussões mais recentes.

da fundamentação da área, que passava por uma rápida expansão da pós-graduação e destacava a produção teórica (em contraste com o ensino de graduação, mais focado na profissionalização). No ano seguinte publiquei o livro *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências* (Vozes, 2001), em parceria com Antonio Hohlfeldt e Vera França, que teve uma boa acolhida nos cursos de comunicação. Neste mesmo ano fiz meu pós-doutorado na Universidade de Grenoble 3, com Daniel Bougnoux.

Em 2001 publiquei os artigos *Elementos para uma Epistemologia da Comunicação e Ceticismo e Inteligibilidade do Saber Comunicacional*. O primeiro destacava a importância da história para a questão da formulação do objeto de estudo, mostra suas vantagens em relação às abordagens lógico-formal e empirista e me parece ainda muito apropriado para a análise das atuais tendências epistemológicas. O segundo inaugurou uma longa série de pesquisas sobre as teorias da Comunicação em diferentes universos linguísticos (francês, espanhol, inglês), financiada pelo CNPq, as quais está relacionada a maior parte de minha produção nesta década. O ponto de partida foi o levantamento detalhado das teorias da comunicação, havia notado que os livros especializados traziam repertórios radicalmente diferentes (Martino, 2009a). Porém, cada universo linguístico exigia adaptações, a produção francesa demandou o aprofundamento da questão da interdisciplinaridade, a produção na América espanhola estava profundamente marcada pelo marxismo (Martino, 2010b; 2014c; 2014a), enquanto que na Espanha estava mais ligada às ciências sociais<sup>11</sup>. Nos Estados Unidos a questão epistemológica era mais complexa, mas predominava a tarefa de conciliação da diversidade<sup>12</sup>.

Um dos resultados mais importantes dessas pesquisas foi entender que a questão epistemológica da área estava formulada por um paradigma que chamei de *modelo do quebra-cabeça* (Martino, 2002, 2006, 2008). Sem a análise sobre o “encaixe epistemológico” das diversas “peças teóricas”, os céticos e os defensores da interdisciplinaridade se apóiam na mesma e pífia conclusão da impossibilidade de uma síntese. Como se fosse uma questão de síntese.

---

11. Fazendo uma analogia, existiriam teorias sociais ou da sociedade, mas não seria possível a Sociologia. Sobre o “método” como as teorias são “eleitas” teorias da comunicação ver Martino, 2009a.

12. Essa é pelo menos uma posição corrente, adotada por Robert Craig, um dos mais influentes teóricos estadunidenses. Ver Martino, 2008a; 2010a.



Isso permitiu a crítica ao único consenso da área: a *diversidade teórica*. Não é apropriado falar de “diversidade”, este termo se aplica à pluralidade relativa a uma unidade: a diversidade se diz a partir de algo. Ora se este algo são as “teorias da comunicação”, então, temos uma petição de princípio, toma-se por resolvido o que seria o problema central: o que faz de uma teoria, teoria da comunicação? Em que condições podemos ligar teorias a certa disciplina? Contudo, o que a pesquisa revelou foi a falta de critério, as “teorias” são admitidas como “teorias da comunicação” sem qualquer avaliação, deixando exposta a confusão decorrente do cotejamento de diferentes tradições e problemas reunidos sob a fraca etiqueta “comunicação”. Apenas o termo as unia. A falta de critérios deixava transparecer uma paradoxal e inabalável crença na existência de teorias da comunicação completamente desconectadas de uma base disciplinar<sup>13</sup>.

Tal constatação afetava diretamente o que vinha sendo discutido sobre epistemologia da Comunicação. Ficava evidente a fraqueza da argumentação dos céticos e da defesa da interdisciplinaridade, já que ambas se apoiavam numa concepção de “pseudodiversidade”. De outro lado, mesmo sem concordarem em nada, as tradições de pesquisa do campo da comunicação reivindicam a interdisciplinaridade (Escola de Frankfurt, Communication Research, Estudos Culturais, Escola de Toronto...). Novamente, sem um exame crítico dessa convergência, nossa área tende a tomar a interdisciplinaridade como um “fato”, como se fosse algo perfeitamente óbvio e evidente. Sinal de que alguma coisa não vai bem com esta noção, pois emerge de um consenso tácito<sup>14</sup>. Mais do que uma solução para a epistemologia da área, a interdisciplinaridade aparece como o impensado, um ponto obscuro.

Isto demandava explicações para além do campo estrito da epistemologia. Algumas delas podem ser vistas no âmbito institucional (Martino e Boaventura, 2014). Mas chamou-me a atenção o porquê dessas e de outras fraquezas argumentativas não serem constatadas. Uma compreensão

---

13. Sobre o problema, Martino 2009a. Para a questão da homonímia, Martino, 2001b. Sobre a caracterização da teoria da Comunicação: Martino, 2013d, 2011a. Sobre a “crença” em teorias da comunicação, Martino, 2008a.

14. Na verdade a noção é polissêmica e problemática. A concepção marxista de interdisciplinaridade reduz as realidades empíricas a manifestações do poder, dominação, como realidade última por detrás das aparências. A posição pós-modernista segue na direção inversa, fragmenta a realidade, multiplica as aparências. Não haveria realidade última nem possibilidade de sistematizar o conhecimento.

básica das ciências sociais seria suficiente para deixar sem sentido muitos dos problemas levantados quanto à presumida complexidade do objeto de estudo e da maior diversidade teórica de nossa área.

Minha hipótese de trabalho, como comunicólogo, é que a interdisciplinaridade havia minado a ideia de ciência. Com o desenvolvimento do sistema mediático a universidade não tem como se diferenciar da sociedade, não pode mais contar com o recuo para a reflexão e acaba sendo absorvida pela atualidade mediática. Seu *modus operandi* e seus valores cada vez mais acabam se aproximando e sofrendo a influência daqueles da cultura do presente. A questão da interdisciplinaridade seria o deslocamento da tradição científica por um paradigma de conhecimento que reflete as características do sistema mediático, de onde os efeitos de moda, o marketing intelectual (inserção do intelectual no “mercado” de ideias), a aceleração dos ritmos de produção, o produtivismo e a novidade como valor absoluto.

As tecnologias do simbólico ensejaram uma transformação do patrimônio simbólico, em seu aspecto quantitativo (acumulação, agigantamento), qualitativo (relação passado/presente, local/global), bem como na forma de acesso. Sem a reflexão crítica desse fenômeno, que altera profundamente a produção do conhecimento, o acadêmico se encontra nas mesmas condições do indivíduo moderno frente à cultura contemporânea; se vê na impossibilidade de lidar com uma imensa massa de informação. Ele não mais a domina, a produção supera a seletividade, inviabilizando a sistematização. Assim, os modismos aparecem como uma reposta para a dissincronia, para o caos dos fragmentos, do qual o *novo* emerge como elemento saliente, que se destaca da massa para reintroduzir alguma unidade social/comunitária/cultural. A questão é que essa massa de informações e representações do mundo que vivemos somente pode ser alcançada através das tecnologias do simbólico. Por meios que podem fornecer sua representação (meios-máquinas) e outros que capacitam o indivíduo a explorá-la (meios-instrumentos) (Martino, 1997). A tecnologia é uma solução, mas também parte do problema.

A relação entre conhecimento e meios de comunicação não é nova, o aparecimento da escrita foi um vetor importante, introduz a tensão entre formas orais e tecnológicas, mas com a atualidade mediática acentuam-se as contradições que nos trazem a esta paradoxal situação de precisarmos

dos conhecimentos de uma disciplina Comunicação para entender que os obstáculos colocados à constituição dessa disciplina encontram suas raízes mais profundas na cultura contemporânea. Neste sentido, o desenvolvimento de uma epistemologia da Comunicação ganha um interesse maior, há muito mais em jogo que os quadros de uma disciplina. Abre-se uma importante via para as questões sobre a produção do conhecimento e suas relações com a cultura.

Um segundo pós-doutorado (2011-2012), na McGill University e no CRICIS-UQÀM (Centre de Recherche Interuniversitaire sur la Communication, l'information et la Société), do qual me tornei pesquisador associado, permitiram retomar a questão da técnica e do pensamento crítico. Algumas das publicações mais recentes se reportam a estes estudos. Com relação a uma epistemologia da Comunicação, estrito senso: *A Interpretação do Dado Empírico no Contexto das Correntes Teóricas em Comunicação* (2011) e *Considerações sobre a Explicação em Comunicação* (2014). O trabalho *Temps, essence des moyens de communication* (2011) inaugura discussões epistemológicas com outras formas de conhecimento. No caso, com a sociologia, demarcando uma concepção do social própria à perspectiva da Comunicação. Há outros trabalhos dessa série. Em relação à filosofia: *Philosophie de la Technique et Technologies de la Communication* (2012). Em relação ao pensamento crítico: "A Interdisciplinaridade na Teoria Crítica" (2014a), "Perspectives Critiques et Épistémologie de la Communication: le rôle central du débat sur la technologie" (2014c). Em relação à história<sup>15</sup>: *Os Meios da História: como se escreve a história da comunicação?* (2013) e também *Le Concept de Moyen de Communication dans l'École de Toronto* (2012). Dois outros trabalhos que pretendo desenvolver nesta linha são em relação à arte e à religião.

Eis, em linhas gerais, um pouco da trajetória intelectual, apresentada de uma maneira cronológica. Claro que algumas coisas ficaram de fora e outras foram apenas superficialmente expostas, espero que as referências bibliográficas possam ajudar a compensar estas debilidades. A intenção foi trazer um panorama de ideias, através do percurso de vida.

No pouco espaço que resta vou tentar expor brevemente minha concepção de epistemologia da comunicação e responder de forma direta a algumas questões.

---

15. Outros estudos sobre história e Comunicação: Martino, 2008c, 2005.

## **EPISTEMOLOGIA DA COMUNICAÇÃO**

Entendo a epistemologia como algo inerente às ciências sociais – portanto, nem filosofia, nem subproduto da epistemologia das ciências naturais. Ela representa a possibilidade de estabelecer um plano de afastamento crítico, que começa por distinguir o objeto empírico do objeto teórico e este da reflexão epistemológica, de modo que a própria teoria – enquanto processo e produto – se torna matéria de reflexão<sup>16</sup>. Por isso a ciência, mesmo estando fundada em algumas crenças, se distingue de outras formas de conhecimento; suas proposições são objeto de constantes revisões; são construções coletivas, hipotéticas e provisórias, o que denota certo controle sobre a crença. Postular uma dimensão epistemológica é trabalhar com um tipo de conhecimento que tem estas características. Diferente, portanto, da convicção que norteia a práxis política ou a ação social, diferente também do pensamento filosófico estruturado em princípios metafísicos (ontológicos) e de expressões ideológicas doutrinárias, moralísticas ou ainda, de formas de pensamento naturalizadas (senso comum).

Por conseguinte, a epistemologia da Comunicação corresponde à análise da produção teórica de processos comunicacionais. Seu objeto mesmo é fruto dessa reflexão, por isso não é possível partir de um conceito natural de comunicação. Tanto o objeto empírico como o próprio conhecimento que elabora o objeto teórico são liberados historicamente. Sua base material concreta surge por volta do século XIX com o aparecimento de novos processos comunicacionais ligados à singularidade da sociedade complexa (ou industrial, de massas...), como o jornalismo industrial, a publicidade comercial, a propaganda ideológica, o exercício do poder baseado na opinião pública. Aos quais correspondem várias instituições facilmente identificáveis, como profissionais da comunicação, estruturas institucionais (órgão governamentais, empresas, sindicatos), mercado de comunicação (indústria cultural, telecomunicações), dispositivos legais (regulamentação dos meios, combate a crimes cibernéticos), cursos universitários. Nada disso existia antes. Eles testemunham um novo sentido dos processos de comunicação, ligado à tecnologia ou aos meios de comunicação.

A meu ver, esta é uma das principais chaves para a compreensão de nosso objeto de estudo e do tipo de conhecimento que lidamos. O que está em jogo não são processos relacionados à natureza humana. Não se

---

16. Se as teorias têm como objeto os processos empíricos, a epistemologia toma por objeto as teorias.

trata da capacidade que faz do homem um ser comunicacional (filosofia), ou do uso da fala (linguística, sociologia), da formação da subjetividade (psicologia) ou da condição para o ser social (sociologia), cultural (etnologia), mas de processos históricos singulares, ligados às tecnologias do simbólico.

Por incrível que pareça, grande parte da produção teórica e epistemológica de nossa área se mobiliza para esvaziar este ponto absolutamente fundamental, que é a intervenção da tecnologia nos processos de comunicação social<sup>17</sup>. Alguns acreditam que isso seria uma “redução” radical ou um recorte demasiado estreito do campo da comunicação, o qual não seria “apenas” tecnologia. Todavia, se for reconhecida que a natureza do processo em jogo é histórica (e não de essências ou noções naturalizadas) então dificilmente também se deixará de reconhecer a importância da tecnologia na constituição do objeto de estudo e sua centralidade para a área. A questão da epistemologia da Comunicação reside na possibilidade de um recorte original (em relação a outras disciplinas) e pertinente (que merece ser estudado, pois constitui uma chave de leitura do homem). Não vejo outra maneira de efetuar isso senão pelo aspecto tecnológico, sem dúvida a característica mais marcante da comunicação moderna. Quanto ao argumento de redução, é notória sua imprecisão, pois toda forma de conhecimento é inevitavelmente uma redução (mesmo quando se pretende holística, total, complexa, etc.) (Martino, 2011a, 2013d).

Acredito que pontos como estes – entender a Comunicação como uma disciplina das ciências sociais, pensar sua epistemologia a partir dessa tradição, destacando a historicidade do objeto de estudo, e em particular, os processos de comunicação tecnológicos como centrais – são algumas das características que distinguem minha compreensão da epistemologia da Comunicação. É uma abordagem que parte do conceito de *meio de comunicação* e se desenvolve paralelamente como uma reflexão sobre o próprio conhecimento. Pensar os meios de comunicação é entender o tipo de conhecimento que eles geram, a representação do social pelas

---

17. O ataque à tecnologia como recorte fundamental está associado a outros pontos-chaves. É curioso ver como grande parte da produção epistemológica de nossa área envida esforços para negar ou alargar o significado de processo comunicacional, ao ponto de deixá-lo sem sentido. Paradoxalmente acabam convergindo com aqueles que negam a autonomia à Comunicação como disciplina, não reconhecendo a possibilidade de um estudo propriamente comunicacional, com teorias próprias. A análise deste surpreendente empenho niilista faz parte de minha crítica à interdisciplinaridade.

tecnologias do simbólico, que permitem a inserção e as ações do indivíduo moderno na sociedade e na cultura contemporânea e, concomitante a isso, permitem postular uma instância crítica de reflexão sobre eles.

## ALGUMAS QUESTÕES

### Ciência

Por que falar em ciência? Certamente tem menos a ver com o positivismo que com sua diabolização. O que interessa na ciência é sua capacidade de escapar do dogmatismo e do relativismo. Como forma de conhecimento ela assume características apropriadas para a questão dos fenômenos comunicacionais, normalmente expostos a controvérsias que nos afastam do estudo de sua significação.

Por ciência entendo um conhecimento crítico-reflexivo, coletivo (construção através do debate argumentado, implicando tradições de pensamento e programas de pesquisa), hipotético, que permite lidar com a crença e descolar o sujeito de suas convicções pessoais (pensamento hipotético, perspectivismo). Desprendimento que possibilita ao pesquisador se empenhar nas tentativas de falsear suas proposições e o deixa à vontade para abandoná-las. É um tipo de conhecimento que não teme o erro, pois o erro também é considerado conhecimento (não sua falta). Sua relação com o empírico a leva para além do discurso (não é literatura, nem lógica) e a um tipo de regulação das hipóteses. É uma das grandes formas culturais mais fundamentais, ao lado da arte, da religião e da técnica (todas sendo clivagens da racionalidade, em oposição à visão de mundo unificada, típica da consciência mítica). E, como estas, é liberada na história, diz respeito a uma capacidade de modelação da reatividade humana, caracterizando certa sensibilidade ou atitude epistêmica do sujeito frente ao objeto.

## OBJETO DE ESTUDO

Ponto importante que pressupõe uma ideia de ciência e de teoria. Não há sentido em discutir “objeto” sem um fundo epistemológico que nos permita ter em conta sua inserção no quadro dos conhecimentos, suas consequências para a atividade de pesquisa. Logo, tratar de objeto de estudo pressupõe postular a Comunicação como *disciplina* (a noção de *campo* articula teorias de áreas diferentes em torno de um *objeto empírico*, o que leva a epistemologias e teorias de outras áreas de conhecimento)<sup>18</sup>.

18. Sobre a noção de campo, Martino, 2006, 2003.

Para haver reflexão epistemológica é preciso estabelecer um diálogo entre as diferentes tendências. Esta é a primeira função do objeto de estudo: articular as diferenças em uma totalidade sistêmica (disciplina), de modo que o desenvolvimento de uma corrente implique em reação das outras. O objeto de estudo é o vértice das diferenças, o “algo” a partir do qual a diversidade é afirmada, não como ruptura, indiferença, mas estabelecendo relações de reciprocidade e complementaridade crítica (Martino, 2001c, 2003). Sem isso teríamos apenas um caos de opiniões isoladas, que se multiplicam e se acumulam com os autores ou com os objetos de pesquisas particulares.

Uma segunda função importante é que o objeto de estudo não é somente a “coisa estudada”, ele é o modo pelo qual chegamos a ela (recorte, construção do objeto teórico) e como, a partir dela, entendemos os fenômenos (teoria). Por exemplo, para um economista a economia é tanto a matéria de sua investigação quanto o vetor pelo qual os processos sociais são analisados e explicados. Do mesmo que o sociólogo em relação à sociedade ou historiador em relação à história. Em nosso caso, os processos comunicacionais devem ser os elementos explicativos (Martino, 2013d, 2011a).

Portanto, não basta “provar” que alguma coisa possa ser considerada comunicação (sempre haverá uma definição suficientemente genérica e inclusiva), o *objeto* se articula a um conceito de *processo* e de *meios* de comunicação, a uma *área de conhecimento*, estes conceitos fundamentais devem estar coordenados. Isso nos leva a critérios básicos de originalidade e de pertinência. O primeiro se refere à questão de não repetir conhecimentos existentes. Jogando com as palavras sempre poderemos propor novos objetos de estudo, novas “ciências”, que de fato seriam apenas “sinônimos” de alguma já instituída. Se proponho a interação, a subjetividade ou as relações sociais, como objeto da Comunicação também devo dizer o que isto difere de outras disciplinas com interesses afins. Que a Comunicação tenha algo a ver com o elo social, isso ninguém duvida (qual ciência social não teria?), mas é preciso apontar em que sua formulação difere da sociologia, da antropologia, etc. O critério de pertinência regula esta originalidade, pois se trata de algo que seja apropriado ao estudo do Homem, que possa trazer uma contribuição efetiva.

Muitos mal-entendidos poderiam ser evitados tendo-se em conta distinções correntes na literatura especializada: objeto empírico e objeto teórico; epistemologia no sentido da língua latina (conhecimento científico)

e no sentido inglês (gnoseologia); epistemologia e outras abordagens do conhecimento (Martino, 2003). Acrescentemos a este rol a distinção de *objeto de estudo de uma disciplina* e *objeto de investigação* referente a uma pesquisa. O primeiro é algo mais geral, articula as pesquisas de uma área de conhecimento e funda sua epistemologia. Diz respeito, portanto, a uma unidade abstrata e hipotética, ao modo como objetos de diferentes pesquisas podem ser interligados em uma disciplina do conhecimento. O segundo se encontra no plano da teoria, a relação desta com a matéria investigada em uma pesquisa. A noção de objeto muda de sentido conforme o plano epistemológico ou teórico.

Alguns temem que certa definição do objeto de estudo exclua suas pesquisas, contudo afirmar que “x” não é objeto (de estudo) da Comunicação não significa eliminá-lo do horizonte de investigação. Por exemplo, propor os meios de comunicação como objeto de estudo não tem nada a ver com excluir a pesquisa da comunicação interpessoal. O que se coloca é que esta última deve ser esclarecida pela primeira, as formas orais serão abordadas através das tecnológicas, nas suas relações com estas. Estamos nos referindo a uma abordagem, isto é, a um recorte do objeto empírico (comunicação interpessoal) e ao modo como trabalhar sua significação (através da tecnologia). Mas poderia ser o inverso ou de outra maneira? Claro, se trata de uma opção epistemológica da Comunicação, cada opção caracteriza uma disciplina das ciências sociais (ou outra forma de conhecimento). Deixemos claro que a discussão epistemológica do objeto de estudo não tem nada a ver com “interdições”, “certo ou errado”, mas com análises que ajudam os pesquisadores a fazer o que estão fazendo. É uma instância crítica e não propriamente normativa, trabalha a coerência e não o sentido moral.

A discussão do objeto de estudo também nada tem a ver com o estabelecimento de um consenso. São proposições que se reportam às tradições teóricas, como elas se articulam e desenvolvem diferentes posições em torno de um elemento hipotético, introduzido com o objetivo de compreender suas relações. A meu ver ela ganha consistência se colocada em continuidade com os chamados objetos clássicos: meios de comunicação e cultura de massa (indústria cultural, cultura popular, cibercultura) ou mesmo sua fusão (como na Escola de Toronto).

Meu posicionamento particular é tomar estes objetos como apropriados, principalmente porque não os considero como opostos. Os meios



de comunicação produzem uma cultura, do mesmo modo que a cultura de massa (ou contemporânea) está associada aos meios de comunicação. Há uma perfeita transitividade ou complementaridade entre os aspectos tecnológicos dos meios e a cultura do presente. O que me levou a propor a atualidade mediática como objeto de estudo da Comunicação. Entre as vantagens que vejo estão: 1) Além da cultura, o conceito contempla várias outras dimensões importantes (representação, história, tecnologia, etc.); 2) que enriquecem a análise da articulação das grandes correntes teóricas; 3) ajuda a orientar pesquisas (estabelece um programa de pesquisa); 4) e pode ser diretamente ligado às profissões da comunicação (Martino, 2009b).

### **INTERDISCIPLINARIDADE**

Considero a interdisciplinaridade como um efeito da atualidade mediática, não como uma alternativa aos problemas da fundamentação da Comunicação.

A inserção desta última nas ciências sociais certamente coloca dificuldades, mas nada comparável a uma improvável e completa revolução do conhecimento. Discrepância que também aparece no plano prático, já que a interdisciplinaridade não tem um conteúdo positivo (é negação da ciência e reação ao ceticismo, Martino 2002, 2008b, 2014a). Pouco tem a oferecer em termos de ajuda à pesquisa. Ideias como “complexidade”, “atravessar fronteiras” ou de fazer uso de conhecimentos variados são pouco consistentes; se mostram mais úteis quando se trata de elaborar e atacar uma caricatura da ciência, que para demarcar uma real diferença com disciplinas científicas.

De um ponto de vista comunicacional a interdisciplinaridade é um movimento histórico-social, através do qual a produção de conhecimento científico-filosófico acaba assumindo as características do sistema mediático ou da *atualidade mediática*. Empreender sua crítica nos leva aos obstáculos da constituição do saber comunicacional e sua ligação com o tempo que vivemos.

### **POR QUE MEIOS DE COMUNICAÇÃO?**

São traços distintivos de nossa época que, a meu ver, podem fornecer o recorte necessário para postular a Comunicação como disciplina e uma epistemologia que lhe seja apropriada.

Mas nem todo mundo pensa assim. Já encontramos e analisamos acima duas das objeções mais correntes: a imputação de um recorte demasiado estrito e o reducionismo teórico. Elas argumentam no sentido de um suposto “fechamento” do campo de estudos. Agora veremos uma terceira, o *determinismo tecnológico*, que ao contrário das outras, apresenta uma compreensão da técnica.

A expressão é normalmente usada como acusação, não é uma posição teórica reivindicada. Consiste em tomar a tecnologia como vetor determinante das transformações sociais ou culturais. Não em um sentido neutro, mas como alienação do homem, seu domínio pela máquina ou racionalidade técnica. Note-se que tal problema é próprio a certas filosofias (Martino, 2012b), não faz sentido para uma antropologia da técnica, em que a noção de homem, ela própria, é inseparável de tecnologia (juntamente com a dimensão simbólica, a técnica expressa uma das características mais básicas da manifestação humana sobre a Terra).

De outro lado, não é adequado falar de “determinismo” no âmbito científico. Pelo menos não da maneira ontológica como pressupõe a formulação acima. As ciências sociais distinguem o plano ontológico do plano teórico, de modo que o conceito de determinismo não tem o mesmo sentido. Na filosofia o termo diz respeito a uma afirmação sobre a essência das coisas, enquanto que na ciência é uma hipótese para configurar e lidar com o objeto empírico. E isso muda tudo, porque neste último caso temos uma banalidade e não algo a ser categoricamente combatido. Qualquer conceito central para uma disciplina das ciências sociais (economia, sociedade, subjetividade, cultura, etc.) expressa um tipo de “determinismo”, um vetor de significação privilegiado, no sentido que articula os demais (Martino & Barbosa, 2013a). O *determinismo teórico* é uma função intrínseca à teoria, não é uma posição a qual as teorias possam opor-se uma às outras.

A fobia de que a tecnologia domine o homem leva muitos autores a ver todo e qualquer efeito dos meios de comunicação como determinismo tecnológico. E com isso se inviabilizaria qualquer possibilidade de pensar a técnica e, por conseguinte, os meios de comunicação. Tudo passa a ser denúncia e ação.

Um último ponto importante que gostaria de destacar é que há relativamente pouco trabalho conceitual sobre os meios de comunicação. Muitas coisas são ditas *sobre* eles, *contra* ou *a favor* deles, mas não dizem o que são. Não trazem uma elaboração conceitual, de modo que não se afastam da

noção do senso comum: “algo que serve para comunicar” (quaisquer que sejam este algo, o sentido de comunicar e o processo em jogo).

O conceito de meio de comunicação, enquanto tecnologia e articulação do social, é um conceito central, nem por isso devidamente trabalhado. Constitui um verdadeiro desafio que aponta a dificuldade de trabalhar com a epistemologia da Comunicação. Em minha opinião, é uma das principais lacunas conceituais da área (Martino, 2014b, 2012a, 2011b, 2000, 1997).

\* \* \*

Espero que estas páginas venham esclarecer meu trabalho, seus posicionamentos, opções, interesses. Também espero que possam servir de estímulo àqueles que, mesmo por vieses diferentes, compartilham a paixão e a reflexão sobre este tema formidável que é a comunicação. Sou sinceramente grato a todos eles, professores, alunos e colegas deste processo de construir o domínio da Comunicação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MARTINO, Luiz C. (2014a). *A Interdisciplinaridade na Teoria Crítica*. Palestra de Encerramento do ABOIC-Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación. Setembro de 2014. Anais do evento.
- MARTINO, Luiz C. (2014b). “O que é Meio de Comunicação?: um conceito esquecido”. Trabalho apresentado no GT Tecnologias da Comunicação, na 4ª Conferência ICA América Latina, Universidade de Brasília, março de 2014. Disponível em: <ica.com.br>.
- MARTINO, Luiz C. (2014c). “Perspectives Critiques et Épistémologie de la Communication: le rôle central du débat sur la technologie”. In George, Éric; Granjon, Fabien, *Critique, Sciences Sociales et Communication*. Éditions Mare et Martin. Paris, p.79-96.
- MARTINO, Luiz C; Barbosa, Rodrigo Miranda (2013a). “Do Determinismo Tecnológico à Determinação Teórica”. Trabalho apresentado na ALAIC, Lima, Peru, 2014. Disponível em: <congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/Luiz-Claudio-Martino-.pdf>.
- MARTINO, Luiz C. (2013b). “Os Meios da História: como se escreve a história da comunicação?”. Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 36º Intercom. Manaus.
- MARTINO, Luiz C.; Boaventura, Katrine Tokarski (2013c). “O Mito da Interdisciplinaridade: história e institucionalização de uma ideologia”, *E-Compós*, Brasília, v.16, n.1, jan./abr.

- MARTINO, Luiz C. (2013d). "Considerações sobre a Explicação em Comunicação", in Martino, Ferreira, Hohlfeldt, Morais. *Teorias da Comunicação no Brasil e no Canadá, vol.1*. EDUFBA. Salvador, p.191-211.
- MARTINO, Luiz C. (2012a). "Le Concept de Moyen de Communication dans l'École de Toronto", in *Canadian Journal of Communication*, Vol 37, N. 4, Special Issue, organized by W. Buxton and Thierry Bardini, pp. 595-611. <<http://www.cjc-online.ca/index.php/journal/index>>
- MARTINO, Luiz C. (2012b). "Philosophie de la Technique et Technologies de la Communication", in Perraton, Charles; Kane, Oumar; Dumais, Fabien. *Mobilisation de l'objet technique dans la production de soi*, Cahiers du Gerse, Presses de l'Université du Québec, pp.13-36.
- MARTINO, Luiz C. (2011a). "A Interpretação do Dado Empírico no Contexto das Correntes Teóricas em Comunicação", in Barbosa, Marialva; Morais, J. Osvando de, *Quem Tem Medo da Pesquisa Empírica?* Intercom, São Paulo, p.123-148.
- MARTINO, L.C. (2011b). "Temps, essence des moyens de communication", in V. Carayol; A. Boulidoires (orgs.), *Discordance des temps. Rythmes, temporalités, urgence à l'ère de la globalisation de la communication*. Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine, Bordeaux, p.37-52.
- MARTINO, Luiz C. (2010a). "Significação da Teoria em um Campo Diversificado", Conferência de Abertura do Colóquio Brasil-EUA. Anais da Intercom, Universidade de Caxias do Sul.
- MARTINO, Luiz C. (2010b). "Escola Latino-Americana de Comunicação: equívoco teórico e político", Ferreira, Giovandro M.; Hohlfeldt, A.; Martino, L.C.; Morais, Osvando J. *Teorias da Comunicação: trajetórias investigativas*. EdiPUCRS, Porto Alegre. <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/trajetoria-sinvestigativas.pdf>>
- MARTINO, Luiz C. (2009a). "Teorias da Comunicação: o estado-da-arte no universo de língua espanhola", in Garcia Galindo, Juan Antonio; Vassallo De Lopes, Maria I; Balanza, Maria Teresa Vera, *Construir la Sociedad de la Comunicación*. Tecnos. Madrid, p.38-54.
- MARTINO, Luiz C. (2009b). "A Atualidade Mediática: o conceito e suas dimensões", apresentado no 28º Encontro da COMPÓS, PUC-Minas. Disponível em: <[www.compós.org.br](http://www.compós.org.br)>
- MARTINO, Luiz C. (org.) (2008a). *Teorias da Comunicação: Poucas ou Muitas?* Ateliê. São Paulo.

- MARTINO, Luiz C. (2008b). "Ceticismo e interdisciplinaridade: paradoxos e impasses da teoria da comunicação". *Revista Argentina de Comunicación*, n.3, 2008, p. 125-136.
- MARTINO, Luiz C. (2008c) "Classificação e Exame Crítico da Literatura sobre História da Comunicação", in Herschmann, Micael; Ribeiro, Ana Paula Goulart (org.) *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Globo Universidade.
- MARTINO, Luiz C. (2006) "Abordagens e Representação do Campo Comunicacional", in *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*, n.3, série 8, ESPM, São Paulo, nov., 2006, p.33-54.
- MARTINO, Luiz C. (2005). "História e Identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional", in *E-COMPÓS* n.1, dez 2005. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_656.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_656.pdf)>.
- MARTINO, Luiz C. (2003). "As Epistemologias Contemporâneas e o Lugar da Comunicação", in Maria I. V. Lopes (org.) *Epistemologia da Comunicação*. Loyola. São Paulo, p. 69-101.
- MARTINO, Luiz C. (2002). "Ceticismo e Inteligibilidade do Saber Comunicacional", in *Ciberlegenda*, <<http://www.uff.br/mestcii/rep.htm>>.
- MARTINO, Luiz C. (2001a). "Elementos para uma Epistemologia da Comunicação", in Lopes, Maria Immacolata Vassalo & Fuentes Navarro, Raúl (orgs.). *Comunicación: campo y objeto de estudio. Perspectivas reflexivas latinoamericanas*. ITESO. México, 2001.
- MARTINO, Luiz C. (2001b). "De Qual Comunicação Estamos Falando?", in A. Hohlfeldt; L. Martino; V. França (orgs.). *Teorias da Comunicação*. Vozes. Petrópolis.
- MARTINO, Luiz C. (2001c). "Interdisciplinaridade e Objeto de Estudo da Comunicação". Anais do XXI Congresso da INTERCOM, Recife, 1998. Publicado em A. Fausto Neto, S. Porto, J.L. Aidar Prado (orgs), *Campo da Comunicação: caracterização, problematização e perspectivas*. Editora Universitária/UFPB. João Pessoa.
- MARTINO, Luiz C. (2000). "Contribuições para o Estudo dos Meios de Comunicação", *Revista FAMECOS* n° 13, Porto Alegre, dez., 2000, p. 103-114. <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/>>
- MARTINO, Luiz C. (1997a). *Télévision et Conscience*. Tese de Doutorado. UFR de Sciences Sociales, Université René Descartes, Sorbonne Paris-V. Paris.

- MARTINO, Luiz C. (1997b). "Brésil: de la nation comme telenovela", *Les Cahiers de Médiologie*, "Anciens Nations Nouveaux Réseaux", n. 3, Gallimard. Paris.
- MARTINO, L.C. (1996a). "La Spécificité des Moyens de Communication dans l'Univers de la Technique". *Revue Sociétés*. Dunod, Paris, v. 54, p. 365-368.
- MARTINO, L.C. (1996b). Télévision et Telenovelas. *Cahiers de L'imaginaire*, Paris, v. 13, p.67-76.
- MARTINO, L.C. (1996c). "Organisations Collectives et moyens de communication". *Cahiers de L'Imaginaire*, Paris, v. 51, p. 77-86, 1996.
- MARTINO, Luiz C. (1992). *Televisão e Consciência (elementos de reflexão)*. Dissertação de Mestrado. ECo-UFRJ. Rio de Janeiro.
- MARTINO, Luiz C. (1992). *Nietzsche e a Psicologia*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da UFRJ e ISOP/FGV. Rio de Janeiro.
- MARTINO, Luiz C. (1991). *Em Torno do Princípio de Não-Contradição*, monografia de Curso de Especialização em Filosofia. IFHCS-UFRJ. Rio de Janeiro.

# Um percurso epistemológico para a pesquisa empírica de comunicação

MARIA IMMACOLATA VASSALLO DE LOPES<sup>1</sup>

## AO MODO DE UMA APRESENTAÇÃO

**D**esenvolvo aqui um texto autorreflexivo, ao modo de uma autobiografia intelectual, que reconstrói momentos-chave da vida da autora a fim de esclarecer a sua inserção no campo de estudos da Comunicação. Costuro aqueles em que produzi trabalhos mais de corte epistemológico/metodológico que visaram tanto à construção de uma teoria da pesquisa empírica em comunicação quanto uma reflexão metodológica *lato sensu* sobre a prática da pesquisa comunicacional (lembrando com Saussure que “o ponto de vista cria o objeto”). Os objetos empíricos que escolhi<sup>2</sup> envolveram fenômenos de comunicação populares como programas radiofônicos e telenovelas. Trago comigo a condição de imigrante italiana que, fixando-se em São Paulo nos anos 1950, teve com o rádio e a televisão as primeiras e marcantes experiências com o que Martín-Barbero (1987), mais tarde, chamaria de “popular massivo”.

Desde este início, expresso um esforço deliberado de reflexividade, uma tentativa de autoanálise tentando relacionar vida e empreendimento intelectual e de firmar os princípios que nortearam certa coerência no pensamento e na ação, um pulso sobre o afeto e a razão. Busco aplicar na

---

1. É professora titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Temas de interesse: campo da comunicação, recepção da comunicação, ficção televisiva, metodologia da comunicação. Coordena o Centro de Estudos de Telenovela da USP e o Centro de Estudos do Campo da Comunicação da USP. Criadora e coordenadora da rede de pesquisa OBITEL (Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva) e da rede de pesquisa OBITEL BRASIL. Presidente de IBERCOM – Associação Ibero-Americana de Comunicação. Diretora de *MATRIZES*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP. É pesquisadora 1A do CNPq.

2. A escolha dos temas de pesquisa dificilmente é responsabilidade exclusiva do pesquisador, antes, ela deve ser creditada a fatores subjetivos e objetivos, tanto micro como macrossociais.

desconstrução e reconstrução dessa trajetória o próprio método que fui lapidando ao longo de meu trabalho acadêmico. E afirmo ter escolhido como meu programa forte de estudo dois objetos da Comunicação – metodologia e telenovela – combinação que parece tão esdrúxula, à primeira vista, mas que, em verdade, dão completa organicidade a esse programa. Explico: meus trabalhos metodológicos me fazem compreender melhor a complexidade da telenovela e como o trabalho com a telenovela coloca desafios metodológicos e epistemológicos à pesquisa de Comunicação. Também posso afirmar que são as duas entre as minhas realizações que mais tiveram repercussão na área.

Para fins de exposição, porém, vou aqui dividir esses dois objetos de estudo.

### **I. A BUSCA DA PESQUISA COMO EMPREENDIMENTO INTELLECTUAL DE VIDA, OU O LONGO PERCURSO PARA A PESQUISA DE COMUNICAÇÃO**

A pesquisa constituiu-se em objeto de meus estudos a partir da graduação, realizada no curso de Ciências Sociais da USP. Tive a sorte de estudar nesse curso em um momento em que ele se configurava como a ponta de lança da crítica intelectual e pública ao regime militar (1964-1985) e como celeiro de nomes marcantes que formavam a chamada “escola paulista de Sociologia” em torno da figura de Florestan Fernandes. Acredito que devo à formação que ali tive a disposição que desenvolvi ao diálogo permanente, ainda que tenso e conflituoso, entre as diferentes linhagens paradigmáticas e teóricas que marcam as Ciências Humanas e Sociais.

Ali iniciei a construção de minha identidade teórica e política, em meio às batalhas da Rua Maria Antônia contra a ditadura militar e às batalhas ideológicas dentro do próprio curso de Ciências Sociais. A orientação básica do curso era marxista, mas um marxismo como paradigma teórico que era o avesso da ortodoxia, em permanente diálogo, por mais complexo que fosse, com autores de outras orientações teóricas. Esta configuração do curso não se dava só em termos da bibliografia adotada, mas também entre os próprios professores. Havia as famosas linhas das “cadeiras”. A da Sociologia I era de Florestan Fernandes e seus assistentes, a qual era totalmente distinta da Sociologia II, liderada por Rui Coelho, ou da cadeira de Antropologia, então dirigida por Egon Schaden. A primeira era de nítido corte marxista e dirigida para os estudos que hoje seriam



chamados “duros”: sociologia industrial, do trabalho, do desenvolvimento, do planejamento, enquanto as outras seguiam tendencialmente uma orientação estruturo-funcionalista. Todas, porém, eram mais perfiladas à escola europeia do que à norte-americana. Curiosamente, foi na cadeira do Professor Florestan que tive o maior contato com os clássicos do funcionalismo norte-americano (Parsons, Merton, Park, Linton, White e outros). A discussão maior que se travava, e que me interessava particularmente, era o que hoje definiria como “transgressão teórica”: numa pesquisa se podia usar indistintamente autores marxistas e funcionalistas? Florestan respondia a isso de uma maneira extremamente contemporânea ao dizer que dependendo do objeto, autores de outra matriz teórica que não fosse aquela de base do autor podiam ser assimilados, desde que houvesse um trabalho de apropriação dialética. Dialectizar, ou confrontar criticamente os autores sem cair num ecletismo teórico ingênuo. Isso afirmado em plena década de 1970, quando hoje, os mais incautos (“pós-modernos”?) acreditam que a problemática da diversidade de paradigmas teóricos é da última hora.

A questão da diversidade (vetor de dispersão) e da integração (vetor de convergência) teórica e metodológica das Ciências Sociais marcou-me profundamente e foi responsável por treinar-me um certo olhar interno, próprio da crítica epistemológica sobre as teorias em geral.

Outro ponto marcante foi o interesse por certos temas. Inclinar-me para temas materiais ou de economia política já encontrava seu contraponto em um nascente interesse pela sociologia da comunicação e da cultura. No fenômeno da comunicação de massa já me chamava a atenção não tanto a massificação, mas a preferência manifestada por públicos diversos pelos mesmos programas. O que o povo mais gostava de ver e de ouvir? Por quê? Queria aliar meu interesse pelo estudo da ideologia dominante a uma tendência inata pelo popular. Pretendia fazer um trabalho sobre Sílvio Santos desde que eu cursava a graduação. Outro tema que me sensibilizava era o das migrações. Meu interesse pela sociologia do planejamento incidia exatamente sobre a questão da modernização em países subdesenvolvidos, onde coexistiam temporalidades e espaços vividos profundamente diferentes. Além do que o tema das migrações também me atraía pela minha própria condição de ser *uma* imigrante. O “homem marginal” de Robert Park sempre me atraía. Acabei por ingressar na pós-graduação da ECA e por trabalhar na conjunção desses dois interesses, o do massivo

com o popular e o tema da marginalização social, do que resultou minha dissertação de mestrado, publicada como *O Rádio dos Pobres. Comunicação de massa, ideologia e marginalidade social* (1988).

O objeto dessa dissertação situava-se no trânsito interdisciplinar entre comunicação, sociologia e semiologia. Tinha por foco três programas populares de rádio e seu público de baixa renda. Tentei trabalhar com a dimensão sociológica do público, a dimensão semiológica do discurso radiofônico e a dimensão comunicacional entre as duas. Apresentava uma abordagem de base marxista, operando combinações teóricas e metodológicas diversas. Hoje, esse trabalho é tido como um precursor dos estudos de recepção. Estão lá a pesquisa de campo e a interpretação teórica dos dados empíricos; ainda, a dimensão da microestrutura do cotidiano e dos programas de rádio e a macroestrutura da sociedade brasileira a legitimar a marginalidade social e os meios de comunicação que exerciam a hegemonia cultural junto às camadas populares. A repercussão dessa pesquisa de mestrado não se deu de imediato, porém é um trabalho que vem sendo recuperado ou descoberto ainda hoje, o que me dá muita satisfação.

Depois do mestrado começo outra fase da minha trajetória de estudos. Ela tem a ver com a decisão de fazer um doutorado sobre a pesquisa de Comunicação, ou seja, uma pesquisa sobre a pesquisa, uma tese metodológica, que é afinal, uma pesquisa epistemológica. O projeto inicial era analisar o estado da arte da pesquisa de Comunicação no Brasil, sua constituição como campo de estudos interdisciplinares, suas áreas e linhas de pesquisa. Depois, ao longo do processo, o projeto foi ganhando um perfil nitidamente sobre a prática metodológica ao dirigi-lo para a análise interna de dissertações e teses sobre comunicação popular. Novamente, refaço as ligações com minhas raízes. Volto-me para a releitura da obra teórica de Florestan Fernandes. O modelo metodológico para a pesquisa de Comunicação que acabo propondo na tese de doutorado tem tudo a ver com ela. Persegue o rigor metodológico sem deixar de lado a “imaginação metodológica” do ofício de pesquisador. Propõe elaborar a pesquisa atendendo às demandas metodológicas expressas em níveis e fases que se articulam formando um modelo em rede. Reafirmo o princípio de que toda pesquisa é uma construção do investigador, ao mesmo tempo em que ela determina a prática desse investigador. Liberdade e determinismo – é a eterna batalha que se manifesta ao longo de todo processo de pesquisa.

## 2. UM MODELO METODOLÓGICO DE PESQUISA EMPÍRICA DE COMUNICAÇÃO

Após a defesa do doutorado, firmei duas linhas de interesse e de pesquisa na Pós-Graduação da ECA: Metodologia da Pesquisa em Comunicação e Comunicação e Cultura Popular. Nelas moldei o *habitus* que imprimiria à pesquisa e à docência: o trabalho transversal às disciplinas estabelecidas, a vigilância epistemológica do pensamento teórico e metodológico e o prazer pela pesquisa empírica.

O modelo metodológico para a pesquisa de Comunicação que acabei propondo na tese de doutorado foi publicado com o título de *Pesquisa em Comunicação. Formulação de um modelo metodológico* (1990) e tem tudo a ver com esse meu *habitus*. Persegue o rigor metodológico sem deixar de lado a “imaginação metodológica” do ofício do pesquisador. Esse modelo metodológico é uma de minhas duas realizações que mais tiveram repercussão na área. A outra é a telenovela de que falarei adiante.

As observações que se seguem derivam desse modelo e dos trabalhos que desenvolvi aprofundando-o e ajustando-o<sup>3</sup>. É um modelo metodológico para a pesquisa empírica de Comunicação e ele se tornou referência central em meus trabalhos sobre a epistemologia, a teoria e as práticas da pesquisa. Ele propõe planejar e realizar a pesquisa atendendo a demandas de operações metodológicas que se expressam em níveis e fases que se articulam formando um modelo em rede. Defino a metodologia da pesquisa como um processo de tomada de decisões e opções que estruturam a investigação em níveis e em fases que se realizam num espaço determinado que é o espaço epistêmico. Minhas referências básicas nesse modelo são: Bachelard, Bourdieu, Piaget, Florestan Fernandes, Wallerstein, Vattimo, Morin e Martín-Barbero.

Seu enfoque é metodológico *lato sensu*, isto é, interno ao fazer científico e onde ele se confunde com a reflexão epistemológica. Dois pontos destacam-se nesse enfoque. O primeiro é que a epistemologia é tratada ao nível histórico e operatório, na tradição de Bachelard (1949, 1972, 1974), isto é, como sendo um nível da prática metodológica, entendendo-se, portanto, que a reflexão epistemológica opera internamente à prática da pesquisa. A reflexão epistemológica é a operação metodológica de entrada e se

---

3. Numa linha do tempo dos trabalhos sobre metodologia da pesquisa de Comunicação, seleciono os seguintes: Lopes (1990, 1993, 1994, 1997, 1999, 2000a, 2000b, 2003a, 2005, 2006a, 2006b, 2009a, 2010, 2011a, 2011b, 2015a).

desenvolve através de ações de permanente vigilância e de autocontrole sobre a prática da pesquisa e dela resulta a *autonomia relativa da pesquisa*. Em outros termos, a crítica epistemológica rege os critérios de validação interna do discurso científico. O segundo ponto a destacar é que a reflexão epistemológica é necessária, mas não é suficiente se não for combinada aos critérios de validação externa apoiados na crítica feita pela sociologia do conhecimento. Como recurso de crítica epistemológica da pesquisa de Comunicação retomo algumas concepções da sociologia da ciência. E aqui, encontro correspondências com o conceito de *sociedade da comunicação generalizada*, de Vattimo (1992) e de *agenda de nação* na pesquisa, de Martín-Barbero (2009).

Segundo Bourdieu (1975: 99), “é na sociologia do conhecimento que se encontram os instrumentos para dar força e forma à crítica epistemológica, revelando os supostos inconscientes e as petições de princípio de uma tradição teórica”. Desta forma, minhas considerações epistemológicas não são feitas no âmbito do discurso científico genérico e abstrato, antes, ao contrário, elas concebem a pesquisa como prática sobredeterminada por condições sociais de produção do conhecimento e *igualmente* como prática que possui uma autonomia relativa. Aqui, essa prática é o próprio processo de produção do conhecimento dotado de uma lógica interna própria e de mecanismos de autocontrole, o que impede que a pesquisa se converta numa mera caixa de ressonância das condições externas de sua produção e, portanto, num discurso totalmente ideológico. Deste modo, concebemos a pesquisa como um campo epistêmico submetido a determinados fluxos e exigências internas e externas.

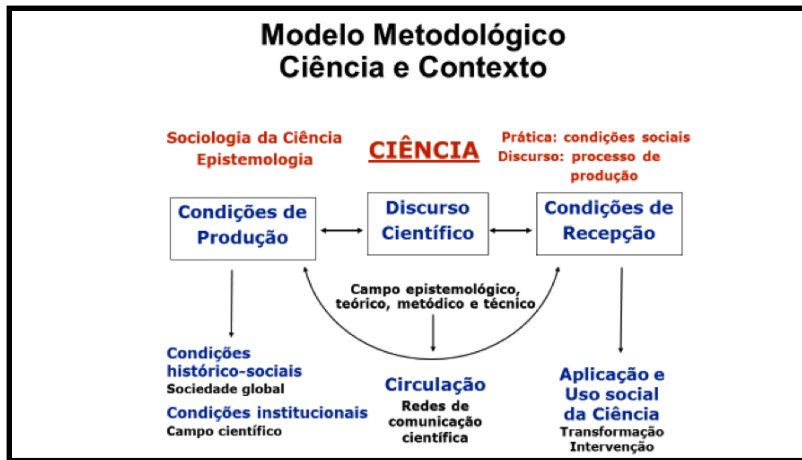
### As condições de produção da pesquisa no modelo metodológico

De acordo com a sociologia da ciência, a ciência é vista como um sistema empírico de atividade social que se define por um certo tipo de discurso decorrente de condições concretas de elaboração, difusão e desenvolvimento. São as condições de produção que definem o horizonte dentro do qual se movem as decisões que permitem falar de uma certa maneira sobre um certo objeto. Em outro texto (Lopes, 1997), indiquei que as condições de produção de uma ciência podem ser resumidas em três grandes contextos. O primeiro é o *contexto discursivo*, no qual podem ser identificados paradigmas, modelos, instrumentos, temáticas que circulam em determinado campo científico. Trata-se propriamente da história de

um campo científico, os percursos pelos quais ele vem se constituindo, firmando suas tradições e tendências de investigação. O segundo é o *contexto institucional*, constituído por mecanismos de mediação entre as variáveis sociológicas globais e o discurso científico e que se realizam como dispositivos organizativos de distribuição de recursos e de poder dentro de uma comunidade científica. Corresponde ao que Bourdieu (1983) chama de campo científico. E o terceiro fator que é o *contexto histórico-social*, onde residem as variáveis sociológicas que incidem sobre a produção científica, com particular interesse pelos modos de inserção da ciência e da comunidade científica dentro de um país ou no âmbito internacional.

Segue-se que o conhecimento científico é sempre o resultado desses múltiplos fatores, de ordem científica, institucional e social, os quais constituem as condições concretas de produção de uma ciência. Esse discurso científico tem suas condições próprias de circulação e de recepção, através das quais é socializada e aplicada visando à intervenção e à mudança sociais. É o que pode ser visualizado no gráfico 1.

Gráfico 1



O processo de produção da pesquisa no modelo metodológico

Falar de metodologia implica sempre um "falar pedagógico", pois parte-se, de todo modo, de uma determinada concepção de pesquisa, ou mais propriamente, de uma determinada teoria da pesquisa que é concretizada na prática da pesquisa. O efeito desse falar remete invariavelmente a

um “como fazer pesquisa”. Assim, sublinho que as presentes ponderações derivam de minha prática com o ensino de metodologia, com a avaliação institucional de projetos de pesquisa de Comunicação, além, é claro, de minhas próprias experiências de investigação. Isso tem me dado, no mínimo, a possibilidade de basear minhas concepções na crítica à prática concreta da pesquisa, basicamente a brasileira.

São *dois princípios básicos* que regem esse modelo: 1) a reflexão metodológica não se faz de modo abstrato porque o saber de uma disciplina não é destacável de sua implementação na investigação. Portanto, o método não é suscetível de ser estudado separadamente das investigações em que é empregado; 2) a reflexão metodológica não só é importante como necessária para criar uma atitude consciente e crítica por parte do investigador quanto às operações que realiza ao longo da investigação. Deste modo, torna-se possível internalizar um sistema de hábitos intelectuais, que é o objetivo essencial da metodologia.

Apoio-me em ensinamentos da linguística para abordar a ciência como linguagem e, como tal, constituída por dois mecanismos básicos, de seleção e de combinação de signos, aquele operando no eixo vertical, paradigmático, ou da língua, e este no eixo horizontal, sintagmático ou da fala. As decisões e opções na ciência, que são do eixo do *paradigma*, são feitas dentro do conjunto das possibilidades teóricas, metodológicas e técnicas que constituem o “reservatório disponível” de uma ciência num dado momento de seu desenvolvimento num determinado ambiente social. Essas opções são atualizadas através de uma cadeia de movimentos de combinação, que são do eixo do *sintagma* e que resultam na prática da pesquisa. Assim, o campo da pesquisa é, ao mesmo tempo, estrutura enquanto se organiza como discurso científico e é processo enquanto se realiza como prática científica.

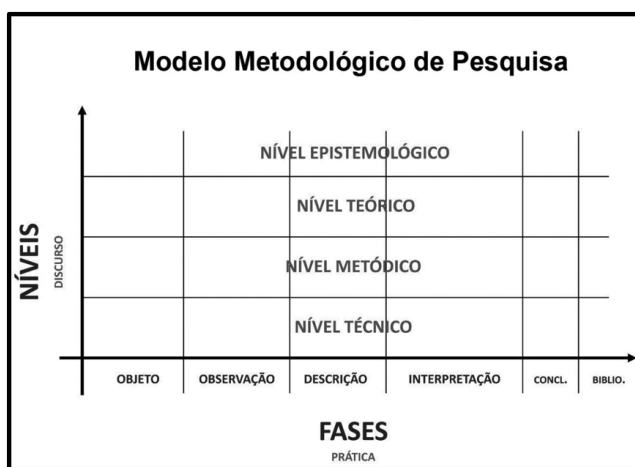
Quero ressaltar que um ponto central dessa concepção de pesquisa é a noção de modelo que ela acarreta. Seu postulado é a autonomia relativa da metodologia, isto é, um domínio específico de saber e de fazer e o decorrente trabalho metodológico reflexivo e criativo.

Mas, por que construir um modelo metodológico para a pesquisa de Comunicação? Como lembra Granger (1960), a tarefa da ciência é a construção de modelos que objetivam a experiência, mesmo que sua realização seja sempre aproximativa, uma vez que o trabalho científico assenta sobre uma inadequação, uma tensão sempre presente entre o pensamento formal

e a experiência humana que pretende conceituar. Talvez seja na presença mesma dessa tensão entre o discurso científico e o real que se assenta o ideal de compreensão da ciência.

O modelo metodológico que apresento articula o campo da pesquisa em níveis e fases metodológicas, que se interpenetram dialeticamente, do que resulta uma concepção, simultaneamente, topológica e cronológica de pesquisa. A visão é a de um modelo metodológico que opera em rede. O eixo paradigmático ou vertical é constituído por quatro níveis ou instâncias: epistemológica, teórica, metódica e técnica; o eixo sintagmático ou horizontal é organizado em quatro fases: definição do objeto, observação, descrição e interpretação. Cada fase é atravessada por cada um dos níveis e cada nível opera em função de cada uma das fases. Além disso, os níveis mantêm relações entre si e as fases também se remetem mutuamente, em movimentos verticais, de subida e descida (indução/dedução, graus de abstração/concreção) e de movimentos horizontais, de vai-e-vem, de progressão e de volta (construir o objeto, observá-lo, analisá-lo, retomando-o de diferentes maneiras). É o que se visualiza no Gráfico 2.

Gráfico 2



Esse modelo metodológico pretende ser crítico e operativo ao mesmo tempo. Em ciência, todo modelo é uma representação ou um simulacro construído que permite representar um conjunto de fenômenos e que é capaz de servir de objeto de orientação (Greimas e Courtés, s/d).

No nosso caso, ele é construído conscientemente com fins de descrição, de explicação e de aplicação concreta. Esta aplicação vem sendo testada concretamente em projetos de pesquisa de Comunicação nos cursos de graduação, porém, sua aplicação tem se dado fundamentalmente nos de pós-graduação. Devido ao lugar “estratégico” que venho ocupando, tenho tido a oportunidade especial de analisar parte desses projetos de pesquisa e de acompanhar os usos do modelo nas pesquisas acadêmicas de Comunicação.

Como modelo de prática metodológica ou de construção metodológica de pesquisa, o modelo incide não na superfície do discurso, mas no nível de sua estrutura onde se dão as operações de construção do discurso científico. E a pedra de toque é que esse discurso é feito de opções e decisões que implicam a responsabilidade intransferível do autor pela montagem de uma estratégia metodológica de sua pesquisa, o que impõe que as opções sejam tomadas com consciência e explicitadas enquanto tal: uma opção específica para uma particular pesquisa em ato.

Construir metodologicamente uma pesquisa implica, então, em adotar uma teoria da pesquisa que constrói sua estrutura em níveis e fases e em operar, praticar as operações metodológicas através das quais cada nível e cada fase se realizam.

Não cabe aqui fazer uma exposição do modelo, feita em outro lugar (Lopes, 1990). Antes, gostaria de apresentar algumas questões críticas relativas à pesquisa de Comunicação reveladas pelo uso desse modelo. Elas estão resumidas abaixo.

## **PRINCIPAIS OBSTÁCULOS METODOLÓGICOS NAS PESQUISAS DE COMUNICAÇÃO**

### *Ausência de reflexão epistemológica*

- história do campo
- campo interdisciplinar: concepção objeto-método
- reflexividade e crítica das operações de pesquisa

### *Fraqueza teórica*

- insuficiente domínio de teorias
- imprecisão conceitual
- problemática teórica / problema empírico



*Falta de visão metodológica integrada*

- níveis / fases
- nível epistemológico / teórico / metódico / nível técnico
- objeto / observação / análise

*Deficiente combinação métodos / técnicas*

- estratégia multimetodológica é rara

*Predomínio da pesquisa descritiva*

*Persistente dicotomia da pesquisa quantitativa x pesquisa qualitativa*

Considero que o trabalho com o modelo metodológico levou-me naturalmente a pesquisar tópicos de “estudos do campo” em que o apliquei. Cito, por exemplo, um projeto de pesquisa nacional sobre os egressos dos cursos de graduação de Comunicação, de base quantitativa, cuja estratégia metodológica apresentei na minha tese de livre-docência (Lopes, 1998). Também aí coloco meu interesse pelos estudos bibliométricos<sup>4</sup>, em que a combinação da metodologia de banco de dados com a metodologia visual da teoria dos grafos me permitem entender certos aspectos do funcionamento do campo.

Também credito a esse modelo metodológico minhas incursões no processo de institucionalização do campo da Comunicação no Brasil. Refiro-me à organização da Pós-Graduação em Comunicação no país, retomando meu original projeto de pesquisa de doutorado sobre o estado da arte da pesquisa de Comunicação. Em verdade, são três os tópicos que me interessam nos processos de institucionalização do campo da Comunicação no Brasil: 1) o desenvolvimento da pós-graduação onde se fixa a pesquisa acadêmica e 2) os debates organizados pelas sociedades científicas da área; 3) a difusão do conhecimento da área.<sup>5</sup>

4. Ver, por exemplo, Lopes; Romancini (2006, 2009).

5. Com referência ao primeiro tópico, estive envolvida em trabalhos que remetem à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP; aos processos de avaliação da CAPES e à organização da pós-graduação na área através da COMPÓS. Quanto ao segundo, minha atuação tem sido no sentido de estimular os debates sobre a pesquisa em associações científicas no país, como a INTERCOM e no exterior (entre outras, está a ASSIBERCOM – Associação Ibero-Americana de Comunicação – que presido atualmente. E no que tange ao terceiro, está meu trabalho frente a *MATRIZES*, revista do PPGCOM-USP, desde que foi fundada, em 2007.

### 3. AS PESQUISAS SOBRE TELENOVELA E O PROJETO OBITEL

Retomo o que afirmei no princípio sobre a segunda de minhas realizações que obteve repercussão na área. Como disse, a consciência do papel do intelectual crítico num país periférico e a necessidade de eger objetos importantes de pesquisa levaram-me aos estudos do popular em comunicação. A filiação gramsciana, combinada aos estudos culturais e à tradição dos estudos de comunicação latino-americanos de recepção, estão na base de dois estudos de recepção, de rádio e de telenovela, ambos com forte preocupação metodológica. O primeiro, que já reportei acima, dos anos 1980, combinava metodologia quantitativa e qualitativa na recepção do discurso radiofônico e o segundo, dos anos 1990, teve por objetivo principal traduzir metodologicamente a teoria das mediações de Martín-Barbero numa pesquisa de recepção de telenovela.

Aqui eu reencontro meus temas de interesse permanente: a exploração metodológica e a vertente do popular, agora atualizados através do paradigma das mediações que, para mim, constitui um marco na perspectiva comunicacional porque se situa no nível epistemológico do objeto da comunicação por combinar múltiplas interfaces disciplinares. Em outras palavras, o paradigma das mediações comunicativas expressa cabalmente o estatuto transdisciplinar do campo da comunicação.

O protocolo metodológico da pesquisa de recepção de telenovela, a que chamei de *protocolo multimetodológico*, pois devia dar conta de múltiplas mediações, combinava métodos qualitativos como a etnografia, a história de vida, o depoimento, e quantitativos como o questionário e a escala, além da análise da narrativa ficcional televisiva. Realiza-se aí, uma combinação específica de métodos e técnicas “disciplinares” orientada pela perspectiva transdisciplinar da Comunicação. A estratégia metodológica visava dar conta da assistência conjunta com quatro famílias de condições sociais distintas de uma mesma telenovela que naquele momento estava no ar – *A Indomada* (Globo, 1997). O grupo familiar foi a unidade de pesquisa e os resultados foram de várias ordens: teórica, por ter permitido criar conceitos como “repertório comum”, “contrato de recepção” e “palimpsesto do receptor”; metodológica, por ter explorado a metodologia das mediações em um projeto de pesquisa; e empírica, por ter demonstrado que cada família se apropriava diferentemente dos significados da telenovela no seu cotidiano e “escrevia” sua própria telenovela, o que chamamos de “palimpsesto do receptor”. Esse trabalho foi realizado por uma equipe interdisciplinar e

publicado com o título de *Vivendo com a telenovela. Mediações, recepção e teleficcionalidades* (Lopes; Borelli; Resende, 2002).

A ressonância desse trabalho foi grande nos estudos de recepção e também como proposta teórica e metodológica que extrapolava esses estudos. Foi este último aspecto o que me provocou um crescente interesse pelo estudo da ficção televisiva e, curiosamente, despertou-me a vontade de extrapolar também os estudos de caso em que a telenovela estava então circunscrita. Levou-me a aderir à “palavra de ordem” de Roger Silverstone de que era preciso “sair da casa e ir para a rua”, a fim de dar nova dimensão aos estudos culturais de televisão. Foi o que me fez procurar e encontrar em um estágio de pós-doutorado<sup>6</sup> uma “metodologia de observatório” como uma resposta para renovar teórica e metodologicamente os estudos de telenovela.

Por isso, não tenho dúvidas de que nesse pós-doutorado aconteceu um novo ponto de fusão de elementos afetivos e intelectuais, de elementos nativos e migrantes, de minha identidade híbrida, como híbrido era o meu objeto de pesquisa – a telenovela – um objeto popular e acadêmico. Uma pesquisadora brasileira na Itália ou uma pesquisadora “italo-brasileira”, como lá me chamaram e gostei de ser chamada. Descobri que esse hífen parece marcar toda a minha trajetória intelectual, e também de vida. Hífen que representa ponte, travessia, hibridação, duas coisas ao mesmo tempo, a não exclusão, a contiguidade de opostos e de ambivalências, a complexidade, a conexão, enfim, a comunicação. Na Itália fui viver a minha dupla/múltipla nacionalidade, italiana, brasileira, latino-americana, fui trabalhar com um objeto acadêmico-popular – a telenovela –, estudar como essa narrativa viaja por entre muitas fronteiras e se afirma como narrativa brasileira, como gênero da televisão latino-americana. Espelho de minha própria condição de vida?

Os trabalhos que se seguiram desde então permitiram-me desenvolver conceitos como o de *telenovela como narrativa da nação* (Lopes, 2003b) e o de *telenovela como recurso comunicativo* (Lopes, 2009) dentro da experiência do projeto OBITEL.

O Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva (OBITEL) constituiu-se, desde sua criação em 2005, em um projeto internacional de pesquisa cujo objeto era o monitoramento anual da produção, circulação,

---

6. Fiz esse estágio em 2001, na Universidade de Florença, Itália, junto ao Osservatorio della Fiction Italiana (OFI), coordenado por Milly Buonanno.

audiência e repercussão sociocultural da ficção televisiva na América Latina e Península Ibérica (Lopes, 2006).

Desde então, o OBITEL vem produzindo análises de natureza quantitativa e qualitativa com o objetivo principal de identificar, por meio do método comparativo, as semelhanças, especificidades, adaptações, apropriações entre as diversas narrativas de ficção produzidas e exibidas pelas televisões dos países da região ibero-americana. Iniciou-se como um projeto intercultural que tinha por objetivos principais: identificar e interpretar as representações que os diversos países fazem de si e dos outros por meio das produções ficcionais de televisão; criar indicadores culturais por meio dos quais tais países constroem e reconstróem cotidianamente elementos de sua identidade cultural; acompanhar os modos como se produzem, circulam e se consomem as ficções televisivas. Esses objetivos têm possibilitado ao Observatório construir, ao mesmo tempo, uma visão mais aprofundada e de conjunto sobre a força cultural e econômica que a ficção adquire através das televisões desses países.<sup>7</sup>

O destaque à especificidade de uma sociedade que se exprime nas tendências de uma produção televisiva remete ao conceito de gênero como *categoria étnica* (Appadurai, 1996), e de *matriz cultural* (Martín-Barbero, 2001). Significa conjugar dois aspectos do problema dos gêneros: o primeiro, clássico, que situa o gênero como conjunto de regras de produção discursiva, de acordo com o qual o melodrama segue os movimentos próprios das sociedades e dos campos culturais específicos de cada país. O segundo aspecto refere-se ao fato de que o gênero é igualmente definido pela maneira pela qual um conjunto de regras se institucionalizam, se codificam, se tornam reconhecíveis e organizam a *competência comunicacional* dos produtores e consumidores, dos emissores e destinatários.

Hoje fala-se, mais do que nunca, que as “culturas viajam”, enfatizando a grande mobilidade, as práticas de deslocamento tanto de pessoas como de ideias. E isso remete à dinâmica da importação-exportação intercultural que afeta profundamente a construção e reconstrução das culturas no cenário atual da globalização.

As narrativas televisivas ocupam um papel central nesse processo. Cada vez mais aumentam os fluxos de importação-exportação de ficção

---

7. Atualmente, o OBITEL é formado por 12 grupos nacionais de pesquisa de: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Espanha, Estados Unidos (produção hispânica), México, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela.

televisiva doméstica de um país a outro. Verificamos principalmente o crescente aumento das coproduções concebidas sobre um sentido multi ou transnacional porque destinadas ao consumo de diferentes audiências nacionais.

A ficção é importante para a economia da televisão pela relevância das suas funções e seus significados culturais, embora não haja ainda a esse respeito uma suficiente consciência nos estudos de Comunicação.

De outro lado, porém, as modernas epistemologias sociológicas revelam como a realidade se cria e se experimenta dentro e através das suas representações. Daí, dizemos que o *real é imaginário*, nos termos de um *realismo emocional* (Ang, 1985), que não restitui uma imagem especular e fiel da realidade, mas alarga o horizonte das experiências para esferas imaginárias, de elaboração, identificação, projeção, que são partes constitutivas da vida cotidiana e, por isso mesmo, pedaços significativos e ativadores de efeitos de realidade. É muito menos por ser uma fuga que uma dilatação simbólica do mundo social que temos que nos ocupar da ficção.

Por isso, a tese que sustenta o trabalho do OBITEL é que a *comunicação intercultural* tem na teleficção seu gênero por excelência.

Definir o gênero como *categoria étnica* é avançar na percepção do vínculo social cuja existência é reafirmada pela televisão e que lhe permite funcionar como dispositivo de amplificação em uma comunidade de significações, a *comunidade imaginada e narrada*.

O processo de globalização, ao mesmo tempo em que confunde o campo de competência dos territórios-nações, introduz um elemento de fragilidade nas marcas de identidade cultural que neles se configuraram historicamente. A diferença cultural, enquanto corresponde a uma identidade histórica e geograficamente constituída, é submetida à tensão pela norma da competitividade introduzida no mercado de bens culturais e pela forte tendência da conquista de um público externo. A transgressão de fronteiras nacionais é também a transgressão de universos simbólicos.

Por isso, a ficção televisiva é hoje um enclave estratégico para a produção audiovisual ibero-americana, tanto por seu peso no mercado televisivo como pelo papel que ela joga na produção e reprodução das imagens que esses povos fazem de si mesmos, e através das quais se reconhecem. Só este fato pareceu-me suficiente o bastante para tornar indispensável um projeto sistemático de análise sobre os diferentes sentidos da teleficção no plano nacional, regional e internacional.

Estruturada no Brasil, e também na América Latina, nos anos 1960 e 1970, a telenovela foi um fator determinante na criação de uma *capacidade televisiva nacional* que se projetou não só numa extensiva produção como também numa particular apropriação do gênero, isto é, sua *nacionalização*. Entretanto, isso vai além de modelar o caráter nacional da telenovela. Duas dinâmicas diferentes, mas intimamente conectadas estão envolvidas: uma delas empurra para a integração do espaço latino-americano e outro mobiliza o mercado mundial. Dentro da América Latina, a telenovela conta com a vantagem de um longo processo de identificação massiva e popular, colocada em movimento desde os anos 1940 e 1950, resultando no que poderíamos chamar de um processo de *integração sentimental* dos países latino-americanos – um padrão de modos de sentir e de expressar, de gestos e sons, ritmos de dança e de cadências narrativas – tornada possível pelas indústrias culturais do rádio e do cinema. Isto quer dizer que, enquanto marco nesta dinâmica de integração – os países em sua pluralidade nacional e diversidade cultural – a telenovela é também o lugar em que intervém a dinâmica da globalização do mercado mundial. A internacionalização da telenovela responde ao movimento de ativação e reconhecimento do que é especificamente latino-americano num gênero televisivo que, de longa data, exporta sucessos nacionais.

Contraditoriamente, sua internacionalização também responde ao movimento de progressiva neutralização das características de uma *latino-americanidade* de um gênero que a lógica do mercado mundial pretende converter em transnacional no momento de sua produção.

Nesse sentido, o fato mais recente são as crescentes coproduções entre os países latino-americanos e ibéricos com grandes produtoras internacionais como HBO, Fox e Netflix. A entrada das telenovelas latino-americanas no mercado audiovisual mundial certamente mostrou o nível de desenvolvimento atingido pela indústria da televisão nesses países e também significou, em alguma medida, o rompimento da linha demarcatória entre o norte e sul, entre países destinados a ser produtores e países destinados a ser exclusivamente consumidores.

São desafios que se colocam no mercado televisivo cada vez mais hegemônico, mas também mais fragmentado e segmentado em sua produção e consumo, além de progressivamente complexificado pelo aparecimento de novos atores sociais e novas identidades coletivas. Esse é o cenário contemporâneo da ficção televisiva, fruto da crescente mobilidade de ideias,

bens e pessoas. São desafios em que convivem processos ambivalentes como a tendência a dissolver as diferenças culturais e à indiferenciação das audiências, por um lado, e por outro, a tendência à migração e à afirmação em outros territórios de um *gênero regional*, como a telenovela latino-americana.

Por isso, em função da importância econômica e cultural que assume esse gênero, é que propusemos o projeto de um *observatório permanente da ficção televisiva ibero-americana*, destinado a organizar coletivamente estudos até agora muito fragmentados e a trabalhar com um enfoque integral da produção, produto e recepção desse gênero.

### O protocolo metodológico OBITEL

A metodologia do OBITEL está na construção e o aprimoramento, ao longo de seus dez anos de existência, de um *protocolo metodológico* comum, adotado por todas as equipes do OBITEL, que reúne técnicas e métodos de análise quantitativas e qualitativas, o que possibilita uma visão tanto sincrônica quanto diacrônica das transformações pelas quais vêm passando as indústrias televisivas no âmbito ibero-americano. A visão sincrônica é possibilitada pelo monitoramento anual da produção do país de que resulta um retrato informado, e a visão diacrônica é dada pela série histórica construída ao longo dos anos, o que permite verificar permanências e mudanças, inovações e tendências da ficção televisiva na região.

O protocolo metodológico prevê um conjunto de atividades que podem ser assim resumidas:

- 1) seguimento sistemático dos programas de ficção que são transmitidos pelos canais abertos dos 12 países que participam da rede;
- 2) geração de dados quantitativos comparáveis entre esses países: horários, programas de estreia, número de capítulos, índices, perfil de audiência, temas centrais da ficção;
- 3) identificação de fluxos plurais e bilaterais de gêneros e formatos de ficção, o que se traduz nos dez títulos de ficção mais vistos, seus temas centrais, índice de audiência e *share*;
- 4) análise das tendências na narrativa e nos conteúdos temáticos de cada país (dados de consumo de outras mídias, como internet, e de outros gêneros de programa, investimentos em publicidade, acontecimentos legais e políticos sobressalentes do ano), assim como tudo aquilo que

cada equipe de pesquisa nacional considerar como “o mais destacado do ano”, especialmente no que se refere às mudanças havidas na produção, nas narrativas e nos conteúdos temáticos preferenciais.

5) análise da recepção transmídia e das interações das audiências com a ficção em cada país; a seleção do caso a analisar é devida a um comportamento peculiar na internet ou nas redes sociais. O fenômeno da participação dos usuários nas redes levou-nos a explorar uma metodologia para captar essa participação através dos conteúdos gerados (Lopes, 2011b) e também a nos interessar pela metodologia de monitoramento on-line (Lopes, 2015b).

6) Publicação dos resultados do monitoramento sistemático na forma de *Anuário*, com atenção especial a um tema particular, chamado “tema do ano”. Esse tema é o que dá título a cada anuário e já tivemos, por exemplo, a recepção transmídia, a internacionalização da ficção; a memória social; as relações de gênero, entre outros.

Além disso, trabalhamos, também, com os dados gerados no interior das equipes de pesquisa a partir de outras fontes, como notas de imprensa, informação da internet, material de áudio e vídeo, assim como aquelas derivadas de contatos diretos com agências e atores do meio audiovisual de cada país.

São três as linhas de pesquisa que confluem no Protocolo Metodológico:

- Uma linha quantitativa-descritiva, com o fim de situar os dados da pesquisa na produção e recepção real da ficção televisiva de cada país.
- Uma linha de análise da produção e recepção, de caráter qualitativa/interpretativa, com o fim de dar conta dos aspectos sociais e culturais inerentes aos conteúdos veiculados na ficção televisiva de cada país.
- Uma linha de análise comparativa, a fim de sintetizar as características e tendências da ficção televisiva ibero-americana, representada pelos 12 países participantes.

O produto deste sistemático trabalho de monitoramento e de análise, no qual convergem metodologias quantitativas e qualitativas, constitui a matéria de elaboração de um *Anuário da Ficção Televisiva Ibero-americana* que apresenta uma estrutura que se articula em duas partes. A primeira é constituída por um capítulo de análise comparativa entre os 12 países



ressaltando semelhanças e diferenças, tendências e inovações. A segunda parte apresenta os capítulos das análises de cada país.<sup>8</sup>

Em nossa experiência no OBITEL, a atenção que damos às questões epistemológicas, teóricas e metodológicas permite que elas sejam renovadas e criadas no estudo de novos objetos comunicacionais, como acontece atualmente com a ficção televisiva nas redes sociais, as narrativas ficcionais transmídia, as métricas comunicacionais na internet e os novos receptores on-line como *virtual fandoms*. Todos esses objetos têm nos levado tanto à pesquisa de comunicação on-line como à pesquisa sobre a comunicação on-line.

Os estudos de temática epistemológica-metodológica sobre a pesquisa on-line propõem uma reflexão crítica focada sobre as próprias ferramentas utilizadas na construção da Análise de Redes Sociais (ARS). São elas que permitem observar conteúdos on-line que passam a ser vistos como “trabalho de texto” dos usuários ou fãs, no nosso caso, da ficção televisiva, além de utilizar bancos de dados, sites, links e plataformas. Aí, temos nos interessado pela metodologia da visualização, geralmente enfeixada na chamada *teoria dos grafos*, através da qual a descoberta de dados e temas publicados nas redes sociais permite realizar um mapeamento de temas e usuários ou “nós” e, portanto, observar o que a rede fala sobre determinado assunto e como se expressa.

As visualizações expressam um trabalho epistemológico, ou seja, de construção de conhecimento através da representação de relações e valorações sociais. Funcionam como a fotografia de um momento de objetos em constante atualização. As ferramentas que permitem a construção dessas visualizações vão desde *softwares* gratuitos disponibilizados em versão beta para testes até sistemas desenvolvidos especialmente para corporações e agências de publicidade de acordo com a demanda dos clientes. A maioria dessas ferramentas são construídas com base em algoritmos matemáticos e desenvolvidas para buscar palavras-chave ou categorias de marcas ou produtos. Oferecem variedade de *layout* por rede social apresentando análises quantitativas do volume de conteúdo gerado pelos

---

8. O conjunto desse trabalho permanente do Observatório já resultou na publicação de nove *Anuários Obitel* e nesses dez anos de sua existência também consolidou parcerias exitosas entre o campo acadêmico, na figura das universidades ibero-americanas que apoiam os grupos de pesquisa OBITEL, e o campo profissional – Globo Universidade do Grupo Globo e os diversos institutos de medição de audiências, notadamente Kantar IBOPE e Nielsen. O conjunto das publicações do OBITEL está listado ao final do texto.

usuários nas redes, conteúdos e usuários mais citados e análises qualitativas sobre a modelização de conteúdos produzidos por eles.

Em estudos anteriores, o foco principal esteve nos *conteúdos gerados pelos usuários* (CGU) que culminaram em produtivas reflexões sobre métodos e técnicas automatizadas de coleta de dados, o que possibilitou a aplicação de métricas e a obtenção de índices de alcance e de engajamento daqueles conteúdos. Ademais, permitiram esclarecer algumas características das atividades desenvolvidas pela audiência.<sup>9</sup> A partir dessa perspectiva, é possível afirmar que talvez nunca tenhamos observado, como no momento atual, tão intenso fluxo de conteúdos produzidos pelos usuários e fãs que atravessam diferentes mídias e que são reinventados a partir de cada uma delas, integrando assim o que passou a ser largamente chamada de *narrativa transmídia* ou *transmedia storytelling*.

No momento sentimos necessidade de aprofundar os estudos de abordagem qualitativa que têm o potencial de iluminar a existência do fã onde ele melhor pode ser entendido, em comunidade de pares, isto é, no chamado *fandom*. O desafio é dar um passo além dos estudos dos conteúdos e trazer à luz os processos estruturantes desse conteúdo, como cultura de fãs, cultura participativa, comunidade de fãs, trabalho de fãs (colaborativo, voluntário, remunerado). Foi isso que quisemos apontar no título do último livro publicado *Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira* (Lopes org., 2015c).<sup>10</sup>

Essa é a nossa atual temática de estudo – os *fãs on-line* –, que consideramos herdeira dos estudos latino-americanos de recepção, e que está sendo abordada através de práticas e comportamentos e como audiência ativa e produtora de conteúdos nas diversas redes digitais. Essa abordagem incide principalmente na figura do fã coletivo, isto é, nas comunidades de fãs nas redes sociais. O estudo é teórico com base empírica e, no limite, ambiciona demonstrar que os estudos de fãs na internet são herdeiros da tradição latino-americana dos estudos de recepção e a renovam combinando a permanência e o novo. Desse modo, estamos no OBITEL pesquisando a produção de fãs sobre a ficção televisiva dentro da grande área dos *Internet Studies* e descobrindo as novas dimensões e os novos sentidos dados por essa produção às nossas teses sobre a telenovela como *narrativa da nação*

9. Lembrando que a “recepção transmídia” é analisada nos anuários OBITEL desde 2010.

10. Último livro do OBITEL BRASIL, rede nacional do OBITEL, constituído por grupos de pesquisa brasileiros da temática da ficção televisiva.

e como *recurso comunicativo*. Em outros termos, estamos trabalhando os novos sentidos das mediações comunicativas na cultura participativa e compartilhada da era digital.

## AO MODO DE UMA CONCLUSÃO

Minha história de vida intelectual, a que tentei dar sentido no que escrevi acima, colocou-me na posição de sujeito e objeto de mim mesma. De um sujeito que se volta sobre seu passado e que deve fazê-lo com as lentes do que é hoje. Por isso, este ensaio de autorreflexão mistura, como não podia deixar de ser, subjetivismo e memória seletiva com a objetivação da produção acadêmica que desenvolvi no campo da Comunicação. E que está resumida no título mesmo deste texto, o interesse pela pesquisa empírica em Comunicação, desde a de recepção até a de fãs na internet e pela história e epistemologia desse campo. Com todos os desafios, lutas, perplexidades e prazeres que a produção de conhecimento implica. Enfim, o que este texto demonstra é que reflexão e vivência são indissociáveis.

Creio que as palavras de Pierre Bourdieu, autor destacado nas minhas referências, cabem bem para uma síntese conclusiva de meu percurso intelectual: “existem muitos intelectuais que interrogam o mundo, mas há poucos intelectuais que interrogam o mundo intelectual”. A vida me deu a oportunidade de escolher e de trabalhar com esses últimos.

## REFERÊNCIAS

- Ang, I. (1985). *Watching Dallas*, London: Methuen.
- Appadurai, A. (1996). *Modernity at large*. Minneapolis: Minnesota University.
- Bachelard, G. (1949). *Le rationalisme appliqué*. Paris: Presses Universitaires de France.
- (1972). *La formación del espíritu científico*. Buenos Aires: SigloXXI.
- (1974). *Epistemologia*. Barcelona: Anagrama.
- Bourdieu, P. et al. (1975). *El ofício de sociólogo*. México: Siglo XXI.
- . (1983). O campo científico. In: *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática.
- Granger, G-G. (1960). *Pensée formelle et science de l’homme*. Paris: Aubier.
- Greimas, A.J. & Courtés, J. (s/d). *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Cultrix.
- Lopes, M.I.V. (1988). *O Rádio dos Pobres. Comunicação de massa, ideologia e marginalidade social*. São Paulo: Loyola.
- . (1990). *Pesquisa em comunicação. Formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, [2014 ,12ª ed.].

- \_\_\_\_\_. (1993). Estratégias metodológicas da pesquisa de recepção. *INTERCOM Revista Brasileira de Comunicação*. v. XVI, n.02, p. 78-86.
- \_\_\_\_\_. (1994). Reflexiones metodológicas sobre la investigación de recepción. In: R. Fuentes Navarro; R. Reguillo. (orgs.). *Investigar la comunicación – propuestas iberoamericanas*. México: Universidad de Guadalajara.
- \_\_\_\_\_. (1997). O estado da pesquisa de comunicação no Brasil. In: M.I.V. Lopes (org.). *Temas contemporâneos em comunicação*. São Paulo: Edicom/INTERCOM.
- \_\_\_\_\_. (1998). *Mercado de trabalho dos egressos dos cursos de Comunicação Social no Brasil. Resultados de uma pesquisa nacional de diagnóstico e avaliação*. Tese de Livre-docência. São Paulo: ECA-USP.
- \_\_\_\_\_. (1999). La investigación en Comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas. *Diálogos de la Comunicación*, Lima – Peru, no. 56, p. 13-2.
- \_\_\_\_\_. (2000a). A institucionalização dos estudos de Comunicação no Brasil. In: M.I.V. Lopes & M. Buonanno. (orgs.). *Comunicação no plural – Estudos de Comunicação no Brasil e na Itália*. 1ed. São Paulo: Educ e Intercom, p. 49-65.
- \_\_\_\_\_. (2000b). Por um paradigma transdisciplinar para o campo da comunicação. In: L. Dowbor, O. Ianni. (orgs.). *Os desafios da comunicação*. Petrópolis: Vozes p. 112-116.
- Lopes, M.I.V., Borelli, S.H.S. & Rezende, V. (2002). *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade*. São Paulo: Editora Summus.
- Lopes, M.I.V. (2003a). Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. In: Maria Immacolata Vassallo de Lopes. (org.). *Epistemologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, p. 277-293.
- \_\_\_\_\_. (2003b) Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. *Comunicação & Educação*, v.1.
- \_\_\_\_\_. (2005). As fronteiras entre as ciências sociais vistas da comunicação: Uma aproximação aos estudos sociais das ciências. *E-Compós* (Brasília), Brasil, v. 1, n.1, p. 01-19.
- \_\_\_\_\_. (2006). Observatório Ibero-Americano da Ficção Televisiva: projeto metodológico e quadro teórico. *Anais do XV Encontro Anual da Compós*, Bauru.
- \_\_\_\_\_. (2006a). Una metodología para las mediaciones. In: G.Sunkel. (org.). *El consumo cultural en América Latina II*. Santafé de Bogotá: Editora Convênio Andrés Bello, p. 363-410.

- Lopes, M.I.V. & Romancini, R. (2006b) Teses e dissertações: estudo bibliométrico na área da Comunicação. In: Población, Dinah et al. (orgs.) *Comunicação & Produção científica*. São Paulo: Angellara, p.139-161.
- Lopes, M.I.V. & Romancini, R. (2009a) A rede social da Comunicação e seus grupos de pesquisa. In: Población, Dinah et al. (orgs.). *Rede sociais e colaborativas em informação científica*. São Paulo: Angellara.
- Lopes, M.I.V. (2009b). Telenovela como recurso comunicativo. *MATRIZES*. vol. 3 (1).
- . (2010). Reflexividade e relacionalismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica de comunicação. In: J.L.Braga; M.I.V. Lopes & L.C.Martino (orgs.). *Pesquisa Empírica em Comunicação*. São Paulo: Paulus, p. 27-49.
- . (2011a). Uma agenda metodológica presente para a pesquisa de recepção na América Latina. In: N. Jacks (coord./org.). *Análisis de recepción en América Latina*. Quito: Editorial Quipus, p. 409-428.
- . (2011b). Uma agenda metodológica para a recepção transmidiática da ficção televisiva. Anais do XX Encontro Anual da COMPÓS, Porto Alegre.
- Lopes, M.I.V. & Romancini, R. (2015a) History of Communication Study in Brazil: The Institutionalization of an Interdisciplinary Field. In: P. Simonson; D. W. Park. (eds.). *The International History of Communication Study*. New York: Routledge, p. 346-366.
- Lopes, M.I.V. & Freire, C. P. (2015b). A dimensão epistemológica do monitoramento on-line: para um estudo crítico das técnicas de pesquisa na internet. In: M. Ledo Andión; M.I.V. Lopes. (orgs.). *Comunicación, cultura e esferas de poder*. São Paulo: ASSIBERCOM/AGACOM, p. 229-251.
- Lopes, M.I.V. (org.). (2015c). *Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira*. Porto Alegre: Sulina.
- Martín-Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Martín-Barbero, J. (2001) Pistas para entre-ver meios e mediações. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. (Novo prefácio).
- Martín-Barbero, J. (2009). Uma aventura epistemológica. *MATRIZES* vol.2 (2), p.143 a 162.
- Vattimo, G. (1992). *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio d'Água.

### **Anuários OBITEL**

- LOPES, M. I. V.; VILCHES, L. (orgs.) (2007). *Culturas y mercados de la ficción televisiva en Iberoamérica*. Barcelona: Gedisa.
- LOPES, M. I. V.; VILCHES, L. (orgs.) (2008). *Mercados globais, histórias nacionais*. São Paulo: Globo.
- LOPES, M. I. V.; OROZCO GÓMEZ, G. (orgs.) (2009). *A ficção televisiva em países ibero-americanos: narrativas, formatos e publicidade*. São Paulo: Globo.
- LOPES, M. I. V.; OROZCO GÓMEZ, G. (orgs.) (2010). *Convergências e transmidiação da ficção televisiva*. São Paulo: Globo.
- LOPES, M. I. V.; OROZCO GÓMEZ, G. (orgs.) (2011). *Qualidade na ficção televisiva e participação transmidiática das audiências*. São Paulo: Globo.
- LOPES, M. I. V.; OROZCO GÓMEZ, G. (orgs.) (2012). *Transnacionalização da ficção televisiva nos países ibero-americanos*. Porto Alegre: Sulina.
- LOPES, M. I. V.; OROZCO GÓMEZ, G. (orgs.) (2013). *Memória social e ficção televisiva em países ibero-americanos*. Porto Alegre: Sulina.
- LOPES, M. I. V.; OROZCO GÓMEZ, G. (orgs.) (2014). *Estratégias de produção transmídia na ficção televisiva*. Porto Alegre: Sulina.
- LOPES, M. I. V.; OROZCO GÓMEZ, G. (orgs.) (2015). *Relações de gênero na ficção televisiva*. Porto Alegre: Sulina.

### **Publicações do OBITEL-BRASIL**

- LOPES, M.I.V. (org.) (2004). *Telenovela. Internacionalização e Interculturalidade*. São Paulo: Loyola.
- LOPES, M.I.V. (org.) (2009). *Ficção televisiva no Brasil: temas e perspectivas*. São Paulo: Globo, 2009.
- LOPES, M.I.V. (org.) (2011). *Ficção televisiva transmidiática no Brasil: plataformas, convergência, comunidades virtuais*. São Paulo: Sulina, 2011.
- LOPES, M.I.V. (org.) (2013). *Estratégias de transmidiação na ficção televisiva brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- LOPES, M.I.V. (org.) (2015). *Por uma teoria de fãs da ficção televisiva brasileira*. Porto Alegre: Sulina.

# Partilhando experiências: a atração e o desafio da comunicação

VERA VEIGA FRANÇA<sup>1</sup>

---

**A**ntes de tratar especificamente de minha experiência, gostaria de ressaltar o duplo interesse e importância da proposta que orientou a realização do II Seminário de Epistemologia e a publicação deste livro. Primeiramente ela reúne nomes de inserção diversa que, há algumas décadas, vêm se dedicando aos estudos da Comunicação no Brasil, sendo que alguns dentre eles são diretamente responsáveis pela estruturação da área e pela construção de seus alicerces epistemológicos. A obra tem, neste sentido, um valor de resgate e articulação de nomes e histórias comuns (e muito me honra ganhar um lugar neste empreendimento!).

Porém quero também acentuar o alcance e a peculiaridade do formato proposto, centrado no percurso pessoal dos pesquisadores. À primeira vista ele pode ter causado algum constrangimento; nem sempre é confortável falar na primeira pessoa, e menos ainda – no caso de uma geração que não foi socializada em tempos de redes sociais – para falar de si próprio. No entanto, o roteiro que nos foi passado veio ensejar uma autorreflexão, um olhar-se no espelho que é pouco usual, numa iniciativa que tem o potencial de descortinar um cenário pouco conhecido. Para além da trajetória de cada um, me dei conta de que a soma desses percursos vai esboçar o contexto intelectual e o panorama sócio-histórico do próprio desenvolvimento da área. Fazemos parte (quase todos nós), do início da própria história dos estudos comunicacionais no Brasil. Assim, falar de nós é também situar aquilo que se construiu em nossa volta, e para o qual

---

1. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Coordenadora do GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da FAFICH/UFMG), atua nas áreas de Teorias da Comunicação, Comunicação e Cultura Midiática e Metodologia de Pesquisa em Comunicação.

contribuímos em alguma medida (e, certamente, de forma diferenciada). O contexto em que se começou a pensar a comunicação no Brasil influenciou nos seus rumos; muitos dos pesquisadores aqui retratados formaram gerações posteriores e deixaram suas marcas. Mas eles também foram marcados e “reformatados” pelas inúmeras mudanças que pontuaram esse quase meio século em que os estudos comunicacionais vieram se desenvolvendo em nosso país.

Assim, para além de nomes individuais, parece-me que esta obra tece o panorama deste desenvolvimento, ajudando a compreender onde estamos hoje.

No que me toca, espero que minha trajetória – uma mistura de contingências e escolhas, e que não tem nada de especial – possa, para além de sua particularidade, suscitar links e, junto com as demais, ajudar a identificar um contexto de origem e sua projeção na reflexão e debates epistemológicos contemporâneos.

## **O INTERESSE PELA COMUNICAÇÃO / E POR CERTO TIPO DE COMUNICAÇÃO**

Começo pelo começo – começo de minha história no campo da comunicação, algo que não foi planejado e do qual sequer tinha muita consciência. No momento de ir para a faculdade, início dos anos 1970, eu estava em dúvida sobre qual curso escolher – oscilando entre Letras e Ciências Sociais (a opção Jornalismo não estava em meu horizonte). Meus critérios de escolha eram ainda bastante vagos: eu gostava de escrever, mas também tinha muito interesse por história, pela história do presente, e certa inquietação com o quadro de diferenças sociais.

Por aquela época o MEC tinha acabado de promover uma mudança curricular, que veio substituir os cursos de Jornalismo por cursos de Comunicação, com diversas ênfases profissionais (Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Radialismo, Editoração e inclusive Cinema)<sup>2</sup>. Essa mudança ainda não havia incidido no curso da UFMG, e o primeiro curso de Comunicação em Belo Horizonte foi criado pela

---

2. Em 1969, o Conselho Federal de Educação (CFE-MEC) transformou os cursos de Jornalismo em cursos de Comunicação Social, ao instituir o currículo mínimo por meio da Resolução nº 11/69. Essa resolução previa tanto o curso de Comunicação Social como o curso Polivalente, somatório das habilitações Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas.



então Universidade Católica de Minas Gerais<sup>3</sup>, graças ao pioneirismo de um jornalista, Lélío Fabiano, recém-chegado da França e de uma pós-graduação no IFP (Instituto Francês de Imprensa). Trouxe com ele, da França, um jovem cearense, Antonio Fausto Neto, que iniciou ali sua experiência docente.

A notícia da criação desse novo curso circulou praticamente na hora de me inscrever para o vestibular. A ideia da Comunicação me fisgou na hora, embora eu não tivesse nenhuma clareza sobre que tipo de curso seria aquele; intuitivamente, achei que ele poderia conjugar meus dois interesses, pela linguagem, pelas relações sociais. E isto se confirmou. Fiz o vestibular, ingressei em um curso cujos professores também não sabiam muito bem o que era; esses primeiros anos foram de experimentação, com o que isto significa de improvisação e criatividade. Anos intensos, de muitas descobertas.

Meu ponto de partida então foi este: fui atraída pelo viés comunicacional, pela maneira como a linguagem, a produção discursiva se insere no âmago das relações, configurando-as, abrindo possibilidades ou afunilando o desafio do encontro com o outro.

Esse desafio é muito bem descrito por Ricœur, para quem a comunicação é um mistério e um paradoxo. Se para o linguista, ele diz, ela (a comunicação) é um fato, para a filosofia, ela

é tida como problema, enigma, maravilha; pois o que a reflexão constitui primeiramente, não é a ideia de comunicação, mas belo e bem aquela da incomunicabilidade das mônadas. Assim, a comunicação se torna, para a reflexão, um paradoxo, paradoxo que a experiência cotidiana e a linguagem ordinária dissimulam, que a ciência da comunicação não reconhece; o paradoxo *é que a comunicação é uma transgressão, no sentido próprio de ultrapassagem de limite, ou melhor, de uma distância intransponível.* (Ricœur, 2005, p. 12)<sup>4</sup> (grifo nosso)

---

3. Atual Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

4. “(...la communication) devient problème, énigme, merveille; car ce que la réflexion constitue d’abord, ce n’est pas l’idée de la communication, mais bel et bien celle de l’incommunicabilité des monades. En retour, la communication devient, pour la réflexion, un paradoxe, paradoxe que l’expérience quotidienne et le langage ordinaire dissimulent, que la science des communications ne reconnaît pas; le paradoxe, c’est que la communication est une transgression, au sens propre du franchissement d’une limite, ou mieux d’une distance en un sens infranchissable.”

Em síntese, eu fui estudar Comunicação convocada pela ideia e dificuldade da própria comunicação. Meu interesse desde o início esteve voltado para aquilo que é ela é ou pode ser; para a força e múltiplos aspectos do fenômeno na sua dimensão linguageira e social. Tal viés me conduziu, mais do que para a prática profissional, para o campo dos estudos teóricos. Graduei-me em Comunicação/Jornalismo, e durante o curso participei de experiências laboratoriais, mas meu foco não estava lá (até porque naquele momento, nossa formação teórica-crítica olhava com maus olhos para o chamado “mercado de trabalho”, tido como altamente comprometido com as forças da ordem).

Motivada por esse interesse, eu saí direto da graduação para o mestrado – o Mestrado de Comunicação para o Desenvolvimento, na Universidade de Brasília, recém-criado (eu fui da primeira turma de Comunicação em Belo Horizonte, da primeira turma do mestrado em Comunicação da UnB).

Era a década de 70, época em que se deu o surgimento do que podemos considerar a primeira escola latino-americana da Comunicação, marcada tanto pela crítica à “escola americana da Comunicação” (ou escola funcionalista)<sup>5</sup> e ao imperialismo cultural, como pelo compromisso com uma nova comunicação, uma “comunicação alternativa”. Esta perspectiva se construiu a partir de um conjunto de influências: o pensamento crítico da Escola de Frankfurt, a Teoria da Dependência<sup>6</sup>, a matriz dialógica de Paulo Freire, e agregou autores como Armand Mattelart, Luiz Ramiro Beltrán, Antonio Pasquali, Héctor Schmucler, entre outros.

No mestrado da UnB, num início que também teve muito de experimental, duas perspectivas se imbricaram: de um lado o apelo dessa primeira escola latino-americana, de conotação fortemente política; de outro, as primeiras influências da semiologia francesa, através do trabalho (ainda muito novo) de Eliseo Verón.

Em companhia de Fausto Neto (agora como colega), de Sérgio Porto, de outros colegas de várias partes do Brasil e de formação muito diferenciadas, fui me dando conta de que não era tão fácil entender e explicar “o

5. Trata-se da *Mass Communication Research*, desenvolvida nos Estados Unidos sobretudo entre as décadas de 1930 a 1950, e que teve como principais representantes o cientista político H. Lasswell, o sociólogo P. Lazarsfeld, o psicólogo C. Hovland.

6. A Teoria da Dependência foi desenvolvida por economistas de viés marxista vinculados à CEPAL (Comissão Econômica para América Latina, sediada no Chile), e apontava a reprodução do subdesenvolvimento nos países periféricos como resultado da lógica de dominação dos países centrais. Está ligada aos nomes de Raúl Prebisch, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, entre outros.

que é a comunicação”; que existem caminhos explicativos distintos. E que *a forma de conhecê-la e de teorizar sobre ela é uma questão decisiva para responder sobre o que ela é e o que não é*, o que ela pode e o que não pode. Num contexto de forte crítica à escola funcionalista americana (apesar da presença de professores que se formaram nos EUA), pude constatar que o processo de conhecimento é conduzido por interesses, e que a pesquisa científica não é isenta de ideologias. Entendi que o conhecimento, resultado de um processo de atenção e interpretação das coisas do mundo, retorna para ele (mundo) enquanto tentativa de organização do sensível e orientação da ação. Tem, portanto, uma dimensão política.

Naquele momento, de forma um pouco selvagem, me deparei com a Epistemologia da Comunicação; com a necessidade de olhar criticamente para o processo de constituição de um campo de estudos, para as diferenças e tensões que o atravessam. Dei-me conta de que o desafio não era apenas buscar formas de estudar o que é a comunicação, mas também de compreender como ela é estudada, e identificar as incidências que diferentes teorizações produzem na apreensão desse objeto de estudo.

Devo dizer também que, desde o início, e pela visada política que orientou minha aproximação da temática, sempre entendi os estudos comunicacionais como estudo da realidade social, estudo das práticas comunicativas, da ação e intervenção dos meios. Sempre entendi também que os estudos da comunicação são, em grande parte, constitutivos dessas próprias práticas, na medida em que desenvolvem diretrizes que incidem e orientam o trabalho profissional dos comunicadores (jornalistas, publicitários, relações públicas), bem como alimentam o próprio senso comum a respeito da mídia, dos processos comunicativos.

Assim, no meu percurso, a dimensão empírica da comunicação sempre foi orientadora dos estudos que empreendi. Na minha dissertação de mestrado, inscrita nos marcos da teoria latino-americana e fortemente influenciada pela distinção de Antonio Pasquali entre informação e comunicação<sup>7</sup>, a pesquisa de campo foi decisiva. Ela implicou uma imersão em

---

7. Para Pasquali (1973), “por comunicação ou relação comunicacional entendemos aquela que produz (e ao mesmo tempo supõe) uma interação biunívoca do tipo do com-saber, o qual somente é possível quando entre os dois polos da estrutura relacional (Transmissor-Receptor) funciona uma lei de bivalência: todo transmissor pode ser receptor, todo receptor pode ser transmissor” (p.11). A informação, ou incomunicação, compreende a relação unilateral – “o envio de mensagens sem possibilidade de retorno não-mecânico entre um polo T e um polo R periférico e puramente aferente” (p.14).

uma comunidade rural, onde passei dois meses em trabalho de observação e entrevistas. A dissertação chegou a bom termo – mas o embate com a empiria provocou algum estremecimento nas minhas convicções teóricas. Na época eu não consegui processar os limites encontrados, e só bem mais tarde vim a compreender os riscos de ir a campo dotada de convicções fortes e teorias muito definidas; este tipo de bagagem antecipa as respostas e dificulta a leitura daqueles aspectos e questões que ultrapassam o quadro teórico, e incitam novas construções.

### **ABERTURA E CONSOLIDAÇÃO DE UMA VISADA: SOCIABILIDADE E INTERAÇÕES COMUNICATIVAS**

Na seqüência do mestrado teve início minha carreira docente, inicialmente numa faculdade particular, e, a partir de 1981, na UFMG. Minha formação me habilitava para as disciplinas de natureza teórica, para o chamado tronco comum nos cursos de Comunicação: disciplinas que tratavam das teorias da comunicação (que antes eram nomeadas de Fundamentos Científicos da Comunicação), da interface comunicação e cultura, bem como do campo das metodologias de pesquisa. O ambiente intelectual da época era bastante permeado pela Teoria Crítica, pelo conceito de indústria cultural, imperialismo cultural, o que estimulava análises macrossociais. Esse ambiente não desconhecia a dimensão empírica da comunicação; os dados empíricos, no entanto, eram vistos e buscados mais como confirmação das teorias do que como elementos a serem investigados e problematizados. O trabalho de pesquisa no Departamento de Comunicação da UFMG era ainda incipiente; na transição curricular ainda em curso (o desafio de construir um curso de “comunicação”<sup>8</sup>), nossa preocupação maior era ainda a consolidação de uma boa proposta de ensino, que sem negligenciar a dimensão profissional, garantisse também a formação teórica-reflexiva de nossos alunos.

---

8. Não posso deixar de comentar o contraste com o momento contemporâneo, em que o MEC institui o movimento de volta aos cursos separados de Jornalismo e demais habilitações. A construção dos cursos de comunicação significava, a nossos olhos, uma vitória da perspectiva que buscava superar o esquitejamento das práticas em prol de uma visão que não apenas viesse resgatar a dimensão comunicativa do jornalismo e demais áreas profissionais (e, portanto, uma melhor compreensão de sua natureza de fundo), como a proximidade e ao mesmo tempo as peculiaridades de cada uma. Para quem defende tal perspectiva, o retorno ao afunilamento dos cursos constitui um triste retrocesso, na contramão das tendências tanto da ciência contemporânea (que aponta a superação das fronteiras disciplinares) como da prática profissional (que se realiza cada vez mais numa dinâmica de convergência).

No final dos anos 80 a UFMG me proporcionou uma licença de quatro anos para formação doutoral. Devo a Muniz Sodré não apenas a indicação para uma bolsa Capes-Cofecub na França, mas principalmente a abertura do contato com Michel Maffesoli e com a sociologia francesa. Maffesoli me trouxe conceitos que eu desconhecia – a sociabilidade/sociação de Simmel, o divino social de Durkheim, a *proxemia* de Edward T. Hall (Palo Alto), a *reliance* de Bolle de Bal,<sup>9</sup> além das formulações muito próprias que caracterizam sua sociologia: a apropriação dos conceitos simmelianos de sociabilidade (que ele nomeou socialidade) e formismo; a discussão do tribalismo; a ideia do fusional e do contágio.

Sem dúvida, Maffesoli abriu um novo capítulo em minha formação, até então muito configurada pela rigidez da teoria crítica e pela ênfase nas relações de dominação. Trabalhar sob sua orientação abriu minha reflexão para a força do relacional e do sensível como elementos centrais na construção da abordagem metodológica. Através de suas obras, assim como de seus seminários, pude perceber o processo comunicativo como uma espiral de afetações, sujeitos e objetos fazendo parte de um mundo relacional, inseridos em formas formantes. Sua sociologia do cotidiano me reconduziu a pensar na comunicação enquanto dinâmica de laços, encontros, conflitos; a reencontrá-la na copresença de sujeitos e coisas; a ir buscá-la nas pequenas situações do dia a dia, num cruzamento permanente entre a experiência cotidiana dos sujeitos e o trabalho da mídia<sup>10</sup>.

Lembro-me de que, no meio de minha pesquisa de tese, quando me preparava para voltar ao Brasil para a coleta de dados (meu objeto de estudos foi um jornal brasileiro, o *Estado de Minas*), conversei com ele sobre o roteiro de trabalho, e particularmente sobre sua sugestão de que eu deveria passar algum tempo na redação do jornal. À minha preocupação (e insistência) em construir uma “grade de observação”, um elenco de questões que pudessem nortear meu trabalho de campo, ele respondeu simplesmente: “não se preocupe tanto – deixe seu objeto falar”. Claro

9. Sobre os conceitos, veja-se o artigo de Simmel (2006), A sociabilidade – Exemplo de sociologia pura ou formal (2006), os livros *La dimension cachée*, de Edward T. Hall (1978), e *A tentação comunitária*, de Bolle de Bal (1985).

10. Maffesoli, em vários momentos, tem sido alvo de ataques. Ainda este ano (2015), a revista que dirige, *Société*, foi alvo de uma “pegadinha” (dois jornalistas, passando-se por sociólogos, emplacaram na revista um artigo com uma pesquisa inventada), com o objetivo de “desmascarar” sua falta de rigor acadêmico. Sem entrar na polêmica deste e de outros casos, aproveito a oportunidade para reiterar meu respeito por seu trabalho e pelo ambiente acadêmico que ele constituiu em torno de si.

que a sugestão me causou grande inquietação no momento (e se o objeto não falasse?!), mas foi decisiva ao indicar uma postura metodológica que procurei nunca mais abandonar (e que procuro passar para meus alunos): abertura para “ouvir” o objeto, atenção e acolhimento do empírico.

Durante o doutorado tive oportunidade de acompanhar seminários de pesquisadores distintos, o que ampliou e enriqueceu em minha formação. Conheci e tornei-me amiga de Maurice Mouillaud (a quem convidei para vir duas vezes ao Brasil posteriormente<sup>11</sup>), e foi através dele que eu cheguei ao viés do acontecimento, um conceito que se verificou muito significativo em minha pesquisa. Frequentei seminários de Roger Chartier, e vi a importância da história cultural com pano de fundo de nossas práticas comunicativas. Acompanhei um curso de P. Charaudeau, para conhecer sua *Análise do Discurso*; não me senti atraída pelo formalismo de seu modelo, mas o curso me familiarizou com a AD francesa, que busquei conjugar com a perspectiva dialógica de Bakhtin.

Talvez eu possa comparar minha experiência com o ambiente intelectual francês naquele momento com a visita de uma criança à Disneyworld; até então minha convivência acadêmica tinha se limitado aos colegas da UFMG e aos pesquisadores que pude conhecer no mestrado da UnB. Poder assistir cursos e conferências de autores como P. Bourdieu, Gilbert Durand, C. Castoriadis, Serge Gruzinski<sup>12</sup> (além dos já mencionados acima), mais do que um acréscimo de conhecimento (que se pode obter através de livros), revelou para mim uma outra dimensão da vida acadêmica. Há uma tendência entre nós (o que, sem dúvida, revela pouca maturidade) de se criar uma certa mística em torno do nome de alguns autores, constituindo inclusive “escolas de seguidores” deste ou daquele intelectual. Frequentando seminários em várias instituições, na França, eu não encontrei exatamente o culto de nomes (embora os cursos desses

---

11. A vinda de Mouillaud ao Brasil foi muito frutífera; ele reencontrou ex-alunos e, através de uma articulação feita com a ajuda da direção da Compós, ministrou cursos em vários programas de pós-graduação no país. Desse reencontro com o Brasil surgiu o livro *O jornal, da forma ao sentido* (Mouillaud, 1997), organizado por Sérgio Porto.

12. Embora não tenha me aproximado da forte sociologia de Bourdieu, seus trabalhos sobre a dominação simbólica e sobre as distinções, de forma particular, são de grande importância para o campo da comunicação. O conceito de imaginação simbólica de Gilbert Durand foi bastante retomado por Maffesoli, e constituiu uma referência importante em meu trabalho de tese. Numa perspectiva distinta coloca-se também a discussão sobre a instituição imaginária da sociedade, de Castoriadis; de Gruzinski, sua análise do papel das imagens na conquista da América.

pesquisadores renomados atraíssem muitos estudantes e ouvintes), mas um ambiente de intensa discussão e questionamentos. Mais do que tietagem de autores e obras, o que eu pude constatar foi a prática da crítica e o confronto de ideias. Foi um novo aprendizado para mim, começar a perceber a experiência intelectual não (apenas) como acompanhamento da literatura, mas como exercício de pensar. A erudição dos franceses, a ênfase no debate e reflexão que permeava a academia francesa naquele momento me estimularam, nos anos a seguir, a me esforçar para ir além do trabalho de sala de aula e tentar trilhar o difícil e prazeroso caminho do artesanato intelectual (da bricolagem com ideias).

No desenvolvimento da tese, e trabalhando com a perspectiva de um objeto de estudo complexo e multifacetado, busquei desvelar diferentes faces e dimensões de meu problema de pesquisa: desenvolvi uma abordagem sócio-histórica (a história do jornal e do contexto cultural mineiro); uma análise morfológica do jornal; o estudo de um acontecimento específico relatado por ele, pela via da análise de narrativa (ou *actantielle*); um trabalho de escuta dos leitores, através de entrevistas. Ou seja, procurei me aproximar e apreender meu objeto não apenas por um ângulo, mas através da conjugação de vários deles, na busca da complexidade que o fenômeno encerra. Assim como na dissertação de mestrado, também na tese eu fiz a crítica e me afastei do paradigma informacional ou transmissivo da comunicação<sup>13</sup>; na primeira, a contraposição foi estabelecida entre o modelo transmissivo e o modelo dialógico, e tratava-se de uma crítica sobretudo ideológica (o modelo transmissivo naturalizava as relações de dominação no âmbito da cultural). Na tese, me dei conta de que o modelo dialógico, mais do que uma ferramenta analítica, expressava uma bandeira política: o desejo de uma nova comunicação. E não é com uma proposta normativa (do dever ser) que poderemos alcançar a compreensão daquilo que realmente se passa na realidade, mas com modelos analíticos dotados de potencial epistemológico.

Assim, uma crítica agora de natureza epistemológica ao modelo transmissivo orientou a busca de uma visada mais ampla, que possibilitasse apreender a complexidade da prática, a globalidade dos fenômenos analisados – os quais, em suas diversas manifestações, tanto podem ocorrer

---

13. O paradigma transmissivo ou informacional da comunicação vem sendo criticado desde os anos 1970; não obstante, sua concepção simplista do processo comunicativo ainda atua, mesmo que de forma invisível, em inúmeros trabalhos da área.

na forma de práticas verticais e autoritárias, como de dinâmicas mais horizontais e democráticas. Essa ferramenta analítica (um paradigma de apreensão da dinâmica comunicacional inscrita no fenômeno) me conduziu ao conceito de interações comunicativas, ou modelo relacional da comunicação – perspectiva que desde então vem orientando meus trabalhos.

Em síntese, posso dizer que o doutorado foi muito significativo na minha formação, e de alguma maneira possibilitou o reencontro, em novas bases, com as questões e inquietações iniciais, no trabalho de compreensão dos processos comunicativos, de apreensão do fenômeno na sua dimensão de globalidade, e no cruzamento de três vértices – sujeitos, linguagem (ou discurso), contexto sócio-histórico.

Retornando à UFMG, em meados dos anos 1990, encontrei o Departamento de Comunicação em um novo momento, com a criação de seu Programa de Pós-Graduação (inicialmente em nível de mestrado, e posteriormente doutorado) e a contratação de novos professores. Esse contexto estimulou e propiciou o desenvolvimento da pesquisa. Criamos um grupo de pesquisa, GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade), que completou 20 anos em 2014. O viés trabalhado em minha tese – a perspectiva relacional – orientou os inúmeros projetos que desenvolvemos, em torno de objetos complexos (o processo de eleição de governadores e a construção de imagem dos candidatos; a comemoração dos 100 anos de Belo Horizonte em sua dimensão comunicacional, entre outros), que buscamos recortar em dimensões empíricas precisas: material midiático; fala de participantes; conformação de eventos presenciais. Esta diversidade da empiria (nos diversos projetos) também veio demandando a combinação de instrumentos metodológicos distintos; neste sentido, o GRIS se mostrou um laboratório de experimentação e aprendizado.

Nos vários projetos de pesquisa que foram desenvolvidos junto ao grupo<sup>14</sup>, a dupla conceitual sociabilidade e linguagem, *relações entre sujeitos* e *produção discursiva* foram os eixos que, combinados, construíram a problematização dos objetos e seu recorte empírico (os lugares onde recolhíamos nossos dados).

---

14. No início desenvolvemos no GRIS projetos integrados de pesquisa, conjugando a participação de vários docentes. Posteriormente eles foram substituídos por projetos individuais (aos quais se agregam a pesquisa dos mestrandos e doutorandos), articulados pela perspectiva teórica-metodológica mais ampla do grupo. Para uma melhor apreensão dos trabalhos do grupo, consultar <<http://www.fafich.ufmg.br/gris>>.



## O VIÉS PRAGMATISTA: EXPERIÊNCIA E ACONTECIMENTO

Como mais uma etapa em minha formação, e mais de dez anos após o término de meu doutorado, voltei à França para a realização de um estágio de pós-doutorado, com bolsa do CNPq, agora junto à EHESS (*École des Hautes Études en Sciences Sociales*), sob a supervisão de Louis Quéré, diretor do CEMS (*Centre d' Études des Mouvements Sociaux*) e do Institut Marcel Mauss.

Este estágio constituiu também uma etapa decisiva e de grande amadurecimento em minha formação; seus reflexos se fazem muito presentes nos trabalhos que venho desenvolvendo nos últimos anos. Ele não provocou um redirecionamento, mas a consolidação de uma perspectiva: a abordagem relacional em que trabalhávamos ganhou bases mais sólidas. A escolha de ir trabalhar com Quéré se deu em função de minha afinidade com seu modelo (ou paradigma) praxiológico da comunicação. O que fui buscar na École (com Quéré e um grupo de pesquisadores do CEMS)<sup>15</sup> foi um aprofundamento das bases dessa perspectiva praxiológica, que vem dos pragmatistas americanos do final do séc. XIX e início do séc. XX (W. James, J. Dewey, G.H. Mead), e se desenvolve através da Escola de Chicago, da obra de Goffman, de alguns pesquisadores de Palo Alto, da etnometodologia de Garfinkel.

Parece curioso que eu tenha ido estudar o pragmatismo e a Escola de Chicago na França; na verdade não fui – o pragmatismo foi um desdobramento de meu interesse pela perspectiva praxiológica da maneira como vinha sendo trabalhada por Quéré. Mas também vale lembrar que a tradição pragmatista e a Escola de Chicago foram em grande medida “redescobertas” e colocadas na ordem do dia inicialmente pelos alemães (Apel, Habermas, Honnet, Joas) e hoje têm sido fortemente estudadas também na França<sup>16</sup>. Meu contato se deu, assim, via releitura dessa herança intelectual através do enquadramento de fundo dado pela escola durkheimiana francesa.

---

15. A linha de trabalho de Quéré está voltada para a questão da experiência e ação, tomando como referência os pragmatistas americanos e autores contemporâneos no campo da filosofia da ação (particularmente os trabalhos de Vincent Descombes e Charles Taylor). A partir desse quadro teórico, ele tem um particular interesse pela temática da experiência e tratamento dos problemas públicos, acontecimento, constituição de um público. O CEMS congregava na época um grupo de importantes pesquisadores no campo da sociologia da mídia, como Daniel Dayan, Dominique Pasquier, Dominique Mehl, Sabine Salvon-Demersay.

16. Registre-se, na EHESS, os nomes de Daniel Céfai e Albert Ogien, especialistas na Escola de Chicago e em Goffman.

Achei no pragmatismo a base teórico-filosófica adequada para pensar o lugar da prática (das ações no mundo) e a dimensão constitutiva das interações<sup>17</sup>. O conceito de interação de Mead (a presença, na comunicação, de *um* e do *outro*, numa dinâmica de mútua afetação); a concepção de experiência de Dewey (descortinando os sujeitos sendo modificados ao longo de sua ação); os quadros de sentido de Bateson e Goffman (situando os enquadres sociais que configuram os modos de interação)<sup>18</sup> constituem, hoje, categorias centrais no meu trabalho de pesquisa.

Pensar a interação enquanto um processo que se desdobra através de diferentes fases, numa dinâmica de permanente reflexividade, com resultados que não são pré-definidos – pois que sujeitos à conjugação de fatores intervenientes e a escolhas conjunturais dos interlocutores em situação – orienta uma atenção permanente ao empírico, à maneira como a comunicação se desenrola.

Assim, abordar a comunicação enquanto interação (ou seja, apreendê-la através do modelo relacional) se tornou para mim e para nosso grupo de pesquisa um ponto de partida fundamental, que estimula/possibilita diferentes indagações: em cada situação analisada, como se configura o quadro interativo (como se desenha a relação)? Como se desenrola o processo – quais as fases em que se desdobra a interação? De que maneira uma interação particular reflete um contexto sociocultural mais amplo, e de que maneira interações particulares reverberam num quadro social mais abrangente? Em sua natureza de experiência, como apreender, no bojo das interações comunicativas, sujeitos afetando e sendo afetados? Modificando e sendo modificados?

---

17. Acho interessante registrar que, em minha tese, cheguei às interações via conceito de sociabilidade e a perspectiva fusional de Maffesoli; ainda não havia lido Mead nem Quéré. Em alguns momentos, parece que várias ideias convergem para um mesmo ponto, e pesquisadores diferentes, por caminhos distintos, acabam chegando nas mesmas questões. Aqui no Brasil, registro particularmente os trabalhos de José Luiz Braga, que também utiliza o conceito de interações comunicacionais (veja-se Braga, 2001).

18. O conceito de quadros de sentido, ou enquadramento, conforme apresentado por Gregory Bateson e retomado por Erving Goffman, nos diz das formas construídas e legitimadas socialmente que ordenam nossas interações, estabelecendo expectativas e modelos de comportamento. Conforme nos lembra Goffman (remetendo-se a William James), ao olhar para uma dada situação, identificamos um quadro social na resposta à pergunta “o que está acontecendo aqui?” (para uma rápida apreensão do conceito nos autores citados, veja-se Bateson, 2002, Goffman, 2002).

A ênfase na experiência – afetando sujeitos, provocando ações – nos conduziu ao conceito de acontecimento como uma ferramenta heurística para indagar, na análise de acontecimentos distintos (um crime, uma ocorrência em torno de uma celebridade, um acontecimento político), os significados e ações que foram desencadeados<sup>19</sup>. Acontecimentos, ao perturbar a normalidade, suscitam o aparecimento de públicos (aqueles que foram afetados), ampliam o horizonte de sentidos, convocam temporalidades distintas (evocam o passado, levam a projetar um futuro). Acontecimentos fazem falar – se desdobram em múltiplas situações comunicativas. Analisar os acontecimentos, portanto, tem se mostrado um caminho frutífero para apreender momentos em que a sociedade produz falas que revelam seus valores, temores, perspectivas.

## SINTETIZANDO

Apresentar uma trajetória demanda, ao final, apontar onde estamos. Eu não falaria de um ponto de chegada, mas do local (sempre provisório) que, hoje, caracteriza meu trabalho e organiza uma determinada “perspectiva de olhar”. Numa síntese (sempre perigosa – pois que redutora) do caminho e escolhas apresentados acima, eu indicaria os seguintes pontos:

- proximidade com a perspectiva pragmatista, em sua ênfase no domínio da experiência, o que nos orienta a tratar *a comunicação enquanto prática, ação no mundo*;
- adoção de uma *concepção relacional da comunicação*<sup>20</sup>, que nos leva a pensar a comunicação enquanto interação, buscando conjugar suas diferentes instâncias e cruzamentos, bem como seu movimento e imprevisibilidade;
- uso do *conceito de enquadramento* como operador conceitual que permite apreender a relação do geral e do particular; como ferramenta para perceber como situações comunicativas singulares se veem atravessadas pelo social;

---

19. Realizamos em 2011, no âmbito do GRIS, um colóquio sobre a temática do acontecimento; os trabalhos do evento foram publicados na obra *Acontecimento: reverberações* (França e Oliveira, 2012). Em meu artigo, no mesmo livro (“O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística”), discuto as potencialidades analíticas do conceito.

20. Ao falar em relações, acentuo que aí se incluem a relação entre sujeitos interlocutores; entre sujeitos e linguagem; sujeitos e contexto.

- ênfase no *estudo de acontecimentos*, em função de seu potencial hermenêutico (abertura de sentidos), convocação/formação de públicos (sujeitos afetados), desdobramentos narrativos. Acontecimentos fazem a sociedade falar; a fala da sociedade nos revela suas *dimensões axiológicas, culturais, políticas*.

O GRIS hoje se constitui mais propriamente como um centro de pesquisa, agregando vários grupos internos; meu grupo específico é o Grupo de Interações Midiáticos e Práticas Culturais Contemporâneas – Grispop. No estudo de acontecimentos, e dos sujeitos dos/nos acontecimentos, um viés específico de nosso trabalho, no Grispop, é o tratamento das celebridades, e a ênfase em produtos/programas de natureza midiático-popular. Por que celebridades, por que programas “populares”, ambos tão sujeitos a críticas, revelando-se com frequência figuras e formatos altamente padronizados, quando não depositários de fortes resquícios conservadores?

A pergunta demandaria uma resposta mais longa do que cabe neste artigo. De forma sintética, posso dizer que, mais do que os produtos, me atraem *as relações*. Aquilo que o “povo” gosta e faz traz embutido questões profundas que dizem das dinâmicas e forças sociais em ação. Autores como Stuart Hall (2003), Roger Chartier (2003) falam da cultura popular como lugar de tensões – de relacionamento, influência e antagonismo – entre uma cultura dominante e as condições sociais e materiais de vida, ou seja, o domínio da experiência. Ela é marcada por uma dualidade e ambivalência, de tal maneira que suas práticas tanto espelham elementos e modelos da cultura dominante como traduzem aspectos e valores trazidos de sua experiência, sua tradição, configurando formas singulares de apropriação (conforme Chartier, 2003, p. 167, essas práticas podem ser objeto de duas análises “mostrando termo a termo sua autonomia e sua heteronomia”). E é este o interesse do foco de estudos do Grispop: as tensões e contradições que atravessam o universo midiático-popular em nossa sociedade; a maneira como, ao aderir a celebridades, acontecimentos, produtos, os grupos sociais estão aderindo a padrões hegemônicos mas estão também se posicionando a partir de seu lugar, seu modo de ser, convocando seus valores, aspirações e problemas.

Devo dizer também que permanece aqui um interesse e compromisso que vem desde o princípio com as classes “populares”, com os grupos

subalternos. Esses fenômenos coletivos (a adesão a uma celebridade, o interesse por certas temáticas e produtos), bem como as intervenções de sujeitos das classes populares em programas midiáticos (o morador de periferia, o indivíduo estigmatizado por questões de raça, opção sexual) oferecem mais do que um mau gosto que incomoda: eles expõem as cisões, os desejos, o contraste da diferença que nos habita<sup>21</sup>.

Retomo aqui o “enigma da comunicação” falado no início; estudar a comunicação nos revela – ou nos faz deparar – com a extrema diferença que nos marca, que marca nossa sociedade. Nos permite identificar e analisar como essas diferenças se comunicam, através de embates, confluências, transformações, deformações, mas também de criatividade. Nem sempre é possível se entusiasmar com aquilo que o “povo” (classe subalterna, grupos marginalizados) faz e gosta. Mas suas manifestações nos permitem radiografar os movimentos da própria sociedade e sua dinâmica de exclusão, assim como as práticas de resistência e os indícios de outras racionalidades e perspectivas. A cultura hegemônica não é capaz de asfixiar posições contrastantes e formas culturais divergentes, as quais apontam e dialogam em pontilhado com outros mundos possíveis.

## BIBLIOGRAFIA

- BATESON, Gregory. Uma teoria sobre brincadeira e fantasia. In: RIBEIRO, B., GARCEZ, P. (org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- BOLLE DE BAL, Marcel. *A tentação comunitária*. Bruxelas, Ed. de l'Université de Bruxelles, 1985.
- BRAGA, José Luiz. A constituição do campo da comunicação. In: COHN, Gabriel et al. *Campo da Comunicação. Caracterização, problematizações e perspectivas*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.
- CHARTIER, Roger. Formas e sentidos. *Cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, 2003.
- FRANÇA, Vera V. *Jornalismo e vida social. A história amena de um jornal mineiro*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- FRANÇA, Vera, OLIVEIRA, Luciana (org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

---

21. No artigo “Para Allon White, metáforas de transformação”, Hall (2003-a, p. 240) cita um trabalho de Peter Stallybrass e Allon White, em que os autores analisam as formas da cultura popular através do conceito de grotesco de Bakhtin, indicando um tipo de grotesco que se configura como fenômeno limítrofe de hibridação e enredamento entre o eu e o outro “uma zona inclusiva, heterogênea e perigosamente instável”.

- GOFFMAN, Erving. Footing. In: RIBEIRO, B., GARCEZ, P. (org.). *Sociolinguística interacional*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HALL, Edward T. *La Dimension cachée*. Paris, Points, 1978.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: \_\_\_\_\_. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. Para Allon White: Metáforas de transformação. In: \_\_\_\_\_. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003-a.
- MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Sérgio D. (org.). *O jornal, da forma ao sentido*. Brasília, Paralelo 15, 1997.
- PASQUALI, Antonio. *Sociologia e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RICOEUR, Paul. *Discours et communication*. Paris: L’Herne, 2005.
- SIMMEL, Georg. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). In: \_\_\_\_\_. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.



**Maria Immacolata Vassallo de Lopes**

Apresentação

**Elizabeth Saad - Eneus Trindade - Roseli Fígaro**

Introdução – Os olhares do *Outro* sobre as trajetórias e autorreflexões em comunicação

**André Lemos**

Da Engenharia à Comunicação. Traduções e Mediações para compreender a Técnica e a Comunicação na Cultura Contemporânea

**Francisco Rüdiger**

Ciência, reflexão e crítica nos estudos de mídia

**Lucia Santaella**

Por uma epistemologia antidualista

**Antonio Fausto Neto**

Trajetos de pensar em companhia

**José Marques de Melo**

Circunstâncias que marcaram o percurso de um Jornalista/Pesquisador pelo Campo das Ciências da Comunicação no Brasil (1965/2015)

**Muniz Sodré**

Um trajeto literário e conceitual

**Ciro Marcondes Filho**

Pelas trilhas do indecifrável da comunicabilidade

**José Luiz Braga**

Perspectivas para um conhecimento comunicacional

**Lucrécia D'Alessio Ferrara**

Epistemologia da comunicação: asserção e indecisão

**Luiz C. Martino**

Epistemologia da Comunicação: um percurso intelectual

**Maria Immacolata Vassallo de Lopes**

Um percurso epistemológico para a pesquisa empírica de comunicação

**Vera Veiga França**

Partilhando experiências: a atração e o desafio da comunicação

ISBN 978-85-7205-148-4



9 788572 051484

Promoção e realização:

